

Exercício 2021 (Iphan 85 anos)

RELATÓRIO DE GESTÃO

Exercício de 2021

Relatório de Gestão do exercício de 2021 apresentado aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual a que esta Unidade Prestadora de Contas está obrigada nos termos do parágrafo único do art. 70º da Constituição Federal. Elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa (TCU) n.º 84, de 22 de abril de 2020 e Decisão Normativa (TCU) n.º 187, de 9 de setembro de 2020, de acordo com os arquivos de orientações (Novo Modelo Prestação Contas Terceira Edição) e (Orientações_prestações de contas anuais_Conselhos de Profissão 2020_VF-revisado).

Créditos

Presidente da República do Brasil

Jair Messias Bolsonaro

Ministro do Turismo

Gilson Machado Neto

Secretário Especial da Cultura

Mário Luís Frias

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Larissa Peixoto

Diretores do Iphan

Arlindo Pires Lopes

Arthur Lázaro Laudano Bregunci

Leonardo Barreto de Oliveira

Roger Alves Vieira

Tassos Lycurgo

Departamento de Planejamento e Administração

Arthur Lázaro Laudano Bregunci

Coordenador-Geral de Planejamento e Orçamento

Marcelo Douglas de Figueiredo Torres

Coordenação de Planejamento e Projetos

Cassiano Luís Boldori

Ficha Técnica

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Grupo de Trabalho

Cassiano Luís Boldori

Dyogo Tavares de Freitas

Marcelo Douglas de Figueiredo Torres

Rafael Brandão de Oliveira

Colaboração

Dyogo Tavares de Freitas

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

www.gov.br/Iphan

publicações@Iphan.gov.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca Aloísio Magalhães, IPHAN

Ficha Catalográfica

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ASSE - Assessoria do Departamento de Planejamento e Administração

AUDIN - Auditoria Interna

BAE - Boletim Administrativo Eletrônico

CCONV - Coordenação de Convênios e Prestação de Contas

CCONT - Coordenação de Contabilidade

CCPPI - Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial

CGAF - Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização

CGCO - Coordenação-Geral de Conservação

CGGC - Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles

CGLOG - Coordenação-Geral de Convênios e Contratos

CGN - Coordenação-Geral de Normatização e Gestão de Território

CGPLAN - Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento

CGU - Controladoria Geral da União

CLC - Centro Lúcio Costa

CNA - Centro Nacional de Arqueologia

CNFCP - Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

COFIN - Coordenação de Orçamento e Finanças

COGECINT - Coordenação-Geral de Cooperação Internacional

COGEP - Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas

COGESTI - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

COLIC - Coordenação de Licitações e Contratos

CPLAN - Coordenação de Planejamento e Projetos

DECOF - Departamento de Cooperação e Fomento

DEPAM - Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização

DPA - Departamento de Planejamento e Administração

DPE - Departamento de Projetos Especiais

DPI - Departamento do Patrimônio Imaterial

FISCALIS - Sistema de Fiscalização do Patrimônio Cultural Edificado

GECC - Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MP - Mestrado Profissional

OBTV - Ordem Bancária de Transferência Voluntária

PAD - Processo Administrativo Disciplinar

PDTI - Plano Diretor de Tecnologia da Informação

PEP - Programa de Especialização em Patrimônio

PNC - Plano Nacional de Cultura

PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial

PRODOC - Programa Nacional de Apoio a Projetos

PRONAC - Programa Nacional de Apoio à Cultura

RAINT - Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna

SAIP - Sistema de Avaliação do Impacto ao Patrimônio Cultural

SEI - Sistema Eletrônico de Informação

SEMPAT - Seminário de Patrimônio e Turismo do Mercosul

SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira

SICG - Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão

SICONV - Sistema de Convênios

SIG-IPHAN - Sistema Integrado de Gestão do Iphan

CCSRBM - Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx

TCE - Tomada de Contas Especial

TCU - Tribunal de Contas da União

TI - Tecnologia da Informação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELA

Tabela 2.1 O Patrimônio Cultural acautelado pelo Iphan.....	16
Tabela 3.1.1 Matriz RACI (Principais Stakeholders).....	35
Tabela 3.1.2 Entregas de alto valor agregado da Instituição com responsabilidade estratégica.....	38
Tabela 3.1.3 Ações necessárias para implementação de um sistema integrado de controle das atividades de Gestão de Riscos do Iphan	39
Tabela 3.2.1 Procedimentos Disciplinares Instaurados – por Tipo.....	42
Tabela 3.2.2 Procedimentos Disciplinares Instaurados – por Assunto.....	42
Tabela 3.2.3 Procedimentos Disciplinares Julgados.....	42
Tabela 4.3.5.2 Serviços realizados pelo Arquivo Central – Seção Brasília 2021	86
Tabela 4.3.5.3 Atendimento do Arquivo Central do Iphan 2021	87
Tabela 4.3.5.4 Serviços realizados pela Biblioteca Aloísio Magalhães - Brasília 2021.....	88
Tabela 4.3.5.5 Serviços realizados pela Biblioteca Noronha Santos 2021	89
Tabela 4.3.6.4.1 Ações executadas pela Coordenação-Geral de Conservação (CGCO) 2021	97
Tabela 4.3.6.4.2 Apoios técnicos realizados a outras unidades do Iphan.....	99
Tabela 4.3.8.1 Força de Trabalho do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx.....	107
Tabela 4.3.8.4 Patrimônio Mundial (Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx)	107
Tabela 4.3.8.5 Programa de Gestão de Acervos (Acervo botânico-paisagístico)	107
Tabela 4.3.8.6 Programa de Gestão de Acervos (Acervo museológico)	108
Tabela 4.3.8.7 Programa de Gestão de Acervos (Acervo arquitetônico).....	108
Tabela 4.3.8.8 Programa de Gestão de Acervos (Acervo bibliográfico/documental).....	108
Tabela 4.3.8.9 Programa de Preservação de Acervos (Acervo botânico-paisagístico)	109
Tabela 4.3.8.10 Programa de Preservação de Acervos (Acervo museológico)	109
Tabela 4.3.8.11 Programa de Preservação de Acervos (Acervo arquitetônico).....	110
Tabela 4.3.8.12 Programa de Preservação de Acervos (Acervo bibliográfico e documental).....	110
Tabela 4.3.8.13 Editoração.....	110
Tabela 4.3.8.14 Visitação e eventos culturais	110
Tabela 4.3.8.15 Comunicação, mídias, turismo	111
Tabela 4.3.8.16 Exposições.....	112
Tabela 4.3.8.17 Programa Educativo.....	112
Tabela 4.3.8.18 Programa de Pesquisa	114
Tabela 4.3.8.19 Programa de Sustentabilidade Econômica	115
Tabela 4.3.8.20 Programa de Infraestrutura.....	115
Tabela 4.3.8.21 Programa de Acessibilidade Universal	115
Tabela 4.3.8.22 Segurança contra Incêndio	115
Tabela 4.3.9 Ações consideradas relevantes atinentes aos macroprocessos finalísticos da CGIR/DPI	117
Tabela 4.3.9.1 Detalhamento dos 18 Planos de Ação da CGPS/DPI com recursos empenhados 2021	121
Tabela 4.3.11.4.1 Projetos e obras do Iphan financiados pelo FDD/MJSP iniciados em 2021	138
Tabela 4.3.11.4.2 Projetos e obras do Iphan financiados pelo FDD/MJSP entregues em 2021	138
Tabela 4.3.11.4.3 Projetos e obras do Iphan financiados pelo FDD/MJSP em execução em 2021.....	139
Tabela 4.3.11.4.4 Projetos/Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas Iniciadas em 2021 – NÃO HÁ PROJETOS/OBRAS INICIADOS EM 2021.....	140
Tabela 4.3.11.4.5 Projetos/Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas Finalizados em 2021 que receberam recurso da ação orçamentária 5538.....	140
Tabela 4.3.11.4.6 Projetos/Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas em Execução	141

Tabela 4.3.11.4.7 Projetos habilitados e aprovados na 1ª e 2ª fase	144
Tabela 4.3.11.4.8 Projetos FNC habilitados na 1ª fase	144
Tabela 4.4.1 Dotação Inicial x Atual 2021	145
Tabela 4.4.2 Despesas empenhadas, liquidadas e pagas 2021	147
Tabela 4.4.3 Porcentagem (%) empenhado das ações discricionárias 2021	147
Tabela 4.4.4 Emendas Individuais 2021	148
Tabela 4.4.1.1 Gestão de Projetos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular 2021	150
Tabela 4.4.2.1 Gestão Financeira do Centro Lucio Costa 2021	151
Tabela 4.5.3 Licença Capacitação 2021	153
Tabela 4.5.6.1 Servidores do Quadro Ativo Permanente.....	154
Tabela 4.5.6.2 Servidores Efetivos Cedidos	154
Tabela 4.5.6.3 Demonstrativo de ocupação de cargo em comissão	156
Tabela 4.5.6.4 Situação funcional dos servidores	156
Tabela 4.5.6.5 Força de trabalho	157
Tabela 4.5.6.6 Área de trabalho.....	157
Tabela 4.5.6.7 Cargo em Comissão – Função Comissionada	157
Tabela 4.5.7.1 Demonstrativo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais Iphan 2021	158
Tabela 4.5.7.2 Evolução dos Gastos com Pessoal.....	158
Tabela 4.6 Contratações por modalidade do Iphan 2021.....	160
Tabela 4.6.1.1 Contratações por modalidade do Iphan-Sede 2021	160
Tabela 4.6.1.2 Contratações por modalidade das Superintendências do Iphan 2021.....	160
Tabela 4.6.2 Principais contratações do Iphan 2021	161
Tabela 4.6.3 Principais contratações diretas do Iphan 2021	161
Tabela 4.6.4.1 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios	163
Tabela 4.6.4.2 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse	163
Tabela 4.6.4.3 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão.....	163
Tabela 4.6.4.4 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos.....	164
Tabela 4.6.4.5 Média do tempo de análise de Prestação de Contas	167
Tabela 4.7 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros.....	171
Tabela 4.8.2 Contratos mais relevantes de recursos de TI.....	173
Tabela 4.8.3.1 Desenvolvimento do módulo de julgamento do Sistema de Fiscalização e Automação (Fiscalis).....	173
Tabela 4.8.3.2 Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP)	174
Tabela 4.8.3.3 Evolução do Sistema (inscrições).....	174
Tabela 4.8.3.4 Contratação/renovação de Licenças Microsoft	174
Tabela 4.8.3.5 Renovação/contratação do serviço de emissão de certificado digital A3 para Pessoa Física	175
Tabela 4.8.3.6 Aquisição/Renovação de solução de backup e recovery de dados.....	175
Tabela 4.8.3.7 Aquisição de Estações de Trabalho, Desktop e/ou Notebook, e equipamentos ou software de infraestrutura para os Serviços de TIC do Iphan	175
Tabela 4.9.1 Gestão ambiental e sustentabilidade	176
Tabela 5.1.1 Atendimento Finalísticos	178
Tabela 5.1.2 Funcionamento das Unidades.....	179
Tabela 5.1.1.1 Despesas Correntes	180
Tabela 5.1.1.2 Despesas de Capital	180
Tabela 5.1.2.1 Fornecedores e Contas a Pagar.....	187
Tabela 5.1.2.2 Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante.....	188
Tabela 5.1.2.3 Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor	189
Tabela 5.1.2.4 Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor	189

Tabela 5.1.2.5 Obrigações Contratuais – Por Tipo de Objeto.....	190
Tabela 5.1.2.6 Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante.....	191
Tabela 5.1.2.7 Obrigações Contratuais – Por Contratado.....	192
Tabela 5.1.2.8 Imobilizado Total.....	193
Tabela 5.1.2.9 Composição dos Bens Móveis.....	194
Tabela 5.1.2.10 Distribuição dos Bens Móveis.....	195
Tabela 5.1.2.11 Composição dos Bens Imóveis.....	195
Tabela 5.1.2.12 Bens de Uso Especial.....	196
Tabela 5.1.2.13 Bens Imóveis sem Registro no SPIUNET.....	196
Tabela 5.1.2.14 Demais Bens Imóveis.....	197
Tabela 5.1.2.15 Intangível.....	198

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico A - 3.1.1 Organização do trabalho do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles.....	35
Gráfico B - 3.1.2 Três linhas de Defesa da Instituição	36
Gráfico C - 4.2.1.2.4.1 Quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos pelo Iphan de 2012 a 2021	49
Gráfico D - 4.2.1.2.4.2 Posição do Iphan em relação ao número de pedidos recebidos dentre os cadastrados na plataforma Fala.BR de 2012 a 2021.....	49
Gráfico E - 4.2.1.2.4.3 Comparativo de tempo de resposta entre período histórico e 2021	50
Gráfico F - 4.2.1.2.4.4 Comparativo do tipo de resposta produzida pelo Iphan entre 2020 e 2021:	50
Gráfico G - 4.3.1.1 Total de empreendimentos (FCA’S) analisados de 2015 a 2021	59
Gráfico H - 4.3.7.1 Portarias Autorizativas de Pesquisas Arqueológicas emitidas pelo Iphan 2021	100
Gráfico I - 4.3.8.1 Visitas Presenciais/Mês.....	113
Gráfico J - 4.3.8.2 Visita Virtual (Redes Sociais)	114
Gráfico K - 4.3.8.3 Classificação dos Ingressos.....	114
Gráfico L - 4.3.9.2 Adesão Conectando Patrimônio (N)	125
Gráfico M - 4.3.9.3.1 Execução da atividade com recurso orçamentário do Iphan	126
Gráfico N - 4.3.9.3.2 Atividades monitoradas conforme aplicação de recursos	126
Gráfico O - 4.3.9.3.3 Disponibilização de recursos do Iphan nas atividades monitoradas	126
Gráfico P - 4.3.9.3.4 Detalhamento dos recursos aplicados pelo Iphan	126
Gráfico Q - 4.3.10.3.2 Atividades de Tratamento de Acervo Técnico (Biblioteca) - 2021	131
Gráfico R - 4.3.10.3.3 Atividades de Tratamento de Acervo Sonoro e Visual - 2021	132
Gráfico S - 4.3.10.8.1 Alcance 2021 – Visão Geral	135
Gráfico T - 4.3.10.8.2 Crescimento de Público Virtual.....	135
Gráfico U - 4.4.1 Execução 2021 (Despesas Discricionárias)	148
Gráfico V - 4.4.2 Custeio 2021	149
Gráfico W - 4.4.3 Gastos com Pessoal 2021.....	149
Gráfico X - 4.4.4 Investimentos 2021.....	149
Gráfico Y - 4.4.1.1 Demonstração de Projetos Aprovados x Empenhado do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular 2021	150
Gráfico Z - 4.5.6.1 Demonstrativo de ocupação de cargo em comissão	156
Gráfico AA - 4.5.6.2 Situação funcional dos servidores	156
Gráfico BB - 4.5.6.3 Força de trabalho.....	157
Gráfico CC - 4.5.6.4 Área de trabalho.....	157
Gráfico DD - 4.5.6.5 Cargo em Comissão – Função Comissionada	158
Gráfico EE - 4.5.7.1 Evolução dos Gastos com Pessoal (Valores Empenhados)	159
Gráfico FF - 5.1.2.1 Contingenciamento de recursos orçamentários durante todo o exercício de 2021	188
Gráfico GG - 5.1.2.2 Aluguéis/Reforma nas sedes de várias Superintendências do Iphan	190
Gráfico HH - 5.1.2.3 Imobilizado Total	194

SUMÁRIO

1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN).....	12
2. CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO.....	14
2.1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas.....	14
2.2 - Estrutura Organizacional.....	22
2.3 - Estrutura de Governança.....	23
2.4 - Modelo de Negócios.....	24
2.5 - Cadeia de Valor.....	25
2.5.1 - Macroprocessos Finalísticos.....	26
2.6 - Políticas e Programas de Governo.....	28
2.7 - Ambiente Externo.....	29
2.8 - Determinação da Materialidade das Informações.....	31
3. CAPÍTULO 2 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS.....	32
3.1 - Gestão de Riscos.....	32
3.2 - Procedimentos Disciplinares Instaurados por Tipo, por Assunto e Julgados.....	41
4. CAPÍTULO 3 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO.....	43
4.1 - Estratégia.....	43
4.2 - Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade do Iphan de Gerar Valor.....	45
4.2.1 - Formas de acesso ao serviço de informação ao cidadão do Iphan (Sic-Iphan).....	46
4.2.2 - Carta de Serviços ao Cidadão.....	51
4.2.3 - Comissão de Ética.....	52
4.2.4 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação.....	54
4.2.5 - Política de Integridade.....	54
4.3 - Resultados e Desempenho da Gestão.....	58
4.3.1 - Ações relativas ao Licenciamento Ambiental.....	58
4.3.2 - Ações de cooperação no nível nacional e internacional.....	60
4.3.3 - Ações do Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial.....	72
4.3.4 - Ações do Centro Lúcio Costa.....	77
4.3.5 - Ações do Centro de Documentação do Patrimônio.....	81
4.3.6 - Ações de proteção ao patrimônio material.....	90
4.3.7 - Ações na área de Arqueologia.....	99
4.3.8 - Ações do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx.....	106
4.3.9 - Ações de proteção aos bens de natureza imaterial.....	116
4.3.10 - Ações do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.....	127
4.3.11 - Ações de preservação do patrimônio das cidades históricas.....	136
4.4 - Gestão Orçamentária e Financeira.....	145
4.4.1 - Gestão Financeira do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular.....	150
4.4.2 - Gestão Orçamentária e Financeira do Centro Lúcio Costa.....	150
4.5 - Gestão de Pessoas.....	152
4.5.1 - Ações de Capacitação/Desenvolvimento.....	152
4.5.2 - Afastamentos para cursar Pós-Graduação Stricto Sensu.....	152
4.5.3 - Licença para Capacitação.....	152

4.5.4 - Afastamento do País.....	153
4.5.5 - Gratificação por encargo de Curso ou Concurso	153
4.5.6 - Aspectos importantes relacionados ao quadro de servidores	153
4.5.7 - Gastos com pessoal	158
4.6 - Gestão de Licitações e Contratos	160
4.6.1 - Contratações Iphan Sede	160
4.6.2 - Gestão de Licitações	161
4.6.3 - Principais contratações diretas.....	161
4.6.4 - Informações relativas às transparências voluntárias de recursos.....	163
4.7 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura.....	171
4.8 - Gestão da Tecnologia da Informação	173
4.8.1 - Modelo de governança de TI e conformidade legal	173
4.8.2 - Contratações mais relevantes de recursos de TI.....	173
4.8.3 - Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor	173
4.9 - Sustentabilidade Ambiental	176
4.9.1 - Aspectos sobre a gestão ambiental	176
4.9.2 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	177
5. CAPÍTULO 4 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS	178
5.1 - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis	178
5.1.1 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesas	180
5.1.2 - Informações Contábeis.....	181

1. MENSAGEM DA PRESIDENTE DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)

Após mais um ano de uma gestão desafiadora frente às dificuldades impostas pela pandemia, é com muito orgulho que apresento aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade, como presidente desta instituição, e uma das responsáveis pela integridade organizacional, o Relatório de Gestão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) de 2021.

Este documento é uma ferramenta de prestação de contas das ações desta Autarquia Federal, construído de forma integrada pelos Departamentos, Superintendências e Unidades Especiais, além de ser um instrumento basilar para que possamos avaliar o andamento das nossas atividades e planejar novas metas a serem alcançadas. Em seus 85 anos de história, o Iphan se firmou como uma instituição comprometida com a promoção e a preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, contribuindo para a valorização da diversidade cultural. Vale ressaltar que o Instituto é uma das mais antigas instituições brasileiras, sendo a primeira da América Latina a se dedicar à preservação do patrimônio cultural.

Considerando as diferentes áreas de atuação do órgão, nossa força de trabalho conta com cerca de mil servidores por todo o país que, com excelência na condução das atividades que desempenham, permitem a manutenção da qualidade das entregas desta Autarquia. Sendo assim, esse relatório é um demonstrativo das ações desenvolvidas no exercício de 2021, em complementação aos demonstrativos contábeis e financeiros de responsabilidade do Instituto.

É possível compreender a grandiosidade e a complexidade do trabalho desenvolvido quando nos deparamos com a exuberância do Patrimônio Cultural acautelado pelo Iphan: são 1.271 bens tombados; 591 bens ferroviários valorados; 28.669 sítios arqueológicos georreferenciados; 52 bens culturais imateriais registrados; e 7 línguas inscritas no Inventário Nacional de Diversidade Linguística. Além disso, possuímos hoje 2.016 negociantes de obras de arte e antiguidade cadastrados, 07 sítios Patrimônio Mundial e 06 bens reconhecidos como Patrimônio Cultural da Humanidade.

O ano foi marcado por parcerias, planejamento e decisões organizacionais importantes. A exemplo disso, destaco o brilhante trabalho conduzido pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) juntamente com servidores de todas as áreas do Iphan. O planejamento estratégico do quadriênio foi construído, assim como a missão, a visão e os valores do Instituto foram discutidos e, por fim, tivemos a aprovação da Cadeia de Valor Integrada, em que os macroprocessos finalísticos, gerenciais e de suporte foram definidos para que a preservação do patrimônio cultural seja possível por meio de políticas institucionais, estratégias e alinhamento institucional.

As entregas de obras por todo país devolveram à sociedade bens culturais importantes para a nossa história. A exemplo, 21 projetos e obras de Preservação Cultural das Cidades Históricas foram finalizadas em 2021 e 74 estão em plena execução. Além disso, em se tratando de bens tombados, 1366 fiscalizações foram realizadas pelos servidores durante o ano.

No campo do Patrimônio Imaterial, ao longo do exercício, quatro novos bens culturais se tornaram patrimônios culturais brasileiros: Banho de São João de Corumbá e Ladário (MS), Ciranda do Nordeste, Repente e Matrizes Tradicionais do Forró. Outros nove bens registrados foram revalidados, processos que

estavam represados nos últimos anos e foram colocados em pauta. Planos de ação e atividades de apoio e fomento aos bens registrados foram desenvolvidos com sucesso, permitindo a sustentabilidade, promoção e difusão.

A leitura deste documento permite inferir que o Iphan encerra o ano de 2021 cumprindo e reafirmando o seu papel primordial na preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. As obras de requalificação e restauro, as ações de reconhecimento e salvaguarda do patrimônio imaterial, as exposições, seminários e os prêmios entregues à sociedade, são todas entregas concretas aos cidadãos brasileiros. Os resultados demonstrados pelas áreas deixam evidente o alinhamento da gestão e como foi possível avançar em relação aos anos anteriores. Todo esforço operacional materializa a competência e integração das diferentes áreas.

Espero que esse relatório aproxime o Iphan da sociedade e torne cada vez mais claros os nossos processos. Que a partir dele, possamos visualizar o que foi conquistado e que, ao mesmo tempo, ele nos permita entender o que precisa ser aprimorado enquanto uma instituição de Estado. O Relatório oferece um retrato fiel do trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Iphan, contribuindo diretamente para a democratização do entendimento do patrimônio cultural brasileiro, além de ser um convite à maior participação da sociedade na preservação e promoção do valioso Patrimônio Cultural Brasileiro, que é de responsabilidade de todos nós.

2. CAPÍTULO 1 - VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

2.1 - Identificação da Unidade Prestadora de Contas

Apesar da existência de algumas iniciativas anteriores na defesa do patrimônio cultural brasileiro, como o Conselho Nacional de Belas-Artes, o Iphan, como o entendemos hoje, foi criado no primeiro governo de Getúlio Vargas pela Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937. Posteriormente, a lei foi regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937, até hoje vigente, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

É importante ressaltar que nomes consagrados da cultura nacional participaram ativamente do esforço inicial para a criação do Iphan. Por sugestão de Mário de Andrade e Manuel Bandeira, o mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade foi indicado como seu primeiro Presidente, tendo permanecido por três décadas na direção do Iphan. Nesse processo, cabe destacar ainda a atuação decisiva do então Ministro da Educação, Gustavo Capanema, auxiliado pelo seu chefe de gabinete, o poeta Carlos Drummond de Andrade. O sociólogo Gilberto Freyre trabalhou no Iphan na Superintendência de Recife. Na mesma época, Mário de Andrade também dirigiu a unidade do Iphan em São Paulo, na primeira metade da década de 1940. O arquiteto e urbanista Lúcio Costa é outro expoente da cultura nacional que também contribuiu muito para a criação e consolidação de uma instituição pública voltada exclusivamente para a preservação do patrimônio cultural brasileiro.

As atribuições do Estado em relação à preservação do patrimônio cultural brasileiro estão previstas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. De forma contundente, o preceito constitucional, por si só, já demonstra as enormes responsabilidades que recaem sobre a instituição, expressando a relevância da preservação cultural para o conjunto da sociedade.

Depois de passar por várias alterações legais e regimentais ao longo das décadas, atualmente o Iphan se organiza pela Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017. A personalidade jurídica como autarquia federal foi instituída pela Lei n.º 8.113, de 12 de dezembro de 1990. Em um nível mais detalhado de atividades, o Regimento Interno da instituição foi aprovado pela Portaria n.º 92, de 5 de julho de 2012. Duas outras portarias também são fundamentais para definir as atribuições do Iphan: Portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2018, que institui a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM), e a Portaria n.º 200, de 18 de maio de 2016, que regulamenta o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI). Com uma concepção mais abrangente e integradora das políticas públicas na área

cultural, também a Lei n.º 12.343, de 02 de dezembro de 2010, que institui o Plano Nacional de Cultura (PNC), norteia e delimita a atuação finalística da Autarquia.

Atualmente o Iphan é Autarquia vinculada ao Ministério do Turismo e à Secretaria Especial de Cultura (SECULT), nos termos do art. 1º, inciso I, do Decreto n.º 10.107, de 06 de novembro de 2019. Institucionalmente, o Iphan tem por finalidade, nos termos do artigo 2º do Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017:

I - Preservar o patrimônio cultural do País, nos termos do art. 216 da Constituição;

II - Coordenar a implementação e a avaliação da Política Nacional de Patrimônio Cultural, de acordo com as diretrizes definidas em ato do Ministro de Estado da Cultura;

III - Promover a identificação, o reconhecimento, o cadastramento, o tombamento e o registro do patrimônio cultural do País;

IV - Promover a salvaguarda e a conservação do patrimônio cultural acautelado pela União;

V - Promover a difusão do patrimônio cultural do País, com vistas à preservação, à salvaguarda e à apropriação social;

VI - Promover a educação, a pesquisa e a formação de pessoal qualificado para a gestão, a preservação e a salvaguarda do patrimônio cultural;

VII - Elaborar as diretrizes, as normas e os procedimentos para a preservação do patrimônio cultural acautelado pela União, de forma a buscar o compartilhamento de responsabilidades entre os entes federativos e a comunidade;

VIII - Fiscalizar e monitorar o patrimônio cultural acautelado pela União e exercer o poder de polícia administrativa nos casos previstos em lei;

IX - Manifestar-se, quando provocado, no âmbito do processo de licenciamento ambiental federal, estadual, distrital e municipal quanto à avaliação de impacto e à proteção dos bens culturais acautelados em âmbito federal e à adequação das propostas de medidas de controle, mitigação e compensação;

X - Fortalecer a cooperação nacional e internacional no âmbito do patrimônio cultural.

Assim, tendo como referência a legislação acima mencionada, atualmente o Iphan conta com cinco departamentos: Departamento de Planejamento e Administração (DPA), Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (Depam), Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Projetos Especiais (DPE) e Departamento de Cooperação e Fomento (Decof), seis Unidades Especiais: Centro Nacional de Arqueologia (CNA), Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx (CCSRBM), Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial (CCPPI), Centro Lucio Costa (CLC) e Centro de Documentação do Patrimônio (CDP), 27 Superintendências estaduais, além

de 37 Escritórios Técnicos distribuídos pelos municípios mais relevantes e estratégicos para o patrimônio cultural.

Nesse arranjo institucional, destaque-se o papel do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que de acordo com o Decreto n.º 9.963, de 8 de agosto de 2019, artigo 2º, é responsável por examinar, apreciar e decidir questões relacionadas com o tombamento e rerratificação de tombamento, o registro do patrimônio de natureza imaterial e a sua revalidação e a saída temporária de bens acautelados pela União. Considerado um dos mais atuantes e longevos fóruns de políticas públicas do Brasil, o Conselho é presidido pela Presidente do Iphan e é composto por mais 22 membros das mais representativas instituições públicas e entidades relacionadas ao patrimônio cultural brasileiro.

De forma concisa, em grandes números, apresentamos a seguir o vasto patrimônio cultural atualmente acautelado pelo Iphan:

Tabela 2.1 O Patrimônio Cultural acautelado pelo Iphan

O PATRIMÔNIO CULTURAL ACAUTELADO PELO IPHAN		
591 bens imóveis ferroviários valorados	52 bens Culturais imateriais registrados	2.016 negociantes de obras de arte e antiguidade cadastrados
14 sítios Patrimônio Cultural Mundial	28.669 sítios arqueológicos georeferenciados	05 bens Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade
7 sítios Patrimônio Natural Mundial	83 Conjuntos Urbanos Tombados	07 línguas inscritas no inventário Nacional da Diversidade Linguística
1.271 bens Tombados	51 bens imóveis modernos tombados	

Depois de um amplo processo de discussão e alinhamento institucional, que envolveu todas as áreas do Iphan, inclusive as Superintendências e Unidades Especiais, em parceria com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), foram definidos a Missão e Visão de Futuro da instituição:

MISSÃO	VISÃO 2024
<p>Promover a preservação do patrimônio cultural brasileiro de forma sustentável, contribuindo para a cidadania plena e para o reconhecimento, valorização e difusão da diversidade cultural</p>	<p>Ser reconhecido pela sociedade brasileira como um Instituto de excelência na gestão compartilhada e sustentável do patrimônio cultural</p>

Assim, em decorrência das previsões legais contidas nos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 5 de outubro do 1988, são competências do Instituto, entre outras, preservar, proteger, fiscalizar, promover, estudar e pesquisar o patrimônio cultural brasileiro. Estas competências se desdobram em inúmeras ações que podem ser elencadas:

- Identificação e documentação;
- Reconhecimento do patrimônio por meio dos respectivos instrumentos legais, quais sejam: o Tombamento dos bens materiais (Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937), o Registro dos bens imateriais (Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000) e a valoração do patrimônio ferroviário (Lei n.º 11.483 de 31 de maio de 2007);
- Cadastramento de sítios arqueológicos (Lei n.º 3.924 de 26 de julho de 1961);
- Conservação, restauração e revitalização do patrimônio cultural protegido pela União;
- Salvaguarda de bens imateriais registrados;
- Elaboração de normas e procedimentos para as ações de preservação e promoção da difusão do patrimônio cultural brasileiro;
- Autorização de intervenções, de pesquisas arqueológicas e de saída de obras de arte do país (Lei n.º 4.845, de 19 de novembro de 1965);
- Fiscalização dos bens protegidos e respectivo exercício do poder de polícia administrativa;
- Aprimoramento de modelos e instrumentos de gestão da política de preservação de forma articulada entre os entes públicos, a sociedade civil e os organismos internacionais;
- Promoção e apoio à formação técnica especializada em preservação do patrimônio cultural; e
- Licenciamento ambiental, nos casos que requerem a intervenção do Iphan, de acordo com a Portaria Interministerial n.º 60, de 24 de março de 2015.

Na busca por desempenhar suas atribuições precípuas com eficiência e efetividade, o Iphan esforça-se para criar, comunicar e desenvolver uma cultura organizacional que integre e fortaleça a instituição. A difusão dos Valores Institucionais, representados abaixo, contribui para o engajamento e mobilização dos servidores, ao mesmo tempo que possibilita criar sinergia e alinhamento com a alta direção do Iphan. São valores institucionais da Autarquia:

VALORES
<ul style="list-style-type: none">• Valorização da diversidade• Gestão sustentável do patrimônio• Valorização do patrimônio cultural• Identidades culturais• Inclusão e participação social• Preservação e difusão do patrimônio cultural• Transparência e ética

Abaixo da Constituição Federal de 1988, um complexo conjunto de leis, decretos, portarias e resoluções organizam a atuação do Iphan em todo território nacional:

- Constituição Federal (inciso LXXIII do art. 5º, incisos III e IV do art. 23, incisos VII e VIII do art. 24, inciso IX do art. 30 e artigos. 215, 216 e 216-A);
- Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937 – Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública (art. 46º e art. 130º);
- Decreto-Lei n.º 8.534, de 2 de janeiro de 1946 – Passa à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências;
- Decreto n.º 66.967, de 27 de julho de 1970 – Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura (inciso III, § 5º, letra B), inciso VII do art. 1º e art. 14º);
- Decreto n.º 84.198, de 13 de novembro de 1979 – Cria, na estrutura do Ministério da Educação e Cultura, a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por transformação do Iphan, e dá outras providências;
- Lei n.º 6.757, de 17 de dezembro de 1979 – Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Nacional Pró-Memória e dá outras providências;
- Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990 – Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências (inciso II e § 1º do art. 2º);
- Lei n.º 8.113, de 12 de dezembro de 1990 – Dispõe sobre a natureza jurídica do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC) e da Biblioteca Nacional;
- Medida Provisória n.º 752, de 6 de dezembro de 1994 – Dispõe sobre a alteração na Lei n.º 8.490, de 19 de novembro de 1992, na Lei n.º 8.876, de 2 de maio de 1994, e dá outras providências (art. 6º);
- Decreto n.º 10.108, de 7 de novembro de 2019, vinculou o Iphan ao Ministério do Turismo;
- Decreto-Lei n.º 25, de 30 de novembro de 1937 – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional;
- Lei n.º 6.292, de 15 de dezembro de 1975 - Dispõe sobre o tombamento de bens no Iphan;
- Decreto n.º 9.963, de 8 de agosto de 2019 - Dispõe sobre o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural;
- Decreto-Lei n.º 2.809, de 23 de novembro de 1940 – Dispõe sobre a aceitação e aplicação de donativos particulares pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;

- Lei n.º 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 - Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural (art. 62º ao 65º);
- Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941 – Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública (letras k) e l) do art. 5º);
- Decreto-Lei n.º 3.866, de 29 de novembro de 1941 – Dispõe sobre o cancelamento do tombamento de bens no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961 – Dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos;
- Lei n.º 4.717, de 29 de junho de 1965 – Regula a ação popular (§ 1º do art. 1º);
- Lei n.º 4.845, de 19 de novembro de 1965 – Proíbe a saída, para o exterior, de obras de arte e ofícios produzidos no país, até o fim do período monárquico;
- Lei n.º 7.347, de 24 de julho de 1985 – Disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e dá outras providências (inciso III do art. 1º e art. 4º);
- Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000 – Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências;
- Decreto n.º 6.018, de 22 de janeiro de 2007 – Regulamenta a Medida Provisória n.º 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S. A., altera dispositivos da Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências (inciso IV do art. 5º e art. 7º);
- Lei n.º 11.483, de 31 de maio de 2007 – Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei n.º 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências (art. 9º);
- Lei n.º 9.613, de 3 de março de 1998 - Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, a preservação da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos na citada lei (art. 10º, 11º e 12º);
- Decreto n.º 8.652, de 28 de janeiro de 2016 - Dispõe sobre o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (art. 1º, inciso III);
- Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017 - Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Iphan, e dá outras providências;

- Decreto n.º 7.387, de 9 de dezembro de 2010 - Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências;
- Portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2018 - Institui a Política de Patrimônio Cultural Material (PPCM); e
- Portaria n.º 200, de 18 de maio de 2016 - Regulamenta o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI).

De modo organizado e de fácil consulta, toda essa vasta legislação, juntamente com acervos e publicações relacionadas às atividades finalísticas desenvolvidas pelo Iphan, estão disponíveis nos endereços eletrônicos da autarquia: <http://portal.iphan.gov.br/legislacao> e <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/617>.

Metodologia de elaboração do Relatório de Gestão

Os trabalhos para a coleta de dados e elaboração do Relatório de Gestão 2021 do Iphan foi caracterizado pela utilização de uma metodologia já consagrada na Autarquia. Em primeiro lugar, a CPLAN/CGPLAN/DPA analisa o relatório do ano anterior para verificar se houve alguma notificação de auditoria ou ajustes a serem realizados ou incorporados na nova versão do Relatório de Gestão.

O passo seguinte da metodologia adotada pelo Iphan consiste no envio de solicitação das principais realizações desenvolvidas pelas áreas finalísticas da Autarquia durante o exercício. De modo geral, as áreas técnicas apontam os principais produtos, entregas para a sociedade e realiza um balanço de suas atividades, inclusive apontando as principais dificuldades na busca para realizar as atividades finalísticas da instituição.

Quando as informações retornam para a CPLAN, o próximo passo da metodologia implica em analisar, uniformizar e consolidar uma grande quantidade de dados e resultados. Nesse mesmo momento as informações recolhidas das áreas meio do Iphan, notadamente a gestão de pessoal, de contratos, convênios e orçamentária, também são analisadas e incorporadas ao Relatório de Gestão.

Neste Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2021 também foi realizado um grande esforço para adequar os dados na forma de um novo modelo denominado Relatório Integrado, nos moldes previstos na Instrução Normativa TCU n.º 84, de 22 de abril de 2020.

Na sequência, o Relatório de Gestão é revisado pela CGPLAN/DPA e encaminhado para o Departamento de Planejamento e Administração – DPA para ratificação e encaminhamento ao Gabinete da Presidência para leitura, análise e inserção da Mensagem da Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, que envia para a Auditoria Interna (AUDIN) para análise e apresentação de Parecer da Auditoria Interna sobre a composição da prestação de contas do exercício de 2021, em

cumprimento ao disposto no artigo 15, parágrafo 6º, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000 e em conformidade com a Instrução Normativa (IN) TCU n.º 84, de 22 de abril de 2020, a Decisão Normativa (DN) TCU n.º 187, de 9 de setembro de 2020. Após o Parecer da Auditoria Interna, o Relatório de Gestão retorna à CGPLAN/DPA para ser encaminhado à Divisão de Editoração e Publicações (DIVEP/DECOF) para diagramação. Concluída essa etapa, o Relatório de Gestão diagramado retorna ao Gabinete da Presidência para ratificação e envio para a ASCOM publicar no site oficial da Autarquia.

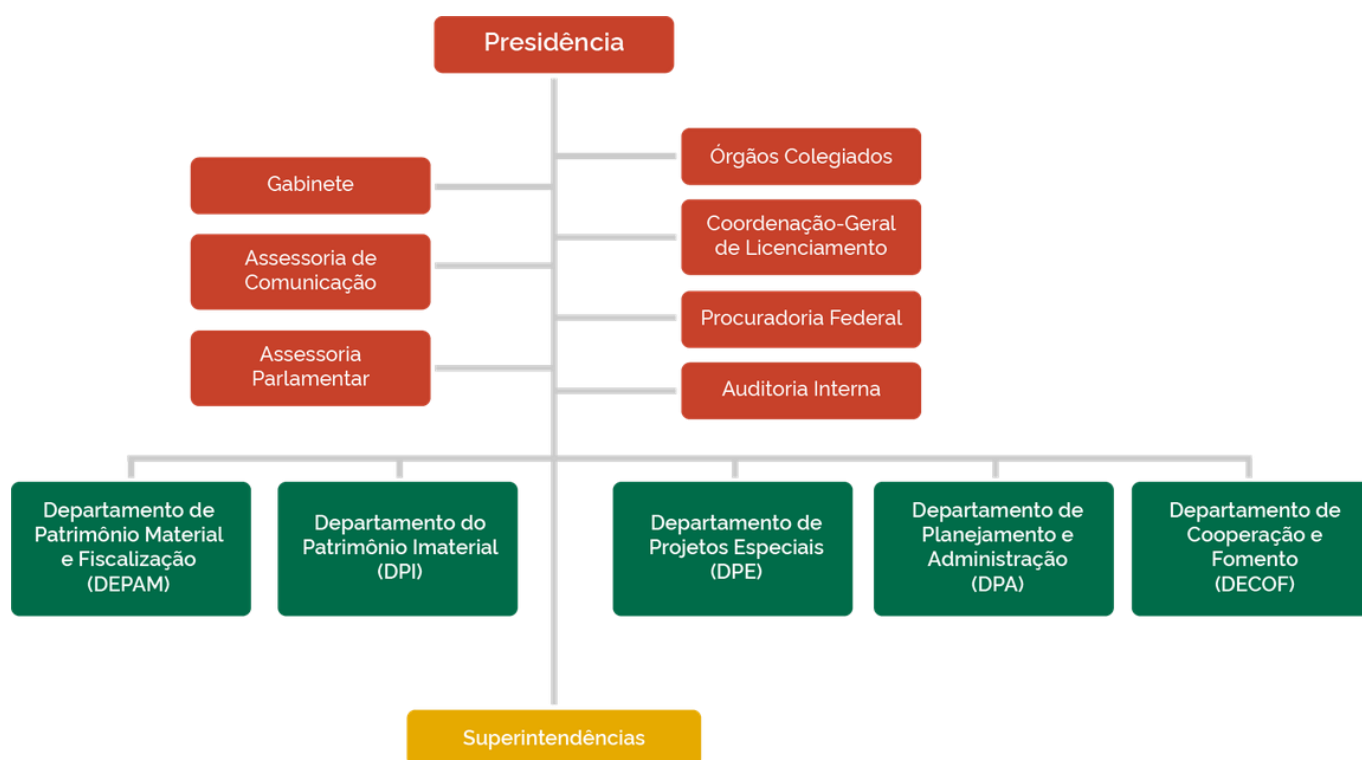
Quanto aos critérios adotados para elaborar o Relatório de Gestão, a metodologia segue basicamente 3 (três) grandes referenciais: 1) o Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado do Tribunal de Contas da União (TCU) com as orientações da nova regulamentação geral de prestação de contas, estabelecida na Instrução Normativa (IN) TCU n.º 84, de 22 de abril de 2020, que manteve a adoção de estrutura de conteúdo e de diretrizes que vêm sendo implementadas desde as contas do exercício de 2018, modelo esse fortemente alinhado com o modelo de Relato Integrado (International Integrated Reporting Council – IIRC); 2) a Cadeia de Valor Integrada do Iphan com os Macroprocessos identificados e mapeados; 3) o Planejamento Estratégico do Iphan 2021-2024, que contou com as oficinas coordenadas pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) trazendo os Objetivos, os Indicadores e as Metas voltados para os resultados e desempenho da Gestão. Por fim, na identificação dos projetos estratégicos da Autarquia, foram considerados os Planos Orçamentários, como a fiscalização, conservação e identificação do patrimônio cultural brasileiro.

2.2 - Estrutura Organizacional

Atualmente o Iphan se estrutura por meio de 27 Superintendências (uma em cada Unidade Federativa), 37 Escritórios Técnicos e 6 Unidades Especiais (quatro localizadas no Estado do Rio de Janeiro e duas no Iphan/Sede em Brasília, localizado no Distrito Federal). A administração central funciona em dois endereços: no Edifício Iphan - Sede, em Brasília (DF) e no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro (RJ), que se encontra temporariamente em reformas.

O Arquivo Central do Iphan, situado no Rio de Janeiro, é o setor responsável pela abertura, guarda e acesso aos processos de tombamento do Patrimônio Cultural Brasileiro. O Arquivo Aloísio Magalhães (AAM) está instalado em Brasília e tem um acervo iconográfico composto pelas ações de referenciamento cultural dos antigos Centro Nacional de Referência Cultural e Fundação Nacional Pró-Memória.

De acordo com a legislação em vigor, foi elaborado o organograma da autarquia:



2.3 - Estrutura de Governança

No desempenho de suas atribuições legais de coordenar as políticas públicas de preservação patrimonial em nível nacional o Iphan, em sintonia com as melhores práticas de gestão, desenvolveu uma estrutura de governança pública ao mesmo tempo ágil, transparente e eficiente. Dessa forma, a Presidência conta, no processo de tomada de decisões e definição de políticas públicas, com 3 (três) instâncias colegiadas de assessoramento e deliberação:

Conselho Consultivo: de acordo com a legislação vigente, compete ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural examinar, apreciar e decidir sobre questões relacionadas a tombamentos, registros de bens culturais de natureza imaterial e saídas temporárias do País de bens culturais protegidos por lei, além de se manifestar acerca de outras questões relevantes propostas pelo presidente do Iphan. O Conselho tem o dirigente máximo do Iphan como presidente e é composto por 9 (nove) representantes de instituições públicas e privadas e 13 (treze) profissionais de notório saber e comprovada experiência nas áreas de atuação relacionadas ao patrimônio cultural. O mandato dos conselheiros é de 4 (quatro) anos.

Diretoria Colegiada: É vasto o conjunto de atribuições da Diretoria Colegiada previsto na legislação, sendo competente para: estabelecer as diretrizes e estratégias do Iphan; aprovar e coordenar as políticas institucionais; opinar sobre os planos de ação e as propostas referentes ao processo de acompanhamento e avaliação da execução das agendas do instituto; examinar, opinar e decidir sobre as questões relacionadas à proteção e à defesa dos bens culturais; apreciar as propostas de edição de normas de âmbito nacional; aprovar o regimento interno do Iphan e zelar pelo seu cumprimento; assessorar o Presidente do Iphan; apoiar, prestar assistência técnica, orientar, acompanhar e supervisionar as unidades do Iphan no exercício de suas atribuições; analisar, discutir e decidir sobre as matérias relevantes para o órgão. É composta pelo Presidente do Iphan, que o presidirá, e pelos 5 (cinco) Diretores de Departamento.

Comitê Gestor: É composto pelo Presidente do Iphan, que o presidirá, pelos Diretores de Departamentos, pelo Procurador-Chefe, pelos Superintendentes e pelos Diretores das Unidades Especiais. Cabe ao Comitê Gestor colaborar na formulação, consecução, monitoramento e avaliação das políticas públicas de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, além de propor ações de articulação com outros órgãos, programas e ações culturais do Ministério do Turismo e com outros setores de interesse do patrimônio. O Comitê deve ainda participar da formulação do planejamento estratégico e orçamentário e do desenvolvimento institucional e da elaboração de propostas e diretrizes para implementação do Plano Anual de Ação. É também função do Comitê Gestor propor normas para a política de recursos humanos e implantação de instrumentos voltados para seu desenvolvimento, elaborar propostas para o estabelecimento de normas técnicas e administrativas de abrangência nacional e apreciar todos os demais assuntos que lhe sejam submetidos pela Diretoria. Caso haja necessidade, o Comitê pode designar Grupos de Trabalho com competência e conhecimento específico visando apoiar a Diretoria Colegiada na definição de normas técnicas e administrativas.

2.4 - Modelo de Negócios

Nos últimos anos o Iphan tem passado por um profundo processo de modernização e inovação administrativa. Em seu conjunto, a autarquia tem procurado melhorar seus processos de trabalho e o modelo de negócios buscando as melhores práticas de governança pública atualmente disponíveis para o Executivo Federal.

Nesse contexto, visando aprimorar o desempenho institucional da Autarquia, entre outras ações, foi assinado o Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT), visando implantar ações de transformação institucional no Iphan. O plano de trabalho estabelecido pelo TransformaGov prevê ações nas áreas de gestão estratégica, processos de trabalho, arranjos institucionais e estruturas organizacionais. Assinado em 21 de dezembro de 2020 com a Secretaria Especial Adjunta de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, o PGT prevê 37 (trinta e sete) ações de modernização administrativa e inovação institucional a serem alcançados nos próximos anos.

Nesse mesmo cenário de aprimoramento das práticas gerenciais aplicadas à gestão pública, ainda deve ser lembrada a parceria estabelecida com a Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) para a elaboração do novo Planejamento Estratégico da Autarquia. Depois de várias oficinas e reuniões de trabalho, também foi concluído o Mapa Estratégico com o estabelecimento da Missão, Visão de Futuro e Valores Institucionais da Autarquia, formalizado pela publicação no DOU da Portaria n.º 23, de 19 de maio de 2021.

2.5 - Cadeia de Valor

No Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional - TransformaGov, implantado por meio do Decreto n.º 10.382, de 28 de maio de 2020, e assinado entre o Iphan e a Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital SEGES/ME em 22 de dezembro de 2020, existe a meta de elaboração da Cadeia de Valor. Literalmente, conforme redação da Meta de n.º 3: "Construir a cadeia de valor integrada do Iphan com os seus principais elementos."

Dessa forma, para o atingimento da meta, o Ministério da Economia disponibilizou a consultora Nicir Chaves para assessorar na construção da cadeia de valor da Autarquia. Com essa finalidade, várias reuniões foram realizadas entre a CPLAN/CGPLAN/DPA e o Ministério da Economia para realizar a análise normativa da legislação mais relevante do Iphan.

Em seguida, em 15 de abril de 2021, uma grande oficina virtual foi realizada com todas as Coordenações-Gerais das áreas finalísticas e boa parte dos dirigentes das Unidades Especiais e das Superintendências da Autarquia.

Na sequência dos trabalhos, um grande questionário foi enviado para que os participantes apontassem os produtos mais relevantes entregues pelo Iphan para a sociedade brasileira. Depois de respondidos os questionários, a CPLAN consolidou as respostas procurando identificar os principais macroprocessos do Iphan. Ao todo, foram 34 (trinta e quatro) questionários avaliados e consolidados pela CPLAN, sempre assessorada pela consultoria do Ministério da Economia.

Dessa forma, uma vez consolidado o rico volume de dados e informações recolhidos, foram identificados os mais fundamentais processos de geração e agregação de valores por parte da Autarquia, divididos entre macroprocessos de suporte, gerenciais e finalísticos. De acordo com a metodologia adotada pelo Ministério da Economia, os macroprocessos de suporte e gerenciais são comuns à toda administração pública federal e possuem órgãos estruturadores centralizados, como a gestão de patrimônio, de pessoas, de recursos financeiros e orçamentários, etc. Na sequência, a CPLAN manifestou-se por meio das considerações dispostas a seguir:

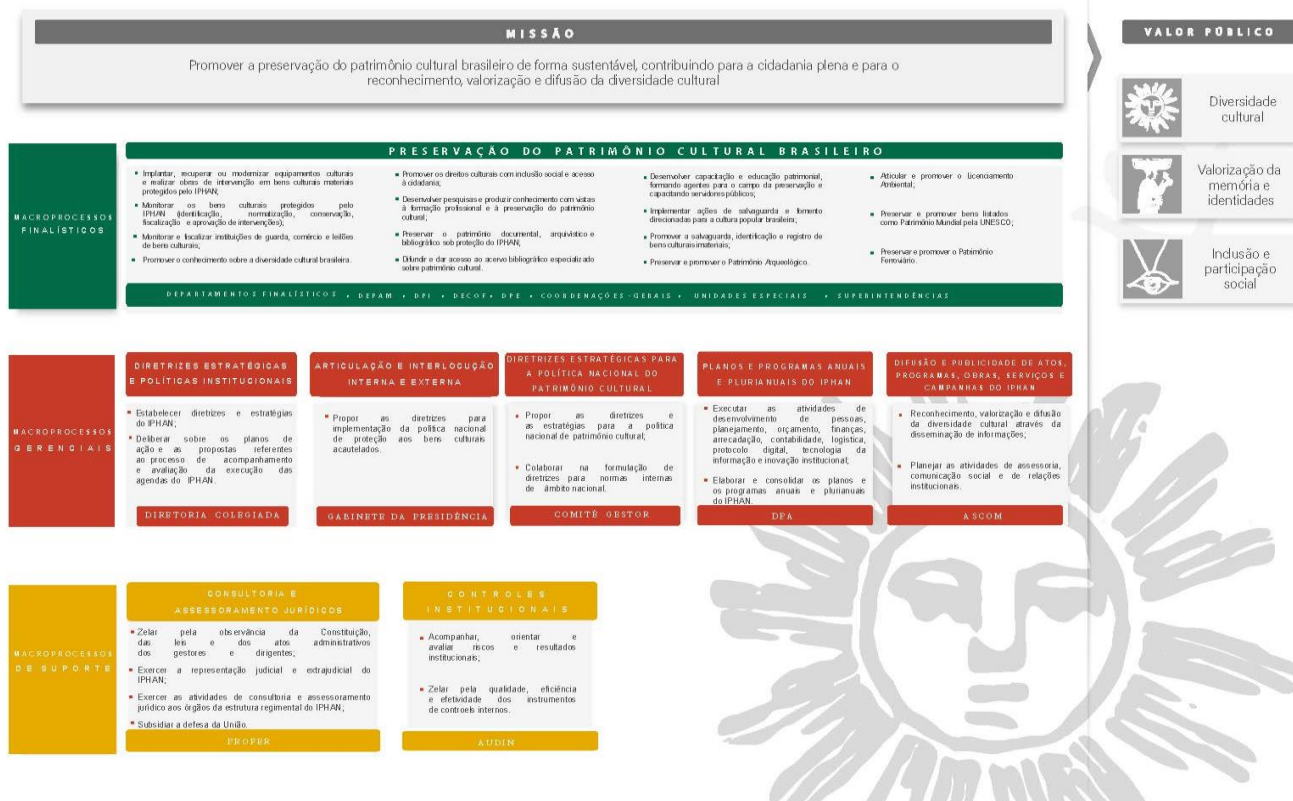
- I - Maior ênfase nos macroprocessos finalísticos do Instituto, conforme respostas do questionário da entrevista *online* e Análise Normativa do Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017;
- II - Identificação dos macroprocessos de atendimento ao público (sociedade), conforme respostas do questionário da entrevista *online*, Análise Normativa do Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017 e referências do Ministério da Economia; e
- III – Busca por maior aderência aos princípios metodológicos da Cadeia de Valor de Porter (1990), consoante referências do Ministério da Economia.

Concluída essa parte do trabalho, chegou-se ao produto final: a cadeia de valor integrada do Iphan, com a identificação, organização e hierarquização dos principais valores gerados pelos mais relevantes processos de trabalho do Iphan, com ênfase para os macroprocessos finalísticos.

Na sequência, o material foi enviado para a ASCOM com o objetivo de desenvolver um design gráfico compatível com a identidade visual e a paleta de cores oficiais da Autarquia.



CADEIA DE VALOR INTEGRADA DO IPHAN



Por fim, houve a aprovação da Cadeia de Valor pela Diretoria Colegiada, que foi efetivada pela publicação da Portaria n.º 49, de 08 de novembro de 2021, que instituiu a Cadeia de Valor Integrada do Iphan.

2.5.1 - Macroprocessos Finalísticos

Os macroprocessos finalísticos representam a essência da missão institucional do Iphan e estão voltados para a prestação e disponibilização de serviços e produtos da organização diretamente para o cidadão e a sociedade. Em linhas gerais, essas atividades finalísticas são suportadas pelos processos de gestão interna do Instituto, definidos a partir de sua cadeia de valor e alinhados ao Mapa Estratégico do órgão. Por meio de várias iniciativas de modernização administrativa, a Autarquia está comprometida com a busca constante no sentido de otimizar e simplificar a gestão desses processos internos que potencializam as entregas para a sociedade.

Nesse contexto, o Iphan está comprometido com a simplificação, a racionalização e a melhoria contínua de seus processos. O propósito é melhorar o seu desempenho propiciando resultados concretos

para os usuários de seus serviços, de forma específica, e para a sociedade, de modo geral. Nesse cenário, uma das principais ações previstas no Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT) consistiu na elaboração formal da cadeia de valores do Iphan, apontando quais atividades finalísticas representariam as principais atribuições da Autarquia, que listamos a seguir:

- Implantar, recuperar ou modernizar equipamentos culturais e realizar obras de intervenção em bens culturais materiais protegidos pelo Iphan;
- Monitorar os bens culturais protegidos pelo Iphan (identificação, normatização, conservação, fiscalização e aprovação de intervenções);
- Monitorar e fiscalizar instituições de guarda, comércio e leilões de bens culturais;
- Promover o conhecimento sobre a diversidade cultural brasileira;
- Promover os direitos culturais com inclusão social e acesso à cidadania;
- Desenvolver pesquisas e produzir conhecimento com vistas à formação profissional e à preservação do patrimônio cultural;
- Preservar o patrimônio documental, arquivístico e bibliográfico sob proteção do Iphan;
- Difundir e dar acesso ao acervo bibliográfico especializado sobre patrimônio cultural;
- Desenvolver capacitação e educação patrimonial, formando agentes para o campo da preservação e capacitando servidores públicos;
- Implementar ações de salvaguarda e fomento direcionadas para a cultura popular brasileira;
- Promover a salvaguarda, identificação e registro de bens culturais imateriais;
- Preservar e promover o Patrimônio Arqueológico;
- Articular e promover o Licenciamento Ambiental;
- Preservar e promover bens listados como Patrimônio Mundial pela UNESCO;
- Preservar e promover o Patrimônio Ferroviário.

2.6 - Políticas e Programas de Governo

De acordo com a legislação vigente, no **Plano Plurianual de 2020-2023**, as atribuições do Iphan estão previstas e englobadas, do ponto de vista orçamentário, no Programa 5025 – Cultura. Há ainda formalmente a vinculação ao Objetivo 1215: Consolidar a cultura como mais um eixo estratégico de desenvolvimento sustentável, provendo o acesso, a produção e a fruição da cultura, o exercício dos direitos culturais, a preservação e a difusão da memória e do Patrimônio Cultural. Ao contrário do que acontecia com o Plano Plurianual anterior (2016-2019), o Iphan não conta atualmente com nenhum indicador de desempenho ou meta institucional formalmente prevista no plano de governo.

Do ponto de vista da Lei Orçamentária Anual o Iphan é responsável por executar 3 (três) ações finalísticas cruciais para a política de preservação do patrimônio cultural: **20ZH** – Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro; **211F** – Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais e **5538** – Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas. A execução orçamentária dessas ações está retratada na seção que trata da Gestão Orçamentária e Financeira.

2.7 - Ambiente Externo

Diante do desafio de coordenar a política nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro o Iphan trabalha no sentido de aprimorar os serviços prestados para a sociedade. Nesse esforço de modernização institucional e desenvolvimento de suas atribuições legais, o Iphan interage com vários parceiros simultaneamente: cidadãos, sociedade civil organizada, instituições do terceiro setor, empresas, entidades municipais e estaduais, outros órgãos do poder Executivo federal, instituições e organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), entre uma miríade de atores políticos e organizacionais. Diante das dificuldades naturais de se inserir adequadamente em um ambiente externo muito dinâmico, complexo e imprevisível, o Iphan se esforça para se adequar e reagir de forma proativa frente aos desafios que estão sendo constantemente colocados.

Nesse aspecto específico, deve-se ressaltar o esforço do Iphan em trabalhar de forma alinhada com as prioridades estabelecidas ou encampadas pelo Executivo Federal. Nesse contexto, destacamos o Plano Plurianual (PPA), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (ENDES), além dos 17 (dezessete) objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Nesse cenário, o Iphan tem buscado sinergia com as políticas públicas praticadas por entidades estatais de diversos níveis, entidades parceiras nacionais e organismos internacionais.

Em linhas gerais, outro aspecto que impactou fortemente a atuação da Autarquia nos últimos dois exercícios foi a pandemia da COVID-19 a partir de março de 2020. De forma drástica, todas as atividades do Iphan foram impactadas pelo surto da doença, especialmente considerando que imediatamente todos os servidores e colaboradores foram colocados em trabalho remoto. Naturalmente, foi necessário um aprendizado e reordenamento radical da força de trabalho, que teve que se adaptar à nova maneira de organizar as suas atividades. Esse período de adequação da Autarquia e de seu quadro de servidores naturalmente exigiu do Iphan um esforço adicional de administração de um ambiente externo imprevisível e adverso. Destaque-se nesse contexto os esforços da Autarquia para regulamentar o Programa de Gestão de Desempenho, ou teletrabalho, instituído pela Instrução Normativa ME 65, de 30 de julho de 2020.

De maneira gráfica, eis a representação desse ambiente externo dinâmico, complexo e imprevisível que tem influenciado de diversas maneiras o desempenho do Iphan:

ENDES. A visão de futuro da Endes 2020-2031 pretende catalisar todas as dimensões do desenvolvimento sustentável, concebido como caminho da prosperidade. O documento contempla o cenário macroeconômico para os próximos doze anos e está organizado em 5 eixos: Econômico, Institucional, Infraestrutura, Ambiental e Social.

Para cada um desses eixos, declaram-se megatendências, diretrizes, desafios e orientações, índices-chave e metas-alvo.

Estratégia Nacional
de Desenvolvimento
Econômico e Social



Diante do contexto da pandemia da Covid-19, o IPHAN ficou impossibilitado de receber o público, diminuindo consideravelmente a visitação de seus espaços, ocasionando o fechamento dos mesmos, além da paralisação parcial de obras, das visitas técnicas e das fiscalizações, devido às restrições sanitárias do distanciamento social.

O trabalho antes presencial precisou ser realizado remotamente.

O desafio de manter as atividades frente ao trabalho de preservação e conservação foi contornado com lives e rotinas on-line

Pandemia COVID-19



2.8 - Determinação da Materialidade das Informações

Em seus 85 anos de existência, os temas mais relevantes das áreas de preservação, conservação, identificação e reconhecimento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional têm impactado a sociedade de diversas formas.

A relevância dessas atividades é comprovada pelo alinhamento das atribuições do Iphan com inúmeras pautas da agenda da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2020, nossas atividades e operações contribuíram para vários dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. Nossos temas mais relevantes vinculam-se principalmente aos seguintes **ODS: 4,8,11,17**.

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



3. CAPÍTULO 2 - RISCOS, OPORTUNIDADES E PERSPECTIVAS

3.1 - Gestão de Riscos

Atualmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desenvolve um projeto para implementação de uma metodologia para gestão de riscos da entidade. Esses esforços têm o objetivo de cumprir as exigências regulatórias que foram desenvolvidas e publicadas nos últimos anos, tais como:

- Instrução Normativa (IN) conjunta do Ministério Público (MP) e Controladoria-Geral da União (CGU) n.º 1, de 10 de maio de 2016: Dispõe sobre controles internos, gestão de riscos e governança no âmbito do poder executivo federal;
- Decreto n.º 9.203, de 22 de novembro de 2017: Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- Portaria CGU n.º 1.089, de 25 de abril de 2018: Estabelece orientações para que os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional adotem procedimento para estruturação, a execução e o monitoramento de seus programas de integridade;
- Portaria CGU n.º 57, de 04 de janeiro de 2019: Atualização da Portaria CGU n.º 1.089, de 25 de abril de 2018;
- Portaria n.º 11, de 26 de janeiro de 2021: Aprova a política de Gestão de Riscos e Governança pública e institui o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles no âmbito do Iphan;
- Nesse contexto, no dia 09/09/2021 foi realizada a primeira reunião do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles (CGGC) que enfatizou os trabalhos realizados e os próximos passos necessários para manter a iniciativa avançando. O Comitê contou com a presença:
 - Presidente do Iphan;
 - Diretoria Colegiada;
 - Auditor-Chefe;
 - Procurador-Chefe;
 - CPLAN/CGPLAN.

Estratégia e Metodologia

Tendo em vista que a iniciativa envolve a adoção de arcabouço composto por diversos instrumentos, definindo e criando condições para um funcionamento sinérgico, é indicado a evolução gradativa do nível de maturidade da organização nos assuntos relacionados à gestão de riscos.

Levando em consideração a periodicidade semestral das reuniões do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles (CGGC) instituído pela Portaria n.º 11, de 26 de janeiro de 2021, a Coordenação de Planejamento e Projetos (CPLAN) sugere a seleção de uma quantidade que possa variar entre 6 (seis) a 10 (dez) processos para análise e apuração dos resultados visando a apresentação no CGGC para deliberação.

Cada reunião do Comitê corresponde a um ciclo de gestão em termos de maturidade. Após uma quantidade razoável de ciclos de gestão de 6 (seis) a 8 (oito) a entidade poderá avaliar a implementação de sistemas informatizados para suportar as atividades de Gestão de Riscos com objetivo de alavancar os resultados e promover maior eficiência das atividades.

A CPLAN/CGPLAN considera essencial primeiramente o domínio da metodologia apresentada e de conceitos relacionados à Gestão de Projetos, Gestão de Processos, Avaliação de Riscos e Controles Internos. Somente após o cumprimento dos requisitos supracitados a entidade estará preparada para absorver os conhecimentos necessários para implementação de um programa ou software informatizado.

Com isso, a condução dos trabalhos tem sido realizada mediante workshops facilitados pela CPLAN/CGPLAN e com a participação dos pontos focais designados formalmente pelos Diretores dos Departamentos da Autarquia. Com isso, o Iphan definiu como metodologia de atuação a sequência de atividades abaixo ilustrada:

1. Definição dos papéis e responsabilidades;
2. Definição do escopo dos trabalhos;
3. Mapeamento dos processos;
4. Identificação, avaliação e resposta aos riscos;
5. Diagnóstico e implementação de controles internos; e
6. Avaliação dos resultados pelo Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles (CGGC).

Tendo em vista que o projeto de implementação de gestão de riscos envolve a organização como um todo, foi identificada a necessidade de utilização de material referencial específico para o Iphan com o objetivo de promover maior alinhamento entre os Departamentos com suas funções e responsabilidades.

Levando em consideração as boas práticas de gestão, a CPLAN/CGPLAN optou por utilizar a Matriz RACI para definição do âmbito de atuação das diversas áreas envolvidas na iniciativa em questão. Originada de um acrônimo em inglês, a ferramenta designa quatro papéis fundamentais para a realização de um projeto: Responsible (Responsável), Accountable (Aprovador ou Autoridade), Consulted (Consultado) e Informed (Informado).

Responsável: É aquele que detém o conhecimento sobre os procedimentos relativos a uma tarefa, sendo designado para a sua execução. Marcado pela letra "R", esses profissionais assumem a responsabilidade pela entrega de uma ou mais demandas, podendo, ou não, contar com a ajuda de assessorias.

Autoridade: Quem detém essa função recebe a tarefa finalizada pelo Responsável, verifica se o resultado é satisfatório e dá o aval para que a equipe siga para a próxima etapa do projeto. Por isso, a Autoridade costuma ser um gerente, diretor de departamento ou, de maneira geral, um alto nível de liderança da organização.

Consultado: Corresponde, em geral, a um especialista, um profissional expert em determinada temática. No decorrer dessa atividade, o Consultado deve fornecer todo o suporte necessário para que o Responsável execute a atividade da melhor forma possível.

Informado: Essa função está relacionada àqueles que, embora não tenham participação direta na rotina ou projeto, precisam ser avisados sobre seu andamento.

Após os diversos alinhamentos entre os Departamentos da instituição, a Diretoria Colegiada do Iphan aprovou o esquema abaixo o qual ilustra a definição dos papéis e responsabilidades para esse primeiro ciclo de implementação da Gestão de Riscos:

Tabela 3.1.1 Matriz RACI (Principais Stakeholders)

MATRIZ RACI – PRINCIPAIS STAKEHOLDERS

	R	A	C	I
METODOLOGIA PARA IMPLANTAÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS.	A	R	I	C
WORKSHOP PARA CONDUÇÃO DOS TRABALHOS.	A	R	I	C
ELABORAÇÃO DA MATRIZ RACI PARA OS TRABALHOS DE GESTÃO DE RISCOS.	A	R	C	C
MAPEAMENTO DOS PROCESSOS	A	C	R	I
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	A	C	R	I
AValiação DOS RISCOS	A	C	R	I
DEFINIÇÃO DAS RESPOSTA AOS RISCOS	A	C	R	I
AValiação DOS CONTROLES	A	C	R	I
ELABORAÇÃO DO MATERIAL COM RESULTADO DOS TRABALHOS (PARA O CGGC)	A	R	C	I
TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO	A	C	I	R

R RESPONSÁVEL

Área que executa e elabora os entregáveis da iniciativa.

A AUTORIDADE

Área que fornece as diretrizes e aprova a estratégia e metodologia de atuação.

C CONSULTADO

Área que é consultada e oferece suporte para execução das atividades quando acionada.

I INFORMADO

Áreas que são informadas e atualizadas sobre o andamento e resultados das atividades.

Responsabilidade compartilhada com a COGEP.

Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles (CGGC) e linhas de defesa do Iphan

A comunicação para a alta administração é essencial para obter o devido patrocínio e garantir um bom funcionamento dos controles e gerenciamento dos riscos. O papel do Comitê é corroborar com o monitoramento do desempenho organizacional e validar tanto a metodologia quanto os trabalhos realizados. Com isso, como pauta geral do CGGC, podemos organizar sua atuação da seguinte forma:

Gráfico A - 3.1.1 Organização do trabalho do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles



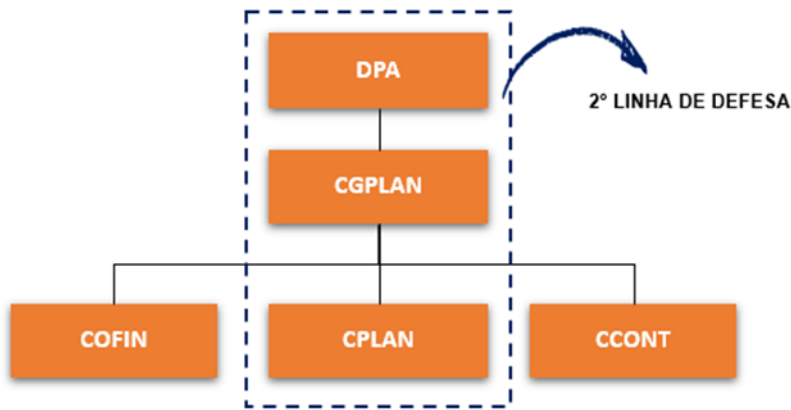
Toda a governança apresentada no que tange a gestão de riscos é monitorada pelas 3 (três) linhas de defesa da instituição:

Gráfico B - 3.1.2 Três linhas de Defesa da Instituição

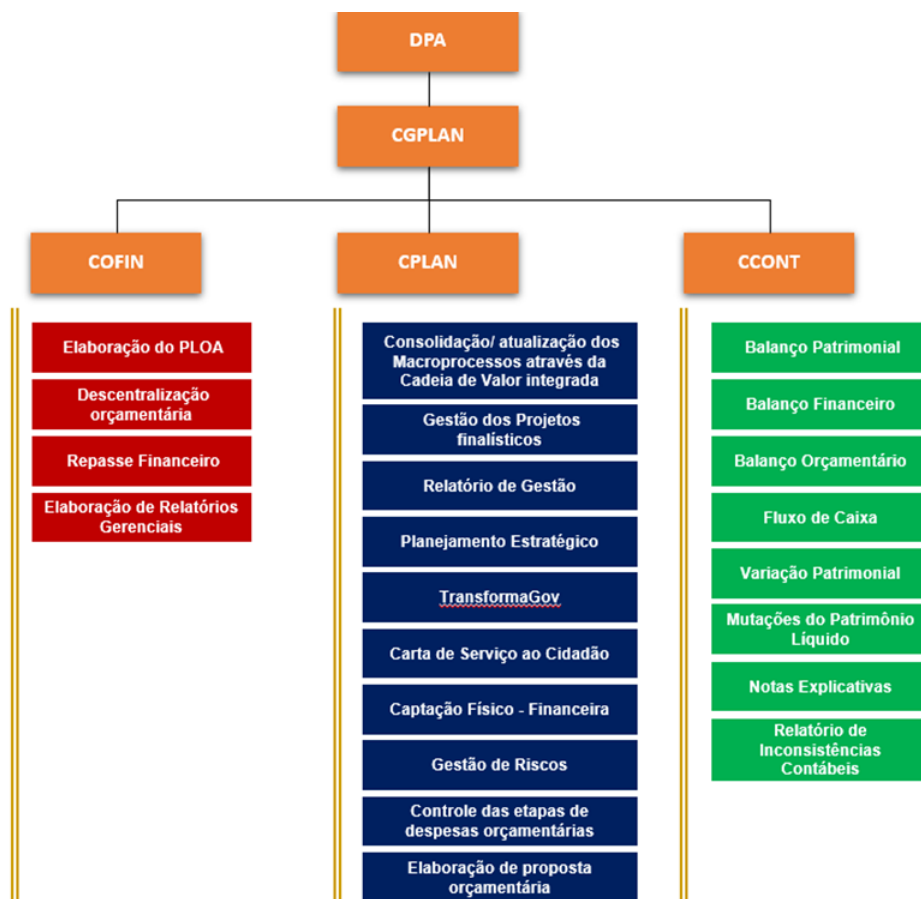


Estrutura da 2ª linha de defesa da Instituição

A 1ª reunião Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles (CGGC) também deliberou sobre a necessidade de uma célula especializada que atuaria como 2ª linha de defesa da instituição. Nesse contexto, a Presidência do Iphan designou o DPA como departamento que fará esse papel, sendo representado pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPLAN) e pela Coordenação de Planejamento e Projetos (CPLAN).



A CPLAN/CGPLAN, além de atuar como 2ª linha de defesa, também irá participar da iniciativa como área de 1ª linha quando o foco for a gestão de seus próprios processos de negócio. Com isso, a CGPLAN realizou o levantamento dos processos de sua Coordenação para que possa incorporá-los aos ciclos (semestrais) de Gestão de Riscos de maneira gradativa, tornando assim, todos seus processos aderentes à metodologia proposta.



Entregas realizadas pela CPLAN no exercício de 2021

Levando-se em consideração o diagrama supracitado, a Coordenação de Planejamento e Projetos (CPLAN) desempenhou um papel fundamental para alavancar a gestão da instituição com responsabilidades estratégicas e entregas de alto valor agregado, como é possível observar no quadro resumo abaixo:























Tabela 3.1.2 Entregas de alto valor agregado da Instituição com responsabilidade estratégica

ENTREGAS	DESCRIÇÃO	STATUS
1 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	Formulação e acompanhamento do Planejamento Estratégico do Iphan (13 objetivos estratégicos e 24 indicadores). Período do 1º ciclo de acompanhamento: maio a dezembro de 2021.	✓
2 CADEIA DE VALOR	Construção (em parceria com o ME) da Cadeia de Valor do Iphan, mapeando os processos finalísticos, gerenciais e de suporte. Período: fevereiro a novembro de 2021.	✓
3 CARTA DE SERVIÇO AO CIDADÃO	Atualização da Carta de Serviço ao Cidadão mapeando e descrevendo 69 serviços finalísticos prestados pelo Iphan. Período: julho a dezembro de 2021.	✓
4 IMPLEMENTAÇÃO DE GESTÃO DE RISCOS	Planejamento da iniciativa de Gestão de Riscos no Iphan, liderando sua implementação com os Departamentos Finalísticos. Período do 1º ciclo: iniciado em setembro de 2021 até junho de 2022.	✓
5 NORMATIVO SIG-IPHAN	Construção de normativo para acompanhamento dos Planos de Ação finalísticos no Sistema Integrado de Gestão do Iphan. Período: outubro de 2021.	✓
6 ACOMPANHAMENTO PROJETOS FINALÍSTICOS	Planilha de Acompanhamento da Execução dos Planos de Ação finalísticos aprovados pela Diretoria Colegiada no SIG-IPHAN. Período: abril a dezembro de 2021.	✓
7 Sprint 32 (SIG-IPHAN)	Gerenciamento das melhorias de qualidade no Sistema Integrado de Gestão (SIG-IPHAN). Período: março a dezembro de 2021.	✓
8 ACOMPANHAMENTO TRANSFORMAGOV	Acompanhamento de 37 iniciativas do Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado. Período: janeiro a dezembro de 2021.	✓
9 RELATÓRIO DE GESTÃO	Planejamento e construção do Relatório de Gestão do Iphan (Entregue em 2021 com data base de 2020). Período: janeiro a março de 2021.	✓
10 CAPTAÇÃO FÍSICO - FINANCEIRO	1ª captação do acompanhamento físico e financeiro 2021 no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOF (Período: julho e agosto de 2021)	✓
11 PUBLICAÇÃO DE TEMAS NO SITE	Gerenciamento de conteúdos implementados na plataforma Gov.BR (Site IPHAN). Período: Trabalho contínuo. (Com Ênfase na Atualização dos dados do Relatório de Gestão no presente exercício. Período: Janeiro a Dezembro de 2021.).	✓
12 ACOMPANHAMENTO (ORÇAMENTO)	Atas de Reuniões realizadas com DEPAM / DPI / DECOF / DPE sobre a Execução Orçamentária dos PA's. Processo Nº 01450.002921/2021-12. Período: setembro a outubro de 2021.	✓

Resumo das atividades de Gestão de Riscos desempenhadas no exercício de 2021

Diante das estratégias e metodologia estabelecida, o Iphan acompanha todas as ações necessárias para implementação de um sistema integrado de controles com objetivo de promover tratativas aos riscos institucionais identificados:

Tabela 3.1.3 Ações necessárias para implementação de um sistema integrado de controle das atividades de Gestão de Riscos do Iphan

	<u>ATIVIDADE</u>	<u>DESCRIÇÃO</u>	<u>STATUS</u>
1	POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS	Instituição de Comitê de Governança, Gestão de Risco e Controles. Processo SEI nº 01450.002919/2020-54 (Portaria nº 11, de 26 de janeiro de 2021);	 
2	1º REUNIÃO DO COMITÊ CGGC	Reunião com a Presidência e Diretoria Colegiada para explicar a movimentação do tema e definir próximos passos para implementação da gestão de riscos no IPHAN (ata de reunião documento SEI nº 2976832);	 
3	DEFINIÇÃO DOS PONTOS FOCAIS	Os departamentos do IPHAN nomeiam seus pontos focais para trabalhar na iniciativa (documentos: 2978935 - DPE, 2984188 - DPI, 2984688 - DEPAM, 2991889 - DECOF e 3016249 - DPA)	 
4	AVALIAÇÃO DO SISTEMA GFT	Reunião no dia 06/10/ 2021 em que o Sr. José Assunção (Superintendente de Tecnologia da Informação da ANAC) realizou uma apresentação para explicar o sistema GFT. Participação da CGPLAN, CGTI, CPLAN e AUDIN;	 
5	CURSO DE CAPACITAÇÃO	Curso de gestão de riscos ministrado por colaborador da CGU nos dias 18,19,20 e 21/10/2021. Participação da CGPLAN, CPLAN ,pontos focais nomeados pelos departamentos e outros colaboradores selecionados para multiplicar os conhecimentos absorvidos;	 
6	PLANO DE TRABALHO	Elaboração de um Plano de Trabalho com diretrizes gerais e metodologia para implementação da gestão de riscos na entidade;	 
7	PILOTO COM A CPLAN (CSC 2021)	Utilizar o processo implementado para elaboração da Carta de Serviço ao Cidadão para compor os entregáveis (fluxograma do processo, matriz de risco e mapa de calor).	 
8	CRONOGRAMA E AGENDA	Elaborar cronograma de reuniões com os pontos focais. Adicionalmente organizar a pauta de cada reunião e as entregas necessárias para andamento do tema.	 
9	APRESENTAÇÃO P/ DIRETOR (DPA)	Apresentação executiva para demonstrar o planejamento, a metodologia utilizada e o piloto construído levando em consideração a CSC 2021;	 
10	ALINHAMENTO COM A AUDIN	Alinhamento com a Auditoria Interna para coletar feedback e aprimorar a metodologia;	 
11	TRABALHO DE CAMPO	Início dos trabalhos de campo. Três Workshops foram realizados em 2021 e outros três estão programados para o 1º semestre de 2022.	 

Do ponto de vista das oportunidades, precisamos destacar várias atividades e iniciativas que foram empreendidas no sentido atualizar a agenda de gestão pública da Autarquia, que por muitos anos prescindiu de ações mais efetivas com essa finalidade específica.

Para além da implantação gradativa e crescente de uma política de gestão riscos, como demonstrado acima, várias ações têm sido buscadas no sentido de fortalecer a governança corporativa da Autarquia. Em primeiro lugar, destacaríamos a elaboração, implantação e divulgação do Planejamento Estratégico da Autarquia, que contribuiu para que a instituição defina mais claramente seus próximos passos, suas diretrizes e prioridades de atuação.

Por outro lado, em complemento, a elaboração da Cadeia de Valor envolveu toda a Autarquia no sentido de definir quais os macroprocessos finalísticos são mais relevantes, contribuindo para a melhor alocação de recursos no âmbito da Diretoria Colegiada. De maneira inequívoca, tanto o Planejamento Estratégico quanto a definição formal de uma Cadeia de Valor, contribuem com parâmetros e diretrizes na definição dos recursos alocados nas três Ações finalísticas do IPHAN: 211F, 5538 e 20ZH.

Com a mesma finalidade, a elaboração, atualização e divulgação de uma nova Carta de Serviços do Cidadão abre uma perspectiva enorme de melhoria de interlocução com a sociedade, potencializando uma relação mais ágil, eficiente, democrática e proativa com o cidadão.

Em seu conjunto, todo o esforço que o Iphan tem empreendido no sentido de fortalecer sua capacidade legal e gerencial de governança corporativa, necessariamente implica na prestação de serviços cada vez mais eficientes e efetivos, abrindo promissoras perspectivas e oportunidades de aprimorar seu desempenho institucional.

Por fim, mas não menos importante, cabe destacar a mudança para a nova sede do Iphan em Brasília. O antigo prédio já está sendo entregue e a Autarquia se mudará para uma sede própria, economizando R\$ 550.000,00 mensais e R\$ 6.600.000,00 anuais. Naturalmente, os recursos economizados com a manutenção administrativa poderão ser realocados para as atividades finalísticas, potencializando a oportunidade de impactar de maneira mais direta a população que se utiliza dos serviços prestados pelo Iphan.

3.2 - Procedimentos Disciplinares Instaurados por Tipo, por Assunto e Julgados

A administração pública brasileira possui várias instâncias, mecanismos e instituições para realizar o controle dos atos de gestão. Nesse contexto, pode-se destacar os papéis relevantes da Advocacia-Geral da União (AGU) e do órgão de controle interno, que no caso do governo federal é a Controladoria-Geral da União (CGU). Nesse arranjo institucional, cabe destacar ainda as atribuições do controle externo, exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Na tarefa de aprimorar e fiscalizar os atos de gestão, exercendo o que o direito administrativo chama de autocontrole, o Iphan busca adequar os atos de gestão de seus administradores à legislação vigente, visando sempre a economicidade e efetividade. Nesse sentido, gestores e equipes do Iphan são constantemente chamados a aperfeiçoarem seus atos enquanto servidores ou dirigentes, observando a legislação vigente e as melhores práticas administrativas. Esse esforço deve ser considerado como uma primeira linha de defesa dos atos praticados pelos gestores do Iphan.

Num patamar acima, como se fosse uma segunda camada de proteção, o Iphan tem buscado de várias formas e de modo constante garantir a integridade dos atos de gestão de seus dirigentes. Nesse contexto, destaque-se duas iniciativas importantes: o desempenho das atividades de correição e o estabelecimento do Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Controles (CGGC).

A execução das atividades de correição, no âmbito do Iphan, tem como propósito a apuração de possíveis irregularidades cometidas por servidores do Instituto. Além das normas aplicáveis ao Direito Administrativo Disciplinar, a atuação correcional é orientada por normativos internos:

I - Portaria n.º 92, de 5 de julho de 2012, que aprova o Regimento Interno deste Instituto;

II – Portaria n.º 47, de 29 de outubro de 2021, que delega e subdelega competências relativas à Gestão, Administração Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial, Atos de Governança e Gestão de Pessoas no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan;

III - Portaria n.º 38, de 18 fevereiro de 2010, que dispõe sobre o cadastramento de processos disciplinares do Iphan no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD).

Tabela 3.2.1 Procedimentos Disciplinares Instaurados – por Tipo

Procedimentos Disciplinares Instaurados – Por tipo	
Tipo do Processo	Nº de Procedimentos
Sindicância Investigatória	2
Sindicância Acusatória	2
Processo Administrativo Disciplinar – PAD	0
Total de Procedimentos	4
<i>Fonte: ASSE/Correição</i>	

Tabela 3.2.2 Procedimentos Disciplinares Instaurados – por Assunto

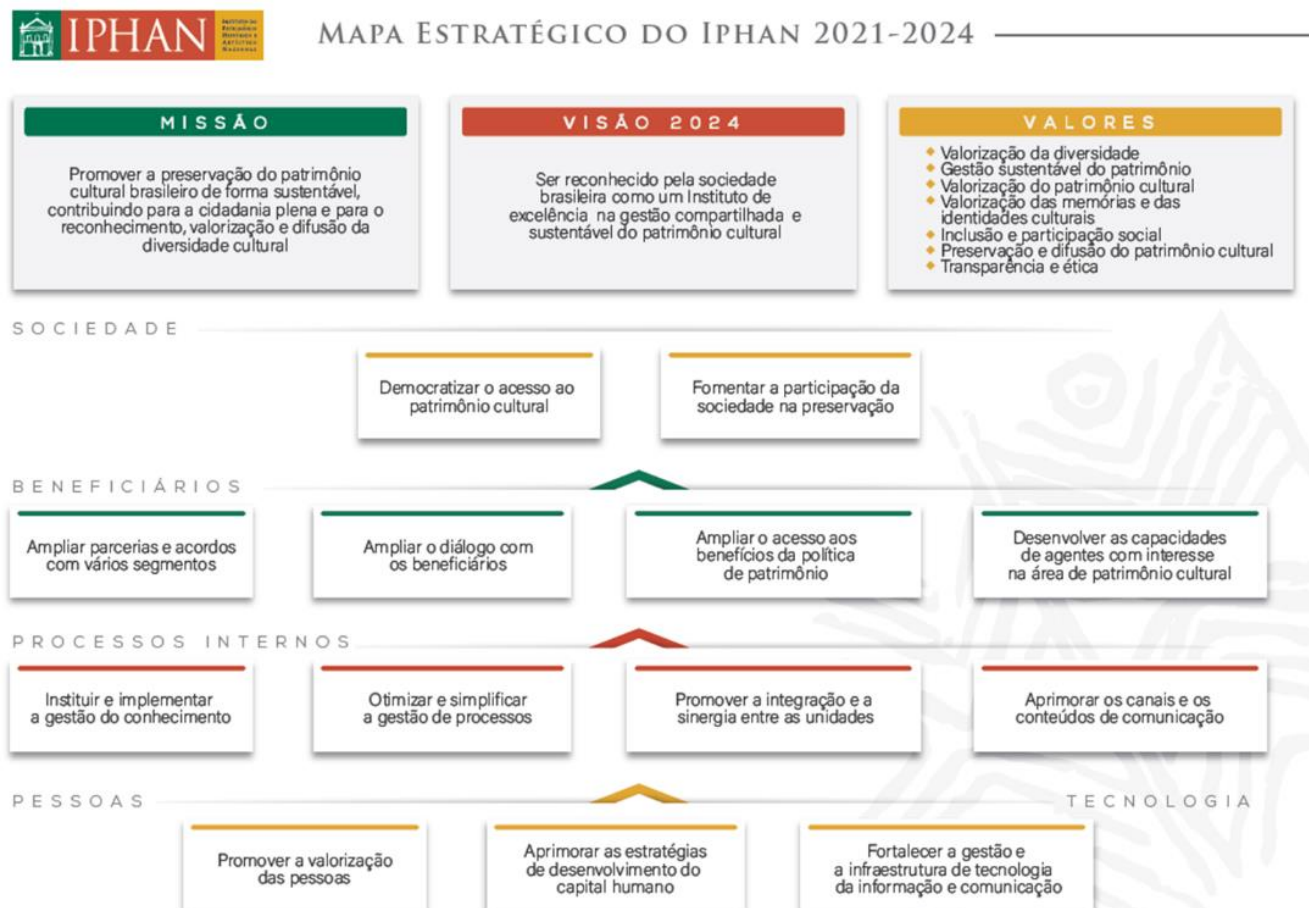
Procedimentos Disciplinares Instaurados – Por Assunto	
Tipo do Processo	Nº de Procedimentos
Irregularidades na gestão/fiscalização de contratos	3
Favorecimento próprio ou de terceiros	1
Total de Procedimentos	4
<i>Fonte: ASSE/Correição</i>	

Tabela 3.2.3 Procedimentos Disciplinares Julgados

Procedimentos Disciplinares Instaurados – Por Assunto	
Tipo do Processo	Nº de Procedimentos
Sindicâncias	7
Processo Administrativo Disciplinar – PAD	3
Total de Procedimentos	10
<i>Fonte: ASSE/Correição</i>	

4. CAPÍTULO 3 - GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

4.1 - Estratégia



Estruturado em quatro grandes áreas que se complementam e sucedem, o novo Planejamento Estratégico prevê ações robustas, focadas e interligadas para o adequado gerenciamento das pessoas e da tecnologia. Definidas e implantadas ações concretas e efetivas quanto à gestão de pessoas e da tecnologia da informação, o resultado irá impactar necessariamente sobre a estruturação dos processos internos, incrementando o desempenho institucional da Autarquia. Prosseguindo com a leitura de baixo para cima do Mapa Estratégico, como recomenda a metodologia do BSC, é possível sustentar que a boa gestão sobre pessoas, tecnologia e processos internos irá otimizar os resultados direcionados aos beneficiários das políticas públicas de preservação do patrimônio cultural.

Naturalmente, todo esse longo, complexo e rico processo deverá resultar em melhores entregas para toda a sociedade, foco principal e único de todo esforço de melhoria de desempenho institucional que o Planejamento Estratégico procura impulsionar ou potencializar. É nesse contexto que deve ser entendido todo esforço gerencial do Iphan para entregar para o cidadão políticas públicas cada vez mais eficazes, eficientes e efetivas.

Em relação ao monitoramento dos indicadores e metas do Planejamento Estratégico, é importante destacar que recentemente o Iphan realizou o 1º Ciclo de avaliação do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2024, visando o acompanhamento atualizado das metas estabelecidas no PEI, com os resultados apresentados dos indicadores estratégicos. Naturalmente, é um importante instrumento gerencial, que mostra para a instituição suas dificuldades, perspectivas e potencialidades.

4.2 - Apoio da Estrutura de Governança à Capacidade do Iphan de Gerar Valor

Em complemento à política de gestão de riscos e controles internos, estruturado em linhas de defesa que destacamos, o Iphan desenvolveu canais de comunicação com a sociedade e com seu próprio quadro de servidores que permite aprimorar e intensificar a execução de políticas públicas de salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro. Adiante levantaremos alguns desses mecanismos de escuta, interlocução e comunicação com a sociedade e com seus próprios servidores.

Nesse arranjo institucional que busca engajamento e parceria, destaque-se o papel do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, que de acordo com o Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017, artigo 13º, é responsável por examinar, apreciar e decidir questões relacionadas com o tombamento e rerratificação de tombamento, o registro do patrimônio de natureza imaterial e a sua revalidação, como também pela saída temporária de bens acautelados pela União.

A Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, que institui o então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), estabelece concomitantemente o Conselho Consultivo, instância composta por integrantes da sociedade com a competência exclusiva para se manifestar sobre todos os casos de tombamento. Dessa forma, de maneira absolutamente inovadora e vanguardista para os padrões da administração pública brasileira da época, foi criado um dos mais longevos e estáveis conselhos de políticas públicas do Estado brasileiro.

Dessa forma, a criação do Iphan e do Conselho Consultivo, composto em sua grande maioria por integrantes da sociedade brasileira sem vínculos com o Estado, representa uma grande inovação para administração pública, trazendo, de forma vanguardista, representantes da população para gerir os assuntos públicos. Assim, ao dialogar intensamente com a sociedade sobre a parte mais importante do ciclo da política pública de tombamento por meio do Conselho Consultivo, o Iphan já nasce com uma capilaridade e abertura popular que só iriam se intensificar e se difundir pela administração pública brasileira depois da Constituição Federal de 5 de outubro de 1988. Com décadas de antecedência e ineditismo, o Conselho Consultivo do Iphan inaugura o que a literatura especializada a partir da década de 1980 iria conceituar como controle social da administração pública.

De acordo com o Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017, que estabelece a estrutura regimental do Iphan, art. 6º, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural (CCPC) é composto por 23 (vinte e três) integrantes. Além do presidente do Iphan, que o preside, o CCPC é composto 9 (nove) integrantes de órgãos públicos e entidades representativas, além de 13 (treze) profissionais de notório saber e experiência nas áreas relacionadas ao patrimônio cultural. Atualmente, o regimento interno do Conselho Consultivo está estabelecido pela Portaria n.º 486, de 29 de novembro de 2012. A atual composição do CCPC foi estabelecida pela Portaria MTUR n.º 2, de 8 de janeiro de 2021.

4.2.1 - Formas de acesso ao serviço de informação ao cidadão do Iphan (Sic-Iphan)

4.2.1.1 - Protocolo Digital

O Protocolo Digital foi implantado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) desde o início de agosto de 2021 e encontra-se em execução desde então.

Por meio deste serviço *online* um documento pode ser protocolado no Iphan com economia de tempo e recursos financeiros tanto para a sociedade quanto para os cofres públicos, visto que a população pode protocolar um documento de qualquer lugar do país com economia de tempo e recursos financeiros. Ao adotar esse procedimento o Iphan não precisou instalar nenhum sistema ou módulo para utilizá-lo. Existe uma instalação única e centralizada no Ministério da Economia, a plataforma Gov.br sendo necessário apenas realizar a integração da ferramenta com o seu sistema de processo eletrônico, o que gera economia de tempo e de recursos para a administração pública.

4.2.1.2 - Forma de Acesso

Os pedidos de informação ao cidadão são regulamentados pela Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação – LAI, que regula o acesso a informações, conforme previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal do Brasil, que garantem o direito fundamental do cidadão de ter acesso às informações produzidas e armazenadas pelo Estado. Faz parte desse arcabouço jurídico, o decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a LAI.

Nas últimas décadas, o Iphan tem buscado desenvolver, implantar e institucionalizar uma política de transparência pública, visando disponibilizar para a sociedade o vasto universo das informações produzidas, custodiadas e armazenadas pela Autarquia.

Nessa política de transparência ativa, o Iphan publica em seu sítio oficial todas as informações públicas consideradas relevantes para a sociedade, buscando disponibilizar pesquisas atualizadas, fidedignas e facilmente acessíveis. Por outro lado, sempre existem informações, processos ou procedimentos que usualmente requerem mais qualificações ou esclarecimentos. Para essas situações, sempre no esforço de ampliar e manter a transparência, o Iphan desenvolveu alguns canais de comunicação direta com o cidadão.

Em consonância com a Carta de Serviços ao Cidadão, o SIC-IPHAN é o canal de atendimento ao cidadão que proporciona o acesso à informação. O Serviço de Informação ao Cidadão – SIC-IPHAN está

presente na Sede, em Brasília, e em todas as Unidades da Autarquia por meio dos pontos focais designados para o recebimento e acompanhamento junto às áreas técnicas responsáveis pelas respostas às manifestações registradas na Plataforma Fala.Br.

Além das instalações físicas, distribuídas pela sede em Brasília, 6 Unidades Especiais, 27 Superintendências e 37 Escritórios Técnicos, o Iphan disponibiliza, em conjunto com os órgãos de controle interno da Administração Pública federal, pelo menos duas vias de acesso e comunicação com a sociedade. São eles: via Correios, da própria Autarquia; e eletrônica, gerenciado pela Controladoria-Geral da União (CGU). Outra forma de atendimento ao cidadão é via telefone, sendo mais comum o atendimento para esclarecimentos de dúvidas e solicitações de contatos das Unidades do Iphan.

4.2.1.2.1 - Eletrônica

A Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação — Fala.BR, desenvolvida pela Controladoria-Geral da União (CGU), é um canal integrado para encaminhamento de manifestações (pedidos de acesso à informação, denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, elogios e simplifique) a órgãos e entidades do poder público.



Acesso: <https://www.gov.br/acaoainformacao/pt-br/falabr>

O canal reúne funcionalidades do Sistema Nacional Informatizado de Ouvidorias (e-Ouv) e do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic), assim como os procedimentos para tratamento dos pedidos de simplificação. A união dos dois sistemas abre caminho para melhorias e novas funcionalidades que facilitarão a vida dos cidadãos e dos gestores em todos os níveis de governo. Com isso, a nova plataforma permite aos cidadãos fazer pedidos de informações públicas e manifestações de ouvidoria em um único local, a partir de um único cadastro.

O Fala.BR está disponível no site <https://falabr.cgu.gov.br> e centraliza todos os pedidos de informação amparados pela Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, que forem dirigidos ao Poder Executivo Federal, suas entidades vinculadas e empresas estatais. O prazo para atendimento é de 30 (trinta) dias, prorrogável por mais 30 (trinta) dias, mediante justificativa.

4.2.1.2.2 Via Correios

O Iphan disponibiliza o acesso à informação por correio, bastando ao cidadão preencher um formulário e encaminhar para o endereço do Sic-Iphan, localizado na Sede do Iphan, em Brasília (DF). Apesar de este serviço estar ativo no Iphan, a falta de utilização por parte dos cidadãos permite inferir que será cada vez menos usual devido às facilidades de atendimento diretamente pela internet.

4.2.1.2.3 Atendimento presencial

Além dos meios digitais, o atendimento pode ser feito presencialmente na sede do Iphan, entretanto, registra-se que não foi realizado qualquer atendimento presencial durante o ano de 2021, devido às medidas restritivas da pandemia de Covid-19. Entretanto, assim como o serviço por correspondência, a falta de utilização por parte dos cidadãos permite inferir que será cada vez menos usual devido às facilidades de atendimento diretamente pela internet.

4.2.1.2.4 atendimentos realizados

No que tange aos requerimentos e solicitação de acesso à informação, da análise dos dados inerentes ao ano de 2021, contidos no Painel Lei de Acesso à Informação (cgu.gov.br), que registra as demandas recebidas, depreende-se os seguintes números:

Quantitativo de pedidos de acesso à informação recebidos

De 2012 (criação da plataforma) a 2021, o Iphan recebeu 2.615 (dois mil e seiscentos e quinze) pedidos de acesso à informação, ocupando a 69ª (sexagésima nona) posição em relação ao quantitativo total de pedidos de informações realizados dentro da plataforma, que foi de 1.097.632 (um milhão, noventa e sete mil e seiscentos e trinta e dois) de pedidos. O quantitativo de pedidos de acesso à informação recebidos pelo Iphan foi assim registrado:

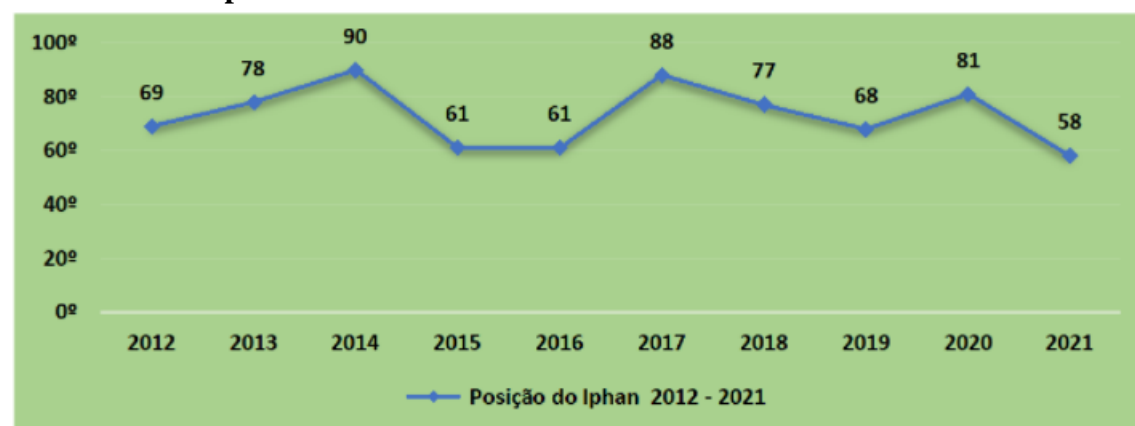
Gráfico C - 4.2.1.2.4.1 Quantidade de pedidos de acesso à informação recebidos pelo Iphan de 2012 a 2021



Fonte: Fala.BR

No recorte do ano de 2021, o Iphan recebeu 373 (trezentos e setenta e três) pedidos de acesso à informação, ocupando nesse ano a 58ª (quincuagésima oitava) posição em relação ao quantitativo total de pedidos realizados dentro da plataforma, que foi de 119.090 (cento e dezenove mil e noventa) pedidos. Observa-se que de 2020 (299 pedidos) para 2021 (373 pedidos) houve um aumento de 24,75% no número de pedidos de acesso à informação.

Gráfico D - 4.2.1.2.4.2 Posição do Iphan em relação ao número de pedidos recebidos dentre os cadastrados na plataforma Fala.BR de 2012 a 2021



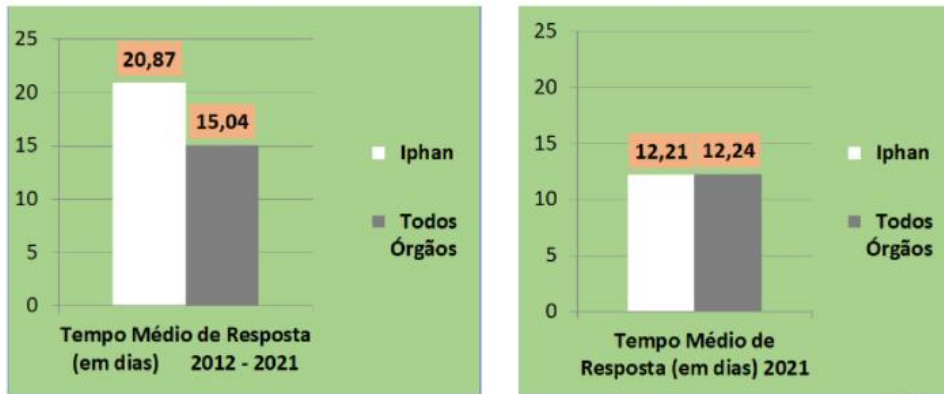
Fonte: Fala.BR

Tempo médio de resposta

O tempo médio de resposta do Iphan às solicitações de acesso à informação, no período de 2012 (criação da plataforma) a 2021 foi de 20,87 dias, ocupando a 226ª (ducentésima vigésima sexta) posição.

Sendo que o tempo médio de todos os órgãos, dentro da plataforma, no mesmo período, foi de 15,04 dias. Já no ano de 2021, o tempo médio de resposta do Iphan às solicitações foi de 12,21 dias, ocupando a 136ª (centésima trigésima sexta) posição. Sendo que a média geral dos órgãos no ano 2021 foi de 12,24 dias, portanto, percebe-se uma melhoria na agilidade de resposta por parte do Instituto.

Gráfico E - 4.2.1.2.4.3 Comparativo de tempo de resposta entre período histórico e 2021



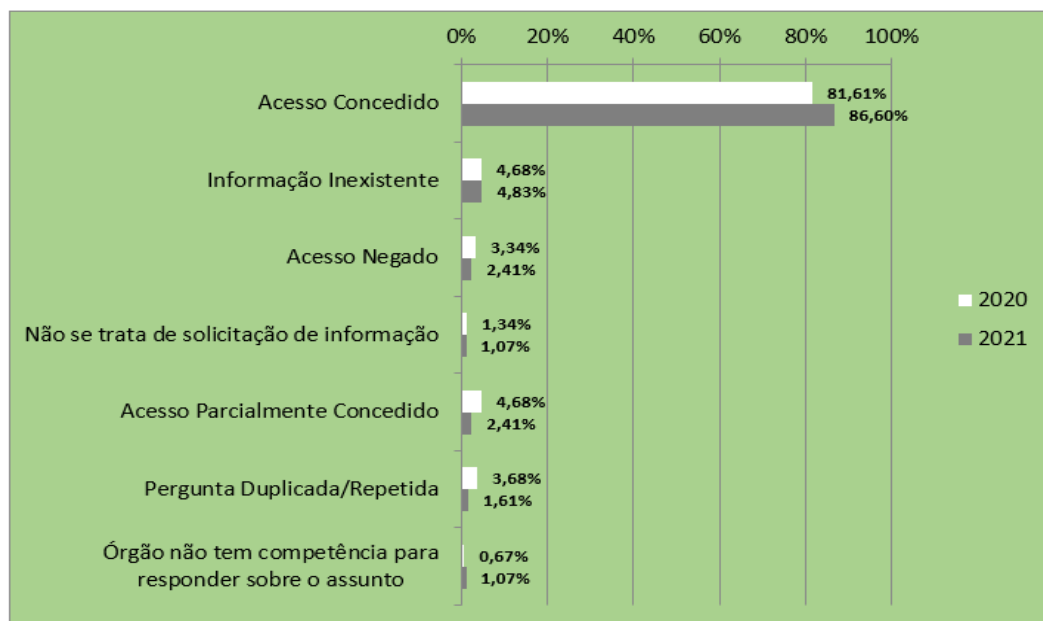
Fonte: Fala.BR

Fonte: Fala.BR

Tipos de respostas

Observando o gráfico comparativo dos tipos de resposta produzida pelo Iphan, conclui-se que o Instituto tem ampliado o atendimento às demandas recebidas.

Gráfico F - 4.2.1.2.4.4 Comparativo do tipo de resposta produzida pelo Iphan entre 2020 e 2021:



Fonte: Fala.BR

Fale Conosco

O atendimento do Fale Conosco é realizado pelo endereço eletrônico faleconosco@iphan.gov.br. É um canal disponível na Autarquia desde 2013 e recebe solicitações relacionadas a diversas atividades do Iphan, como informações sobre registros, tombamentos, fiscalizações, denúncias, reclamações, sugestões, fomento, pesquisa, dentre outras.

Apesar de ser um canal que recebe uma quantidade de demandas significativa em termos quantitativos, não havia efetivamente um tratamento qualitativo das demandas recebidas e das respostas encaminhadas, uma vez que os pedidos não estavam sendo inseridos no Fala.BR, que é a porta de entrada única para as solicitações do Poder Executivo Federal, uma vez que os próprios requisitantes muitas vezes não apresentavam as informações necessárias para preenchimento no sistema.

Sendo assim, visando melhor organizar e otimizar o trâmite das manifestações recebidas, considerando o limite de equipe técnica do SIC-Iphan, o Iphan optou por iniciar um processo de transição no atendimento ao cidadão pelo e-mail faleconosco@iphan.gov.br, que culminou em sua desativação no dia 31 de dezembro de 2021 e redirecionando os pedidos diretamente para o Fala.BR, como já é feito por diversos outros órgãos federais.

O cidadão pode, além de encaminhar o pedido via Falar.BR, protocolar por correspondência, virtualmente ou comparecer presencialmente para registrar seus pedidos de acesso à informação.

4.2.2 - Carta de Serviços ao Cidadão

Da legislação e recomendações

A atualização da Carta de Serviços ao Cidadão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) segue o disposto no artigo 7º da Lei n.º 13.460, de 26 de junho de 2017, que dispõe sobre a participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos. A Carta tem como objetivo disponibilizar a informação ao usuário sobre os serviços prestados pela Autarquia, bem como as formas de acesso a esses serviços, com o compromisso e padrão de qualidade de atendimento ao público. Em alinhamento com o Serviço de Informação ao Cidadão do Iphan (Sic-Iphan), relaciona as informações dos serviços com a descrição, forma de atendimento, prazos, unidade responsável, requisitos para acesso, procedimentos necessários, locais e formas de acesso, entre outras informações relevantes.

A atualização da Carta de Serviços ao Cidadão do Iphan observa o Decreto n.º 9.094, de 17 de julho de 2017, que institui a Carta de Serviços ao Usuário (Redação dada pelo Decreto n.º 9.723, de 11 de março de 2019), principalmente no inciso IV do § 1º do art. 11º, objetivando informar aos usuários os serviços publicados no portal único Gov.br.

A atualização da Carta de Serviços ao Cidadão do Iphan cumpre a meta do Indicador Estratégico 15 “Atualização da Carta de Serviços ao Cidadão do Iphan” do Objetivo Estratégico 09 “Ampliar o diálogo com os Beneficiários” da Portaria n.º 23, de 17 de maio de 2021, que aprova o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2024 do Iphan.

A atualização da Carta de Serviços do Iphan representa, em aspectos qualitativos, o mapa estratégico 2021-2024, a Cadeia de Valor Integrada, maior nível de detalhes nas descrições dos serviços, além da importante inovação do Protocolo Digital. Em termos quantitativos são 69 (sessenta e nove) serviços mapeados e descritos, o que caracteriza o aumento de 130% (cento e trinta por cento) dos serviços em relação à Carta de Serviços de 2014, que consolidou 30 (trinta) serviços mapeados e descritos.

A Versão final da atualização da Carta de Serviços do Iphan está em harmonia com a logomarca da Autarquia, com o Planejamento Estratégico 2021-2024, com a Cadeia de Valor Integrada e contém os Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) Biblioteca Aloísio Magalhaes, Iphan.

Portanto, a atualização da Carta de Serviços ao Cidadão do Iphan contempla os objetivos metodológicos, os princípios normativos e cumpre com os requisitos institucionais da Autarquia, alinhada ao Planejamento Estratégico 2021-2024 e à Cadeia de Valor Integrada, aos princípios constitucionais, à transparência, à coerência e à eficiência na prestação dos serviços à sociedade. A Atualização da Carta de Serviços ao Cidadão do Iphan foi aprovada pela Portaria n.º 1, de 13 de janeiro de 2022, com publicação no BAE 1.660, e está acessível em formato digital através do link http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/carta_de_servicos_iphan_2021_vr.digital_02__2_.pdf

4.2.3 - Comissão de Ética

A Comissão de Ética do Iphan tem como finalidade educar, orientar e aconselhar sobre os padrões de conduta ética do agente público, conforme estabelece o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto n.º 1.171, de 22 de junho de 1994. A atuação da Comissão, com foco em ações essencialmente educativas, é importante no desenvolvimento de estratégias para o emprego da ética no serviço público, melhoria do ambiente organizacional e contribuição com a transparência e controle social, além de uma resposta eficiente para o cidadão.

A participação de todos e a colaboração da instituição é fundamental para o bom andamento da Comissão. Para construir uma ação mais próxima dos agentes públicos, no Iphan, além dos membros titulares, suplentes e da secretaria executiva, é importante o envolvimento dos servidores das unidades descentralizadas. A Comissão designará pontos focais destinados à realização de ações de comunicação, educativas e de suporte, e aguarda a manifestação daqueles que se identificam com o tema e a proposta.

Como fazer consulta ou apresentar denúncia: funcionando num espaço exclusivo no Iphan, a Comissão desenvolve trabalhos e recebe os servidores que podem agendar horário para atendimento, por telefone ou e-mail. Os servidores do Instituto, qualquer cidadão ou agente público podem encaminhar consulta ou denúncia – identificada ou anônima – relacionada a cometimento de irregularidade por servidor, comissionado, terceirizado ou prestador de serviço.

Para maiores informações, acesse o *link*: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/participacao-social/comissao-de-etica>.

4.2.3.1 Atividades da Comissão de Ética do Iphan em 2021

Em 2021 a Comissão de Ética do Iphan realizou 19 (dezenove) reuniões na forma de conferência virtual, dada a situação da pandemia. Nas reuniões são realizadas a apreciação e deliberação acerca das denúncias recebidas e apurações éticas em curso, como também o tratamento dos outros assuntos que dizem respeito à atuação da instância ética na instituição.

Durante o ano, foram recebidas formalmente 2 (duas) consultas referentes à conduta ética dos servidores e 7 (sete) denúncias, que tiveram seguimento segundo os procedimentos estabelecidos pela Resolução n.º 10, de 29 de setembro de 2008, da Comissão de Ética Pública (CEP). A Comissão instaurou 2 (dois) procedimentos preliminares e 2 (dois) processos de apuração ética. Foram recebidos ainda alguns questionamentos, denúncias e consultas acerca da atuação do órgão que foram remetidos para os setores competentes.

Com o avanço da publicação do Plano de Integridade do Iphan no final de 2020, houve, ainda, a aproximação entre as instâncias integradoras da Unidade de Gestão da Integridade, com o objetivo de se construir uma atuação cotidiana articulada. A exemplo, houve a realização da Semana de Integridade, entre os dias 22 e 24 de novembro de 2021, na qual a Comissão de Ética organizou uma palestra sobre o papel educativo das Comissões de Ética. Além disso, fora das ações da Semana de Integridade, os próprios membros da Comissão participaram de diversas ações de capacitação voltadas ao tema, com o objetivo de aprimorar os trabalhos do colegiado.

Ainda, em cumprimento ao planejamento anual de atividades, foi realizada a tabulação de dados de todos os processos abertos desde a criação da Comissão, cujas informações deverão ser tratadas para subsidiar campanhas informacionais e educativas.

Adotando passos importantes para o futuro, a Comissão de Ética, instada pelo Gabinete da Presidência, objetivando otimizar a atuação do Iphan no Programa Nacional de Prevenção à Corrupção (PNCP), um programa criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), deu início aos trabalhos para produção do Código de Ética dos Servidores do Iphan em 2021 com a elaboração do plano do trabalho, cuja continuidade se dará em 2022.

4.2.4 - Comitê Gestor de Tecnologia da Informação

Responsável por deliberar sobre planejamento, orçamento, investimentos, priorização e gerenciamento de riscos de toda a Política de Tecnologia da Informação do Iphan.

4.2.5 - Política de Integridade

Acerca da temática de Integridade, é importante destacar a publicação da Portaria nº 47, de 29 de outubro de 2021, que centralizou a atividade correcional no Departamento de Planejamento e Administração. A concentração da competência para instauração de procedimentos disciplinares no DPA permitiu a realização de análises mais aprofundadas já na etapa de admissibilidade, encaminhando para arquivamento os casos que não demonstravam materialidade da infração, sem necessidade de instauração de procedimento disciplinar.

O juízo de admissibilidade, etapa preliminar à instauração de procedimentos disciplinares, foi reformulado para se adequar ao preconizado na Instrução Normativa da Controladoria Geral da União (CGU) nº 02, de 19 de outubro de 2021. Dessa forma, foi instituída a investigação preliminar como procedimento administrativo preparatório para reunir informações necessárias à apuração de fatos preliminarmente à instauração de sindicância, de processo administrativo disciplinar ou de responsabilização.

É relevante destacar que em relatório elaborado pela assessoria do DPA e corroborado pelos dados extraídos do e-Aud, sistema de controle da atividade de auditoria da CGU, aproximadamente 2/3 dos procedimentos disciplinares instalados nos anos de 2016 a 2020 foram arquivados, grande parte deles em razão de inexistência de evidências de materialidade. Com a utilização da investigação preliminar, apenas em 2 meses, duas denúncias foram arquivadas por insuficiência de materialidade e cinco foram encaminhadas ao Comitê de Ética, por se tratar de desvio de conduta. Apenas os casos em que efetivamente

se identificou evidências de dano à Administração Pública, foram transformados em sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Destaque-se, ainda, a elaboração de modelos padrão para a Admissibilidade de processos disciplinares no Iphan. Esses modelos foram elaborados em atenção à Instrução Normativa CGU nº 02/2021, supracitada, e em conjunto com os Auditores de Controle Interno da CGU em reuniões realizadas no segundo semestre de 2021. A padronização desses procedimentos permitiu uma análise mais estruturada e holística da denúncia, além de conceber maior segurança ao diretor do DPA na decisão de instauração ou não dos procedimentos disciplinares.

Destacamos, ainda, a realização da I Semana de Integridade do Iphan, evento realizado digitalmente na segunda quinzena de 2021 que contou com a participação da CGU, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento, do Comitê de Ética e da Auditoria Interna. Na cerimônia foram discutidas temáticas, como: o papel educativo do Comitê de Ética, a Integridade Pública como estratégia organizacional e Gestão de Riscos. Também foram apresentados aos gestores da Autarquia os procedimentos correccionais, alterados em razão das reestruturações realizadas na atividade de correição, especialmente no que diz respeito à instauração de processos disciplinares e sindicâncias. Também foi discutido o papel da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas e dos gestores locais na solução de conflitos internos.

Como resultado das ações desenvolvidas em 2021, tem-se um número consideravelmente menor de procedimentos disciplinares e sindicâncias instalados pelo Iphan e maior robustez nas análises de materialidade de denúncias recebidas pelo DPA.

Para 2022, as seguintes atividades estão previstas:

- Elaboração do Código de Conduta Ética do Iphan;
- Realização da II Semana de Integridade do Iphan;
- Padronização das análises de mérito pela autoridade julgadora de procedimentos disciplinares e sindicâncias;
- Publicação de portaria regulamentando todos os procedimentos correccionais do Iphan.

O Plano de Integridade do Iphan foi homologado pela Portaria n.º 447, de 27 de novembro de 2020, fortalecendo o compromisso da autarquia com gestão ética, profissional e transparente. Conforme o art. 3º, inciso II, do Decreto n.º 9.203/2017, a integridade é um princípio da governança pública. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, alinhado à política de governança pública e às disposições contidas na Instrução Normativa Conjunta MP/CGU nº 1, de 10 de maio de 2016, instituiu, a partir da Portaria nº 447, de 29 de novembro de 2018, a Unidade de Gestão da Integridade – UGI, que possui por

competências coordenar a estruturação, execução e monitoramento do Programa de Integridade; orientar e treinar servidores em relação aos temas atinentes ao Programa de Integridade; e promover a implementação dos planos de integridade no âmbito do Iphan.

A Portaria nº 447, de 27 de novembro de 2020, ainda está válida e não sofreu nenhuma alteração em 2021. Com a edição de normativo instituindo novos procedimentos correccionais no âmbito do Iphan, a mesma poderá ser alterada. Ressalta-se, no entanto, que a Autarquia está passando por uma reestruturação organizacional e regimental, em razão da sanção da Lei nº 14.204, de 16 de setembro de 2021, e do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021. Dessa forma, apenas após a publicação da nova estrutura regimental do Iphan será possível formalizar as alterações na Política de Integridade.

Informamos, ainda, que o Relatório de Instância do Instituto ainda está em elaboração, com data prevista de publicação para 1º de abril de 2022.

Risco de Integridade

Integridade Pública refere-se ao alinhamento consistente e a adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público sobre os interesses privados no setor público, segundo a definição estipulada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A implementação desse arcabouço depende de uma estratégia para gestão de riscos que inclua a avaliação dos riscos para a integridade pública.

O Programa de Integridade é um conjunto estruturado de medidas institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção, em apoio à boa Governança. Trazendo esse contexto para a realidade do Iphan, podemos ressaltar a Portaria n.º 447, de 23 de novembro de 2020 que homologa o Plano de Integridade do instituto (Processo SEI n.º 01450.002409/2018-62).

Estrutura da Gestão de Integridade no Iphan

- **Comissão de Ética:** Composta por 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes juntamente com uma Secretária-Executiva, vinculada administrativamente ao Gabinete da Presidência do Instituto, tem como finalidade contribuir para a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho da gestão ética;
- **Coordenação Geral de Gestão de Pessoas:** Unidade do Departamento de Planejamento e Administração (DPA), compete, dentre outras atribuições, promover ações de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos com objetivo de disseminar os conhecimentos relacionados à gestão de risco para a integridade;
- **Ouvidoria:** Atualmente o Iphan busca assegurar o atendimento e o devido tratamento das manifestações utilizando a Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação (Fala.BR). O canal reúne funcionalidades do Sistema Nacional Informatizado de Ouvidorias (e-OUV) e do Sistema Eletrônico de Serviço de Informação ao Cidadão (e-Sic);

- **Corregedoria:** Atividades relacionadas com os procedimentos de caráter disciplinar no âmbito da entidade (vinculadas ao DPA e em conformidade com as diretrizes estipuladas pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e com o disposto no art. 19, inciso XV, do anexo I do Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017);
- **Unidade Responsável:** Por meio da Portaria n.º 447, de 29 de novembro de 2018, foi instituída a Unidade de Gestão da Integridade responsável pelo Programa de Integridade no âmbito deste Instituto.

4.3 - Resultados e Desempenho da Gestão

Por meio de suas áreas finalísticas o Iphan, conforme demonstrado anteriormente na discussão sobre a Cadeia de Valor do órgão, desempenha um conjunto vasto, complexo e dinâmico de atribuições. De forma integrada e simultânea seus diversos Departamentos, Coordenações, Unidades Especiais, Superintendências, Escritórios Técnicos, etc, atuam no sentido de potencializar e fomentar ações de preservação e acatamento. Com essa finalidade, a Autarquia formula, implementa e monitora a execução da política pública nacional de preservação do patrimônio cultural brasileiro. Adiante, as principais ações finalísticas executadas pelo Iphan no exercício de 2021 serão elencadas e discutidas.

4.3.1 - Ações relativas ao Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental foi instituído pela Lei Federal n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981 e, posteriormente, a Resolução Conama n.º 1, 23 de janeiro de 1986, além de outras normativas que regulamentam seus procedimentos e critérios. Trata-se de uma obrigação legal prévia à instalação de qualquer empreendimento ou atividade potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente, compartilhada entre instituições federais, estaduais e municipais.

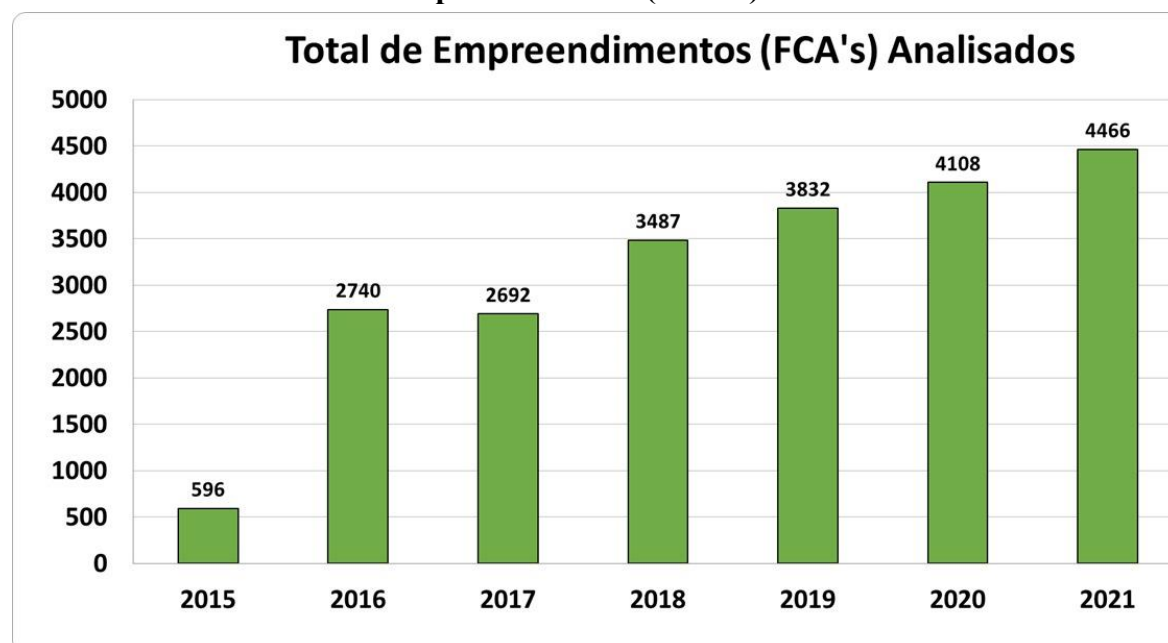
Por meio do licenciamento, é exercido o controle necessário sobre as atividades humanas que interferem nas condições ambientais e devem ser conciliadas com o uso dos recursos naturais. O objetivo é assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas em suas variabilidades físicas, socioculturais e econômicas. Além disto, os impactos ao meio ambiente também envolvem os aspectos culturais e, desde a década de 1960, o Iphan está presente nos estudos de impacto dos grandes empreendimentos.

A Instrução Normativa n.º 1, de 25 de março de 2015, estabelece ações e procedimentos visando à avaliação das propostas com a adequação das medidas preventivas de preservação, controle e mitigação decorrentes de impactos dos empreendimentos. Tais medidas são imprescindíveis para que um projeto não impacte ou destrua os bens culturais considerado patrimônio cultural dos brasileiros. A aplicação da IN é fundamental para orientar a realização dos Estudos de Impactos ao Patrimônio (EIP) e assegurar a segurança jurídica dos empreendimentos.

Essa referência legal considera como bens culturais acatados, em âmbito federal, o patrimônio tombado, o patrimônio arqueológico, o patrimônio registrado e os bens valorados. Após cinco anos desde a publicação da Instrução Normativa, os indicadores nacionais sobre a atuação do Iphan no âmbito do Licenciamento Ambiental, computados pela Coordenação-Geral de Licenciamento Ambiental (CNL),

demonstram o crescimento dos procedimentos legais aplicados ao licenciamento. Houve um crescimento da participação do Iphan e, sobretudo, um aprimoramento das ações do Instituto nos processos de avaliação com o estabelecimento de critérios ainda mais claros, fundamentados, sobretudo, em 3 (três) aspectos: área ou localização, tipologia e porte. O resultado desse aprimoramento tem significado a compatibilização da preservação do patrimônio cultural com o desenvolvimento do país. No ano de 2021, o Iphan alcançou os maiores indicadores em sua história, com número recorde de empreendimentos e estudos preventivos avaliados, que tem se mostrado crescentes. Ao todo, em 2021, foram 4.466 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e seis) Fichas de Caracterização de Atividades (FCA) emitidas e 2.154 (dois mil cento e cinquenta e quatro) projetos de arqueologia analisados, além de 37 FCAs Ibama e 28 projetos de arqueologia (Ibama).

Gráfico G - 4.3.1.1 Total de empreendimentos (FCA'S) analisados de 2015 a 2021



4.3.2 - Ações de cooperação no nível nacional e internacional

4.3.2.1 - Acordos, seminários e cooperação no âmbito internacional

As atribuições da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (COGECINT) se destinam a contribuir para o fortalecimento institucional do IPHAN na sua missão de preservar, salvaguardar e promover o patrimônio cultural brasileiro por meio da cooperação e representação internacional. Com esse intuito, promove o fortalecimento das relações bilaterais, regionais e multilaterais do instituto; a difusão e o compartilhamento de experiências e boas práticas, a partir de iniciativas de fomento, benchmarking, intercâmbio, processos de reconhecimento, gestão e monitoramento de bens brasileiros em âmbito internacional; a formatação e execução de projetos de cooperação técnica internacional e outros instrumentos de parceria, promovendo a geração de conhecimento e o aperfeiçoamento das políticas públicas nacionais, por meio da participação, inserção e articulação no campo do patrimônio cultural na esfera internacional.

A estrutura da COGECINT também é composta pela Divisão de Reconhecimento Internacional de Bens Culturais - DRI, cujas principais funções são coordenar, subsidiar e apoiar tecnicamente os processos de candidaturas dos bens patrimoniais nacionais ao reconhecimento internacional, em articulação com os Departamentos, Unidades Especiais e Superintendências do IPHAN, governos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, instituições públicas, privadas e sociedade civil; assim como subsidiar a COGECINT no planejamento, gestão e o monitoramento dos bens patrimoniais reconhecidos internacionalmente em articulação com as demais partes competentes, públicas ou privadas.

Embora as atribuições da DRI estejam diretamente ligadas às propostas de reconhecimento internacional e aos bens que já possuem essa dimensão de reconhecimento e as da COGECINT se fundamentem no estabelecimento, acompanhamento e execução de cooperação e representação internacional, o seu trabalho é transversal e compartilhado, uma vez que muitos dos projetos e compromissos internacionais do Iphan dizem respeito aos bens nacionais reconhecidos em âmbito internacional.

Durante 2021, um dos principais focos foi dado à gestão e promoção dos bens brasileiros que já contam com reconhecimento internacional, realizando esforços para a rearticulação e formalização dos Comitês Gestores dos sítios Patrimônio Mundial do Brasil. No âmbito da representação internacional, destaca-se o planejamento, organização e realização do calendário de reuniões da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul, no marco da Presidência Pro Tempore do Brasil no Mercosul, no segundo semestre de 2021. Fez parte dessa programação o III SEMPAT, Seminário de Patrimônio e Turismo do Mercosul,

que promoveu o debate e o encontro de especialistas em patrimônio e turismo da região ibero-americana, incluindo representantes do BID, Unesco e OEI. Abaixo detalharemos estas e outras ações que justificam o êxito das ações da área, muito apesar das limitações impostas pela pandemia da COVID-19.

Dada a continuidade das restrições de circulação relacionadas à COVID-19, todas as reuniões internacionais, bilaterais, regionais e multilaterais foram relacionadas de forma virtual, sem prejuízo ao andamento das ações e compromissos adquiridos em cada âmbito. A COGECINT manteve-se ativa na representação internacional do Iphan, como área técnica do Brasil no campo internacional do patrimônio cultural, sempre em diálogo e articulação com o Ministério das Relações Exteriores.

Representação internacional (atuação em reuniões, seminários, fóruns...)

– 10 de março: Reunião do Comitê Executivo do Centro Lucio Costa – Centro de categoria II sob os auspícios da Unesco.

– 11 e 12 de março: Reunião do Conselho de Governança do Centro Lucio Costa.

– Centro de categoria II sob os auspícios da Unesco.

– Reuniões da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul (CPC) no âmbito da Presidência Pro Tempore da Argentina (primeiro semestre):

• 16 de março: Reunião preparatória da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul (CPC);

• 19 de março: Reunião do Grupo de Trabalho “Teatros do Mercosul”;

• 25 de março: Reunião Preparatória do Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo do MERCOSUL (COMPAT);

• 14 de abril: Reunião do Comitê Técnico de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais (CTTBC);

• 16 de abril: Reunião do Grupo de Trabalho “Teatros do Mercosul”;

• 19 de abril: Reunião do Grupo de Trabalho “Remanescentes das Fortificações da Bacia do Prata”;

• 29 de abril: Reunião entre o Comitê Técnico de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais (CTTBC) do Mercosul e o Grupo de Trabalho sobre Tráfico Ilícito de Patrimônio Documental (GTTIPD) da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA);

• 04 de maio: Reunião ordinária do Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo (COMPAT);

• 12-13 de maio: XXII Sessão Ordinária da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul (CPC).

– 27 de abril: IV Reunião Ordinária da Comissão Interamericana de Cultura (CIC) da Organização dos Estados Americanos (OEA).

– 05 de maio: Encontro de especialistas internacionais sobre a proposta de atualização da Política Nacional de Línguas Originárias, Tradição Oral e Interculturalidade do Peru.

– 07 a 09 de maio: 8ª sessão da Assembleia Geral dos Estados-Partes da Convenção de 2001 para Proteção do Patrimônio Cultural Subaquático – 07 a 09 de junho.

– 27 de maio: Seminário internacional sobre Patrimônio de Interesse Religioso no Mercosul, “Gobernanza, Gestión y uso del Patrimonio de Interés Religioso”, organizado pelo Governo do Paraguai e a UNESCO.

– 27 e 28 de maio: 9ª Sessão da Comitê Subsidiário da Convenção UNESCO de 1970 Relativa às Medidas a serem adotadas para proibir e impedir a importação, exportação e transferência de propriedades Ilícitas dos bens culturais.

– 28 de junho: III Reunião da Comissão do Patrimônio Cultural da CPLP.

– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

– 28 de junho - Assembleia Geral extraordinária do ICCROM (reunião preparatória).

Previamente à 44ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial - Convenção de 1972: elaboração de relatórios técnicos, informes e documentos para subsidiar a delegação brasileira no Comitê no último ano de mandato, relatório e balanço da atuação do Brasil; e elaboração de análises técnicas das candidaturas dos países a serem avaliadas pelo comitê do Patrimônio Mundial relativas aos bens dos anos de 2020 e 2021: condução do processo junto ao DEPAM, CLC e CNA.

– 16 a 31 de julho: 44ª sessão (estendida) do Comitê do Patrimônio Mundial, órgão da Convenção UNESCO de 1972 para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Planejamento, organização e realização das reuniões da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul, incluídos seus Comitês Técnicos e Grupos de Trabalho no marco da Presidência Pro-Tempore do Brasil no MERCOSUL (segundo semestre/2021), atuando também como representante do Brasil nessas instâncias, em articulação com a área internacional do Ministério do Turismo. Elaboração das pautas e atas, cronograma e reuniões, prioridades estratégicas, preparação da documentação e conhecimento dos temas, além de reuniões técnicas preparatórias com demais áreas do Iphan pertinentes:

- 19 de agosto: Reunião Preparatória Comissão Patrimônio Cultural (CPC);
- 26 de agosto: Reunião Preparatória do Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo (COMPAT);
- 09 de setembro: Reunião do Grupo de Trabalho “Remanescentes das Fortificações Bacia do Prata”;
- 14 de setembro: Reunião do Grupo de Trabalho “Teatros do Mercosul”;
- 21 de setembro: Reunião do Comitê Técnico de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais 07/OUTUBRO - Reunião CTTBC-ALA;

- 07 de outubro: Reunião entre o Comitê Técnico de Prevenção e Combate ao Tráfico Ilícito de Bens Culturais (CTTBC) do Mercosul e o Grupo de Trabalho sobre Tráfico Ilícito de Patrimônio Documental (GTTIPD) da Associação Latino-Americana de Arquivos (ALA);
- 15 de outubro: Reunião do Grupo de Trabalho “Remanescentes das Fortificações Bacia do Prata” com participação do Núcleo de Educação Patrimonial do Iphan;
- 25 de outubro: Reunião ordinária do Comitê Técnico de Patrimônio e Turismo (COMPAT);
- 28 de outubro: XXIII Sessão da Comissão de Patrimônio Cultural do MERCOSUL (CPC).
- 08 de outubro: FORO CUSCO: “El futuro de la Cooperación en la lucha contra el tráfico Ilícito de bienes culturales”, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Cultura do Peru, em parceria com UNESCO no marco das celebrações de 50 anos da Convenção de 1970.
- 18 a 21 de outubro: No âmbito da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul, a Cogecint organizou, com apoio da ASCOM e do Ministério do Turismo, o III SEMPAT – Seminário Internacional de Patrimônio e Turismo do MERCOSUL. Foi contratada a plataforma Zoom, para uso de canas de tradução simultânea, com a contratação de tradutores por meio da ata de eventos do Mtur. O evento também foi transmitido em tempo real pelo canal do Iphan no Youtube e encontra-se disponível para acessos. O III SEMPAT reuniu em suas mesas de debate cerca de trinta especialistas brasileiros e estrangeiros, de países como Argentina, Chile, Colômbia, Paraguai, Peru, Uruguai e organizações internacionais como Unesco, OEI e o BID. Além da programação principal, o evento ofereceu ao público duas oficinas, tendo por temáticas a educação patrimonial e as relações entre turismo, patrimônio e economia criativa.
- 27 a 28 de outubro – 32ª Assembleia Geral do ICCROM.
- 16 a 18 de novembro - Conferência Internacional "Cultural Heritage and Multilateralism", organizada pelo Governo alemão, em parceria com a UNESCO, a Comissão Europeia e o Conselho da Europa, no contexto das celebrações do 50º aniversário da Convenção de 1970.
- 24 a 26 de novembro: 23ª sessão da Assembleia Geral dos Estados parte da Convenção UNESCO de 1972 para a proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.
- Previamente à 16ª sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial: elaboração de documentos técnicos para subsidiar a delegação brasileira no comitê.
- 13 a 18 de dezembro: 16ª sessão do Comitê Intergovernamental para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (Convenção UNESCO de 2003).

Ações, projetos e acordos de cooperação internacional

Análises e contribuições técnicas à elaboração de Acordos bilaterais de Cooperação Cultural entre o Brasil e diferentes países. Em 2021, analisaram-se iniciativas com os seguintes países: Bahrein, China, Colômbia, Croácia, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, Hungria, Polônia, Tunísia.

– Execução e monitoramento de **projetos de cooperação técnica em curso:**

▪ **Projeto Açai-Ação:** Cooperação Técnica com o Centro Internacional de Pesquisa em Agronomia para o Desenvolvimento (CIRAD) com atuação na Guiana Francesa, Suriname e Brasil, nos estados do Amapá e do Pará. As atividades são conduzidas pela Sup. do Iphan no Pará;

▪ **Projeto 586RLA4000** (PRODOC com ABC e UNESCO) - Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no MERCOSUL: Realização da Exposição “07 Povos – Retratos de um Território” no Centro Cultural Paço Imperial no Rio de Janeiro e contratação da empresa responsável pela virtualização da exposição;

▪ **Projeto 914BRZ4005** (PRODOC com ABC e UNESCO) - Formação para a Gestão do Patrimônio Cultural no âmbito da cooperação Sul-Sul: Participação em banca de seleção de candidatos para elaboração do relatório final do projeto junto ao CC2 e UNESCO. O projeto finalizou em 05/08, entretanto a ABC solicita a finalização do projeto no SIGAP (Sistema de Gestão dos Acordos de Cooperação Internacional). A COGECINT, como unidade executora na gestão anterior, deve apoiar o CLC fornecendo acesso aos processos, históricos e memórias relacionados ao projeto, bem como orientação de preenchimento e atualização do SIGAP/ABC;

▪ **Projeto 914BRZ4016** (PRODOC com ABC e UNESCO) - Valorização da Paisagem Cultural e do Parque Histórico Nacional das Missões Jesuíticas dos Guaranis: O projeto visa promover o conhecimento da paisagem cultural das Missões Jesuíticas Guarani e fornecer subsídios para o desenvolvimento dos instrumentos de gestão que auxiliem no processo de instalação do Parque Histórico Nacional das Missões. Está em etapa de reavaliação pela gestão do Iphan.

– Participação nos trabalhos de pesquisa documental, negociação, justificativa técnica e instrução processual de **novos projetos ou acordos de cooperação técnica:**

▪ Elaboração do Projeto de Cooperação Técnica “Legados da Diáspora: Patrimônio Cultural compartilhado entre **Benin e Brasil**”, em articulação com os demais Departamentos do Iphan.

- Documentação, contribuições técnicas e negociações para assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre **Iphan e EMBRATUR**, destinado à promoção dos Sítios Patrimônio Mundial do Brasil (em conjunto com COGECON).
- Documentação, contribuições técnicas e negociações para assinatura de Acordo de Cooperação Técnica entre **Iphan e OCBPM** destinado à implantação dos Centros de Interpretação dos Sítios Patrimônio Mundial (em conjunto com COGECON).
- Documentação, contribuições técnicas e negociações para a a firma de Memorando de Entendimento entre **Iphan e a Universidade de Aveiro**, gestora do Fórum Internacional do Patrimônio Arquitetônico Brasil – Portugal (FIPA).

Reconhecimento internacional de bens culturais

- Elaboração e preparação da Candidatura do Sítio Roberto Burle Marx à Lista do Patrimônio Mundial, com reconhecimento concedido na 44ª Sessão do Comitê de Patrimônio Mundial, em julho de 2021 (concluído);
- Entrega do primeiro documento (draft) à Unesco referente à candidatura do **Conjunto das Fortificações do Brasil** ao reconhecimento como Patrimônio Cultural Mundial. Fevereiro/2021;
- Preparação da **Candidatura dos Remanescentes das Fortificações da Bacia do Prata** a Patrimônio Cultural do MERCOSUL;
- Preparação da **Candidatura dos Teatros do MERCOSUL** a Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

Gestão e Monitoramento dos bens culturais reconhecidos internacionalmente

- Articulação, contribuições técnicas, escrita e tradução do **Relatório Periódico da Convenção Unesco de 2003** para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Entregue em março de 2021;
- Elaboração de **relatórios de acompanhamento sobre os impactos da pandemia de covid-19** nos Sítios Patrimônio Mundial brasileiros, enviados a cada 3 meses à UNESCO;
- **Pesquisa sobre o impacto da COVID-19** na gestão dos sítios Patrimônio Mundial do Brasil. Maio a junho/2021 (concluída);
- **Acompanhamento e monitoramento dos Sítios Patrimônio Mundial:** acompanhamento das ações de gestão do Cais do Valongo, Pampulha, Paraty e Ilha Grande: cultura e biodiversidade;

- Articulação, negociação, elaboração de documentos técnicos para **reinstalação dos Comitês Gestores dos Sítios Patrimônio Mundial do Brasil**, iniciando pelo Comitê Gestor do Sítio Arqueológico do Cais do Valongo e o Comitê Gestor do Conjunto Moderno da Pampulha (em andamento);
- **Relatório do estado de conservação - SOC** do Conjunto Moderno da Pampulha: condução e elaboração junto ao Iphan/ MG prefeitura de Belo Horizonte e demais parceiros – iniciado em 2021, entrega em fevereiro de 2022;
- **Relatório de estado de conservação- SOC de Brasília**: condução e elaboração junto ao Iphan/DF e demais parceiros – iniciado em 2021, entrega em dezembro de 2022;
- Organização e elaboração da atualização das **bases cartográficas** dos Sítios Patrimônio Mundial de Diamantina, Goiás e Serra da Capivara;
- **Apresentação técnica** da experiência brasileira na elaboração do II Ciclo do relatório periódico da Convenção Unesco 1972 (em 2012) para os demais colegas da LAC durante a reunião formativa do Centro do Patrimônio Mundial;
- Elaboração de proposta para contratação do sistema de planejamento, gestão e monitoramento dos Sítios Patrimônio Mundial, proposta selecionada no FNC 2021;
- Condução, articulação, preparação, consolidação do **relatório periódico da Convenção UNESCO de 1972**. Etapa preparatória e formativa iniciada em 2021, entrega em diferentes etapas ao longo de 2022.

Ações de Promoção

- Lançamento do Catálogo da Exposição 7 Povos: retratos de um território, em 25/02/21, no Paço Imperial, Rio de Janeiro (concluído);
- Elaboração e divulgação do livreto bilingue do Sítio Roberto Burle Marx como Patrimônio Mundial. julho/2021 (concluída);
- Elaboração de vídeo bilingue sobre o Sítio Roberto Burle Marx como Patrimônio Mundial. julho/2021 (concluída);
- Articulação e publicação de página dupla de promoção do Sítio Roberto Burle Marx na revista World Heritage, da Unesco, n. 100, edição de outubro de 2021, em 3 idiomas. outubro/2021 (concluída);
- Curadoria de fotos para apresentação no Google Arts referente ao Sítio Roberto Burle Marx. setembro/2021 (em andamento);
- Produção de material audiovisual para a promoção de sítios Patrimônio Mundial no Brasil em articulação com o Ministério das Relações Exteriores – 15 vídeos. A partir de novembro/2021 até março/2022 (em andamento).

Ações de Fomento

- Reuniões, articulação, pesquisa e elaboração de documentos para um Fundo Patrimonial do Iphan;
- Participação no Mercado das Indústrias Culturais do Brasil – MICBR (reuniões, divulgação, mobilização, comitê de seleção, acompanhamento e participação); e
- Divulgação e articulação para submissão de Notas Conceituais ao Edital Ambassadors Fund for Cultural Preservation da Embaixada dos Estados Unidos.

Nesse cenário, pode-se destacar:

- Acompanhamento do cumprimento das **obrigações financeiras** do Brasil junto às organizações internacionais do campo do patrimônio cultural:
 - Articulação com MRE e Ministério da Economia para efetivação das contribuições brasileiras ao Fundo do Patrimônio Mundial (UNESCO);
 - Articulação com MRE e Ministério da Economia para efetivação das contribuições brasileiras ao Fundo do Patrimônio Cultural Imaterial (UNESCO);
 - Articulação com MRE e Ministério da Economia para efetivação das últimas anuidades brasileiras devidas ao ICCROM.
- **Contratações** relacionadas à projeção e compromissos internacionais do Iphan:
 - Contratação de Plataforma de Videoconferência (Zoom) com canais de áudio para tradução simultânea (dispensa de licitação), concluída em dezembro de 2021, com validade de 12 meses.
 - Contratação de serviço de tradução, versão e revisão sob demanda (licitação), concluída em dezembro de 2021.

Reconhecimento Internacional de Bens Culturais

- Desenvolvimento do processo de Candidatura do CCSRBM a Patrimônio Mundial – DECOF, DEPAM, CCSRBM, MRE e Brasunesco;
- Desenvolvimento da campanha de divulgação da Candidatura do CCSRBM a Patrimônio Mundial – DECOF, DEPAM, ASCOM, CCSRBM, MRE e Brasunesco;

Normatização de fluxos internos interdepartamentais

- Elaboração de Manual de Gestão de Projetos de Cooperação Técnica Internacional (concluído);
- Elaboração de Manual de fluxo para realização de Missão Internacional (concluído, em revisão);

Prevenção e combate ao tráfico ilícito de bens culturais

Processo contínuo de articulação com a Coordenação-Geral de Articulação e Fomento (CGAF) do Departamento do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) e o Centro Nacional de Arqueologia (CNA) para atender aos compromissos internacionais brasileiros no âmbito da Convenção UNESCO de 1970 e UNIDROIT de 1995. Isso inclui a elaboração de relatórios, questionários e posicionamento técnico para implementação da Convenção, assim como a difusão de alertas de tráfico ilícito de bens culturais recebidos de outros países ou relativos a bens culturais estrangeiros achados em território nacional; Nesse sentido, a COGECINT realiza a intermediação entre as referidas áreas técnicas do Iphan e o MRE, para divulgação dos casos junto às Embaixadas e o acompanhamento de processos de restituição de bens culturais identificados como pertencentes ao patrimônio cultural de outros Estados. Algumas das atividades realizadas em 2021 nesse âmbito:

- Divulgação de Questionário da Unesco para a revisão do Código de Ética dos Negociantes de Arte da Convenção de 1970 (com Depam e Ascom);
- Divulgação de alertas de roubo de bens do Patrimônio Cultural do Peru recebidos continuamente (com Depam e Ascom);
- Articulação interna e externa sobre alerta de peça possivelmente oriunda de tráfico ilícito em posse das autoridades alfandegárias brasileiras e reivindicada pelos Governos da Líbia e da Turquia;
- Articulação interna para análise do catálogo do Leilão Quetzalcoatl, The Feathered Serpent, realizado em Paris, França, em 09 de fevereiro de 2021;
- Divulgação de alerta e articulação para identificação de bens pré-colombianos achados em catálogo de leilão do negociante DR Artes, no Rio de Janeiro; e
- Divulgação de alerta e articulação para identificação de bem cultural com possível origem arcaica da Grécia apreendido pela Receita Federal do Brasil no aeroporto do Galeão.

Ao longo de 2021 as atividades da Coordenação-Geral de Cooperação Internacional (COGECINT) e sua Divisão de Reconhecimento Internacional de Bens Patrimoniais (DRI) contribuíram ao fortalecimento das relações bilaterais, regionais e multilaterais do Iphan; buscando ampliar o número de parceiros e, ao mesmo tempo, consolidar e aprofundar a execução dos compromissos internacionais, dos acordos e projetos de cooperação em curso. Isto pode ser constatado a partir da vasta agenda de reuniões, seminários, articulações e negociações realizadas, assim como da entrega de diferentes documentos técnico-especializados e material de difusão e promoção.

Além disso, como área finalística de cooperação internacional, grande parte da nossa missão institucional se materializa a partir do diálogo colaborativo com outras unidades do instituto e parceiros externos, atuando de maneira transversal em processos de reconhecimento, fomento, gestão, promoção, difusão, proteção e salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro, em particular promovendo conexões entre as políticas públicas nacionais e as boas práticas internacionais do campo do patrimônio cultural.

Nesse sentido, cumpriram-se com êxito as atribuições da área para o contínuo fortalecimento institucional do Iphan e o exercício de sua missão, detalhada na Cadeia de Valor Integrada do Iphan (Portaria Gab-Iphan n.º 49, de 8 de novembro de 2021) e no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) 2021-2024 (Portaria Iphan n.º 23, de 17 de maio de 2021).

4.3.2.2 - Acordos, seminários e cooperação no âmbito nacional

Compete ao Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF) formular a Política Setorial, em conjunto com os demais órgãos específicos e as Superintendências do Iphan, cabendo à Coordenação-Geral de Cooperação Nacional (COGECON) a promoção dessas ações - que compõem o eixo Cooperação Nacional - com vistas à preservação e à salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro.

A COGECON é responsável por ações educativas e pelas premiações concedidas às iniciativas de preservação do patrimônio cultural, a exemplo do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade.

A fim de estabelecer uma relação transparente, direta e efetiva com a sociedade, o presente Relatório de Gestão visa apresentar, de maneira clara, direta e detalhada, o conjunto de atividades realizadas no ano de 2021 pela COGECON, particularmente no que diz respeito às 1) Ações de promoção, educação e informação para o patrimônio cultural e 2) Organização de concursos e seleções. Para tanto, segue abaixo, em formato conciso e objetivo, as informações consideradas mais relevantes sobre as principais contribuições da referida Coordenação.

1) Ações de promoção, educação e informação para o patrimônio cultural

Em 2021 foram realizadas oficinas de Educação Patrimonial em Pernambuco, São Paulo e Santa Catarina.

Também ocorreram oficinas de Educação Patrimonial para Planos de Conservação, em parceria com o Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), em São Paulo, Amapá, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia e Rio Grande do Norte.

2) Organização de concursos e seleções

34ª Edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade – 2021.

Foram premiadas 12 (doze) ações, sendo 10 (dez) com recursos financeiros no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) cada dentre as mais de 500 (quinhentas) ações inscritas em todo o Brasil.

A Divisão de Editoração e Publicações (Divep) é, atualmente, a área de coordenação editorial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), lotada no Departamento de Cooperação e Fomento (Decof).

A Divep tem como objetivos promover a gestão do conhecimento relacionado ao patrimônio cultural brasileiro em nível nacional e internacional, e disponibilizar produtos de informação como livros, manuais, dossiês, por meio impresso e digital, sob os princípios da impessoalidade, rigor técnico, qualidade, transparência, acessibilidade, e compromisso com o patrimônio cultural e a sociedade. Atende, dessa forma, a uma das finalidades do Iphan, que é promover a difusão do patrimônio cultural do país, com vistas à preservação, à salvaguarda e à apropriação social.

No ano de 2021, a Divep colaborou, em diversas instâncias (impressão, consulta em relação às normativas do projeto gráfico, emissão do ISBN junto à Biblioteca Aloísio Magalhães), com as seguintes publicações:

1. Prêmio BNDES de boas práticas para sistemas agrícolas tradicionais – 2ª edição (DPI – Iphan Sede);
2. Plano de conservação, Conjunto da Fortaleza de Nossa Senhora dos Prazeres e do Morro da Baleia: Ilha do Mel – Paranaguá-PR (Depam – Iphan Sede);
3. Guia Brasileiro de Sinalização Turística, 2ª edição (Cogecon/Decof – Iphan Sede);

4. Mamulengos do Distrito Federal (Superintendência do Iphan no Distrito Federal);
5. Hélio Melo (Superintendência do Iphan no Acre);
6. (reimpressão) Gabriel em Brasília, a cidade com asas (Superintendência do Iphan no Distrito Federal);
7. Conjunto arquitetônico e urbanístico de Icó (Superintendência do Iphan no Ceará);
8. (reedição) Athos colorindo Brasília (Superintendência do Iphan no Distrito Federal);
9. (reedição) Ceilândia, minha quebrada é maior que o mundo (Superintendência do Iphan no Distrito Federal);
10. Conservação preventiva de imóveis antigos na região de imigração (Superintendência do Iphan em Santa Catarina);
11. Conservação preventiva de imóveis em núcleos históricos (Superintendência do Iphan em Santa Catarina);
12. Plano de Salvaguarda da capoeira no Acre (Superintendência do Iphan no Acre);
13. A trajetória arqueológica de Pe. João Alfredo Rohr em Santa Catarina (Superintendência do Iphan em Santa Catarina);
14. 7 povos: retratos de um território (Cogecint/Decof – Iphan Sede);
15. Caminhos de Natal (Superintendência do Iphan no Rio Grande do Norte);
16. Paisagens caiçaras: difusão de narrativas sonoras, imagéticas e audiovisuais (Superintendência do Iphan no Paraná);
17. Plano de Salvaguarda da Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade (GO) (Superintendência do Iphan em Goiás);
18. Plano de Salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis (GO) (Superintendência do Iphan em Goiás);
19. Carta de Serviços ao Cidadão 2021 (Iphan Sede);
20. Caderno Passatempo – Projeto o Boi vai à Escola (Superintendência do Iphan no Maranhão); e
21. Memórias do meu lugar (Superintendência do Iphan no Paraná);

Além disso, a Divisão tem se dedicado a elaborar um plano de distribuição estratégico, abrangente e ramificado, em interlocução constante com instituições como bibliotecas públicas e comunitárias, escolas, universidades, centros de pesquisa, entes e órgãos da Administração Pública direta e indireta, centros culturais, e conselhos profissionais de áreas afins ao campo do patrimônio cultural.

4.3.3 - Ações do Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial

O Centro Cultural do Patrimônio Paço Imperial (CCPPI), Unidade Especial do Iphan vinculada ao Departamento de Cooperação e Fomento (Decof), estabelece-se como espaço de excelência de arte, história e patrimônio, constituindo-se como projeto exemplar de prédio histórico com utilização cultural de larga escala. Tem como foco realizar, difundir e supervisionar exposições, debates e seminários, articulando memória e inovação, passado, presente e futuro.

Exposições

– 25 de fevereiro até 25 de abril

- **7 Povos: Retratos de um Território:** A exposição, procura caracterizar e difundir os aspectos patrimoniais, materiais e imateriais, da região missioneira no Rio Grande do Sul, reunindo em uma só mostra itinerante as diversas influências culturais que tornam essa região e suas pessoas únicas. Ao longo da exposição, fotografias, mapas históricos, esculturas Guarani, documentos e ilustrações inéditas do acervo do Iphan são apresentadas também pelo prisma da tecnologia. Fotografias e ilustrações ganham vida com Realidade Aumentada, as línguas faladas na região, além do português, podem ser exploradas em jogos digitais por visitantes de todas as idades. Ao final da experiência, crianças e adolescentes podem participar de atividades didáticas, com o uso de jogos físicos e de publicação exclusiva, na oficina de arte-educação.

- **Barcos do Brasil e do Mundo:** Exposição sobre o patrimônio naval brasileiro inspirada na Coleção Alves Câmara, do Centro Cultural da Marinha, também na capital carioca, a Coleção Barcos do Brasil e do Mundo já possui mais de 200 modelos de barcos tradicionais, todos em escala, que retratam a riqueza, a diversidade e a engenhosidade das tradições náuticas de diversas regiões do Brasil e do globo. Incentivada pelo navegador Amyr Klink e idealizada pelo arquiteto Dalmo Vieira Filho, a coleção Barcos do Brasil e do Mundo integra o acervo do Museu Nacional do Mar, na cidade histórica de São Francisco do Sul, Santa Catarina, e já é reconhecida como uma das mais importantes coleções de seu gênero no mundo. Sala: 2º Pavimento.

– 25 de fevereiro até 25 de maio

- **Françoise Shein | Luz no Brasil:** Luz no Brasil apresenta a trajetória de Françoise através de fotos, textos, desenhos originais, imagens de diversas obras públicas no Brasil e no mundo, vídeos, esboços e peças da coleção pessoal da artista. O maior destaque da exposição é a obra da Estação da Luz, em São

Paulo, a primeira intervenção artística participativa e pedagógica sobre Direitos Humanos em uma estação de metrô no país, que demorou dez anos para ser concluída e inspirou o título da exposição. Os 16 (dezesesseis) painéis da Luz contam também a história de São Paulo, através de desenhos figurativos criados pela artista e painéis sobre os Direitos Humanos pintados por três mil alunos das escolas da periferia da cidade. Para criar os painéis históricos, a artista concebeu um alfabeto de centenas de pequenos desenhos serigrafados que se repetem sobre eles. Sala: Terreiro.

▪ **Vicente de Mello | Limite oblíquo:** A exposição do fotógrafo - que tem sua trajetória no campo artístico marcada pela reflexão das possibilidades de configuração da linguagem fotográfica - reúne 45 trabalhos inéditos em fotografia digital, realizados em casa, durante o período de isolamento social. As imagens capturadas ratificam o olhar instigante e poético de Vicente de Mello, que tem o dom de ressignificar objetos promovendo um mergulho no imaginário de quem os vê. Nada é óbvio em suas fotografias, nem o título de cada uma de suas obras. Sala: Terreirinho.

– **8 de julho até 15 de agosto**

▪ **Poéticas femininas na periferia | coletiva do projeto Artistas Latinas:** Poéticas Femininas na Periferia, criada a partir de uma imersão virtual de 2 (dois) meses com alunas de diferentes espaços periféricos da região metropolitana do Rio de Janeiro. O projeto, produzido pela plataforma Artistas Latinas, tinha como foco profissionalizar e discutir as poéticas essenciais para a construção de trabalhos contemporâneos de artistas emergentes, com até 5 anos de carreira. Para a exposição, foi montada uma proposta curatorial elaborada a partir das pesquisas e discussões trazidas pelas artistas participantes da mentoria durante o período de realização do curso. São 29 artistas de diferentes suportes, apresentando trabalhos inéditos ou reeditados, demonstrando o papel da mentoria no aprimoramento de suas obras. Curadoria: Andréa Hygino, Isabel Carvalho, Emmanuele Russel e Paulo Farias Sala: Praça dos arcos.

▪ **Adolfo Montejo Navas | Menu:** O título desta exposição, Menu, gira ao redor de um trabalho específico, a instalação do mesmo nome, uma mesa antropofágica, que, de alguma maneira, ilustra, imagetivamente, o que acontece em certo plano sócio – econômico, a nível cotidiano, desde in illo tempore, alhures. Infelizmente, o trabalho vem a ganhar uma atualidade suplementar a causa do período pandêmico que vivemos, não só de crise sanitária quanto social e política de signo até perverso. Curadoria: Adolfo Montejo Navas. Sala: Terreirinho.

– **8 de julho até 26 de setembro**

▪ **João Paulo Racy | Desvão:** Em Desvão, João Paulo Racy assume o risco de reinventar parte das políticas individuais dos seus últimos trabalhos. A paisagem, que sempre marcou o espaço para além do

próprio artista e que era o resultado direto de uma proposta que jamais optou por ser etnográfica, no sentido da utilização pura e simples dos seus alvos fotográficos, redescobre o espaço ínfimo da intimidade que termina vagarosamente desconfiando gradativamente da própria imagem produzida. Se é possível apostar agora em um outro movimento mais maduro e consideravelmente sarcástico diante da experiência da obra, há ao mesmo tempo, um golpe preciso, elegante e agudo que fratura e fragiliza a presença falocêntrica da imagem para que o corpo do artista e do espectador, situados muito além de suas fisicalidades, encontrem de maneira voraz suas falências, suas quedas e seus desejos recônditos e não menos sensuais de perda e identificação. Curadoria: Alexandre Sá. Sala: Marquês de Lavradio e José Alpoim.

▪ **Daniele Cavalcante | Onde não houver devastação:** Daniele Cavalcante em Onde não houver devastação investe em uma fabulação universal da imagem que floresce entre o público e o privado, através de um mergulho verticalizado na experiência da memória e no investimento de paisagens áridas que são carregadas por cada um de nós. Optando por um conjunto diverso de aparatos e de escalas diferenciadas, surge a possibilidade da suspensão de uma narrativa linear que abre o espaço em cadafalso da ruína coletiva e da entropia inevitável do corpus poético que nos erige, como um murmúrio inevitável que opta conscientemente por se situar sempre fora dos objetos expostos, assentando uma atmosfera inevitavelmente dúbia e paradoxalmente épica. Curadoria: Alexandre Sá. Sala: Princesas e Luís de Vasconcelos.

▪ **Victor Arruda | Temporal:** TEMPORAL é o título simbólico da nova mostra de Victor Arruda, que alude já de saída a duas circunstâncias convergentes: ao tempo climático, erigido com força, vento, perigo; e, por outro lado, de forma menos denotativa, a uma acepção do próprio tempo, a seu calendário. Portanto, ora a história, ora a biografia, ambas as potências, com suas dimensões, se coligam uma vez mais nessa poética insurgente, pois sempre estiveram em cruzamento, superposição, em tensão, por saber ler criticamente o presente cotidiano, a vida rente ao chão, e o que gravitava sob formas de poder, domínio, exploração. Curadoria: Adolfo Montejo Navas.

▪ **Arthur Scovino | Lágrimas de Nossa Senhora:** O som é reza e o cântico sagrado está gravado por ícones da Música Popular Brasileira, como nos sambas “em feitio de oração”, nas palavras de Noel Rosa interpretadas por Aracy de Almeida e Dalva de Oliveira. Arthur Scovino, assim, se dedica a pesquisar as capas de disco da MPB, hábito, talvez, deflagrado por uma série de exposições que ocuparam este espaço do Paço Imperial. Com isso, o artista promove outras comunhões, entre catolicismo e ritos afro-brasileiros, atravessadas por orações diárias que se misturam a canções ouvidas em rádios e vitrolas. Essas filosofias nos demonstram, como na canção “Um índio”, de Caetano Veloso, que o passado originário do Brasil é mais avançado “que a mais avançada das tecnologias”. Dessas procuras nasce Lágrimas de Nossa Senhora, exposição reencarnada no corpo do artista, em desenhos e objetos de convivência e conexões diárias, em pesquisas de campo levadas a cabo em distintos lugares do Brasil. O choro- oração de Arthur Scovino se impôs enquanto materialização humana da mensagem recebida pelo índio da canção de Caetano, pela

entidade que há tempos procuramos ver. A lágrima, essa fração elementar da dor, aqui pode ser costurada nas contas do rosário sincrético. Dentro de seu drama cristalizado, é possível construir grandes linhas de contos, grandes percursos que nos levam a outro lugar transcendente, possivelmente ao óbvio. Cada nó, um conto, cada canto, uma reza, cada conto, um encontro. Curadoria: Marcelo Campos. Salas: Mestre Valentim e Academia dos Seletos.

– 9 de setembro até 20 de novembro

PIPA 2020 – Exposição dos Vencedores do Prêmio

▪ **Aquisições Recentes – Aquisições Instituto PIPA:** Com uma trajetória de mais de dez anos no cenário da arte contemporânea, o Prêmio PIPA, uma iniciativa do Instituto PIPA, tem como objetivo divulgar a arte e artistas brasileiros, além de estimular a produção artística nacional. Ao longo de uma década, buscamos apresentar um conjunto que se destaca no meio artístico e que traduz a diversidade e a qualidade da cena cultural no país. Na décima primeira edição do Prêmio, tivemos o prazer de anunciar, em uma decisão inédita, os quatro finalistas como vencedores do PIPA 2020: Gê Viana, Maxwell Alexandre, Randolpho Lamonier e Renata Felinto. Entre os 66 artistas indicados do ano passado, os quatro foram escolhidos por terem obras contundentes e representativas do que de melhor está sendo feito em um país tão plural como o Brasil.

▪ **Ursula Tautz - O SOM DO TEMPO ou tudo que se dá a ouvir:** No dia 9 de setembro, o Paço Imperial inaugura a exposição “O Som do Tempo ou tudo que se dá a ouvir”, com uma grande instalação inédita da artista carioca Ursula Tautz, com curadoria de Ivair Reinaldim. Resultado de cinco anos de pesquisa, a instalação aborda o tempo e a memória. Composta por nove toneladas de terra negra, em formato de pirâmide, que soterram uma cadeira com braços e alto espaldar, além de areia dourada e badalos de sinos, a instalação de dois metros de altura é envolta por três filmes, que são projetados pelo ambiente. Por meio de uma obra imersiva, integrada ao espaço e ao entorno, cada visitante terá uma experiência única na mostra, que irá se transformar ao longo do tempo, com o germinar da terra que integra a instalação. Curadoria: Ivair Reinaldim Sala: Terreirinho.

▪ **Afirmção modernista | a paisagem e o popular carioca na coleção Banerj:** A exposição A Afirmção Modernista – A Paisagem e o Popular Coleção Banerj. Do acervo da instituição, constituído de 880 obras de arte entre pinturas, desenhos, gravuras e esculturas dos séculos 19 e 20, formado a partir da década de 1960 pelo BEG (Banco do Estado da Guanabara), foram selecionadas 127 obras para a mostra. Entre elas estão os painéis de Di Cavalcanti, Marcier, Cícero Dias, Carybé e muitas obras de artistas referenciais da arte brasileira, como Guignard, Pancetti, Portinari, Anita Malfatti e Djanira.

A exposição, além de entrar no calendário de comemoração do aniversário da cidade do Rio de Janeiro, também estará no calendário de comemoração do bicentenário da independência do Brasil, visto que apresentará diversas obras de arte no contexto da história do Brasil.

▪ **Sífilis: história, ciência e arte | Ministério da saúde:** A iniciativa tem como objetivo difundir conhecimento sobre a doença pelo viés da educação em saúde. A exposição estimula o visitante a não só conhecer mais sobre a sífilis, mas a adotar medidas de prevenção e controle da infecção. Dividida em três módulos temáticos (histórico, científico e artístico), a mostra fornece um panorama sobre a sífilis reunindo documentos, marcos científicos importantes, dados epidemiológicos, reproduções de obras de arte e objetos, como instrumentos antigos de diagnóstico e um frasco de penicilina de 1940. A ideia é facilitar a percepção das pessoas sobre a existência da doença, apresentando também informações sobre as manifestações clínicas da sífilis, os principais sinais e sintomas, além das formas de tratamento. Sala: Segundo pavimento.

▪ **Dobras | Como não subir uma escada | Casa da escada colorida:** A Casa da Escada Colorida convida para a abertura do projeto Residente-Residência, onde nossos residentes fazem moradas temporárias em outros Espaços-Casa. O Paço Imperial recebe Dobras e Como Não Subir Uma Escada, duas exposições resultantes do primeiro programa de residência em curadoria, conduzido pela curadora independente Fernanda Lopes. Os grupos tiveram como material de trabalho obras dos artistas participantes dos dois outros programas da Casa: a Residência-Ateliê e a Residência de Acompanhamento Crítico Virtual. Sala: Terreirinho e Praça dos Arcos.

Ações e espetáculos

▪ **Os suspeitos | Espetáculo teatral:** Mistério! Suspense! Intriga! E muita diversão! Quando uma obra de arte singular é roubada, tudo pode acontecer e todos são suspeitos na investigação. Governo Federal, Governo do Estado do Rio de Janeiro, Secretaria de Estado de Cultura e Economia Criativa do Rio de Janeiro, através da Lei Aldir Blanc, apresentam... Suspeitos, um espetáculo infantil para crianças de todas as idades. Curta temporada, com apresentações on-line e gratuitas aos sábados, domingos e quartas, às 17h, e terças, às 11h.

▪ **Opavivará – Bem comum | Ação:** Após mais de um ano longe das ruas, o coletivo Opavivará! volta a ocupar o espaço público em uma ação de distribuição de água potável. Vamos percorrer as ruas do Centro do Rio, levando oito bebedouros com galões de água, pelos caminhos da rede de abastecimento das antigas fontes públicas, atualmente desativadas, lembrando que a água é (ou deveria ser!) um "bem comum". Vamos oferecer água a quem tem sede! A ação é realizada pelo Goethe-Institut Rio de Janeiro, em parceria com Temporary Art Platform (TAP).

4.3.4 - Ações do Centro Lúcio Costa

O Centro Lucio Costa (CLC), Unidade Especial do Iphan vinculada ao Departamento de Cooperação e Fomento (Decof), foi incorporado à estrutura regimental do Iphan por meio do Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017, sendo de sua competência a promoção das atividades formativas e de pesquisa aplicada na área do patrimônio cultural, cabendo-lhe, ainda, além da gestão das ações institucionais a ele afetas, a gestão das ações de capacitação internacional, dentre elas projetos do Centro Regional de Capacitação para a Gestão do Patrimônio (CLC/CC2).

Edital de Seleção para alunos do Mestrado Profissional - Turma 2021

- Elaboração do Edital para alunos bolsistas, por meio de consulta à diretoria colegiada e unidades do Iphan e sistematização das ofertas de vagas. Tais informações encontram-se disponíveis no Processo SEI nº 01458.000164/2020-83; e

- Consultas para elaboração do Edital para alunos servidores do Iphan - Processos SEI nº 01458.000057/2021-36 e 01458.000058/2021-81.

Por decisão da Diretoria Colegiada do Iphan, expressa em Ata de Reunião ocorrida em 02/06/2021, disponível como documento SEI nº 22902975, o lançamento do Edital foi suspenso até nomeação do diretor Titular do CLC, o que não ocorreu até a presente data (23/01/2021). Nesse sentido, não houve o lançamento do Edital 2021, não havendo consequentemente formação de turma nesse ano. Destaca-se o consequente impacto nas as metas físicas (“pessoal capacitado”) e de execução orçamentária (pagamento de bolsas e auxílios para os alunos ingressantes).

Módulos de aulas do Mestrado Profissional - Turmas 2019 e 2020

- Oferta das disciplinas obrigatórias do Mestrado Profissional nos módulos de aulas das turmas 2019 e 2020 na modalidade remota (março a dezembro 2021).

Bancas do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural

- Realização de bancas de qualificação e bancas públicas de defesa dos discentes do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, na modalidade remota, com 26 defesas entre 2020 e 2021.

Orientação discente

- Orientação dos alunos do Mestrado Profissional pelo corpo docente do Mestrado Profissional, com vistas à elaboração de projeto de pesquisa, desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, apresentação do material de qualificação e escrita da dissertação

Produção docente

- Elaboração de produtos técnicos e bibliográficos do corpo docente do Mestrado Profissional.

Coleta CAPES - relatório para Avaliação Quadrienal

- Preenchimento da Plataforma Sucupira - CAPES/MEC, no contexto do Coleta CAPES, como requisito para avaliação dos Programas de Pós-Graduação stricto sensu junto a essa Coordenação.

Cadernos Temáticos "Patrimônio em Prática"

- Elaboração de conteúdo e contribuições de projeto gráfico junto à DIVEP/DECOF para publicação voltada à divulgação dos Produtos das Práticas Supervisionadas do Mestrado Profissional - Processo SEI n.º 01458.000061/2021-02.

Processo Simplificado para Seleção de Docente para o Mestrado Profissional

- Processo seletivo, suspensão da seleção e revisão do Edital para seleção de servidores do Iphan para compor o corpo docente permanente do Mestrado Profissional - Processo SEI n.º 01458.000064/2021-38.

Para o período correspondente a 2021, a área concentrou suas atividades em torno dos seguintes tópicos e interesses:

- Distribuição de obras de referência do campo do patrimônio cultural: projeto orientado à distribuição de obras de referência do campo do patrimônio cultural a instituições públicas da cidade do

Rio de Janeiro, do estado de Minas Gerais e de Mato Grosso ligadas ao campo do patrimônio, tais como universidades, bibliotecas públicas municipais, museus e Institutos Federais. No total, foram distribuídos cerca de 1800 títulos em parceria com a sede da autarquia em Brasília (DF), como medida de difusão de conhecimentos em torno do patrimônio cultural brasileiro;

- Elaboração de Plano de Ação (PA) 2021: elaboração do PA/2021 referente ao setor de ações formativas e pesquisa com a identificação final de quatro demandas ligadas à formação e capacitação interna de servidores;

- Elaboração de planilha de servidores e formações: planilha condensada de servidores técnicos do Iphan e suas respectivas formações acadêmicas, disponíveis e interessados em participar das atividades do Centro Lucio Costa nas três frentes de trabalho (MEP, CC2, Ações formativas e pesquisa). Trata-se de projeto articulado pelo setor com interesse no resgate da valorização da qualificação técnico-acadêmica e artística dos servidores do Iphan de todo o território nacional brasileiro, com vistas à sua integração e potencial colaboração com as atividades afetas ao centro;

- Atividades técnicas e científicas do campo do patrimônio cultural:

- a. Elaboração e ministração de aulas virtuais junto ao MEP/IPHAN 2021;

- b. Elaboração de pesquisas acadêmico-científicas no campo do patrimônio e publicação de resultados em eventos científicos da área, com apresentação oral virtual nos respectivos eventos;

- c. Elaboração de pareceres técnico-científicos, com total de 52 pareceres afetos ao campo do patrimônio cultural, da educação, geografia, história e áreas afins, além do estreitamento de laços com instituições universitárias, centros de pesquisa, de educação pública e privadas de todo o território nacional por meio de alinhamento de atividades junto a periódicos técnico-acadêmicos nacionais;

- d. Realização de entrevista com profissional do campo da sociologia e da educação como medida de difusão do conhecimento em torno da educação e das atividades a ela afetas como patrimônio cultural brasileiro;

- e. Participação em bancas de qualificação e defesa de mestrado acadêmico nas áreas de interesse da unidade (geografia, história e educação), com aprovação de todos os trabalhos defendidos;

- f. Participação em eventos técnico-científicos locais, regionais e nacionais afetos ao campo do patrimônio cultural (modo virtual); participação em cursos de formação complementar do campo do patrimônio cultural (modo virtual e remoto) ofertados por outras instituições públicas brasileiras e;

- g. Elaboração de nota técnica nº 3/2021/CODEP/COGEP/DPA - CLC/IPHAN (referente à divisão de competências entre CLC e DECOF).

- h. Participação em bancas de seleção de candidatos para atuação junto ao CLC: atividades técnicas de seleção de candidatos para potencial atuação em atividades diversas junto ao centro, especialmente

orientadas para públicos externos, envolvendo as dimensões local, regional e nacional da comunidade, dentre as quais destacam-se:

- Banca de seleção de candidatos para estágio (Design) junto ao MEP;
- Banca de seleção de candidatos para elaboração do relatório PRODOC 4005 junto ao CC2 e UNESCO;
- Comissão de avaliação GDAC 2021 dos servidores do Centro Lucio Costa e;
- Banca de avaliação e seleção de candidatos a bolsista recém-doutor em Arquitetura e Museologia/Turismo para atuação junto ao Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural com início em janeiro de 2021.

Centro regional de formação em gestão do patrimônio Centro Lucio Costa (CLC/CC2)

Criado em 2010, por força de Acordo Internacional celebrado entre o Governo Brasileiro e a UNESCO, em 26 de julho de 2010, e renovado em 13 de junho de 2018, com o IPHAN designado como gestor e representante do Governo Brasileiro, seus objetivos estão voltados para o desenvolvimento, a compilação e a difusão de conhecimentos em preservação, em salvaguarda, gestão, pesquisa e educação na área de patrimônio cultural e mundial, visando ampliar a capacidade de gestão das instituições envolvidas na preservação desses bens em sua Região de abrangência, formada pelos países de língua oficial portuguesa e espanhola da América do Sul (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), África (Angola, Cabo Verde, Guiné- Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique e São Tomé e Príncipe) e da Ásia (Timor Leste).

A ação do Centro Lucio Costa (CLC/CC2) destina-se a reforçar a Cooperação Sul/Sul, como estratégia de integração entre países com desafios comuns, tendo como premissa uma abordagem integrada das convenções da UNESCO: a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) e a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais de (2005).

Entre os objetivos do CLC, definidos no Acordo, destacam-se: atuar como centro de referência nas áreas de educação, pesquisa, capacitação, plataforma de formação de rede e criação de qualificação através de projetos, programas e cursos; desenvolver uma compilação de conhecimentos em preservação, salvaguarda, gestão, monitoramento, pesquisa e educação; contribuir para o desenvolvimento metodológico relativo à preservação, salvaguarda e gestão do patrimônio; promover a qualificação para gestão do patrimônio nos países integrantes da Região, o intercâmbio de informações, a cooperação entre profissionais e pesquisadores da área, e a troca de experiências na preservação do patrimônio, com ênfase

em sua gestão; e promover e facilitar rede mundial de instituições e organizações educacionais e de pesquisa, com vistas a elaborar soluções para os problemas relativos à gestão de patrimônio.

Ações de Capacitação

As ações de capacitação do Centro visam a um público amplo de gestores do patrimônio cultural nos países que compõem sua Região de abrangência, dentre os quais o Brasil, incluindo gestores públicos, pesquisadores e professores de nacionalidades diversas.

Têm formato, periodicidade e duração variados, atendendo as possibilidades, necessidades e expectativas dos diferentes públicos acionados, como cursos, oficinas, seminários, jornadas, editais de pesquisas e artigos e oferta de vagas no Mestrado Profissional do Iphan já beneficiaram profissionais de 14 dos 17 países de sua Região de abrangência.

A partir de março de 2020, a pandemia mundial de Covid-19 e seus desdobramentos, como o contexto do distanciamento social e fechamento de ambientes coletivos, acarretou na interrupção e/ou suspensão das atividades presenciais planejadas pelo Centro Lucio Costa. Além disso, esse período também foi marcado com a desarticulação e redução dos investimentos nos órgãos de preservação no Brasil e no mundo, impondo às instâncias públicas dos diferentes países da Região de Abrangência do CLC a necessidade de readaptação e ocorrência de mudanças institucionais.

Como resultado desse processo, no ano de 2021, os gastos financeiros do CLC/CC2 ficaram restritos à contratação de consultoria especializado/a em gestão de projetos de cooperação técnica internacional e monitoramento e avaliação de projetos, referente à Avaliação Final do Projeto 914BRZ4005 e a impressão de Folder de divulgação do Centro Lucio Costa.

Importante destacar que as ações do CLC/CC2 apresentam, em sua quase totalidade, características de atividades sem o uso de recursos financeiros, respeitando-se as especificidades de uma instituição técnica como o Iphan.

4.3.5 - Ações do Centro de Documentação do Patrimônio

Instituído como unidade especial do Iphan por meio do Decreto n.º 9.238, de 15 de dezembro de 2017, vinculado ao Departamento de Cooperação e Fomento (Decof). É responsável pela guarda, disseminação e preservação da informação sobre o Patrimônio Cultural no Brasil. Compete ao CDP a gestão documental e do conhecimento no Iphan e para tanto está organizado em quatro divisões: Arquivo Central

de Brasília, Arquivo Central do Rio de Janeiro, Biblioteca Aloísio Magalhães (Brasília) e Biblioteca Noronha Santos (Rio de Janeiro).

A unidade tem por objetivo elaborar e implementar diretrizes para a produção, preservação e acesso às informações e ao conhecimento produzido a partir das ações institucionais do Iphan. Sua atuação baseia-se em garantir o acesso à informação, à pesquisa e às fontes de interesse para a preservação e promoção do Patrimônio Cultural atuando por meio de sistemas e de tecnologias de informação e comunicação, de redes colaborativas e da gestão em rede dos serviços de arquivos e bibliotecas na sede, nas superintendências e unidades especiais.

A unidade é responsável pela gestão completa do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no Iphan, sobre o qual atua desde sua customização prévia, iniciada em 2016, até hoje, realizando a capacitação de pessoal, parametrização do sistema, definição de regras, boas práticas e auxílio aos usuários.

Com a assinatura do Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional (PGT) coube ao Centro de Documentação do Patrimônio, no âmbito de Processos de Trabalho, desenvolver 4 (quatro) ações diretamente vinculadas aos objetivos do TransformaGov, envolvendo a guarda, eliminação, organização e classificação documental.

Plano de Gestão Documental (CPAD) (Portaria Iphan n.º 19, de 30 março de 2021)

Institui a **Comissão Permanente de Avaliação de Documentos** no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que tem a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor. Cria subcomissões permanentes de avaliação de documentos em todas as Superintendências Estaduais e Unidades Especiais.

Processo de transferência ordenada dos acervos do Arquivo Central – Seção Brasília e Biblioteca Aloísio Magalhães para o novo endereço do Iphan em Brasília

Observação: ação iniciada em 2021 e com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2022.

Manual Básico de Procedimentos Técnicos de Conservação em Acervos Arquivísticos e Bibliográficos do Iphan

Material textual em versão digital, em fase de revisão, que será amplamente disponibilizado para público interno do Iphan e externo.

Diagnóstico pormenorizado de acervos arquivísticos e bibliográficos em estado crítico de conservação

Material textual em fase de revisão, contendo aprofundamento sobre causas de deterioração em acervos que não estão em bom estado de conservação. Observação: ação iniciada em 2021 e com previsão de entrega para o primeiro semestre de 2022.

Mapa de valoração do acervo do Arquivo Central de Brasília

Material textual e visual contendo especificação dos níveis de valoração dos itens documentais do acervo do ACI-BSB. Uma proposta de valoração do acervo consiste em identificar, dentre todo corpo documental, os itens de maior importância, conforme critérios específicos para o contexto do Arquivo Central do Iphan – Seção Brasília. Entende-se valor informacional, dos itens que possam ser mais relevantes para a pesquisa do público interno e externo. O resultado deste processo é um gráfico, que aponta quantitativa e qualitativamente os itens do acervo dentro da lógica de valoração específica da unidade. Construir o gráfico de valor requer uma comunicação extensiva da ideia e dos objetivos por trás dela, e uma ampla consulta para quantificar o valor relativo dos grupos e subgrupos de itens dentro do ativo patrimonial. Assim, no contexto dos acervos arquivísticos e bibliográficos do Iphan, o processo de valoração e construção do gráfico de valor requer o envolvimento dos responsáveis pela conservação, bem como dos gestores dos acervos. A partir do diálogo entre as partes é possível estabelecer critérios de seleção dos itens e escalas de valor que atendam às necessidades específicas de cada unidade. Observação: ação iniciada em 2021 e com previsão de entrega para primeiro semestre de 2022.

Contratação dos serviços continuados:

- Suporte Software Pergamum. O Pergamum é um software responsável pela gestão de bibliotecas. Adotado por mais de doze bibliotecas do Iphan, o software é utilizado para serviço de circulação de materiais, catalogação, classificação, indexação de materiais, e demais serviços realizados pelas bibliotecas. O suporte ao Pergamum, contrato de forma contínua pelo CDP, permite monitoramento e correções no sistema, quando necessário. Tal feito favorece a operacionalização sem falhas do sistema.

- Acesso às normas Técnicas (ABNT), via Sistema Target/Gedweb. O sistema Target/GedWeb é local para disponibilização de normas técnicas nacionais e internacionais, a exemplo das Normas da

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O sistema contratado pelo Iphan, disponibiliza a seus colaboradores acesso às normas de interesse do órgão e vinculadas às atividades realizadas.

Grupos de Trabalho e Comissões

▪ Instituir uma política de gestão do conhecimento. Os Grupos de Trabalho foram instituídos para a elaboração de estudos e apresentação de propostas para institucionalização da Rede de Bibliotecas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, através da Portaria GAB-IPHAN/IPHAN Nº 28, de 13 de julho de 2021. São os seguintes:

I. GT Catalogação, que tem como objetivo definir parâmetros e regras para a descrição bibliográfica do acervo, responsável pela adequação aos padrões internacionais de Catalogação da Rede de Bibliotecas do Iphan.

II. GT Rede e Sistemas, que tem por objetivo o desenvolvimento e funcionamento da rede de Bibliotecas do Iphan, incluindo seus sistemas.

III. GT Desenvolvimento de Coleções, que tem como objetivo definir diretrizes para o desenvolvimento de coleções da Rede de Bibliotecas do Iphan.

IV. GT Autoridade, que tem como objetivo definir padrões para controle e uniformização dos pontos de acesso das autoridades do sistema informatizado das bibliotecas pertencentes a Rede de Bibliotecas do Iphan.

Observação: ação iniciada em 2021 e com previsão de entrega para segundo semestre de 2022.

Participação como órgão seccional da Subcomissão do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos da administração pública federal (Portaria MTur n.º 736, de 27 de outubro de 2020).

Representação do Iphan nas reuniões do SubSIGA/MTur contribuindo com as discussões, definições e temas propostos.

Dispõe sobre a Política de Gestão Documental do Ministério do Turismo, cria a Subcomissão de Coordenação do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SubSIGA) e a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD), no âmbito do Ministério do Turismo. Observações: Coordenado pelo órgão setorial do SIGA: Ministério do Turismo.

Participação no Grupo de Trabalho para implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (GT-LGPD) (Portaria de Pessoal GAB-IPHAN/IPHAN Nº 191, DE 16 DE JUNHO DE 2021).

Institui Grupo de Trabalho para Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (GT-LGPD) no âmbito do Iphan, com a finalidade de identificar, planejar e implementar as medidas necessárias à adequação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), articulando as ações a serem implantadas pela Administração do Iphan. Observações: Coordenado pelo Gabinete da Presidência.

Comitê de Monitoramento do ACT IPHAN-IBICT (Acordo de Cooperação Técnica Nº 29/2019 (Processo SEI nº 01450.001711/2018-01)).

Coordena o Comitê nas ações conjuntas de intercâmbio de experiências e informações, e o desenvolvimento de iniciativas de pesquisas, visando a capacitação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos, com foco no desenvolvimento institucional e na gestão pública, mediante a realização atividades de aprimoramento da gestão da informação produzida nos processos de identificação, reconhecimento e apoio à sustentabilidade dos bens culturais.

Comissão Permanente de Avaliação de Documentos (CPAD) (Portaria Iphan n.º 19, de 30 março de 2021)

Institui a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que tem a responsabilidade de orientar e realizar o processo de análise, avaliação e seleção da documentação produzida e acumulada no seu âmbito de atuação, tendo em vista a identificação dos documentos para guarda permanente e a eliminação dos destituídos de valor. Cria subcomissões permanentes de avaliação de documentos em todas as Superintendências Estaduais e Unidades Especiais. Observação: ação inserida no TRANSFORMAGOV Processo Sei n.º 00133.001089/2020-78).

Sub-comissão Memória dos Presidentes da República (Portaria n.º 6, de 26 de maio de 2021, Presidência da República, Gabinete Pessoal do Presidente da República, Comissão Memória dos Presidentes da República, ligada à Diretoria de Documentação Histórica da Presidência da República (DDH)). Tem como finalidade elaboração de trabalhos que subsidiam as decisões da Comissão Memória dos Presidentes da República. Observação: Diretora do CDP atuando como membro nomeada.

Comissão Memória dos Presidentes da República (criada pelo art. 7º da Lei n.º 8.394, de 30 de dezembro de 1991, é o órgão colegiado que atua em caráter permanente junto ao Gabinete Pessoal do Presidente da República). Tem por finalidade coordenar o Sistema de Acervos Documentais Privados dos

Presidentes da República, instituído pela citada Lei n.º 8.394, de 30 de dezembro de 1991. Observação: Diretora do CDP representando a Presidência do Iphan.

Arquivo Central – Seção Brasília

O Arquivo Central do Iphan Seção Brasília (ACI-BSB) é responsável pelo recebimento dos documentos transferidos de todos os Departamentos da Sede do Iphan, bem como pela guarda, preservação e disponibilização de acervos textuais, cartográficos, visuais, audiovisuais, iconográficos, e tridimensionais, produzidos, recebidos e acumulados pelo órgão em cumprimento das funções institucionais. É constituído por 1.864 metros lineares de documentação textual, 47.108 unidades de documentos iconográficos, 1.111 unidades de documentos audiovisuais e 2.854 itens em grandes formatos (mapas, plantas, material publicitário e outros).

Reúne importantes registros das políticas de preservação do Patrimônio Cultural além da documentação da extinta Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM) e do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).

Nos anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia, o Arquivo permaneceu fechado para atendimento ao público externo ao Iphan, funcionando apenas via agendamento para os colaboradores internos, portanto o atendimento foi inferior ao ano de 2019.

Tabela 4.3.5.2 Serviços realizados pelo Arquivo Central – Seção Brasília 2021

Serviço	Forma	Quant	Medida	Público
Suporte ao SEI*	Via e-mail	2.770	Atendimentos	Interno e externo
Pesquisas remotas	Via e-mail	115	Atendimentos	Interno e externo
	Via SEI	4	Processos	Interno e externo
Pesquisas presenciais	Presencial	2	Pesquisadores	Interno
Disponibilização de Documentos	Digitalização	856	Páginas	Interno e externo

Serviço	Forma	Quant	Medida	Público
Assistências Técnicas	Instruções e acompanhamentos	4	Departamentos	Interno
Transferências	Recepção e guarda de documentos	62,58	Metros lineares (447 caixas-arquivo)	6 setores de 2 departamentos e 1 Unidade Especial

*Observação: os atendimentos de suporte ao SEI são realizados pelo Arquivo Central – Seção Brasília. Porém, sua gestão é de responsabilidade do Centro de Documentação do Patrimônio.

Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro

O Arquivo Central do Iphan - Seção Rio de Janeiro (ACI-RJ) é constituído por 1.250 metros lineares de documentação textual, 20.000 unidades de documentação cartográfica, 160.000 unidades de documentação iconográfica, 11.910 slides e 1678 itens de negativos de vidro, produzida pelo órgão ao longo de sua trajetória. É o arquivo mais antigo da instituição, atuando também na custódia do acervo permanente que remonta à criação do Instituto. Outra atribuição fundamental do ACI-RJ é a de abertura e guarda permanente de todos os processos de tombamento do Iphan, tendo ainda responsabilidade cartorial em seu rol de atividades: inscrição dos bens acautelados nos Livros do Tombo e emissão das certidões de tombamento, assim como emissão de documentos atestando a inexistência de processos de acautelamento de bens de natureza material no âmbito do Iphan. Funciona de maneira integrada ao Arquivo do Rio de Janeiro o Laboratório de Conservação de Acervos Documentais. Nos anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia, o Arquivo permaneceu fechado para atendimento ao público externo ao Iphan, funcionando apenas via agendamento para os colaboradores internos, portanto o atendimento foi inferior ao ano de 2019.

Tabela 4.3.5.3 Atendimento do Arquivo Central do Iphan 2021

Serviços realizados em 2021: Serviço	Forma	Quant.	Medida	Públicos
Pesquisas	Via e-mail, telefone e SEI	1607	Atendimentos	Interno e externo

Serviços realizados em 2021: Serviço	Forma	Quant.	Medida	Públicos
Observação: as pesquisas recebidas foram desde solicitações de emissão de certidões de tombamento à disponibilização e reprodução do acervo da unidade. Alguns atendimentos não puderam ser totalmente concluídos em virtude da impossibilidade de acesso ao acervo físico e, com o recente retorno ao trabalho presencial, esses atendimentos estão sendo priorizados pela equipe. Notou-se um aumento de solicitações superior a 50% em comparação ao ano anterior.				
Processos de tombamento			<input type="checkbox"/> Processos abertos: 68 <input type="checkbox"/> Processos indeferidos e arquivados: 142 <input type="checkbox"/> Bens inscritos: 29 bens	

Biblioteca Aloísio Magalhães - Brasília

A Biblioteca Aloísio Magalhães possui aproximadamente 17490 mil títulos e 25688 exemplares, entre livros, folhetos, artigos de periódicos, teses e dissertações, periódicos, CD's e DVD's. Nos anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia, a Biblioteca permaneceu fechada para atendimento ao público externo ao Iphan, funcionando apenas via agendamento para os colaboradores internos, portanto o atendimento foi inferior ao ano de 2019.

Ações realizada em 2021:

- Doação de duplicatas da Biblioteca Aloísio Magalhães; e
- Listagem e doação de três mil duplicatas para unidades do Iphan.

Tabela 4.3.5.4 Serviços realizados pela Biblioteca Aloísio Magalhães - Brasília 2021

Serviço	Forma	Quantidade	Medida	Públicos
Atendimento	Presencial	21	Atendimentos	Interno
Atendimento	Via e-mail	320	Atendimentos	Interno e externo
	Via telefone	70	Atendimentos	Interno e externo
Pesquisas		18	Pesquisas	Interno e externo
Consulta local	Presencial	5	Usuários	Interno
Empréstimo	Presencial	38	Livros	Interno
Devolução	Presencial	54	Livros	Interno
Solicitação de ISBN	Via e-mail	27	Títulos	Interno
Ficha catalográfica – solicitação	Via e-mail	21	Títulos	Interno
Revisão fichas catalográficas	Via e-mail	8	Títulos	Interno

Serviço	Forma	Quantidade	Medida	Públicos
Levantamento informacional	Via e-mail	10	Temas	Interno
Digitalização	Digitalização	217	Páginas	Interno e externo
Normas GEDWEB*	Remoto	2 pedidos de aprovação de norma 124 usuários cadastrados 435 acessos 960 visualizações 7 impressões		Interno

*Observação: os serviços de normas GEDWEB são realizados pela Biblioteca Aloísio Magalhães. Porém, sua gestão é de responsabilidade do Centro de Documentação do Patrimônio.

Biblioteca Noronha Santos

A Biblioteca Noronha Santos possui uma importante coleção bibliográfica voltada para Patrimônio Cultural, além de valiosas coleções nas áreas de Arte, Arquitetura e Urbanismo, Arqueologia, História, Museologia e Mobiliário. Possui aproximadamente 13000 mil títulos e 16000 exemplares, entre livros, folhetos, artigos de periódicos, teses e dissertações, periódicos, CD's e DVD's. Nos anos de 2020 e 2021, em razão da pandemia, a Biblioteca permaneceu fechada para atendimento ao público externo ao Iphan, funcionando apenas via agendamento para os colaboradores internos, portanto o atendimento foi inferior ao ano de 2019.

Tabela 4.3.5.5 Serviços realizados pela Biblioteca Noronha Santos 2021

Serviço	Forma	Quant.	Medida	Públicos
Pesquisas	Via e-mail	29	Atendimentos	Interno e externo
	Observação: orientação e atendimento, realizados por telefone (ou whatsapp da servidora aos servidores do Iphan), não foram contabilizados.			

4.3.6 - Ações de proteção ao patrimônio material

4.3.6.1 - Ações de Identificação e Reconhecimento

Realizações ou metas de planos estratégicos alcançados em 2021:

- Processos de valoração ferroviária: 11 (onze) processos (de não valorização);
- Processos de tombamento encaminhado para tombamento pelo Conselho Consultivo: 4 (quatro);
- Processos de tombamento indeferidos: 106 (cento e seis); e
- Processos de tombamento abertos: 64 (sessenta e quatro).

Também foram realizados:

- Elaboração da nova portaria da revisão da portaria n.º 407;
- Elaboração da nova Portaria n.º 11, de 11 de setembro de 1986;
- Revisão de assuntos da Carta de Serviços ao Cidadão – republicada em janeiro de 2022;
- Minuta para revisão do Regimento Interno (parte da CGID);
- 2 (duas) Notas Técnicas para revisão da Portaria n.º 375, de 19 de setembro de 2018 – Lugar de Memória e Casas Natas;
- Consolidação, análise e emissão de parecer técnico acerca do material de retorno da consulta:
 - pública da chancela da paisagem cultural brasileira – Processo SEI 01450.005674/2018-01 -
 - consulta pública interna e externa;
- Revisão do documento "Depam - Perguntas Frequentes";
- Análise e emissão de parecer de 45 (quarenta e cinco) processos de Licenciamento Ambiental, no âmbito nacional, com liberação de empreendimentos (15 (quinze) Linhas de transmissão, 13 (treze) Rodovias, 5 (cinco) portos e ampliações, 3 (três) complexos eólicos, 6 (seis) jazidas minerais, 2 (duas) ferrovias, 1 (uma) infraestrutura fluvial de fibra ótica) por apresentar nenhuma possibilidade de dano a bens tombados, devido a distância e a ausência de interferência;
 - Análise de 132 (cento e trinta e dois) processos de tema patrimônio Ferroviário, com manifestação sobre cessão de edifícios e infraestruturas ao DNIT, prefeituras e associações culturais de preservação da memória ferroviária;
 - Análise e manifestação de 11 (onze) processos, de NÃO VALOR HISTÓRICO E CULTURA a 11 (onze) terrenos oriundos da extinta RFFSA, com base na nota técnica vigente;

- Análise e manifestação sobre 11 (onze) processos de cessão de bens móveis ao DNIT, prefeituras e associações culturais de preservação da memória ferroviária, totalizando a manifestação sobre a destinação de 94.650 (noventa e quatro mil e seiscentos e cinquenta) bens móveis.
- Sistematização de formulários preenchidos de consulta às Superintendências para o planejamento de ações referentes a Identificação e Reconhecimento;
- Atualização dos dados cadastrados no SICG para lançamento do SAIP;
- Sistematização de informação base para elaboração do 1º Relatório Anual de Estado de conservação dos bens tombados;
- Retomada das reuniões do Conselho Consultivo (2021);
- Subsídios para consolidação da CONSULTA TEMÁTICA: GOVERNANÇA, GESTÃO E USO DO PATRIMÔNIO DE INTERESSE RELIGIOSO promovida pela UNESCO (primeiro semestre de 2021);
- Acordo de Cooperação Técnica n.º 5/2021 celebrado com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), para ações de preservação e valorização do patrimônio histórico, artístico e cultural da igreja católica, de natureza material – publicado por meio da Portaria Depam/Iphan n.º 5, de 1 de julho de 2021;
- GT do SICG – elaboração de relatório para melhorias da implantação e gestão do sistema no Iphan. (Concluído no primeiro semestre de 2021);
- Produção de documentos sobre o estado da arte da paisagem cultural. Reuniões de pactuação;
- Subsídios para construção do Projeto de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Benin;
- Apoio ao processo de privatização das Companhia das Docas do Espírito Santo;
- Interlocução em Grupos de Trabalho – referente ao ACT vigente entre Iphan e IBICT;
- Assistência sobre paisagem cultural para o Grupo de Trabalho Técnico MAPA EMBRAPA, GIAHS/Brasil, FAO-ONU;
- Reuniões entre áreas de Identificação do Depam (CGID) e DPI (CGIR) incluindo revisão do INRC;
- Análise e emissão de pareceres sobre Fiscalização e Autorização referentes aos bens tombados – CAR;
- Apoio técnico às Superintendências;
- Formulação de respostas ao SIC, ao MPF, à Auditoria, ao MPF e outros; e
- Controle dos processos e Monitoramento de processos de tombamento e valoração, com disponibilização na internet. (processos analisados no Depam, pautas do conselho organizadas, etc.

4.3.6.2 - Ações de Normatização

Em 2021 foram publicadas 10 portarias com normas de preservação, de acordo com a listagem abaixo:

1. Portaria GAB/IPHAN/IPHAN N° 8/2021, publicada em 18/01/2021, dispões sobre a área de entorno do Teatro Municipal de SP;
2. Portaria IPHAN N° 22/2021, publicada em 10/05/2021, dispõe sobre a área de entorno do Forte dos Reis Magos/RN;
3. Portaria GAB-IPHAN/IPHAN/IPHAN N° 31/2021, publicada em 09/08/2021, dispõe sobre área de entorno da Casa de Chico Mendes/AC;
4. Portaria GAB-IPHAN/IPHAN N° 33/2021, publicada em 17/08/2021, dispõe sobre a área de entorno do Reservatório do Mocó localizado na Praça Chile/AM;
5. Portaria GAB-IPHAN/IPHAN N° 40/2021, publicada em 15/09/2021, dispõe sobre a área de entorno da Fortaleza de São José de Macapá/AP;
6. Portaria GAB-IPHAN/IPHAN N° 41, publicada em 15/09/2021, dispõe sobre a área de entorno do Palácio dos Príncipes em Joinville/SC;
7. Portaria GAB-IPHAN/IPHAN N° 42, publicada em 28/09/2021, dispõe sobre o conjunto Arquitetônico da Matriz de N. Sra. Da Penha de França em Corumbá de Goiás/GO;
8. Portaria GAB-IPHAN/IPHAN N° 45, publicada em 18/10/2021, que dispõe sobre a área de entorno do Cemitério do Imigrante, Joinville/SC;
9. Portaria GAB-IPHAN/IPHAN N° 55, publicada em 14/01/2022, que dispõe sobre o Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Icó/CE;
10. Portaria IPHAN N° 02/2022, publicada em 14/01/2022, que dispõe sobre a área de entorno e 5 bens tombados localizados na Barra, Salvador/BA.

4.3.6.3 - Ações de Fiscalização

Planejamento e monitoramento das atividades de fiscalização

1. Análise, aprovação e monitoramento da execução dos planos de fiscalização referentes ao exercício de 2021, em conformidade com a Portaria nº IPHAN 424/2020 de 12 de novembro de 2020. Cabe registrar que o alcance de metas foi significativamente impactado pela situação pandêmica. Contudo, ainda assim foram cadastradas, até a presente data, o total de 1366 fiscalizações no Sistema de Fiscalização e Autorização *Fiscalis*.

2. Realização de reuniões técnicas com o Centro Nacional de Arqueologia/CNA e Coordenação Nacional de Licenciamento/CNL para definição de proposta de metas de fiscalização para o exercício de 2022, resultando em elaboração de minuta de portaria e na subsequente publicação da Portaria GAB-IPHAN/IPHAN nº 46/2021 de 26 de outubro de 2021.

3. Buscando alinhamento para este mesmo objetivo, realização de reunião com a Presidência do IPHAN em 07 de outubro de 2021, contando com a participação da Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização/CGAF, da direção do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização/DEPAM, do Centro Nacional de Arqueologia/CNA e da Coordenação Nacional de Licenciamento/CNL.

4. Início do processo de análise dos planos de fiscalização apresentados pelas Superintendências em conformidade com a Portaria GAB-IPHAN/IPHAN nº 46/2021 de 26 de outubro de 2021.

Exportação temporária de bens acautelados/tombados

1. Instrução e monitoramento de processos de exportação temporária de bens acautelados/tombados, contando com a colaboração da Coordenação-Geral de Conservação/CGCO para análise dos laudos de estado de conservação dos bens em questão. A atividade também foi impactada pela situação pandêmica. Contudo, 11 novos processos do tipo “*Controle de Circulação/Autorização para Exportação Temporária de Bens Acautelados/Bens tombados*” foram gerados durante o ano de 2021. A maior parte das solicitações provieram do Museu de Arte de São Paulo/MASP, mas também houve pedidos da Pinacoteca de São Paulo e do Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo/MAC.

2. Realização de reuniões técnicas com o Museu de Arte de São Paulo/MASP, contando com a participação da Coordenação-Geral de Identificação e Reconhecimento/CGID, a respeito dos procedimentos da Portaria IBPC nº 262/1992 de 14 de agosto de 1992 e da instrução de processos do tipo “*Controle de Circulação/Autorização para Exportação Temporária de Bens Acautelados/Bens tombados*”.

Parcerias e cooperações técnicas

1. Desenvolvimento e início da execução do Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Iphan e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, para os quais foram realizadas diversas reuniões técnicas com representantes da CNBB.

2. Participação no “*13º Encontro Nacional de Arquitetura e Arte Sacra*”, realizado de 03 a 05 de novembro de 2021 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB, como desdobramento do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre está e o Iphan. A cargo da Coordenação-Geral de Autorização

e Fiscalização/CGAF foi preferida palestra intitulada “*Bens tombados: caminhos de diálogo com os órgãos de preservação*”.

3. Participação no “1º webinar *fiscalização: mitos, verdades e desafios na proteção do patrimônio museológico brasileiro*”, realizado de 19 a 22 de outubro de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM. A cargo da Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização/CGAF foi proferida palestra a respeito do histórico da fiscalização no IPHAN, estrutura administrativa, recursos humanos e materiais para a fiscalização, formação e capacitação de fiscais, práticas e metodologia para elaboração e implementação de um plano anual de Fiscalização.

4. Retomada das discussões técnicas com o Instituto Brasileiro de Museus/IBRAM para a revisão da Portaria IBPC nº 262/1992 de 14 de agosto de 1992.

5. Retomada das discussões técnicas com a Polícia Federal para detalhamento e execução do Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre este órgão e o IPHAN.

6. Elaboração de relatório síntese referentes aos bancos de dados e sistemas do IPHAN (Cadastro de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades/CNART, Banco de Bens Culturais Procurados/BCP, Sistema de Fiscalização e Autorização *Fiscalis*, Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão/SICG, Sistema de Bens Culturais Registrados/BCR, Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio/SAIP e Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa/CNIGP) e sua disponibilização à Polícia Federal, em decorrência da execução do Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica firmado entre este órgão e o IPHAN.

7. Participação nas reuniões do Grupo Técnico criado pela Associação Brasileira de Normas Técnicas/ABNT em conjunto com o IPHAN para a elaboração de Prática Remendada intitulada “*Segurança Contra Incêndio em Edificações e Acervos Salvaguardados*”.

Apoio ao Gabinete e Presidência do Iphan

1. Participação em seminário virtual com as Superintendências do Iphan nos estados promovido pelo Gabinete da Presidência do Iphan entre 23 a 26 de agosto de 2021, para apresentação da equipe do Departamento de Patrimônio Material/DEPAM e das principais atividades por ele desenvolvidas, incluindo as da Coordenação-Geral de Autorização e Fiscalização/CGAF.

2. Participação na 99ª Reunião Extraordinária do Conselho Consultivo do Iphan, realizada no dia 09 de dezembro de 2021.

3. Instrução processual para nomeação de novos fiscais para exercício de Poder de Polícia Administrativa, resultando na elaboração de minutas e na subsequente publicação da Portaria de Pessoal nº 338 de 21 de outubro de 2021 e da Portaria de Pessoal GAB-IPHAN nº 451 de 22 de dezembro de 2021.

4. Participação em reuniões diversas em apoio à Presidente do Iphan com temáticas relacionados às atividades de emissão de autorizações para realização de intervenções em bens protegidos e áreas tombadas e de fiscalização.

Ações relacionadas ao combate ao tráfico ilícito de bens culturais e lavagem de dinheiro

1. Participação na XIX Reunião Plenária da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro/ENCCLA 2022, realizada de 13 a 16 de dezembro de 2021.

2. Participação na 5ª Reunião com Reguladores promovido pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras/COAF em 17 de novembro de 2021, com o objetivo de ampliar agenda de colaboração e de apoio regulatório entre o COAF e as demais autoridades competentes, em consideração à Avaliação Nacional de Riscos do Brasil.

3. Apoio técnico nas articulações nacionais e internacionais à Coordenação-Geral de Cooperação Internacional/COGECINT e Departamento de Articulação e Fomento/DECOF referentes ao tráfico ilícito de bens culturais, em atenção à Convenção da UNESCO de 1970 e outros tratados internacionais.

4. Realização de reuniões, contatos e alinhamentos diversos com a Conselho de Controle de Atividades Financeiras/COAF e Receita Federal.

5. Apoio à Coordenação-Geral de Cooperação Internacional/COGECINT, Departamento de Articulação e Fomento/DECOF e Assessoria de Comunicação/ASCOM no processo de Revisão do Código de Ética Internacional para Negociantes de Bens Culturais, por solicitação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura/UNESCO.

Manutenção e desenvolvimento de sistemas

1. Manutenção contínua e desenvolvimento de novas funcionalidades no Sistema de Fiscalização e Autorização *Fiscalis*.

2. Desenvolvimento e finalização do Módulo de Julgamento junto ao Sistema de Fiscalização e Autorização *Fiscalis*, definição de estratégias de disponibilização da nova ferramenta, divulgação e abordagem junto às unidades descentralizadas.

3. Desenvolvimento de requisitos para implantação de melhorias no sistema referente ao Cadastro Nacional de Negociantes de Obras de Arte e Antiguidades/CNART.

4. Extração e disponibilização de dados do Banco de Bens Culturais Procurados/BCP, para agilizar o processo de consulta em decorrência da instabilidade do sistema.

Outras atividades relacionadas à fiscalização

1. Continuidade das ações referentes ao “*Levantamento nacional de informações sobre percepção de riscos a bens edificados tombados com acervos*”, com reuniões técnicas com todo o corpo de fiscais das superintendências de Minas Gerais (em 05 de agosto de 2021), Pernambuco (em 30 de setembro de 2021) e Rio de Janeiro (em 06 de dezembro de 2021). Também continuam em desenvolvimento as respectivas análises e a elaboração do relatório final.

2. Continuidade do levantamento de dados para elaboração de relatório acerca das multas derivadas da aplicação do rito processual da Portaria nº 187/2010 de 11 de junho de 2010;

3. Iniciadas as discussões técnicas para elaboração do Regulamento Interno da Fiscalização e do Programa de Capacitação da Fiscalização do Iphan.

4. Capacitação de fiscais para a aplicação da Portaria Iphan nº 187/2021 (em 2021 foram disponibilizadas duas turmas EAD).

5. Desenvolvimento de tutoriais de novas funcionalidades do Sistema de Fiscalização e Autorização *Fiscalis* a serem disponibilizados a todos os fiscais através da Intranet.

6. Realização de reuniões técnicas com fiscais das Superintendências do IPHAN para fins de orientação quanto à aplicação da Portaria IPHAN nº 80 de 07 de março de 2017.

Articulações com a Coordenação Nacional de Licenciamento/CNL

1. Realização de reuniões com a Coordenação Nacional de Licenciamento/CNL fins de elaboração de Nota Técnica conjunta referente às interfaces entre a Instrução Normativa n.º 01, de 25 de março de 2015 e a Portaria Iphan n.º 187, de 11 de junho de 2010.

2. Análise de processos de licenciamento ambiental relativos à riscos de impactos em bem materiais protegidos por meio do tombamento e da valoração, para emissão de Termo de Referência, nos termos da Instrução Normativa n.º 01, de 25 de março de 2015.

Outras atividades

1. Avaliação e definição de fluxos de concessão de diárias e passagens para exercício da fiscalização diante das sucessivas revisões normativas ocorridas em 2021;

2. Sistematização da planilha de controle dos processos da Câmara de Análise de Recursos/CAR.

3. Análise de processos de fiscalização e autorização com recursos interpostos em última instância junto à Câmara de Análise de Recursos/CAR.
4. Atendimento constante de demandas diversas providas dos canais de atendimento do Iphan (SIC-Iphan, Protocolo Digital e Ouvidoria).
5. Análises técnicas para subsidiar resposta de demandas judiciais.
6. Acompanhamento constante e esclarecimento de dúvidas do corpo técnico do IPHAN por e-mail, telefone e videoconferência, referentes aos processos de fiscalização e autorização de forma ampla.
7. Participação nos procedimentos necessários à implementação da Gestão de Riscos no âmbito do Iphan, com fulcro na Portaria GAB-IPHAN nº 11 de 26 de janeiro de 2021.
8. Participação na Oficina da Chamada Plataforma Desafios/Contrato Público para Solução Inovadora e elaboração e submissão da proposta “*Automatização do processo de emissão de autorizações para intervenções em bens e áreas tombadas*”, para análise.

4.3.6.4 - Ações de Conservação

Tabela 4.3.6.4.1 Ações executadas pela Coordenação-Geral de Conservação (CGCO) 2021

DF	Brasília	ACT – Iphan/CNBB - Assinatura do ACT -Criação do GT pelo diretor do Depam -Início das atividades do GT - reuniões, levantamentos de dados e apresentação dos resultados
DF	Brasília (reuniões virtuais)	REUNIÕES - TEMAS DIVERSOS -Bahia – para tratar das oficinas participativas relativas aos Planos de Conservação dos Terreiros (TED UFBA/Iphan); remanejamento de recursos; produtos/planos de conservação. -Rio Grande do Norte – para tratar da rescisão do contrato da consultora que desenvolvia o PC para o Forte dos Reis Magos. -Paraíba - discussão sobre a regularização da ocupação do Forte de Santa Catarina, em Almagre. - Discussão sobre intervenção nos painéis azulejares do adro do Convento de Santo Antônio, em João Pessoa. - Discussão sobre os projetos de restauração dos Conventos de Santo Antônio e de Nossa Senhora do Carmo, em João Pessoa/PA. - DECOF - Reunião sobre o Mercado das Indústrias Criativas do Brasil – possibilidade do envio de sugestões. - Discussão sobre os ajustes necessários ao projeto com o Benim. -GTMAF - Professora da UNB interessada em discutir os acervos dos terreiros. - Secretaria de Cultura - alinhamento técnico para o edital do Fundo Nacional de Cultura/2021 -CAPCF - discussão sobre modelos de termos de cessão dos bens ferroviários. -MTUR - apresentação do plano de gestão de museus federais no âmbito do MTUR. -Mercosul Cultural - participação em reunião com países integrantes do Mercosul para apresentação de dados sobre bens brasileiros de interesse religioso, já reconhecidos. -Gabinete DEPAM – planejamento da organização dos documentos arquivísticos. -Superintendência do DF – orientação na contratação de projetos de restauração de bens culturais moveis pelo Palácio do Itamaraty. -CGID e DPI - discussão sobre o dossiê de registro e tombamento da Igreja de Nossa Senhora de Lourdes, Teresina/PI, e seu acervo cultural móvel e integrados à arquitetura. - Sergipe - discussão sobre a Cessão do Pátio Ferroviário de Aracaju.
DF	Brasília	PROCESSOS DE AUTORIZAÇÃO DE SAÍDA DE OBRAS DE ARTE

		-Pareceres técnicos sobre pedidos de saída temporária do país para obras protegidas e laudos de retorno
DF	Brasília	PROJETOS FUNDAÇÃO VALE -Envio ao DECOF de indicação de projetos para patrocínio
DF	Brasília	PLANOS DE CONSERVAÇÃO -Organização de planilhas de planejamento das atividades relacionadas aos planos de conservação e consultorias para o ano de 2021. -Análise dos Produtos relativos à elaboração dos subsídios para os planos de conservação dos fortes de Santo Antônio da Barra/BA, Santa Cruz de Itamaracá/PE, Reis Magos/RN. -Rescisão dos contratos dos consultores responsáveis pelos planos para Santa Cruz de Itamaracá/PE, Reis Magos/RN. -Oficina de validação - Forte Coimbra/MT. -Reunião com equipe da Superintendência de São Paulo para discutir o Plano de Conservação dos fortes de Santo Amaro da Barra Grande e São João de Bertiooga.
DF	Brasília	FUNDO NACIONAL DE CULTURA -Análise e orientação no desenvolvimento dos projetos enviados pelas superintendências de Minas Gerais, Ceará, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Bahia, São Paulo, para submissão ao FNC.
DF	Brasília	LEIAUTE DA NOVA SEDE -Finalização da proposta
DF	Brasília	REVISÃO DO REGIMENTO INTERNO -Reuniões com equipe -Sugestão de ajustes à estrutura organizacional
BA	Andaraí (em parceria com Iphan/BA)	TED 01/2019 IPHAN/UFBA -Ações de conservação para o Conjunto Urbano, Arquitetônico e Paisagístico de Igatu. Através do TED 01/2019 IPHAN/UFBA, são aplicados recursos em ações de assistência técnica nos imóveis tombados da cidade.
DF	Brasília (monitorado pela CGCO, executado pelas superintendências pertinentes)	OBRAS EMERGENCIAIS, JUDICIAIS E HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA - Resposta via SEI a demandas de proprietários de imóveis com necessidade de obras em caráter emergencial e que alegam hipossuficiência financeira.
DF	Brasília	BENS CULTURAIS MÓVEIS E INTEGRADOS À ARQUITETURA -Organização e realização de duas rodas de conversa virtual com os técnicos da área de bens moveis do Iphan e convidados (Diretor do Depam, Leonardo Barreto e Coordenadores Gerais), com vistas a esclarecer e debater macroprocessos relacionados à preservação de bens móveis e integrados. -Elaboração de um quadro resumo dos desafios, problemas, questões, relacionadas aos bens culturais moveis e elementos integrados à arquitetura protegidos. -Orientações quanto à conservação da escultura barroca – Nossa Senhora da Conceição - pertencente ao acervo da sede do Iphan em Brasília. -Orientações quanto à embalagem e transporte dos bens culturais moveis da atual sede do Iphan em Brasília para o novo prédio. -Arrolamento do acervo de bens moveis da atual sede do Iphan em Brasília.
DF	Brasília	DIAGNÓSTICO DOS SISTEMAS SICG e FISCALIS Análise inicial dos sistemas visando a melhorias dos mesmos e por consequência quando finalizado possa se retirar um diagnóstico do estado de conservação dos bens tombados pela instituição.
DF	Brasília	APOIO À DIRETORIA DO DEPAME AO DPA QUANTO AO MONITORAMENTO DAS AÇÕES 20ZH Monitoramento de 68 ações visando realocar recursos para execução e finalização de ações.
DF	Brasília SEDE	LICENCIAMENTO Análise de processos de licenciamento ambiental relativos à riscos de impactos em bem materiais protegidos.
DF	Brasília SEDE	CÂMARA DE ANÁLISE DE RECURSOS Análise de processos de licenciamento ambiental relativos à riscos de impactos em bem materiais protegidos.
DF	Brasília	TED 04/2019 - Iphan/UFBA - Atualização cadastro e Diagnóstico do Real Forte Príncipe da Beira - Fiscalização, orientações e análise de produtos

DF	Brasília	MESTRADO PROFISSIONAL -Acompanhamento e orientação das atividades supervisionadas e análise dos Produtos da mestrandia Virginia Ferreira Barbosa.
----	----------	---

Tabela 4.3.6.4.2 Apoios técnicos realizados a outras unidades do Iphan

PA	Belém	-Análise da proposta de deslocamento de imaginária retabular na Igreja de Nossa Senhora do Carmo.
RS	Porto Alegre	-Análise de projeto de restauração de pinturas murais da Biblioteca Estadual de Porto Alegre.
DF	Brasília	- Apoio técnico à Superintendência no DF quanto ao processo de substituição dos revestimentos em tecidos de paredes do palácio.
BA	Salvador	-Análise de processo relativo à cessão de quadros pertencentes ao Iphan/BA ao museu da Província Capuchinha na Bahia.
SE	Aracaju	- Orientação à fiscalização da restauração de imagens sacras da Igreja de Nossa Senhora do Socorro, no município de Socorro/SE.
AM	Manaus	Apoio técnico durante as obras de restauração do Edifício Sede do Iphan no Amazonas
MS	Corumbá	Apoio técnico à Superintendência: análise de projeto de intervenção no Forte Coimbra, principalmente relacionado à acessibilidade universal e propostas de uso para as edificações intramuros.
RO	Costa Marques	Apoio técnico à Superintendência de Rondônia: orientações acerca dos escoramentos, entre outros serviços emergenciais Real Forte Príncipe da Beira a serem executados pelo Exército no âmbito da ACP.
RO	Costa Marques	Manifestação sobre planejamento de ações Real Forte Príncipe da Beira geradas pela ACP após julgamento final
CE	Fortaleza	Parecer técnico sobre o desmoronamento de um trecho da bateria inferior da muralha da Fortaleza de NS de Assunção
CE	Fortaleza	Parecer técnico sobre reforço de fundação e recuperação estrutural da casa de José de Alencar
RJ	Mangaratiba	Nota Técnica sobre controle de vegetação nas ruínas de Mangaratiba.
PI	Teresina	Apoio Técnico a Superintendência: Igreja de São Benedito – diretrizes para recuperação estrutural
SP	São Paulo	Apoio técnico a Superintendência de São Paulo sobre a recuperação estrutural de escada em madeira do Museu Paulista
RS	São Miguel das Missões	Aditivo Contratual - CONTRATO Iphan RS 01/2020 (Processo nº 01512.000414/2019-40).
RJ	Rio de Janeiro	Orientações sobre atribuição dos cargos de técnico em edificações e engenheiro (Processos nº 01500.002330/2020-13 e 01500.001983/2020-85).

4.3.7 - Ações na área de Arqueologia

Cabe ao Centro Nacional de Arqueologia (CNA) definir diretrizes e normas voltadas à gestão do patrimônio arqueológico em âmbito nacional, além de propor, monitorar e avaliar a formulação e implementação de ações de preservação, em consonância com as diretrizes do Iphan, em conjunto com as Superintendências e demais unidades do Iphan, e de forma compartilhada com os entes públicos e com a sociedade visando à orientação das partes envolvidas na salvaguarda do patrimônio arqueológico.

Dentre as principais atividades do Centro estão o desenvolvimento de ações de acautelamento:

- Tombamento e proposição de medidas diversas para a proteção e valorização do patrimônio arqueológico;

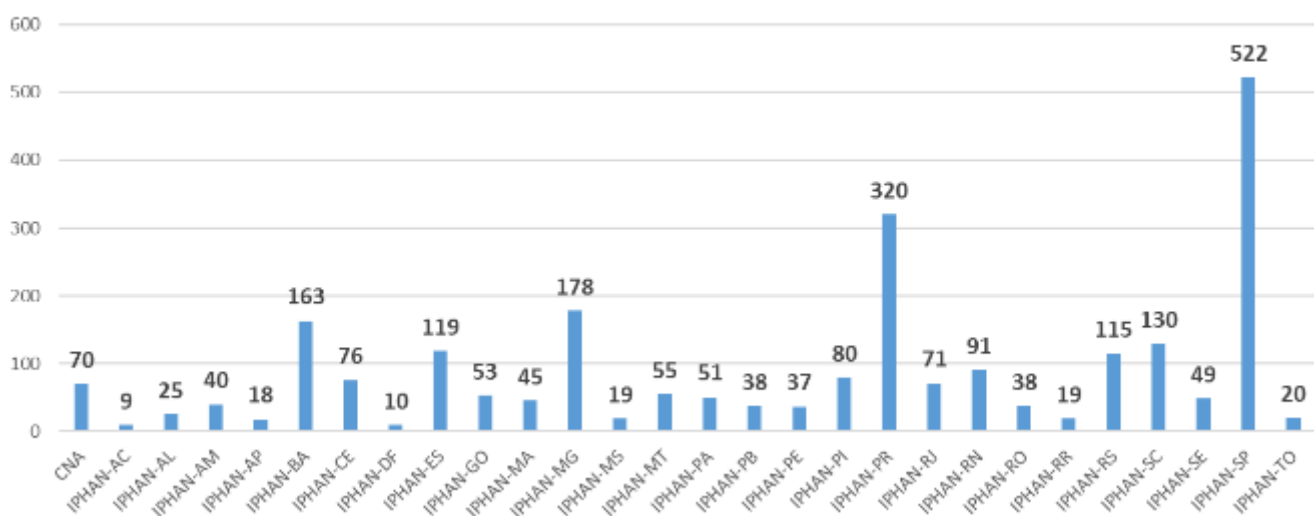
- Autorização e a permissão para realização de pesquisas arqueológicas;
- Acompanhamento e a fiscalização das pesquisas arqueológicas;
- Gestão das Instituições de Guarda e Pesquisa por meio do Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP);
- Gestão dos sítios arqueológicos por meio do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA) e Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG); e
- Implementação e acompanhamento de ações de conservação e socialização do patrimônio arqueológico.

É importante destacar que o patrimônio arqueológico faz parte do conjunto de bens culturais acautelados em âmbito federal e pode ser dividido em bens móveis e imóveis. Os bens arqueológicos móveis são representados por peças avulsas, coleções e acervos, enquanto os imóveis são os chamados “sítios arqueológicos”. O Iphan é responsável pela gestão do patrimônio arqueológico e sua proteção é garantida pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e pela Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961, sendo considerados patrimônio cultural brasileiro e Bens da União. Nesse sentido, são proibidos - e considerados crimes contra o Patrimônio Nacional, puníveis penalmente - o aproveitamento econômico, a destruição ou a mutilação dos sítios arqueológicos antes de serem devidamente pesquisados.

Em 2021, este Centro analisou e publicou no Diário Oficial da União (DOU) 2.461 (dois mil, quatrocentos e sessenta e uma) portarias autorizativas de pesquisa arqueológicas, conforme gráfico abaixo:

Gráfico H - 4.3.7.1 Portarias Autorizativas de Pesquisas Arqueológicas emitidas pelo Iphan 2021

Total 2461



COPEL - Análise de processos referentes a pesquisas no âmbito do Licenciamento Ambiental, Acadêmicas e em Áreas Tombadas:

Total de 3.279 (três mil, duzentos e setenta e nove) processos analisados pela COPEL no ano de 2021, sendo:

- Pedidos de Autorização para Pesquisa (Projetos): 2.180
- Renovações de Autorização para Pesquisa: 304
- Retificações de Autorização para Pesquisa: 216
- Revogações de Autorização para Pesquisa: 36
- Relatórios de Projetos: 170
- FCA e reenquadramentos: 133
- Idoneidade técnica científica Lei 13.653: 27
- Fichas de sítios: 42
- Ofícios e outras demandas pertinentes a Coordenação: 157

Análises realizadas na COPEL, divididas por Federação:

- Sede Nacional (CNA) - 344
- AC - 10
- AL - 35
- AM- 53
- AP - 32
- BA - 200
- CE - 95
- DF - 11
- ES - 147
- GO - 55
- MA - 52
- MG - 219
- MS - 22
- MT - 65
- PA - 61
- PB - 45
- PE - 47
- PI - 103
- PR - 386

- RJ - 108
- RN - 125
- RO - 60
- RR - 33
- RS - 136
- SC - 151
- SE - 56
- SP - 596
- TO - 31

Os trabalhos de auxílio as Superintendências resultaram na análise de 78 (setenta e oito) projetos, dando suporte quando necessário.

AREC - Análise de processos referentes ao cadastro e homologação de sítios arqueológicos:

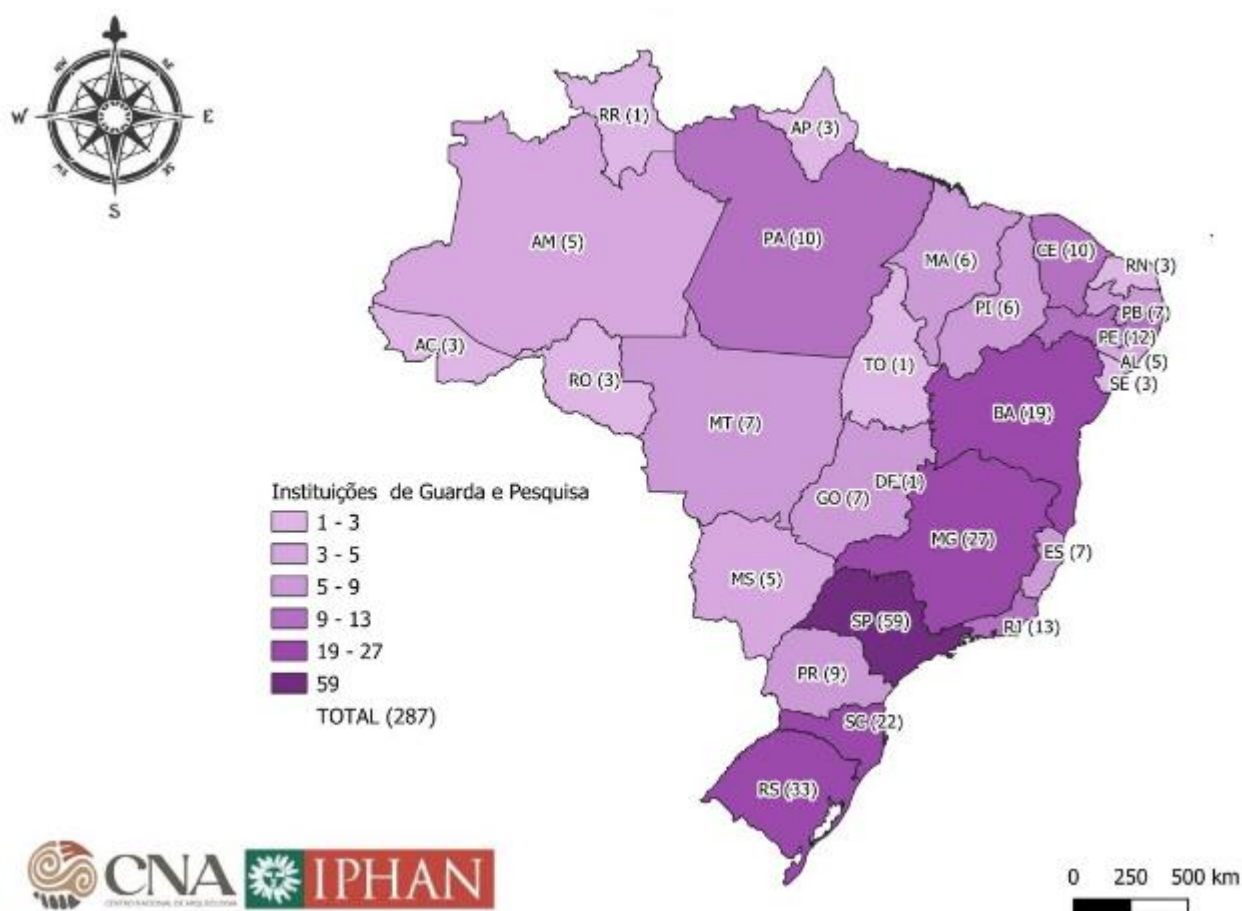
- Análise do cadastro e homologação e subsequente registro do sítio arqueológico no Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Ao todo, em 2021, foram analisados 428 (quatrocentos e vinte e oito) processos desse tipo;
 - Cadastro e homologação de 1730 (um mil, setecentos e trinta) sítios arqueológicos no SICG;
 - Dentre esses cadastros de sítios arqueológicos, destaco a inclusão de 187 (cento e oitenta e sete) registros referentes a Naufrágios de Interesse Histórico da costa brasileira, após colaboração entre este Centro e a Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha;
 - Análise de outros 48 (quarenta e oito) processos com demandas diversas;
 - Elaboração, em conjunto com a Coordenação de Normas e Acautelamento (CONAC), de termo de referência padrão para ações de Recadastramento de Sítios Arqueológicos. Além disso, a AREC colaborou na elaboração de Termos de Referência específicos para 10 (dez) Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), em que também foram definidos os sítios arqueológicos a serem recadastrados no âmbito dos projetos;
- Realização da Campanha Nacional para Cadastro de Sítios Arqueológicos, em parceria com a Assessoria de Comunicação do Iphan e com a Coordenação de Socialização do Patrimônio Arqueológico (COSOL), por meio de divulgação da campanha nas mídias sociais do Iphan.

CONAC - Análise 404 (quatrocentos e quatro) demandas processuais relativas ao patrimônio cultural arqueológico:

- 122 (cento e vinte e dois) Processos de Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), conforme a Portaria n.º 159, de 11 de maio de 2016;
- 40 (quarenta) Manifestações para autorização de fiscalização;
- 40 (quarenta) Ações Judiciais;
- 31 (trinta e um) manifestações para orientação de procedimentos relativos ao patrimônio arqueológico;
- 26 (vinte e seis) Processos do Ministério Público Federal;
- 18 (dezoito) análises de denúncia de dano ao patrimônio arqueológico;
- 18 (dezoito) análises de documentação de profissionais, conforme a Lei n.º 13.653, de 18 de abril de 2018;
- 17 (dezesete) análises de pendências de profissionais no âmbito de pesquisas arqueológicas;
- 17 (dezesete) Manifestações para o combate ao tráfico ilícito de material arqueológico;
- 14 (quatorze) Manifestações/orientações sobre os Planos de Ação (PA's) aprovados para o ano de 2021;
- Cerca de 60 (sessenta) processos com outras demandas pertinentes às atribuições desta coordenação.
- Cadastro e monitoramento dos Planos de Ações (PA's) no Sistema Sig-Iphan, referente às 26 (vinte e seis) Superintendências e Sede em Brasília;
- Registro e atualização das informações do Sistema FISCALIS para a gestão dos processos de fiscalização dos bens culturais protegidos em nível federal;
- Participação na elaboração de Termo de Referência (TR) para ações de Recadastro de Sítios Arqueológicos, em conjunto com a Área de Registro e Cadastro (AREC);
- Revisão da Portaria n.º 195, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional, e da Portaria n.º 197, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre Procedimentos para Solicitação de Remessa de Material Arqueológico para Análise no Exterior;
- Revisão do conteúdo da Portaria n.º 196, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel;
- Participação na elaboração e execução da 9ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria (2021), em conjunto com a Coordenação de Socialização (COSOL). Esta edição contou com um total de 39 (trinta e nove) trabalhos, sendo 19 (dezenove) na categoria “artigo científico”, 3 (três) na categoria “graduação”, 11 (onze) na categoria “mestrado” e 6 (seis) na categoria “doutorado”.

COSOL - Análises relativas ao patrimônio cultural arqueológico:

▪ Acompanhamento de 287 (duzentos e oitenta e sete) Instituições que fazem parte do Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos (CNIGP), distribuídas em todas as regiões do país, conforme demonstrado abaixo.



- Análise de 49 (quarenta e nove) solicitações de movimentações de bens arqueológicos em território nacional, conforme procedimentos da Portaria n.º 195, de 18 de maio de 2016;
- Análise de 29 (vinte e nove) solicitações de remessas visando a análise no exterior de bens arqueológicos, conforme procedimentos da Portaria n.º 197, de 18 de maio de 2016;
- Atuação em 10 (dez) processos relacionados ao apoio a Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, além de 9 (nove) manifestações acerca de destinação de valores advindos de Termo de Ajustamento de Conduta para revitalização de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos, nos termos da Portaria n.º 159, de 11 de maio de 2016;

- Atuação em 47 (quarenta e sete) processos relacionados à fiscalização em Instituição de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos;
- Revisão da Portaria n.º 195, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre procedimentos para solicitação de movimentação de bens arqueológicos em território nacional e da Portaria n.º 197, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre Procedimentos para Solicitação de Remessa de Material Arqueológico para Análise no Exterior. Para tal, foram realizados levantamento de dados e consulta interna aos arqueólogos do Iphan, o que resultou na produção de um relatório de revisão pormenorizado e na confecção de uma nova minuta, que juntará as duas normas;
- Revisão do conteúdo da Portaria n.º 196, de 18 de maio de 2016, que dispõe sobre a conservação de bens arqueológicos móveis, cria o Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa, o Termo de Recebimento de Coleções Arqueológicas e a Ficha de Cadastro de Bem Arqueológico Móvel. Tal ação contempla a finalização do conteúdo da nova Portaria; a finalização do conteúdo da publicação "Diretrizes para preservação de bens arqueológicos móveis", bem como colaboração no projeto de designer; o levantamento e organização de dados sobre as Instituição de Guarda e Pesquisa; e o início da elaboração do relatório de revisão da referida norma;
- Cerimônia de entrega da 8ª edição do Prêmio Luiz de Castro Faria - Prêmio LCF 2020, que não havia ocorrido devido à epidemia de Covid-19. A atividade, realizada em parceria com a Assessoria de Comunicação do Iphan, deu-se no formato do *Webinário "Rodas de Conversa com os Vencedores do Prêmio Luiz de Castro Faria 2020"*, ocorrido nos dias 29 e 30 de abril (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EnG-pH4Tfic> e <https://www.youtube.com/watch?v=aSwLMO93PnM&t=34s>);
- Comemorações dos 60 (sessenta) anos da Lei n.º 3.924, de 26 de julho de 1961 - Proteção dos monumentos arqueológicos e pré-históricos, realizadas em parceria com a Assessoria de Comunicação do Iphan, que contemplaram a execução do *Webinário "60 Anos da Lei da Arqueologia"*, ocorrido no dia 26 de julho de 2021 (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=JQMCgZqsFBE>) e elaboração do vídeo comemorativa para vinculação nas redes do Iphan (disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gtmBfaF5ZDA&t=15s>);
- Campanha Nacional para Cadastro de Sítios Arqueológicos, realizada em parceria com a Assessoria de Comunicação do Iphan e Área de Registro e Cadastro do CNA, tem como objetivo fomentar que Instituições e arqueólogo(a)s encaminhem informações que propiciem cadastro de sítios arqueológicos na base oficial do Iphan, o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG). Para tal, foi realizada a divulgação da campanha nas mídias do Iphan;
- Elaboração de projeto para execução da Revista do Centro Nacional de Arqueologia, ação anual prevista para iniciar no ano de 2022, em comemoração aos 10 (dez) anos do Prêmio Luiz de Castro Faria;

▪ Realização, com o apoio da Coordenação de Normas e Acautelamento, da 9ª Edição do Prêmio Luiz de Castro Faria. Concorreram ao Prêmio um total de 39 (trinta e nove) trabalhos, sendo 19 (dezenove) na categoria “artigo científico”, 3 (três) na categoria “graduação”, 11 (onze) na categoria “mestrado” e 6 (seis) na categoria “doutorado”.

4.3.8 - Ações do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx

O Sítio Roberto Burle Marx é o mais completo registro da vida e obra do maior paisagista brasileiro do século XX. Considerado por Burle Marx como seu “cadinho”, o lugar em que o artista morou e produziu em seus últimos vinte anos de vida foi o laboratório de experimentos paisagísticos que fundamentou a formação do conceito de jardim tropical moderno, uma importante expressão do movimento moderno no campo do paisagismo.

Situada em Barra de Guaratiba, bairro da Zona Oeste do Rio de Janeiro, a propriedade reúne uma das mais importantes coleções de plantas vivas do mundo, com mais de 3,5 mil espécies botânicas que, organizada em viveiros e jardins, convive em harmonia com a vegetação nativa em uma área de 405 mil metros quadrados, que inclui várias edificações, lagos, jardins, coleções de arte e uma vasta biblioteca.

Doado em 1985 ao governo federal, o Sítio situa-se na estrutura institucional do Iphan como uma unidade especial, e é também um bem cultural tombado nos níveis estadual e federal. Em julho de 2021, foi reconhecido pela Unesco como Patrimônio Mundial.

Missão e Visão Institucionais

Missão: Preservar, pesquisar e divulgar a obra de Roberto Burle Marx, com base no Patrimônio Cultural do CCSRBM, constituindo-se como centro de memória e estudos construtor e difusor de conhecimentos nos campos do paisagismo, da paisagem, da preservação ambiental e das artes plásticas.

Visão: Constituir-se, por meio de ações estratégicas e gestão participativa, como um centro de produção de conhecimento e de referência da obra de Burle Marx, com foco na pesquisa, na inovação e na educação, articulador de ações e políticas nos campos do paisagismo, da paisagem, da preservação ambiental, do patrimônio cultural e das artes plásticas, alinhado à missão institucional e à visão do Iphan e em consonância com a Política Nacional de Patrimônio Cultural.

Tabela 4.3.8.1 Força de Trabalho do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx

FORÇA DE TRABALHO – SRBM 96 COLABORADORES		
40 servidores	Direção = 01 Área Meio = 07 Área Fim = 28 Cedidos = 04	Aposentadoria Área Fim = 03 (2021) 11 aptos à aposentadoria em 2022: Direção = 01 Área Meio = 04 Área Fim = 06
51 funcionários terceirizados	Preservação do acervo botânico = 15 Apoio administrativo = 07 Limpeza das edificações = 05 Vigilância = 20 Setor Educativo = 04	
5 outros colaboradores	03 Estagiários (área fim) 1 consultor (prodac) 1 bolsista do Mestrado Iphan	

Política de Preservação do Patrimônio Cultural do CCSRBM

Tabela 4.3.8.4 Patrimônio Mundial (Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx)

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Finalização, com resultado positivo, da campanha de candidatura do SRBM à inscrição na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (2016-2021).	Reconhecimento do SRBM pela UNESCO como Bem Cultural do Patrimônio Mundial, em julho de 2021.

Programa de Gestão de Acervos

Tabela 4.3.8.5 Programa de Gestão de Acervos (Acervo botânico-paisagístico)

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Catálogo do acervo botânico-paisagístico - Implementação do Inventário Georreferenciado do Acervo Botânico-paisagístico do SRBM. <ul style="list-style-type: none"> ▪ 114 novos registros de indivíduos vegetais ▪ Georreferenciamento dos mapas dos jardins levantados por topografia em 2019 ▪ Desenvolvimento de planilha com parâmetros para os demais jardins ▪ Inserção do cadastramento no ArcGis. 	Inventariação do acervo botânico-paisagístico do SRBM com metodologia de georreferenciamento, constituindo um instrumento fundamental para sua gestão.
Implantação do Herbário do SRBM <ul style="list-style-type: none"> ▪ Implantação das estruturas materiais, metodologias e processos técnicos necessários à constituição de coleção de referência das espécies vegetais que compõem o acervo botânico do SRBM; ▪ Implementação da metodologia de identificação e registro das espécies; ▪ Inserção dos dados referentes à coleção herborizada do SRBM no sistema informatizado especializado Jabot, do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. 	Implementação de processo de registro científico do acervo botânico-paisagístico do SRBM, com identificação precisa das espécies que o compõem. Contribuição para a gestão e a proteção do acervo e de sua biodiversidade. Difusão do conhecimento produzido junto à comunidade científica e à sociedade em geral.
Elaboração do Plano de Gestão para o acervo	Produção de subsídios tecnicamente

botânico-paisagístico – etapa 01: registro de práticas de cultivo e organização do acervo botânico-paisagístico. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Definição de metodologia com técnica de memória oral para o registro das práticas; ▪ Organização de acervo de História Oral do SRBM; ▪ Realização de 06 entrevistas, envolvendo pesquisa sobre os narradores, elaboração de roteiro temático e transcrição. 	fundamentados e organizados para a estruturação de um Plano de Gestão para o acervo botânico-paisagístico do SRBM.
--	--

Tabela 4.3.8.6 Programa de Gestão de Acervos (Acervo museológico)

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Catalogação do acervo museológico – etapa 1: Catalogação, com a inserção em banco de dados informatizado, de 100% das obras de arte de autoria de RBM (1.653 obras).	Sistematização do acervo museológico, como instrumento fundamental para sua gestão e difusão. Disponibilização à sociedade, no site do SRBM na internet, das informações sobre o acervo.
Estabelecimento de normas e rotinas de conservação para o acervo museológico.	Trabalho em elaboração, incluído no escopo de trabalho da mestrandia do Mestrado Profissional do Iphan.
Recuperação de Totens Escultóricos projetados por Roberto Burle Marx e elaboração de projeto de restauração dos demais, com base em pesquisas iconográficas.	Preservação e difusão do acervo do SRBM.

Tabela 4.3.8.7 Programa de Gestão de Acervos (Acervo arquitetônico)

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Levantamento e registro do sistema de instalações prediais de distribuição e abastecimento de água para as edificações.	Organização e conhecimento dos sistemas, de modo a permitir sua adequada conservação.
Realização de rotinas de inspeção e definição de ações de conservação para as edificações.	Manutenção das edificações em bom estado de conservação e uso.

Tabela 4.3.8.8 Programa de Gestão de Acervos (Acervo bibliográfico/documental)

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Diagnóstico do conteúdo do Acervo Documental do SRBM; definição de ações para organização e conservação - tabela de temporalidade, material para descarte, arquivo etc.	Organização, identificação, acondicionamento e conservação do Acervo Documental do SRBM: 110 metros lineares tratados.

Programa de Preservação de Acervos

Tabela 4.3.8.9 Programa de Preservação de Acervos (Acervo botânico-paisagístico)

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Tratamento fitossanitário (ação prioritária, continuada e permanente) <ul style="list-style-type: none"> ▪ 120 análises laboratoriais ▪ 04 análises de reservatórios de água ▪ 02 ações de geoprocessamento ▪ 179 diagnósticos em 120 amostras de patógenos ▪ 741 tratamentos aplicados ▪ Realização de tratamento sistemático, cotidiano. 	Preservação do acervo botânico; manutenção da saúde e das condições de cultivo das plantas.
Aquisição de espécies para a coleção botânico-paisagística <ul style="list-style-type: none"> ▪ 77 mudas recebidas de 04 parceiros. 	Incremento do acervo; fortalecimento das relações com hortos, jardins botânicos e colecionadores.
Recuperação da coleção de velloziaceae <ul style="list-style-type: none"> ▪ Projeto e execução da recuperação e 	Preservação do acervo botânico; manutenção do jardins e paisagens do SRBM.
consolidação do acervo de velloziaceae, com a consolidação do jardim saxícola.	
Recuperação da cobertura do Sombrial Graziela Barroso – <ul style="list-style-type: none"> ▪ Levantamento dos pilares antigos e recentes ▪ Numeração e caracterização dos pilares com registro em formulário e planilha ▪ Georreferenciamento de 92 pontos coletados ▪ Início de propagação de espécies de filodendros, com preparação de pontos de plantio das mudas e locação de estacas ▪ Contratação de projeto técnico executivo especializado, para a recuperação da estrutura da cobertura. 	Adequação da estrutura do sombral para garantir as condições de preservação do acervo botânico.

Tabela 4.3.8.10 Programa de Preservação de Acervos (Acervo museológico)

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Restauração das 322 gravuras e 3 desenhos da coleção Sociedade de Amigos de RBM, cedida em Comodato ao SRBM.	Acervo restaurado, devidamente preservado e à disposição do SRBM.
Restauração e conservação do acervo museológico do SRBM - etapa 2021: <ul style="list-style-type: none"> ▪ 4 obras da coleção de arte sacra restauradas. 	Acervo restaurado, devidamente preservado e exposto à visitação.
Ações cotidianas de conservação do acervo museológico.	Acervo restaurado, devidamente preservado e exposto à visitação.

Tabela 4.3.8.11 Programa de Preservação de Acervos (Acervo arquitetônico)

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Conclusão da restauração da Capela de Santo Antônio da Bica.	Bem cultural preservado e exposto à visitação.
Restauro de bens móveis e integrados da Capela de Santo Antônio da Bica.	Bens culturais preservados e expostos à visitação.
Ações de manutenção das edificações (permanentes), com estabelecimento de rotinas.	Patrimônio preservado e exposto à visitação.

Tabela 4.3.8.12 Programa de Preservação de Acervos (Acervo bibliográfico e documental)

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Recebimento da doação, pelo consulado espanhol, de coleção de livros de ilustração botânica.	Incorporação à coleção biblioteconômica do SRBM de 25 volumes de reprodução da obra " <i>Flora de La Real Expedición Botánica del Nuevo Reino de Granada</i> ", de José Celestino Mutis y Bosio (obra original produzida no s. XVII-XIX).
Organização e acondicionamento do acervo documental do SRBM. <ul style="list-style-type: none"> ▪ 47 m. l. de arquivos organizados; ▪ 63 m. l. de documentos indicados para descarte a serem inseridos na Lista de Eliminação de Documentos para análise da Comissão de Descarte em 2022. 	Organização e implementação de instrumentos de gestão documental.

Política de Difusão e Comunicação

Tabela 4.3.8.13 Editoração

AÇÃO	VALOR AGREGADO
1ª edição do livro institucional "Sítio Roberto Burle Marx", com tiragem de 1.400 exemplares	Obra de referência sobre o SRBM disponibilizada à sociedade. Difusão do Patrimônio Cultural.
Livreto virtual sobre o SRBM - Patrimônio	
Mundial	

Tabela 4.3.8.14 Visitação e eventos culturais

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Produção folheteria para os visitantes do SRBM.	Disponibilização aos visitantes de folders e Guias do Visitante bilíngues.
Realização de espetáculo musical do projeto FIMA - Festival Interativo de Música e Arquitetura.	Difusão do patrimônio cultural sob a guarda do SRBM; Participação em evento cultural relevante, amplamente divulgado.

Tabela 4.3.8.15 Comunicação, mídias, turismo

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Aprimoramento e reativação das páginas do SRBM na Internet e nas redes sociais	Aumento de engajamento na rede. Número de acessos: 1.483.076.
Requalificação do Espaço Receptivo para os visitantes, incluindo recursos expográficos como linha do tempo e maquete.	Melhoria das condições de recepção do público e difusão das informações sobre o SRBM.
Instalação da sinalização interna e externa para o SRBM.	Melhoria das condições de recepção do público e difusão das informações sobre o SRBM.
Gravação para o programa "Toda Melodia", em homenagem aos 70 anos de Luiz Melodia, projeto patrocinado pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro.	Difusão do patrimônio cultural.
Reportagens sobre o SRBM para divulgação: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Band Rio, programa vem com a gente - Quadro Tesouros do Brasil - 25/03/2021 ▪ RJ TV - fevereiro de 2021 ▪ Telemundo - 20/07/2021 ▪ Agência France Presse - 21/07/2021 ▪ SBT - 27/07/2021 ▪ O Globo - 27/07/2021 ▪ Associated Press - 27/07/2021 ▪ Globo Editora Rio - 27/07/2021 ▪ Estadão de São Paulo - 27/07/2021 ▪ TV Bandeirantes - 30/07/2021 ▪ Record TV- jornalismo - 31/07/2021 ▪ Agência de notícias Xinhua - 17/08/2021 ▪ CGTN América - 19/08/2021 ▪ Record TV Rio 21/10/2021 ▪ CGTN Televisão "The Vibe" - 21/10/2021 	Pautas positivas de difusão do Patrimônio Cultural, do SRBM e do Iphan junto à sociedade.
Produção de vídeo-aula para o programa <i>Rioeduca na TV</i> - Educação infantil, da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro	Contribuição para a produção de conteúdo educacional para a sociedade. Difusão do Patrimônio Cultural.
Autorização de Uso, em favor da empresa Inspirações Ilimitadas, de uma imagem do acervo do SRBM para o site <i>Ó Glória</i> .	Difusão do Patrimônio Cultural
Inclusão nas <i>newsletters</i> da empresa <i>South American Tours</i> e nas redes sociais de seus clientes de duas imagens do acervo fotográfico do Sítio Roberto Burle Marx, compondo material de divulgação e promoção do SRBM como destino turístico internacional.	Difusão nacional e internacional do Patrimônio Cultural sob a guarda do SRBM.
Produção no SRBM de ensaio de moda autoral por Mateus Lustoza, com joias desenhadas por Roberto Burle Marx. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Produção de cerca 30 imagens das joias 	Cópia das fotos das joias desenhadas por Roberto Burle Marx para registro no arquivo e uso interno do material para estudo e educação patrimonial;
desenhadas por Roberto Burle Marx, tendo o SRBM como ambiente para as fotos.	Difusão do Patrimônio Cultural.

Tabela 4.3.8.16 Exposições

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Empréstimo de 33 imagens de obras do acervo do SRBM para a exposição virtual " <i>Burle Marx: Paraísos Inventados</i> ", produzida pela Almeida e Dale Galeria de Arte, em São Paulo.	Difusão do patrimônio cultural
Empréstimo de 01 obra de autoria de Roberto Burle Marx para integrar a exposição " <i>Raio-que-o-parta: ficções do moderno no Brasil</i> ", a realizar-se no período de 09 / 02 a 07 / 08 de 2022, no SESC 24 de Maio, em São Paulo/SP.	Difusão do patrimônio cultural
Empréstimo de 01 imagem de obra de autoria de Margaret Mee, do acervo do SRBM, para integrar a exposição " <i>O Tempo Completa: Burle Marx, clássicos e inéditos</i> ", produzida pela Casa Roberto Marinho e Instituto Burle Marx, e de 05 imagens para o respectivo catálogo.	Difusão do patrimônio cultural

Política de Educação e Pesquisa

Tabela 4.3.8.17 Programa Educativo

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Reorganização e treinamento da equipe de educação (arquitetura, arte, acessibilidade, Casas Museu, educação patrimonial)	100% da equipe capacitada para realizar visita mediada sobre a nova expografia
Elaboração de Projeto para Realização de Feira Pedagógica voltada para discussão de questões ambientais em parceria com a Escola Municipal Narcisa Amália e o CIEP 362 Roberto Burle Marx	Ampliação da relação do SRBM com a sociedade do entorno e em especial com a rede escolar.
Visita técnica do setor educativo do SRBM à Casa Roberto Marinho	Contribuição para a inovação e o aprimoramento da equipe do setor educativo e das ações de educação do SRBM.
Recepção das Equipes Educativas da Casa Roberto Marinho, Bioparque e AquaRio.	Intercâmbio de experiências Contribuição para a inovação e o aprimoramento da equipe do setor educativo e das ações de educação do SRBM.
Visita Acessível - Implantação de visita acessível no nível da Casa de Roberto e no Ateliê, com disponibilização de veículo elétrico adaptado para transporte de cadeira de rodas. <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2 reproduções táteis de objetos do acervo ▪ 2 mapas e 3 maquetes táteis ▪ Instalação de rampas ▪ Aquisição de mais 01 veículo elétrico ▪ Nivelamento dos acessos entre as edificações ▪ Implantação de sinalização ▪ Disponibilização de audioguia com libras. 	Melhoria das condições de acessibilidade para visitantes do SRBM.
Desenvolvimento de conteúdo para audioguia e disponibilização de tablets para visita monitorada. <ul style="list-style-type: none"> ▪ 40 tablets e 40 fones 	Melhoria das condições de visita para o SRBM.
Desenvolvimento de conteúdos e material pedagógico para incremento da visita e das ações educativas. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Carro de atividades ▪ Jogo de tabuleiro ▪ "Mala do Explorador". 	Melhoria das condições de realização de atividades educativas com a rede escolar e visitantes.
Organização do calendário anual de cursos e	Difusão do conhecimento junto à sociedade.

seminários. ▪ Realização de 4 cursos.	
Elaboração de projeto, desenvolvimento de protótipos e reunião para discussão de projeto piloto sobre economia criativa com artesãos da região de Guaratiba, com 30 moradores.	Estreitamento das relações entre o SRBM e a sociedade do entorno; Contribuição para a melhoria das condições de vida locais.

REALIZAÇÃO DE VISITAS MEDIADAS

LEVANTAMENTO DE VISITANTES E ARRECAÇÃO DE INGRESSOS
JANEIRO – DEZEMBRO 2019

MÊS	CLASSIFICAÇÃO DOS INGRESSOS			TOTAL DE VISITANTES PRESENCIAIS	VISITA VIRTUAL (ACESSOS AS REDES SOCIAIS)	TOTAL PRESENCIAL + VIRTUAL
	INTEIRA	MEIA-ENTRADA	ISENÇÕES			
JANEIRO	82	30	03	115	63.114	63.229
FEVEREIRO	102	42	36	180	46.853	47.033
MARÇO	76	49	24	149	30.526	30.675
ABRIL	92	9	04	105	60.407	60.512
MAIO	101	49	05	155	53.502	53.657
JUNHO	141	62	03	206	156.410	156.616
JULHO	382	194	76	652	423.533	424.185
AGOSTO	428	271	71	770	185.181	185.951
SETEMBRO	388	240	125	753	45.029	45.782
OUTUBRO	388	221	86	695	103.444	104.139
NOVEMBRO	465	357	85	907	182.308	183.215
DEZEMBRO	593	378	86	1.057	132.769	133.826
SUBTOTAL	3238	1902	604	5.744	1.483.076	1.488.820
TOTAL DE VISITANTES EM 2021	5.744			1.488.820		

OBS.: Em função da situação de pandemia de COVID-19, as visitas ao SRBM vêm sendo realizadas em grupos com número reduzido de visitantes e adoção de medidas de segurança sanitária.

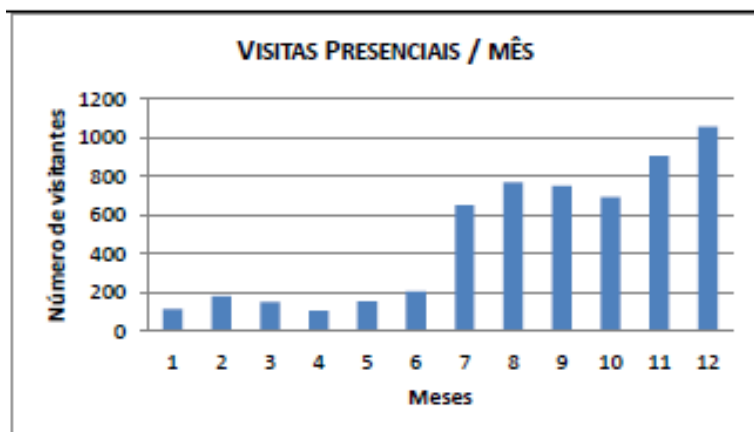
Gráfico I - 4.3.8.1 Visitas Presenciais/Mês


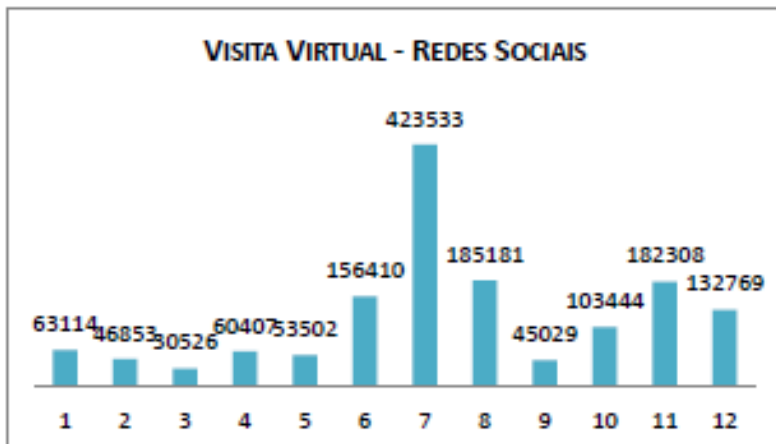
Gráfico J - 4.3.8.2 Visita Virtual (Redes Sociais)

Gráfico K - 4.3.8.3 Classificação dos Ingressos

Tabela 4.3.8.18 Programa de Pesquisa

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Pesquisa de Percepção Territorial, com foco na relação do SRBM com a comunidade local.	Subsídios para o estreitamento das relações entre o SRBM e a sociedade do entorno.
Parcerias e acordos de cooperação técnica com instituições de ensino <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mestrado UFPE ▪ Pós-graduação UFRJ ▪ CLC 	Difusão do conhecimento e do legado botânico-paisagístico de RBM.
Participação em eventos acadêmicos / científicos <ul style="list-style-type: none"> ▪ 03 artigos acadêmicos ▪ 07 participações em eventos 	Divulgação e difusão cultural de pesquisas desenvolvidas no SRBM e do acervo

Política de Fortalecimento Institucional
Tabela 4.3.8.19 Programa de Sustentabilidade Econômica

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Cessão de uso de espaço para a produção de catálogos de moda/ensaios fotográficos de empresas: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Fhits (marca Fhits) ▪ Nova Era (marca Sclub) ▪ Cidade Maravilhosa (marcas Foxton e Cris Barros). 	R\$ 31.445,00 (trinta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco reais) em contrapartidas.
Desenvolvimento de nova linha de produtos para comercialização na loja.	Disponibilização de souvenirs para os visitantes Difusão do Patrimônio Cultural do SRBM.

Tabela 4.3.8.20 Programa de Infraestrutura

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Recuperação do muro lateral do SRBM.	Bem cultural devidamente protegido
Substituição de da caixa d' água de 15 mil litros	Infraestrutura em boas condições de funcionamento.

Tabela 4.3.8.21 Programa de Acessibilidade Universal

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Programa de Acessibilidade Universal para o SRBM: etapa 1	Visita acessível (descrita acima)

Programa de Segurança
Tabela 4.3.8.22 Segurança contra Incêndio

AÇÃO	VALOR AGREGADO
Projeto e implantação do sistema de segurança contra incêndio, incluindo aprovação do Corpo de Bombeiros Militar do RJ. (edital BNDES – em andamento)	Projeto selecionado e aprovado em edital do BNDES, a ser iniciado em 2022.

4.3.9 - Ações de proteção aos bens de natureza imaterial

A política de promoção e preservação de bens culturais de natureza imaterial é bem recente na legislação brasileira, tendo seu marco inicial com o Decreto n.º 3.551, de 4 de agosto de 2000. Direcionado especialmente para a valorização da cultura popular brasileira, especialmente as de origem indígena e afro-brasileira, o trabalho do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI) está alicerçado nas atividades de mobilização e articulação de detentores, que ficou em parte comprometido no exercício de 2021 em função da pandemia da COVID-19.

Abaixo listamos todas as ações consideradas relevantes pela CGIR/DPI, todas elas atinentes aos macroprocessos finalísticos relacionados na cadeia de valor integrada do Iphan que guardam consonância com os macroprocessos Identificação e Reconhecimento de bens culturais de natureza imaterial (tal como nomeados na Portaria Iphan n.º 200, de 18 de maio de 2016).

Em 2021 o Iphan atingiu o número de 52 (cinquenta e dois) bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil, com quatro novos Registros:

- 49 - Banho de São João de Corumbá e Ladário/MS;
- 50 - Ciranda do Nordeste/NE;
- 51 - Repente; e
- 52 - Matrizes Tradicionais do Forró.

Nove bens registrados foram revalidados:

- 1 - Cachoeira de Iauaretê;
- 2 - Modo de Fazer Viola de Cocho;
- 3 - Modo artesanal de fazer queijo de minas nas Regiões do Serro, da Serra da Canastra e Salitre/Alto Paranaíba;
- 4 - Modo de Fazer Renda Irlandesa;
- 5 - Círio de Nossa Senhora de Nazaré;
- 6 - Tambor de Crioula do Maranhão;
- 7 - Feira de Caruaru;
- 8 - Frevo; e
- 9 - Paneleiras de Goiabeiras.

Tabela 4.3.9 Ações consideradas relevantes atinentes aos macroprocessos finalísticos da CGIR/DPI

UF	Bem Cultural	Título	Descrição	Valor Empenhado
MG	Congado/Reinado	REGISTRO DO CONGADO/CONGADAS/REINADOS	Inclusão dos estados de São Paulo e Goiás nas pesquisas, de acordo com orientação da Câmara de Patrimônio Imaterial do Conselho Consultivo do Iphan, para fins de composição do dossiê e vídeo do Registro	R\$ 50.835,00
PR	Língua Talian	Reedição e distribuição dos dicionários Português/Talian de Darcy Loss Luzzatto	Ação transversal diretamente relacionada a outro Plano de Ação (PA) cadastrado pelo IPHAN-PR, para análise do DECOF/DPI, intitulado “Apoio à realização do XXV Incontro Nassionale dei Difusori del Talian”. Aquisição de direitos patrimoniais e contratação de PJ para e impressão de 1.000 (mil) exemplares de cada um dos dicionários Português/Talian de Darcy Loss Luzzatto, a fim de proporcionar o acesso e a apropriação, de forma ampla e democrática, a conhecimentos, regras e ao léxico (palavras) da Língua Talian, identificada e reconhecida pelo IPHAN através do Inventário Nacional de Diversidade Linguística. O lançamento deverá ocorrer dentro da programação do XXV Incontro Nassionale dei Difusori del Talian, prevista para os dias 26 a 28 de novembro de 2021, na cidade de Colombo/PR, em que haverá distribuição para o público do evento, estimado em 500 pessoas, sendo que os demais exemplares deverão ser enviados para comunidades falantes do Talian e bibliotecas de seus respectivos municípios, nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, etc. ORÇAMENTO: Aquisição de direitos patrimoniais: R\$ 16.000,00; Contratação de pessoa jurídica para impressão dos dois dicionários (total de 2.000 exemplares): R\$ 78.600,00	R\$ 27.816,00
PR	Festa Religiosa	Registro da celebração religiosa "Festa Estadual de Nossa Senhora do Rocio", em Paranaguá/PR.	Celebração de TED - Termo de Execução Descentralizada - com a instituição de pesquisa e ensino Universidade Federal do Paraná (UFPR) para execução das atividades técnicas e elaboração de produtos (documentação fotográfica, produção de dossiê, vídeo curto e vídeo médio etc.) relacionados à continuidade da instrução técnica e conclusão do processo 01450.008449/2013-11, que trata do Registro como Patrimônio Cultural do Brasil de natureza imaterial, em conformidade com o Decreto nº 3.551/2000, da celebração religiosa "Festa Estadual de Nossa Senhora do Rocio",	R\$ 100.000,00

			que acontece anualmente no mês de novembro em Paranaguá, Paraná, cujo centro histórico é tombado em nível federal pelo Iphan.	
PR	Língua Talian	Apoio à realização do XXV Encontro Nassional dei Difusori del Talian	25º Encontro Nassional dei Difusori del Talian”, nos municípios de Curitiba e Colombo (PR). Evento anual que reúne associações culturais, detentores e difusores do Talian de todo o Brasil. Nesta edição abordará a diversidade linguística, pesquisas e práticas para a valorização e salvaguarda do Talian, incluindo o lançamento dos Dicionários do Prof. Darcy Loss Luzzatto, Talian-Português / Português-Talian pelo IPHAN, além de uma exposição itinerante sobre a paisagem cultural e a arquitetura da imigração italiana no Sul do Brasil. É coordenado pela Associação dos Difusores do Talian (ASSODITA).	R\$ 17.000,00
ES	Congado	Seminário de Devolutiva da Pesquisa "Congo do Espírito Santo como Patrimônio Cultural Imaterial Nacional"	Realização de Seminário de Devolutiva sobre a Pesquisa do Congo do Espírito Santo, tendo por objetivo divulgar os resultados da pesquisa de identificação à base social do bem cultural e atualizar o andamento das ações que visam o registro. Tal pesquisa foi desenvolvida por meio de Termo de Execução Descentralizada entre o Iphan e a Universidade Federal do Espírito Santo. Processo nº 01409.000020/2018-98	R\$ 4.700,00
DF	Processos de Identificação e Reconhecimento do Patrimônio Imaterial	Diárias e Passagens - Identificação e Reconhecimento do Patrimônio Imaterial	Custeio de despesas com deslocamentos de servidores e colaboradores eventuais relativos aos processos de identificação e reconhecimento do patrimônio imaterial.	R\$ 2.728,09
DF	Forró	Instrução técnica do processo de Registro das Matrizes Tradicionais do Forró	TERMO ADITIVO ao Termo de Colaboração nº 880012/2018, celebrado com a Associação Respeita Januário visando a conclusão da instrução técnica do processo de Registro das Matrizes Tradicionais do Forró (processo 01450.001974/2018-11).	R\$ 56.500,00

Ações Não Orçamentárias da CGIR

1) Participação/palestras em eventos diversos:

I. Participação evento *online* 10º Pesquisar – Congresso Interdisciplinar de Produção Científica, Centro Universitário Alfredo Nasser (Unifan) em Goiânia, com palestra sobre o Inventário Nacional da Diversidade Linguística. Em 22/10/2021.

II. Participação em Mesa Redonda *online* promovido pelo Museu da Língua Portuguesa “Viagens nas Línguas”. Em 08/12/2021.

III. Participação no I Ciclo de Palestras Educação para o Plurilinguismo, na mesa Língua como Patrimônio Imaterial: mapeamentos e demandas. Em 17/08/2021. Link de endereço da página: https://www.youtube.com/watch?v=mJb0Coe9m_A&list=PLJIMUzwIFAUxHkjF74Yeh0ORoA3hwmIWu&index=6&t=10s.

IV. Participação no Webinário "Direitos Linguísticos e Direitos Humanos", com o tema "Políticas de Reconhecimento Institucional e Reparação Histórica", organizado pela Defensoria Pública da União (DPU). Em 11/11/2021. Link de endereço da página: <https://www.youtube.com/watch?v=80DFiY9g7so&list=PLJIMUzwIFAUxHkjF74Yeh0ORoA3hwmIWu&index=8&t=5911s>

V. Palestra no projeto "Juntos na Diversidade: experiências de preservação da diversidade linguística e cultural na Serra Gaúcha/RS". Em 23/06/2021. Link de endereço da página: <https://www.youtube.com/watch?v=VjOeYcPM3sQ&list=PLJIMUzwIFAUxHkjF74Yeh0ORoA3hwmIWu&index=5>

VI. Realização/participação no IV Encontro de Professores e Intérpretes de Línguas Indígenas de Roraima (Iphan/RR). Em novembro/2021. Link de endereço da página: https://www.youtube.com/channel/UCFNnXq7fpg22K_6lySICo_g

VII. Participação no Ciclo de Palestra Pai d'Egua - Casa do Patrimônio Pará. "A Política Nacional da Diversidade Linguística". Em 18/06/2021. Link de endereço da página: <https://www.youtube.com/watch?v=3jY2klOZb9o&list=PLJIMUzwIFAUxHkjF74Yeh0ORoA3hwmIWu&index=4&t=1875s>

2) Participação no Grupo de Trabalho da Década Internacional das Línguas Indígenas 2022-2032 (Unesco), entre os meses de junho e novembro/2022.

3) Produção de pareceres e notas técnicas de rotina.

4) Colaboração com a SEC/MTUR e produção de documentos para dar seguimento aos trâmites necessários à reinstalação da Comissão Técnica do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (CTINDL), a fim de promover o reconhecimento de línguas brasileiras como Referência Cultural Brasileira e inclusão das mesmas no INDL.

5) Elaboração e apresentação do projeto "Edital Tecnologias Digitais para salvaguarda da diversidade linguística no Brasil" ao Conselho do Fundo de Direitos Difusos (CFDD/MJ), Fundo Nacional

de Cultura/SEC/MTUR e Embaixada dos Estados Unidos com vistas a conseguir aporte de Recursos para seu lançamento.

6) Realização/participação no IV Encontro de Professores e Intérpretes de Línguas Indígenas de Roraima (Iphan/RR). Link de endereço da página: https://www.youtube.com/channel/UCFNnXq7fpg22K_6lySlCo_g

7) Conclusão dos trâmites relativos ao TED Iphan/UnB referente ao II Congresso Internacional de Revitalização de Línguas Minorizadas (CIRLIN) e I Encontro Internacional sobre Diversidade Linguística Indígena (EIDLI).

8) Conclusão dos processos de convênios com Instituto Socioambiental (Projeto Línguas Yanomami) e IPOL (Língua Brasileira de Sinais e Hunriskush).

9) Acompanhamento/fiscalização do TED Iphan/UFPA referente à criação da Plataforma Digital baseada no mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju (sistema interativo), cujo prazo de execução encerrou em 01/01/2022 e se encontra na fase de prestação de contas.

10) Revisão do fluxo do processo de inclusão de línguas no INDL e Atividades de Revisão do Fluxo do Registro e da Resolução n.º 001, de 03 de agosto de 2006.

11) Reuniões de Mobilização e esclarecimento nos Processos de Registro em Instrução.

12) Acordo de Cooperação Técnica com IBICT; e Acordo de Cooperação Técnica entre Iphan e Embrapa.

13) Produção de Dossiê de Registro da Arte Santeira no Piauí (por servidores da Coordenação-Geral).

14) Crespial: participação em grupo de trabalho sobre o Projeto Multinacional PCI em contexto de emergência; participação em grupo de trabalho sobre normativas em PCI na AL&C; participação em grupo de trabalho sobre indicadores sobre PCI e sistemas educativos na região.

15) Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – MMA: Revisão de normativas; Análise de processos do CGEN; Emissão de Pareceres; Participação nas reuniões da Câmara Técnica de Detentores do Patrimônio Genético; Elaboração de documentos da Câmara de detentores.

16) Mestrado Profissional do Iphan:

1. Atividades discentes, aluna-servidora Juliana Bezerra e Juliana Silva.
2. Atividades de docência, servidora-docente Katia Michelan: Disciplina Memória e Patrimônio Cultural (preparação de aulas, realização dos módulos de aula *online* e avaliação de alunos); atividades de orientação dos alunos (acompanhamento, reuniões de orientação, bancas de qualificação, correção e revisão de textos acadêmicos e bancas de defesa).

4.3.9.1 - Ações de Apoio e Fomento ao Patrimônio Cultural do Brasil

Dos 52 (cinquenta e dois) bens reconhecidos em nível nacional, 6 (seis) possuem o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, outorgado pela Unesco: Arte Kusiwa Wajãpi (com a denominação Expressões Orais e Gráficas do Povo Indígena Wajãpi), Samba de Roda do Recôncavo Baiano, Círio de Nazaré, Frevo, Roda de Capoeira e Complexo Cultural do Bumba meu Boi do Maranhão. Em 2021, 18 (dezoito) Planos de Ação relacionados ao apoio e fomento aos bens registrados foram empenhados, somando o valor de R\$ 436.133,80 (quatrocentos e trinta e seis mil, cento e trinta e três reais e oitenta centavos), distribuídos da seguinte forma:

15 Bens Culturais em 13 UFs

Tabela 4.3.9.1 Detalhamento dos 18 Planos de Ação da CGPS/DPI com recursos empenhados 2021

UF	Bem Cultural	Título	Descrição	Valor Empenhado
AC	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira.	Continuidade da Salvaguarda da Capoeira no Acre.	Tratamento de imagens e vídeos históricos da Capoeira no Acre, que comporão acervo digital e serão utilizados na produção de um futuro documentário acerca da história da capoeira no Acre. Além disso, realização de cursos de capacitação na modalidade à distância para detentores: associativismo e cooperativismo; elaboração de projetos socioculturais inovadores; e captação de recursos e gestão de projetos culturais. Cada curso com a duração de 20 horas, com público-alvo estimado em até 100 detentores do bem cultural em cada curso.	R\$ 22.050,00

UF	Bem Cultural	Título	Descrição	Valor Empenhado
BA	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira.	“Biriba é pau é madeira, Biriba é para plantar”: plano-piloto de reflorestamento e manejo sustentável de madeiras relacionadas à produção de instrumentos musicais da Capoeira no Recôncavo Baiano.	Projeto associado ao manejo sustentável de madeiras para produção de biribas, cabaças, pandeiros, reco-recos e agogôs, destinados à fabricação de instrumentos musicais ligados à capoeira, essenciais na manutenção dos saberes tradicionais. Criação de criar um centro de distribuição de sementes e mudas das espécies que sirva de centro de visitação e troca de saberes.	R\$ 56.000,00
ES	Panelleiras.	Elaboração do Plano de Salvaguarda do Ofício das Panelleiras de Goiabeiras e produção de material de apoio.	Realização de um ciclo de reuniões para a elaboração de um Plano de Salvaguarda e o mapeamento de demandas sociais dos grupos detentores que venham a fortalecer a salvaguarda do Ofício das Panelleiras de Goiabeiras.	R\$ 5.516,00
GO	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira.	Pesquisa de mapeamento e de genealogia da capoeira da Região Metropolitana de Goiânia/GO atrelada a construção do Plano de Salvaguarda.	Execução de mapeamento da capoeira que englobe a elaboração de esquemas e árvores genealógicas que buscam identificar a filiação dos principais mestres da região metropolitana de Goiânia/GO. O objetivo é auxiliar na análise sobre transmissão de conhecimento e contribuir para a percepção mais alargada sobre a capoeira no território estudado.	R\$ 40.000,00
GO	Divino Espírito Santo de Pirenópolis + Romaria dos Carros de Bois de Trindade.	Salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis e Romaria dos Carros de Bois de Trindade: conclusão e publicação do Plano de Salvaguarda.	Publicação do Plano de Salvaguarda da Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO e da Romaria dos Carros de Bois de Trindade-GO, destinado a nortear as ações e políticas públicas na salvaguarda desse bem cultural.	R\$ 8.460,00
GO	Romaria de Carros de Boi.	Primeira ação de salvaguarda do Plano de Salvaguarda que está sendo finalizado da Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO.	Elaboração de um manual em formato de E-book explicando o modo de fazer dos carros de bois. Contratação de empresa para execução de pesquisa, contatar detentores, coletar as informações e produzir o texto do E-book.	R\$ 6.650,00

UF	Bem Cultural	Título	Descrição	Valor Empenhado
MA	Bumba Meu Boi.	Lançamento do Kit de Material Paradidático do Projeto “O Boi vai à Escola”.	Realização de lançamento do KIT com material paradidático do projeto “O Boi Vai à Escola”, composto de um desenho animado, um livro de estórias, uma revista em quadrinhos, um caderno passatempo e uma cartilha. O lançamento busca dar visibilidade ao projeto, que associa ações de salvaguarda às ações de educação patrimonial voltadas para o patrimônio cultural imaterial. A divulgação dos resultados do projeto terá efeito sobre toda a rede pública municipal de ensino podendo estimular outras escolas e mesmo a administração pública municipal na ampliação do projeto a outras escolas. O lançamento também promoverá os Bois de Costa de Mão.	R\$ 17.330,00
MA	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira.	Pesquisa e mapeamento da Capoeira no Maranhão.	Aditivo de contrato para a continuidade da Pesquisa e Mapeamento da Capoeira na Mesorregião Norte Maranhense.	R\$ 22.290,00
MA	Cordel + Repente.	I Seminário para a Salvaguarda da Literatura de Cordel e Repente no Maranhão.	Realização do I Seminário para a Salvaguarda da Literatura de Cordel no Maranhão para o planejamento, com a efetiva participação dos cordelistas e repentistas, de sua salvaguarda. A realização envolve: a) divulgação com confecção de cards e gravação de vídeos de formatos diferentes para status de circulação em redes sociais e na Internet; b) aluguel de plataforma de videoconferência para realização do evento; c) elaboração de arte para certificados.	R\$ 2.980,00
MS	Mestres de Capoeira.	Ação do Plano de Salvaguarda: produção de material audiovisual com histórias de vida e de conhecimento da prática de capoeira dos Mestres de Capoeira no Mato Grosso do Sul.	Produção de material audiovisual com histórias de vida e de conhecimento da prática de capoeira dos Mestres de Capoeira no Mato Grosso do Sul prevista no plano de salvaguarda desse bem cultural.	R\$ 34.800,00
MS	Viola de cocho.	Produção de Plano de Salvaguarda com continuidade do mapeamento dos cururueiros e egressos de ações envolvendo o modo de fazer Viola de Cocho.	Elaboração de Plano de Salvaguarda do Modo de Fazer Viola de Cocho e mapeamento dos cururueiros.	R\$ 2.985,00

UF	Bem Cultural	Título	Descrição	Valor Empenhado
MT	Ritual Yaokwa.	Ação de Salvaguarda urgente: devolutiva de duas publicações – Dossiê do Registro e Salomã – Enore Nawe Deta, Diversidade linguística e contexto cultural do povo indígena Enawene Nawe.	Contratação de empresa para produção audiovisual de uma seleção de Mestres de Capoeira dos municípios de Campo Grande, Corumbá, Coxim, Dourados e Três Lagoas.	R\$ 2.712,30
PA	Círio de Nazaré + Festividades do Glorioso São Sebastião no Marajó + Carimbó + Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas + Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira.	Produção de materiais multimídia para ampla divulgação dos seis bens culturais imateriais registrados no Pará.	Elaboração e produção de materiais multimídia relacionados aos valores patrimoniais dos bens culturais imateriais registrados no Pará, para ampla divulgação em redes sociais e outras plataformas (Círio de Nazaré, Festividades do Glorioso São Sebastião no Marajó, Carimbó, Modo de Fazer Cuias do Baixo Amazonas, Ofício de Mestre de Capoeira e Roda de Capoeira).	R\$ 75.000,00
PR	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira.	II Encontro de Salvaguarda da Capoeira no Paraná.	Contratação de serviços necessários para a produção e a realização do II Encontro de Salvaguarda da Capoeira no Paraná, em conformidade com o apoio à transmissão de saberes, publicações e pesquisas de mestres e capoeiristas previsto no Plano de Salvaguarda da Capoeira no Paraná.	R\$ 44.000,00
SC	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira.	Reimpressão do Plano de Salvaguarda da Capoeira SC.	Impressão de nova tiragem da publicação com o plano de salvaguarda da capoeira em Santa Catarina, possibilitando a ampliação em sua distribuição amplificada, contribuindo para a difusão do bem cultural registrado.	R\$ 6.180,00
SE	Renda Irlandesa.	Contratar empresa especializada na produção e consultoria têxtil e contratação de técnico especializado em trançadeiras para capacitação das renderas na manutenção e ajuste de maquinário do lacês.	Contratação de empresa especializada na produção e consultoria têxtil, bem como de técnico especializado em trançadeiras, para capacitação das rendeiras quanto à manutenção e ajuste de maquinário produtor de lacê, matéria-prima utilizada para fabricação da Renda Irlandesa de Sergipe. O objetivo foi solucionar o de solucionar problemas relativos ao fornecimento de matéria-prima e implementar ações para a agregação de valor, o aperfeiçoamento da qualidade e a regularidade na produção de renda Irlandesa, de forma a assegurar autonomia produtiva das rendeiras detentoras.	R\$ 55.280,50

UF	Bem Cultural	Título	Descrição	Valor Empenhado
SP	Sistema Agrícola do Vale do Ribeira.	Realização de Evento, Oficinas e Feira sobre Sistema Agrícola Tradicional dos Quilombos do Vale do Ribeira (Termo de Colaboração).	Realização de mesas-redondas, feira, oficinas, rodas de conversa, encontros, dentre outras atividades em parceria com instituições ligadas à promoção da cultura alimentar e com a finalidade de promover o patrimônio agroalimentar brasileiro e o Sistema Agrícola Tradicional de Quilombos do Vale do Ribeira.	R\$ 25.000,00
TO	Mestres de Capoeira + Roda de Capoeira.	Publicação do mapeamento da Capoeira no estado do Tocantins.	Impressão de publicação com mapeamento da capoeira em 22 municípios do estado do Tocantins em busca da valorização da Roda de Capoeira e Ofício dos Mestres de Capoeira.	R\$ 8.900,00
TOTAL				R\$ 436.133,80

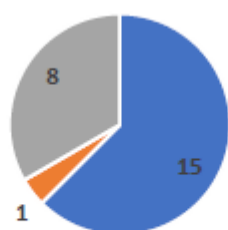
4.3.9.2 - Conectando Patrimônios

Com o intuito de viabilizar a divulgação de produtos associados aos bens registrados como Patrimônio Cultural do Brasil que sejam produzidos e comercializados diretamente por seus detentores - levando em consideração a acepção de “detentor” descrita na Portaria n.º 200, de 18 de maio de 2016, o Iphan disponibilizou, em seu portal na internet, um acesso denominado “Conectando Patrimônios: redes de artes e sabores”.

O instituto também lançou uma campanha para divulgar o acesso “Conectando Patrimônios” e, conseqüentemente, os bens registrados como patrimônio cultural brasileiro. Tal acesso aborda os bens culturais e dá publicidade aos contatos dos detentores que aderiram à proposta, visando a comercialização de seus produtos associados, tais como livretos de literatura de cordel, instrumentos musicais, cestaria indígena e até alimentos. Porém, não realiza vendas. Sua função é exclusivamente a de divulgar os canais de vendas disponibilizados pelos próprios detentores. Eventuais interessados devem entrar no canal virtual de cada grupo e adquirir os artigos diretamente com os detentores, a partir de negociação a ser estabelecida entre as partes, sem qualquer participação do Iphan.

Detentores de 16 (dezesseis) bens culturais já aderiram à campanha, que é permanente:

Gráfico L - 4.3.9.2 Adesão Conectando Patrimônio (N)



■ BENS QUE ADERIRAM ■ ADESÃO EM CURSO ■ EM ARTICULAÇÃO PARA ADEÇÃO

4.3.9.3 - Resultados do Monitoramento de Atividades Desenvolvidas para Bens Registrados (Apoio e Fomento)

De acordo com os 196 (cento e noventa e seis) formulários de monitoramento de atividades apresentados pelas unidades do Iphan até o fechamento desta edição, temos o seguinte cenário a respeito da execução das ações de apoio e fomento:

Gráfico M - 4.3.9.3.1 Execução da atividade com recurso orçamentário do Iphan



Gráfico N - 4.3.9.3.2 Atividades monitoradas conforme aplicação de recursos

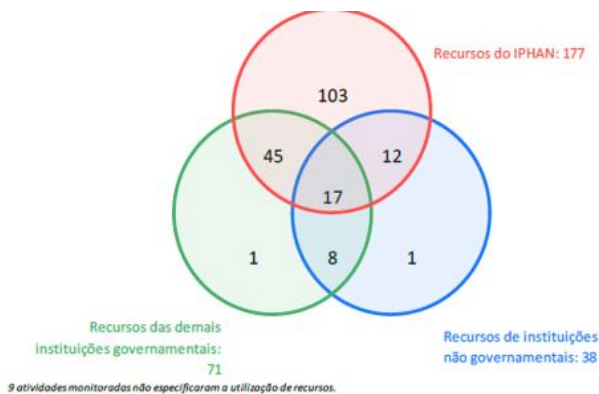


Gráfico O - 4.3.9.3.3 Disponibilização de recursos do Iphan nas atividades monitoradas

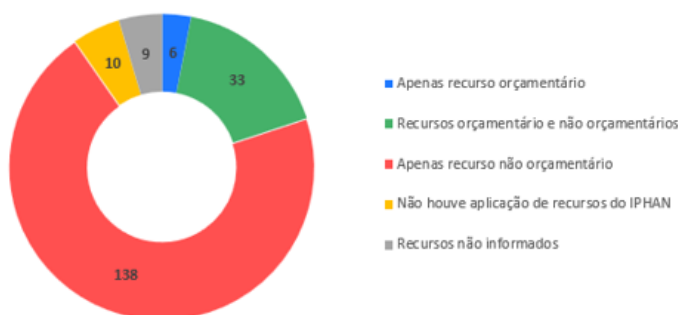
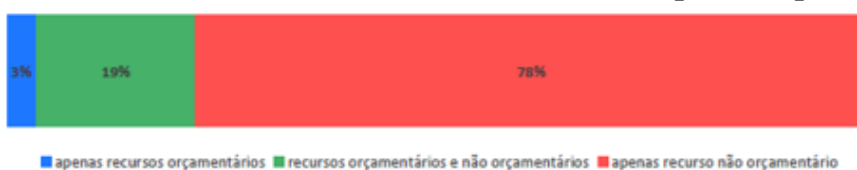


Gráfico P - 4.3.9.3.4 Detalhamento dos recursos aplicados pelo Iphan



Relação das atividades não orçamentárias monitoradas

O Despertamento do Patrimônio Imaterial e as Superintendências Estaduais realizaram diversas ações não-orçamentárias ao longo de 2021 ligadas ao apoio e fomentos de bens culturais registrados como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. Foram executados pelo Iphan: reuniões, roda de conversas, encontros, cursos, capacitações, congressos, seminários, palestras, exposições, campanhas de divulgação de produtos e serviços associados aos bens culturais registrados comercializado por detentores, ações de transmissão de saberes, disponibilização de acervos, elaboração de planos de salvaguarda, ações de apoio nos processos de revalidação, ações paradigmáticas, lançamento de publicações, entrevistas, etc.

Dos 52 (cinquenta e dois) bens culturais registrados, foram beneficiados com as ações não-orçamentárias em 2021: Tradições Doceiras da Região de Pelotas e Antiga Pelotas (Arroio do Padre, Capão do Leão, Morro Redondo, Turuçu); Teatro de Bonecos Popular do Nordeste - Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro Coco; Tava, Lugar de Referência para o Povo Guarani; Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro/AM; Samba de Roda do Recôncavo Baiano; Saberes e Práticas Associados ao modo de fazer Bonecas Karajá; Ritxòkò: Expressão Artística e Cosmológica do Povo Karajá; Romaria dos Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade/GO; Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê; Ofício dos Mestres de Capoeira; Roda de Capoeira; Ofício das Paneleiras de Goiabeiras; Ofício das Baianas de Acarajé; Modo de fazer Viola-de-Cocho; Modo de fazer Renda Irlandesa tendo como referência este Ofício em Divina Pastora/SE; Modos de fazer Queijo Minas Artesanal; Matrizes do Samba no Rio de Janeiro: partido alto, samba de terreiro e samba-enredo; Maracatu Nação; Maracatu Baque Solto; Marabaixo; Literatura de Cordel; Jongo no Sudeste; Frevo; Festa do Divino Espírito Santo de Pirenópolis/GO; Festa do Divino Espírito Santo da Cidade de Paraty/RJ; Festa de Sant'Ana de Caicó/RN; Fandango Caiçara; Cavalo-Marinho; Cachoeira de Iauaretê - Lugar Sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri; Caboclinhos; e Bembé do Mercado.

4.3.10 - Ações do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

O Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) é Unidade Especial do Iphan com atuação nacional que desenvolve e executa programas e projetos de estudo, pesquisa, documentação, difusão e fomento de expressões dos saberes e fazeres do povo brasileiro. Criado em 1958, com o nome de Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, no âmbito do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, é fruto da articulação de um conjunto de intelectuais e pesquisadores que se tornou conhecido como o

Movimento Folclórico Brasileiro. Ainda no ano de 1947, esse grupo se organizou em torno da Comissão Nacional de Folclore, constituída junto ao Itamaraty, em atenção à recomendação da recém-criada Unesco para que os países signatários desenvolvessem instituições e mecanismos de promoção e salvaguarda de suas culturas tradicionais. Sua estrutura abriga hoje o Museu de Folclore Edison Carneiro, a Biblioteca Amadeu Amaral, além dos setores de Pesquisa e Difusão Cultural. Possui duas Coordenações, uma Técnica e outra administrativa. Os programas e projetos se desenvolvem em 4 (quatro) linhas de ação:

- Pesquisa;
- Documentação;
- Difusão; e
- Fomento.

Devido à pandemia, o Centro teve que se adaptar a uma nova realidade e 2021 não foi diferente. Todos os espaços públicos continuaram fechados até outubro, quando a Galeria Mestre Vitalino foi então reaberta ao público. Gradativamente as equipes foram voltando a seus espaços de trabalho, dentro das diretrizes da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90, de 28 de setembro de 2021. Assim como no ano anterior, todas as atividades foram realizadas de forma remota, inclusive aquelas voltadas para o público, como cursos e palestras, especialmente. Apenas atividades essenciais foram realizadas de forma presencial, como acompanhamento e fiscalização de contratos, manutenção e conservação de acervos, entre outros. Os setores mantiveram seus grupos de WhatsApp e como em 2020 a circulação de informação se deu de forma eficaz entre a direção e as chefias e entre os chefes e suas equipes. As reuniões quinzenais realizadas de forma remota mantiveram a equipe integrada e unida, garantindo o pleno funcionamento das atividades.

Mantivemos o acompanhamento diário das publicações do Diário Oficial da União (DOU) com interação na gestão de processos por meio do Sistema Eletrônico de Informação, assinando documentos para viabilizar o funcionamento da Unidade, entre outras providências para preservar, da melhor maneira possível, a instituição e, principalmente, as pessoas que ela representa com suas ações, projetos e programas.

As equipes de segurança, manutenção e limpeza permaneceram com o trabalho presencial.

Mantivemos a comissão formada por servidores e dedicada ao protocolo sanitário, que continuou a subsidiar a direção acompanhando as orientações de outras instituições de modo a atualizar as recomendações e treinamento de equipes com medidas de controle e adequação dos espaços físicos, tendo em vista minimizar riscos para as pessoas e garantir a preservação dos acervos.

Em continuidade ao trabalho remoto, demos prosseguimento às atividades possíveis de serem executadas via internet. Para isso a equipe de TI do Centro continuou a garantir o acesso *online* dos arquivos setoriais a todos os servidores de modo a tornar disponíveis as documentações necessárias para o desenvolvimento das atividades.

As obras que estavam em curso, oriundas de um termo de ajuste de conduta entre a Superintendência do Iphan no Rio de Janeiro e o Hotel Windsor, com benefícios para os imóveis do CNFCP, tiveram continuidade, sendo suspensas apenas para o recesso da equipe do hotel.

A Galeria Mestre Vitalino foi reaberta ao público em outubro, com a exposição “Xilogravura”, e a Sala do Artista Popular teve uma única exposição em dezembro, já encerrada. Registre-se que foi um ano em que o CNFCP teve um de seus mais baixos orçamentos, não tendo podido realizar a contento seus programas e projetos.

4.3.10.1 - Pesquisas e Estudos sobre folclore e cultura popular

Pesquisas sobre expressões da cultura popular, tais como festas, músicas e artesanato, são a base de todo o trabalho institucional. Voltadas para a produção de conhecimento nesse campo de estudos, fundamentam a documentação e promoção dessas expressões. Tais pesquisas envolvem de 5 (cinco) a 10 (dez) dias de viagens a campo para gravar entrevistas, realizar documentação fotográfica sobre os artistas e seu meio. A documentação obtida em campo é então tratada pelo pesquisador e pelo fotógrafo para então resultar em coleções para os acervos relacionadas por projetos – textos, áudios, vídeos, fotografias e objetos – e futuramente integrar exposições e edições e até mesmo fundamentar outras pesquisas.

Em 2021, as pesquisas continuaram suspensas e apenas houve a continuidade do acompanhamento do processo de inventário para registro do Choro como patrimônio imaterial, realizando orientação em todas as etapas.

Os recursos dessa ação garantiram a atividade **Um Dedo de Prosa Prosa**, que se constitui em mesas com 2 (dois) ou 3 (três) convidados em torno de um tema pertinente, muitas vezes de interesse das pesquisas em curso na casa ou temas de interesse mais coletivo. Na continuidade do tema dos 20 (vinte) anos da política de patrimônio imaterial (iniciado em 2020), no ano de 2021 foram dedicadas a ele 3 (três) edições, com a participação de detentores de bens registrados; foram realizadas 2 (duas) edições sobre o tema museus, no âmbito da Semana Nacional de Museus; uma edição sobre arquivos, no âmbito da Semana Nacional de Arquivos; e uma edição especial sobre o Concurso Sílvia Romero, com a participação dos 5

(cinco) autores das monografias agraciadas com prêmios ou menções honrosas no Concurso de 2020. Todas as edições aconteceram na modalidade *online*, via plataforma Zoom e com transmissão pelo YouTube.

4.3.10.2 - Sala do Artista Popular

O Programa Sala do Artista Popular (SAP), espaço para a difusão da arte popular que traz a público objetos que expressam o amplo e diversificado universo da cultura popular no Brasil, tem por objetivo o fomento dessa produção, apresentando-a em exposições com venda em um grande centro como o Rio de Janeiro.

Desde sua criação em 1983, a SAP acolhe artistas e artesãos de diversos cantos do país, após criteriosa pesquisa de campo e registro fotográfico que resultarão em catálogo etnográfico. Nesse espaço, eles expõem seus trabalhos e estipulam livremente o preço dos produtos. Presentes na inauguração, explicam as técnicas envolvidas na confecção, o que propicia ao público não só a oportunidade de adquirir objetos, mas, principalmente, conhecer realidades muitas vezes desconhecidas, que revelam o real significado de que são portadores esses bens da cultura imaterial.

Após a mostra, artistas e artesãos podem continuar remetendo suas peças para o CNFCP, para o espaço permanente de comercialização do Programa. Alguns benefícios duradouros são agregados, como a divulgação de sua obra em larga escala, convites para novas mostras, encomendas de lojistas, contratação para oficinas e palestras em escolas e universidades. Importa exemplificar que, nas mostras realizadas em 2019, de um total de 1.003 (um mil e três) peças recebidas, 498 (quatrocentos e noventa e oito) foram vendidas durante o período de exposição em cerca de 40 (quarenta) dias, ficando as outras disponíveis para venda na SAP Permanente.

Em 2021 não houve recurso para o projeto, que permaneceu ainda impedido de realizar pesquisas de campo. Ainda assim, numa ação de apoio aos artistas populares, a Sala foi aberta ao público apenas em dezembro com uma mostra para comercialização das peças que ainda se encontravam em poder do Centro. No espaço de comercialização do Programa, que funcionou durante o período da mostra, foram vendidas 704 (setecentos e quatro) peças, que contemplaram 51 (cinquenta e um) artesãos individuais e 32 (trinta e duas) associações.

4.3.10.3 - Documentação de Acervos

O Programa de Documentação do CNFCP atende o **Museu de Folclore Edison Carneiro (MFEC)** e a **Biblioteca Amadeu Amaral (BAA)**. O Programa vem possibilitando o processamento técnico desses acervos que consiste em identificar, classificar, catalogar, codificar, indexar, além de inserção na base de

dados e arquivamento dos documentos bibliográficos, textuais e audiovisuais, e sua consequente disponibilização ao público.

O acervo do **Museu**, que remonta à década de 1950, é oriundo fundamentalmente de pesquisas de campo e constitui-se de objetos representativos de tecnologias tradicionais, de uso cotidiano, festivo e ritual, além de obras de importantes nomes da arte popular brasileira. A coleção do Museu tem hoje em torno de 17.500 (dezesete mil e quinhentos) objetos, oriundos de pesquisas de campo e doações e que estão distribuídos em 3 (três) reservas técnicas e apresentadas nas exposições de longa duração e temporárias.

A Biblioteca possui aproximadamente 300 (trezentos mil) documentos, entre livros, revistas, folhetos de cordel, recortes de jornal, fotografias, vídeos, filmes e registros sonoros, além de 200 (duzentos) metros lineares de acervo arquivístico com documentos textuais e impressos que representam a memória institucional. Parte desse acervo encontra-se digitalizada e disponível também no site institucional www.cnfcp.gov.br, como as coleções de recortes de jornais e folhetos de cordéis, a Revista Brasileira de Folclore, catálogos da SAP, entre outros. No acervo arquivístico, disponibilizado apenas nos terminais internos, encontram-se os Fundos Folcloristas – Série Edison Carneiro e Comissões de Folclore, as séries Documentos (1947-1970) e Correspondências (1947-1980), esta última digitalizada com o apoio do “Programa de Apoyo al Desarrollo de Archivos Iberoamericanos”, da Espanha.

Gráfico Q - 4.3.10.3.2 Atividades de Tratamento de Acervo Técnico (Biblioteca) - 2021

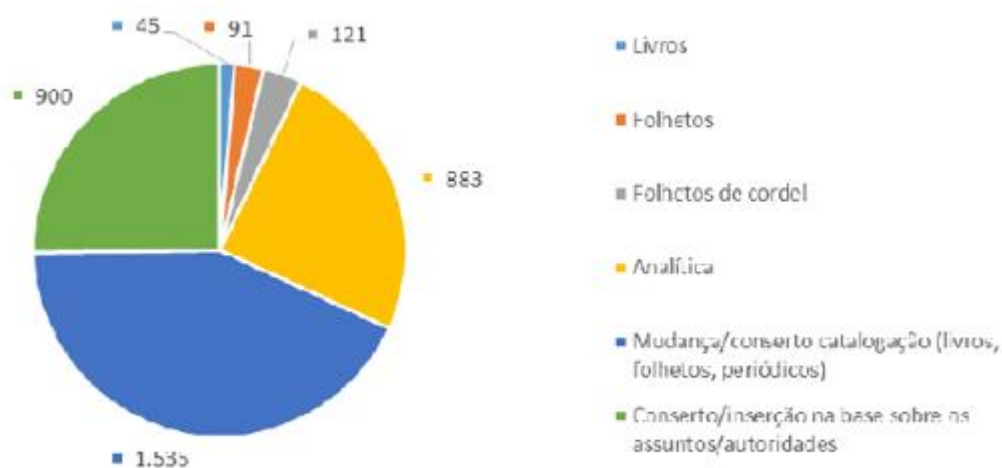
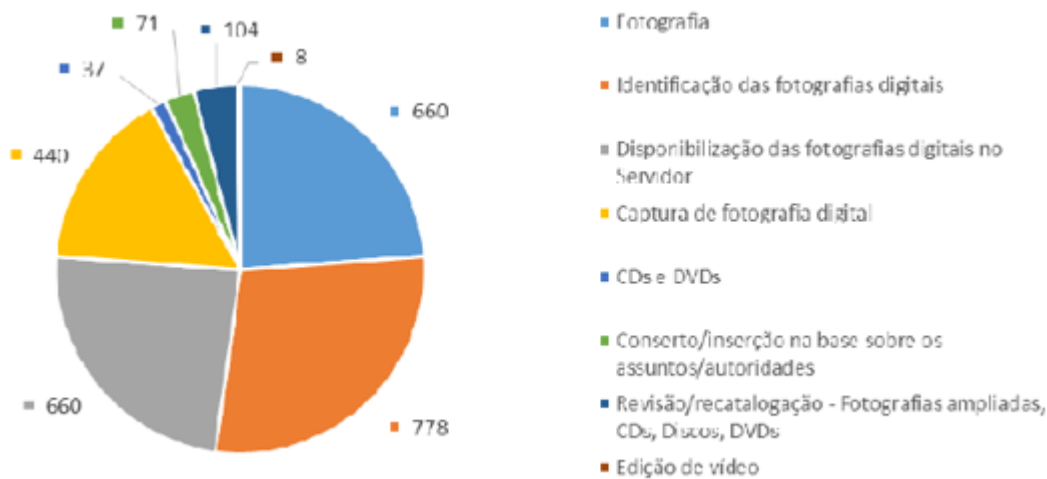


Gráfico R - 4.3.10.3.3 Atividades de Tratamento de Acervo Sonoro e Visual - 2021



4.3.10.4 - Exposições de longa duração

4.3.10.4.1 - Os objetos e suas narrativas (aberta ao público no final de 2016)

Quem conta um conto aumenta um ponto, dizem por aí, para explicar as meias verdades ou os acréscimos que fazemos ao recontar uma história ou tentar interpretá-la aos nossos próprios olhos. A exposição do Museu de Folclore Edison Carneiro quer dialogar com o público sobre a polifonia dos objetos de sua coleção. Quer mostrar as diferentes vozes dos muitos segmentos sociais que dizem do folclore e da cultura popular. Lá fora os objetos têm usos e significados, mas quando entram no museu, numa exposição, ganham contornos diferentes ou explicações outras sobre sua existência. Das lendas, o que contam e o que delas se entende. Do mamulengo que conta histórias pelo brinquedo. Do grafite que diz da cidade. Do cordel e do repente que cantam e contam em verso a vida. Que histórias guardam os objetos nas prateleiras das reservas técnicas? Aqui o Museu se pronuncia – propõe uma história, explicita seu argumento, mas não quer reclamar para si a verdade. Mas o que se diz dos objetos condensa aquilo que se diz do homem e do mundo, e essas narrativas compõem a criação de significados, estabelecidos na relação do homem com outros homens na tentativa de interpretar a realidade.

4.3.10.4.2 - Mostras Temporárias - Galeria Mestre Vitalino

A Galeria expõe em seus 160m² mostras de média duração, temáticas, que enfocam questões do interesse contemporâneo, relativas à cultura popular e seus protagonistas. Colocam em pauta e difundem acervos do Museu em reservas, de outras instituições ou de coleções privadas. Essas mostras em geral estão associadas a outras iniciativas que permitem debates e reflexões, com a realização de seminários, mesas redondas, oficinas, programações de cinema e vídeo, direcionadas a segmentos específicos de público. Desse projeto, resultam ainda a edição de catálogos temáticos e números da série Encontros e Estudos que incrementam o programa de intercâmbio institucional no plano nacional. (Algumas exposições, posteriormente, passam a ser itinerantes). Fechada desde 2017 para obras, reabriu ao público em fevereiro de 2020, com a mostra Xilogravura Xilogravura, mas foi fechada em março em função da pandemia. Em 2020 foram necessários vários serviços de manutenção em decorrência do longo período de fechamento do espaço, que foi reaberto ao público em outubro de 2021 com a mesma mostra – destaque-se que nesse ano não houve recurso para produção de novas mostras.

4.3.10.4.3 - Exposição em Cartaz: Xilogravuras

Quando a Literatura de Cordel foi registrada pelo Iphan como Patrimônio Cultural do Brasil, em 2018, a xilogravura foi incorporada como bem cultural associado. A criação poética e a plástica caminharam lado a lado durante muitos anos, elaboradas sobretudo por cordelistas que são xilógrafos e xilógrafos que são poetas. Em 2020, ao comemorar 20 anos do Decreto 3.551, que lançou as bases para o Registro do Patrimônio Imaterial, o Museu de Folclore Edison Carneiro traz ao público uma exposição sobre a arte da xilogravura que nasceu nas capas dos folhetos e que invadiu museus e galerias no Brasil e no exterior. Uma arte que hoje dialoga com a moda, o design, novelas televisivas, o teatro e o cinema, na qualidade de efetiva expressão artística brasileira.

4.3.10.5 - Programa Educativo

O programa educativo volta-se para a comunicação e oferecimento de recursos a públicos específicos, majoritariamente procurado por educadores e agentes culturais que trabalham com formação. A eles o programa oferece assessoria, visitas preparatórias aos interessados em trazer suas turmas em visita ao Museu e ainda os projetos itinerantes, que são conjuntos de materiais dos três acervos institucionais – museológico, bibliográfico e sonoro-visual – emprestados a escolas para apoiar o trabalho do educador na exploração de temas da cultura popular. O programa busca atualizar e aprofundar o debate sobre os conceitos de folclore e cultura popular com que a escola trabalha, privilegiando o diálogo com professores.

Destacam-se a criação da página virtual dedicada à exposição de longa duração “Os objetos e suas narrativas” e o projeto de acessibilidade para portadores de deficiência, com adaptação de espaços e criação de recursos em libras e audiodescrição no circuito daquela exposição.

O recurso dessa ação foi utilizado na contratação de serviços para garantir ações de divulgação dos acervos nas redes sociais.

4.3.10.6 - Edições

No Programa de Edições, destaca-se a elaboração de materiais de divulgação online e impressos (convites virtuais, cards e banners) e material informativo (catálogos e painéis expográficos) de exposições temporárias e da Sala do Artista Popular (SAP). As publicações destinam-se a públicos do Brasil e do exterior de modo permanente.

Em 2021 não houve recurso para essa ação e foi preciso nos atermos a postagens nas redes sociais, divulgando os acervos institucionais e atividades online, priorizando esses serviços por meio do Programa Educativo.

4.3.10.7 - Concurso de Monografias Sílvia Romero

Instituído em 1959, o Concurso Sílvia Romero de monografias tem por objetivo estimular a produção de conhecimento científico sobre os diversos temas do folclore e da cultura popular. Lançado anualmente por edital, confere ao primeiro e segundo colocados prêmios pagos em dinheiro, nos valores de 25.000 e 20.0000 respectivamente, prevendo-se, ainda, até três menções honrosas. A comissão de seleção é formada por especialistas indicados pelo CNFCP e sempre conta com um representante do Iphan.

O Concurso de 2021, realizado integralmente por meio virtual, recebeu 27 trabalhos candidatos aos prêmios e menções honrosas, oriundos de diversos estados do país.

4.3.10.8 - Curso Livre de Folclore

O Curso Livre de Folclore e Cultura Popular, criado em 2001, busca atender à demanda crescente do público interessado por formação nesse campo de estudos, aproximando-o dos diferentes e complexos sistemas culturais que constituem o amplo universo do folclore e da cultura popular no Brasil.

Em 2021 realizamos a 16ª edição do Curso, que teve carga horária de 20h, em formato online, abordando o tema “Coletar, colecionar, compartilhar”. A plataforma utilizada foi o Streamyard, que trouxe bastante qualidade para a transmissão, tanto para a condução do curso pela equipe quanto na apresentação para o público, que assistiu pelo Youtube e pelo Facebook. Nesta edição, a participação foi aberta, sem inscrição prévia. Como forma de aferição de participantes, e para emissão de certificados (para aqueles que estivessem presentes em pelo menos 4 das 5 aulas), foi disponibilizado ao final de cada aula um formulário de participação. Contabilizamos 201 participantes (os que registraram presença em pelo menos uma aula), dos quais 160 receberam certificado. O curso acumulou um total de 3.822 visualizações no Youtube e 948 no Facebook, somando todas as aulas (dado recolhido em 24/01/2022 – observando que os conteúdos seguem sendo acessados pelo público em geral).

Alcance de Público e Publicações – em números

Gráfico S - 4.3.10.8.1 Alcance 2021 – Visão Geral

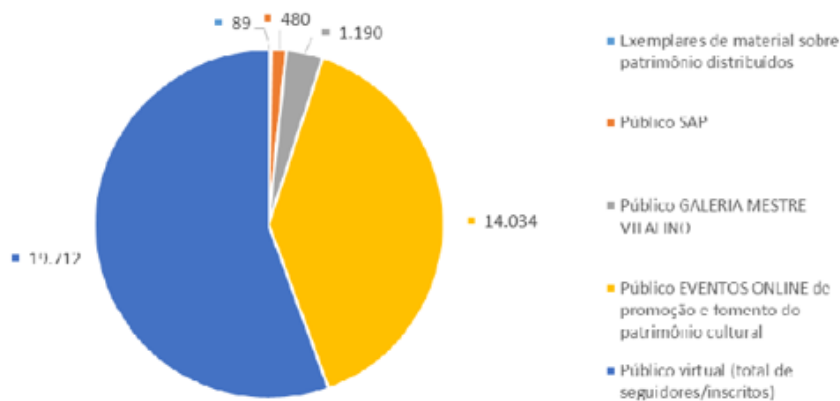
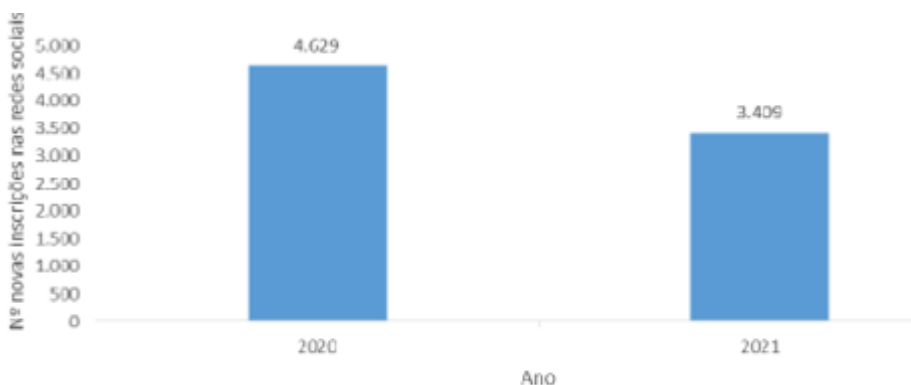


Gráfico T - 4.3.10.8.2 Crescimento de Público Virtual



4.3.11 - Ações de preservação do patrimônio das cidades históricas

O ambicioso programa tem realizado vultosos investimentos para qualificar as cidades apostando no seu potencial transformador, buscando a recuperação e a revitalização, a restauração dos monumentos protegidos, o desenvolvimento econômico e social, o suporte às cadeias produtivas locais e contribuir com a promoção do patrimônio cultural. Entre os principais objetivos do programa, pode-se destacar:

- Ampliar a abrangência das ações e investimentos viabilizados pelos programas de requalificação urbana nas cidades histórica e garantir a continuidade do crescimento da qualidade de vida e do desenvolvimento econômico do País.
- Fomentar instrumentos de recuperação de imóveis privados, investindo em edifícios e áreas públicas, considerando todos os seus usos, que dinamiza a vida nos centros históricos das cidades e eleva a autoestima da sociedade brasileira, integrando os cidadãos aos desafios da gestão do Patrimônio Cultural.
- Recuperação e a revitalização das cidades, a restauração de monumentos protegidos, o desenvolvimento econômico e social e dar suporte às cadeias produtivas locais, com promoção do patrimônio cultural.
- Preservar a riqueza material e simbólica das nossas cidades, onde os instrumentos utilizados no departamento incentivam a melhoria de vida das comunidades, por meio de ações de restauro, revitalização e requalificação de edifícios, praças e outros espaços públicos de convivência, monumentos e obras de arte integradas ou não. São obras que, transversalmente às demais políticas públicas, como a educação e o turismo, oferecem suporte para as cadeias produtivas locais por meio da valorização e promoção do Patrimônio Cultural, aliados ao fortalecimento da autoestima das populações locais e de todos os brasileiros.

Desenvolver ações integradas para promoção econômica do Patrimônio Cultural, em particular para a atividade turística, atraindo para as cidades novos investimentos e parceiros.

4.3.11.1 - Programa de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas

Ao longo de sua trajetória, o Iphan pactuou com as 3 (três) esferas do governo e a sociedade civil conjuntos de ações estruturantes, que resultaram no Programa de Cidades Históricas (PCH), da década de 1970, voltado, inicialmente, à recuperação de conjuntos urbanos no Nordeste do Brasil. Em 1999, surgiu o Programa Monumenta com obras de restauro e requalificação urbana que impactaram 26 (vinte e seis) cidades brasileiras.

O Programa de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas, sob a Ação Orçamentária 5538, surge em 2013 para atender às cidades que possuem bens tombados pelo Iphan, com cerca de 1,62 bilhão distribuído nas cinco regiões do país, em 44 cidades históricas de 20 estados brasileiros, destinado à restauração, conservação e requalificação urbana de edifícios e espaços públicos em 422 ações, cuja seleção tornou-se pública por meio da Portaria 383 de 20 de agosto de 2013. Coube ao Instituto a concepção dessa linha do programa que vem sendo executada em cooperação com diversos co-executores, em especial os municípios, universidades e outras instituições federais, com apoio técnico da Caixa Econômica Federal e de governos estaduais.

As intervenções podem contemplar:

- a) Elaboração de projetos;
- b) Obras de restauro ou reforma, na forma como define a Portaria Iphan nº 420, de 22 de dezembro de 2010, de imóveis, monumentos, equipamentos ou outros elementos edificados públicos, ou de uso público, podendo contemplar os elementos necessários ao funcionamento pretendido, tais como os museográficos, cenotécnicos, luminotécnicos entre outros, além do restauro de bens móveis e integrados;
- c) Obras novas, vinculadas a algum bem que já tenha adquirido valor de patrimônio, como forma de adequar a um novo uso ou algum tipo de ampliação na infraestrutura do objeto.

Do início do programa aos dias atuais, proporcionando um panorama do seu andamento, os valores dos contratos firmados representam R\$ 888.983.446,39 (oitocentos e oitenta e oito milhões, novecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta e nove centavos), dos quais R\$ 736.055.496,79 (setecentos e trinta e seis milhões, cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e seis reais e setenta e nove centavos) já foram pagos no âmbito da Ação Orçamentária 5538.

4.3.11.2 - As principais categorias das ações no exercício de 2021

- Museus: 3 ações;
- Instituições de ensino: 1 ação;
- Igrejas: 2 ações;
- Patrimônio Ferroviário: 3 ações;
- Equipamentos Culturais: 6 ações;
- Fortificações: 3 ações;
- Requalificações Urbanísticas: Não aplicável; e
- Outras: 1 ação.

4.3.11.3 - Situação Atual janeiro/2022

- 02 obras finalizadas;
- 17 obras físicas em execução;
- 52 projetos habilitados no processo seletivo vigente do FDD/MJSP;
- R\$ 76.147.915,43 do Fundo de Defesa de Direitos Difusos já investidos nas obras do Iphan.

4.3.11.4 - Instrumentos

Termos de Execução Descentralizada firmados junto ao Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

O Fundo de Defesa de Direitos Difusos (FDD/MJSP) foi criado pela Lei nº 7.347/85, com sua estruturação definida pela Lei nº 9.008/95. Regulamentado pelo Decreto nº 1.306/94, o FDD é vinculado à Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública e tem por missão a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. A defesa desses direitos é executada pela aprovação de projetos pelo Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD. Os projetos selecionados pelo CFDD são classificados em 5 eixos temáticos, dos quais podemos destacar o eixo IV - Patrimônio cultural brasileiro, no qual os projetos do Iphan se enquadram.

As 19 obras do Iphan que são financiadas pelo Fundo de Defesa de Direitos Difusos vêm sendo executadas em 15 cidades de 7 estados brasileiros, estes distribuídos por 4 das 5 regiões nacionais. Além de uma ampla distribuição geográfica, os projetos englobam diversos tipos de intervenções, como o restauro dos bens imóveis, estabilizações estruturais, recuperação de elementos artísticos e implantação de equipamentos de uso público. As obras, ao mesmo tempo em que preservam a integridade física dos bens acautelados, fornecem melhorias de infraestrutura para os municípios, impactando inclusive nas economias locais, e garantem ao povo brasileiro, em especial às populações detentoras, a perpetuação de sua memória e legado cultural.

O exercício de 2021 se iniciou com 19 TEDs FDD/Iphan vigentes, dos quais 2 se encerraram e tiveram seus objetos entregues integralmente e 17 terminaram o exercício ainda vigentes e com seus objetos em execução.

Tabela 4.3.11.4.1 Projetos e obras do Iphan financiados pelo FDD/MJSP iniciados em 2021

Não houve novas obras com recursos do FDD/MJSP iniciadas pelo Iphan em 2021, devido à não finalização do processo seletivo vigente desde 2020.
--

Tabela 4.3.11.4.2 Projetos e obras do Iphan financiados pelo FDD/MJSP entregues em 2021

TED FDD	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	TIPO	VALOR CONTRATADO	DATA DA ENTREGA
49/2019	AL	Maragogi	Escoramento Estrutural das Ruínas de São Bento com Implantação de Acessibilidade e Memorial	Obra	R\$ 661.339,23	01/04/2021
50/2019	AM	Manaus	Atualização Tecnológica do Sistema de Combate a Incêndio e de Proteção Contra Descargas Atmosféricas do Teatro Amazonas	Obra	R\$ 2.448.371,60	14/12/2021
TOTAL					R\$ 3.109.710,83	2 Obras entregues

Tabela 4.3.11.4.3 Projetos e obras do Iphan financiados pelo FDD/MJSP em execução em 2021

TED FDD	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR CONTRATADO
33/2019	AL	Marechal Deodoro	Restauo da Igreja de Nossa Senhora do Amparo para Implantação de uma Biblioteca Pública	R\$ 1.633.394,28
35/2019	AL	União dos Palmares	Restauração da Casa de Jorge de Lima - Acervo arqueológico da Serra da Barriga	R\$ 554.319,74
51/2019	BA	Itaparica	Restauração da Biblioteca Juracy Magalhães Júnior	R\$ 6.804.279,20
12/2019	BA	Maragogipe	Restauração do Casarão da Filarmônica Terpsícore Popular	R\$ 4.407.478,61
16/2019	BA	Salvador	Restauração e implantação da Biblioteca Anísio Teixeira	R\$ 8.654.075,21
48/2019	BA	Salvador	Restauração dos painéis de azulejaria portuguesa no claustro da Igreja e Convento de São Francisco	R\$ 3.792.375,03
42/2019	MA	Caxias	Restauração e Adaptação de Uso dos Galpões do Complexo Ferroviário do município de Caxias/MA, para funcionamento de espaços culturais e educacionais.	R\$ 6.501.954,94
13/2019	RJ	Rio de Janeiro	Obras de Conservação, Restauração e Modernização do Prédio da Sede da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, situado na Av. Rio Branco, 46, Centro, Rio de Janeiro, RJ.	R\$ 12.967.660,73
32/2019	RS	Porto Alegre	Climatização Geral e Restauração da Cobertura e Torreões do Museu de Arte do Rio Grande do Sul	R\$ 4.779.896,62
11/2019	SC	Canoinhas	Restauração do Complexo da Antiga Estação Ferroviária de Marcílio Dias	R\$ 2.662.986,49
15/2019	SC	Florianópolis	Restauração e Adequação da Fortaleza de São José da Ponta Grossa	R\$ 5.646.589,81
43/2019	SC	Florianópolis	Restauração e Adequação da Fortaleza de Santo Antônio de Ratoles	R\$ 7.187.955,11
17/2019	SC	Joinville	Restauração do Palácio dos Príncipes - Museu Nacional da Imigração e Colonização e construção de anexo	R\$ 3.048.884,55
41/2019	SC	Laguna	Restauração do Complexo Ferroviário	R\$ 3.059.868,16

TED FDD	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR CONTRATADO
45/2019	SC	Laguna	Restauração e Intervenção: Clube Congresso Lagunense	R\$ 1.378.313,20
34/2019	SC	Timbó	Restauração da Antiga Escola Urbana de Timbó	R\$ 988.288,30
TOTAL				R\$ 75.974.821,02

Tabela 4.3.11.4.4 Projetos/Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas Iniciadas em 2021 – NÃO HÁ PROJETOS/OBRAS INICIADOS EM 2021

Os recursos disponibilizados para a ação orçamentária 5538, referente ao Programa de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas, foram insuficientes para autorizar a realização de novas contratações, não havendo, portanto, obras/projetos iniciados em 2021.

Tabela 4.3.11.4.5 Projetos/Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas Finalizados em 2021 que receberam recurso da ação orçamentária 5538

Nº	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	TIPO	CONTRATADO	DATA DA ENTREGA
01	SC	Laguna	Restauração do Clube Blondin	Obra	R\$ 1.386.824,82	19/02/2021
02	AL	Marechal Deodoro	Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Obra	R\$ 1.496.203,46	23/02/2021
03	MG	Serro	Etapa final da restauração da Chácara do Barão do Serro	Projeto	R\$ 37.597,04	23/02/2021
04	MG	Serro	Implantação do Museu Sacro na Igreja do Matozinhos	Projeto	R\$ 58.000,00	23/02/2021
05	SP	Iguape	Restauração do Sobrado do Paço Municipal	Obra	R\$ 5.996.104,00	17/03/2021
06	SP	Iguape	Restauração do Sobrado dos Toledos	Obra	R\$ 5.657.927,14	17/03/2021
07	MG	Diamantina	Restauração do Sobrado da Secretaria de Cultura	Projeto	R\$ 85.572,98	25/03/2021
08	BA	Santo Amaro	Restauração da Igreja do Amparo	Obra	R\$ 5.090.498,08	12/04/2021
09	RJ	Rio de Janeiro	Restauração do Museu Histórico Nacional - Impermeabilização Pátio Santiago	Obra	R\$ 268.123,62	31/05/2021
10	MA	São Luís	Restauração do Sobrado do Centro Artístico Operário	Obra	R\$ 1.785.331,19	02/06/2021
11	PE	Recife	Restauração da Igreja da Conceição dos Militares – Bens Integrados	Obra	R\$ 11.722.423,11	19/06/2021
12	MA	São Luís	Implantação da Praça das Mercês	Projeto	R\$ 259.353,75	01/07/2021
13	BA	Maragogipe	Restauração da Igreja Matriz de S. Bartolomeu	Obra	R\$ 9.719.241,91	02/07/2021
14	MG	Mariana	Restauração da Capela de Santo Antônio e Requalificação do Largo	Projeto	R\$ 117.842,23	08/07/2021
15	MG	São João del Rei	Restauração das Pontes de Pedra da Cadeia e do Rosário	Obra	R\$ 499.086,88	23/07/2021
16	BA	Itaparica	Restauração da Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento	Obra	R\$ 7.515.317,34	30/08/2021
17	MG	São João del Rei	Restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar	Projeto	R\$ 207.311,06	20/09/2021

Nº	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	TIPO	CONTRATADO	DATA DA ENTREGA
18	MG	São João del Rei	Restauração da Igreja Nossa Senhora do Rosário	Projeto	R\$ 176.730,80	21/09/2021
19	SC	Laguna	Restauração da Casa Candemil - Arquivo Público Municipal - Execução de Serviços de Conservação do Arquivo Documental	Obra	R\$ 539.577,97	27/10/2021
20	BA	Salvador	Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Saúde e Glória	Obra	R\$ 8.032.692,65	30/12/2021
21	SP	São Luiz do Paraitinga	Requalificação urbanística da margem do Rio Paraitinga no trecho da Rua do Carvalho - Rua da Música	Obra	R\$ 998.877,88	30/12/2021
TOTAL					R\$ 61.650.637,91	

Tabela 4.3.11.4.6 Projetos/Obras de Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas em Execução

Nº	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	TIPO	CONTRATADO
1	AL	Penedo	Requalificação urbanística do Largo de S. Gonçalo - Implantação do Cabeamento Subterrâneo	Obra	R\$ 2.272.751,21
2	CE	Aracati	Restauração da Igreja do Nosso Senhor do Bonfim e os Bens Integrados	Obra	R\$ 2.317.560,28
3	CE	Sobral	Restauração do Museu Dom José	Obra	R\$ 2.035.905,39
4	CE	Sobral	Restauração do Palacete Chagas Barreto - apoio ao Teatro São José	Obra	R\$ 1.126.328,80
5	CE	Sobral	Restauração da Igreja do Menino Deus	Obra	R\$ 908.229,99
6	CE	Sobral	Restauração do Abrigo Sagrado Coração de Jesus	Obra	R\$ 2.926.808,29
7	MA	São Luís	Restauração e adaptação do Palacete da R. Formosa, 46 - Sec. Mun. de Turismo	Projeto	R\$ 181.081,61
8	MA	São Luís	Restauração do Sobrado da R. Portugal, 303 - Secretaria do Estado da Cultura	Projeto	R\$ 105.426,74
9	MA	São Luís	Restauração e Readaptação dos imóveis nº 135 da Rua de Nazaré	Projeto	R\$ 119.235,75
10	MA	São Luís	Restauração da Igreja de Santana	Projeto	R\$ 156.092,28
11	MA	São Luís	Restauração da Igreja de Santo Antônio	Projeto	R\$ 166.136,93
12	MA	São Luís	Restauração do Sobrado à Rua do Giz esquina com Rua 14 de Julho - Escola de Música da UEMA	Projeto	R\$ 136.962,04
13	MG	Congonhas	Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição - 2ª Etapa - Ampliação de Meta: Pintura Externa, esquadrias e restauração da imaginária e peças sacras	Obra	R\$ 1.611.026,14
14	MG	Congonhas	Restauração da Basílica do Senhor do Bom Jesus de Matozinhos - 2ª Etapa - Ampliação de Meta: Pintura Externa, esquadrias e restauração da imaginária e peças sacras	Obra	R\$ 2.347.840,48
15	MG	Congonhas	Restauração dos Elementos Artísticos da Igreja do Rosário - 2ª Etapa - Ampliação de Meta: Pintura Externa, esquadrias e restauração da imaginária e peças sacras	Obra	R\$ 967.455,65
16	MG	Congonhas	Restauração e requalificação do edifício da Romaria (Centro Cultural) e Teatro Dom Silvério Gomes Pimenta	Obra	R\$ 19.254.510,16
17	MG	Diamantina	Restauração do antigo Diamantina Tênis Club	Projeto	R\$ 136.354,84

Nº	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	TIPO	CONTRATADO
18	MG	Diamantina	Requalificação urbanística do Largo Dom João e Praça Sagrado Coração de Jesus	Obra	R\$ 8.477.307,77
19	MG	Mariana	Restauração da Catedral da Sé de N. S. da Assunção e da Casa Capitular (Museu de Arte Sacra) - Etapa 4 "Catedral da Sé de N. S. da Assunção - Bens Integrados"	Obra	R\$ 6.512.723,90
20	MG	Mariana	Restauração da Catedral da Sé de N. S. da Assunção e da Casa Capitular (Museu de Arte Sacra) - Etapa 5 "Catedral da Sé de N. S. da Assunção - Instalações complementares"	Obra	R\$ 749.870,58
21	MG	Mariana	Restauração da Igreja de São Francisco de Assis e da Casa do Conde de Assumar - Museu do Imaginário	Projeto	R\$ 630.308,91
22	MG	Mariana	Restauração da Capela de Nossa Senhora da Boa Morte e do Centro Cultural do ICHS/UFOP	Projeto	R\$ 89.510,30
23	MG	Mariana	Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e implantação do Museu Vieira Servas	Obra	R\$ 1.971.376,81
24	MG	Mariana	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia - Câmara de Vereadores	Obra	R\$ 1.809.591,85
25	MG	Mariana	Restauração da Igreja de São Caetano	Projeto	R\$ 113.385,00
26	MG	Mariana	Restauração da Igreja Matriz de Bom Jesus do Monte	Projeto	R\$ 100.967,44
27	MG	Mariana	Restauração da Igreja de Santana	Projeto	R\$ 39.662,50
28	MG	Mariana	Restauração da Igreja Nossa Senhora das Mercês	Projeto	R\$ 78.441,50
29	MG	Mariana	Restauração da Capela de N. S. Rainha dos Anjos/Arquiconfraria de São Francisco	Projeto	R\$ 93.848,65
30	MG	Ouro Preto	Restauração da Igreja Matriz de N. S. da Conceição Antônio Dias - Bens Integrados	Obra	R\$ 5.394.311,40
31	MG	Sabará	Restauração do Sobrado da Prefeitura	Obra	R\$ 4.656.858,06
32	MG	São João del Rei	Restauração da Pontes de Ferro do Teatro e da Estação	Obra	R\$ 785.833,40
33	MG	São João del Rei	Restauração da Igreja do Senhor do Bonfim	Projeto	R\$ 59.182,08
34	MG	São João del Rei	Restauração da Igreja de São Francisco	Projeto	R\$ 171.291,03
35	MG	São João del Rei	Restauração do Complexo Ferroviário	Projeto	R\$ 668.382,74
36	MG	Serro	Requalificação Arquitetônica do Clube Ivituruy - implantação do Centro Cultural de Serro e Centro Administrativo	Projeto	R\$ 99.689,77
37	MG	Serro	Requalificação urbanística dos eixos Quatro Vinténs/Lucas e Matriz - Matozinhos	Projeto	R\$ 57.000,00
38	MG	Serro	Restauração da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Requalificação urbanística de seu Adro, Praça frontal e entorno	Projeto	R\$ 276.356,20
39	MG	Serro	Restauração do Casarão do Museu Casa dos Ottoni - anexo e acessibilidade	Projeto	R\$ 148.448,49
40	MS	Corumbá	Restauração do casarão do ILA - Instituto Luiz de Albuquerque	Obra	R\$ 3.249.080,60
41	MS	Corumbá	Requalificação urbanística na ligação da parte alta e parte baixa da cidade - implantação de passarela	Obra	R\$ 1.800.000,00
42	MT	Cuiabá	Restauração do Casarão Irmã Dulce - IPHAN - serviços emergenciais de escoramento e estabilização	Obra	R\$ 139.455,54
43	MT	Cuiabá	Restauração da Igreja Senhor dos Passos	Projeto	R\$ 115.000,00
44	PA	Belém	Revitalização da Feira Ver-o-Peso	Projeto	R\$ 564.876,44
45	PE	Fernando de Noronha	Conservação e revitalização das ruínas e pátios seculares da Vila dos Remédios	Projeto	R\$ 620.600,07
46	PE	Fernando de Noronha	Conservação e revitalização do Forte Santo Antônio	Projeto	R\$ 202.713,85
47	PE	Fernando de Noronha	Conservação e revitalização do Forte São Pedro do Boldró	Projeto	R\$ 202.713,85

Nº	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	TIPO	CONTRATADO
48	PE	Olinda	Restauração do Mosteiro de São Bento - Contratação de Projeto de Arquitetura, Restauração, Bens Integrados (Nave da Igreja, Biblioteca, Capela do Santíssimo)	Projeto	R\$ 828.454,27
49	PE	Olinda	Restauração do Fortim de São Francisco	Projeto	R\$ 34.218,69
50	PE	Olinda	Restauração do Palácio dos Governadores - etapa final	Projeto	R\$ 88.494,56
51	PE	Olinda	Requalificação do Largo e Adro da Igreja de N. S. do Monte	Projeto	R\$ 288.141,19
52	PE	Olinda	Restauração do Sobrado do Arquivo Público Municipal Antonino Guimarães	Projeto	R\$ 160.183,66
53	PE	Olinda	Requalificação da Praça do Museu de Arte Moderna- Mac e área das ruínas do Senado de Olinda.	Projeto	R\$ 164.302,39
54	PE	Recife	Restauração do Edifício da Igreja de São José do Ribamar (monumento)	Projeto	R\$ 275.925,67
55	PE	Recife	Requalificação do Mercado São José	Projeto	R\$ 487.200,85
56	PR	Antonina	Restauração do Armazém Macedo e Barracão Anexo	Obra	R\$ 7.313.133,61
57	RJ	Rio de Janeiro	Restauração do Palácio Gustavo Capanema - Centro Lúcio Costa - Conservação e Modernização das Instalações - Interior da edificação	Obra	R\$ 59.892.930,51
58	RJ	Vassouras	Restauração da antiga Casa do Barão de Vassouras (c. 1850) - Casa do Patrimônio	Obra	R\$ 8.965.700,32
59	RJ	Vassouras	Restauração do antigo Fórum na Casa do Barão do Ribeirão (1860) - Centro de Memória Documental (Arquivo Público Municipal) e Biblioteca Maurício de Lacerda e sede do IPHAN	Obra	R\$ 5.795.224,79
60	RJ	Vassouras	Restauração do Casarão do Museu Casa da Hera e anexos Item 1: Elaboração de projetos executivos para ampliação e Modernização	Projeto	R\$ 466.788,84
61	RJ	Vassouras	Restauração do Casarão do Museu Casa da Hera e anexos Item 2: Projeto museográfico	Projeto	R\$ 466.788,84
62	RJ	Vassouras	Restauração dos sete chafarizes do Centro Histórico (1842 a 1872)	Projeto	R\$ 49.500,00
63	RN	Natal	Requalificação das Praças do Centro Histórico	Obra	R\$ 9.949.982,52
64	RS	Pelotas	Restauração do Theatro Sete de Abril	Obra	R\$ 6.083.997,61
65	RS	Pelotas	Requalificação da Pça. Cel. Pedro Osório e travessias acessíveis (Etapa final)	Projeto	R\$ 232.784,48
66	RS	Porto Alegre	Requalificação da Praça da Matriz	Obra	R\$ 2.396.685,84
67	RS	Porto Alegre	Restauração da antiga sede dos Correios - Memorial do Rio Grande do Sul e o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul	Projeto	R\$ 374.924,00
68	SC	Florianópolis	Restauração da Antiga Alfândega - instalação da Casa do Patrimônio	Obra	R\$ 5.460.332,26
69	SC	Florianópolis	Contratação de projetos e estudos para implantação de estrutura de apoio náutico Trapiche/Pier para os fortes do Sistema Defensivo da Ilha de Santa Catarina	Projeto	R\$ 759.822,91
70	SE	São Cristóvão	Restauração do Sobrado do Balcão Corrido	Projeto	R\$ 60.948,14
71	SE	São Cristóvão	Restauração da Sede da Prefeitura Municipal	Projeto	R\$ 65.463,79
72	SE	São Cristóvão	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia	Projeto	R\$ 62.441,86
73	SE	São Cristóvão	Restauração dos prédios da Estação Ferroviária e Capelinha e requalificação urbanística de sua esplanada	Projeto	R\$ 95.021,16
74	SP	Santo André	Restauração do Campo de Futebol - Serrano Atlético Clube (1903)	Obra	R\$ 3.927.760,26
TOTAL					R\$ 194.954.665,07

Fundo Nacional de Cultura - FNC

A Portaria MTUR nº 10, de 30 de março de 2021, dispôs sobre a aprovação do Plano Anual do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) de 2021. Nesse contexto, buscando viabilizar a execução

das ações sob a gestão do Departamento de Projetos Especiais por meio de outras fontes de recursos, quando o orçamento disponível no programa original se mostrou insuficiente, essa unidade indicou para a 1ª Seleção, em abril de 2021 projetos culturais, dos quais os destacados abaixo foram habilitados e aprovados na 1ª fase e na 2ª fase, conforme informam o Ofício Circular nº 22/2021/FNC/SECULT (2613213) e o Ofício Circular nº 35/FNC/SECULT (2746808), respectivamente.

Tabela 4.3.11.4.7 Projetos habilitados e aprovados na 1ª e 2ª fase

Nº	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR
01	PE	Recife	Etapa final da Restauração da Igreja Matriz de Santo Antônio	R\$ 3.639.698,75
02	PE	Recife	1ª etapa da Restauração da Igreja São José do Ribamar	R\$ 1.035.068,67
Total				R\$ 4.674.767,42

A aprovação final garantiu a inclusão desses projetos no Banco de Projetos do Fundo Nacional da Cultura, tornando-os aptos ao recebimento de recursos. No entanto, de acordo com orientação contida no Ofício Circular nº 35/FNC/SECULT (2746808), “os recursos financeiros somente serão distribuídos aos projetos priorizados de acordo com a disponibilidade orçamentária de cada ação orçamentária estabelecida para o FNC no exercício e em conformidade com a Lei Orçamentária Anual”.

Para a 2ª Seleção FNC 2021, o DPE indicou, em junho de 2021, 7 (sete) projetos culturais, destacados abaixo, os quais foram habilitados na 1ª fase, conforme consta no Ofício Circular nº 37/2021/FNC/SECULT (2770555).

Tabela 4.3.11.4.8 Projetos FNC habilitados na 1ª fase

Nº	UF	MUNICÍPIO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO	VALOR
01	PE	Olinda	Restauração do Mosteiro de São Bento e anexo I e II - Etapa 2	R\$ 10.965.446,05
02	SE	São Cristóvão	Restauração da Antiga Casa de Câmara e Cadeia	R\$ 1.320.318,51
03	MG	Serro	Restauração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição	R\$ 4.240.122,26
04	MG	Diamantina	Implantação do Parque Municipal Serra dos Cristais - Centro De Convivência	R\$ 1.400.253,10
05	MG	São João del Rei	Restauração da Igreja de São Gonçalo do Amarante - Etapa 2	R\$ 3.033.011,77
06	MG	São João del Rei	Restauração da Igreja Matriz Nossa Senhora do Pilar - Etapa 3	R\$ 5.249.887,14
07	MG	Sabará	Restauração do Casarão do Museu do Ouro e anexo - Etapa 2	R\$ 2.319.091,91
TOTAL				R\$ 28.528.130,74

4.4 - Gestão Orçamentária e Financeira

Pela Lei n.º 14.144, de 22 de abril de 2021, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) foi contemplado inicialmente com a dotação de R\$ 345.569.930,00 (trezentos e quarenta e cinco milhões, quinhentos e sessenta e nove mil e novecentos e trinta reais), dos quais R\$ 209.593.574,00 (duzentos e nove milhões, quinhentos e noventa e três mil e quinhentos e setenta e quatro reais) foram para Pessoal e Encargos Sociais, R\$ 10.701.059,00 (dez milhões, setecentos e um mil e cinquenta e nove reais) para Benefícios Obrigatórios e Assistenciais e R\$ 125.275.297,00 (cento e vinte e cinco milhões, duzentos e setenta e cinco mil e duzentos e noventa e sete reais) para despesas discricionárias. Após suas recomposições e alterações, a dotação atualizada total ficou em R\$ 350.297.755,00 (trezentos e cinquenta milhões, duzentos e noventa e sete mil e setecentos e cinquenta e cinco reais), a qual será discriminada nos gráficos e tabelas elencados adiante.

Tabela 4.4.1 Dotação Inicial x Atual 2021

Resultado Primário Lei		Unidade Orçamentária		54206		93424	
				INST. DO PATRIM. HIST. E ARTÍSTICO NACIONAL		REC. SOB SUP. INST. PATRIM. HIST. ART. NAC.	
		Ação Governo		9	13	9	13
				DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
0	FINANCEIRO	09HB	CONTRIBUICAO DA UNIAO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDACOES PARA O	18.850.000,00	18.982.306,00		
		Total		18.850.000,00	18.982.306,00		
1	PRIMARIO OBRIGATORIO	0005	SENTENCAS JUDICIAIS TRANSITADAS EM JULGADO (PRECATORIOS)	1.000,00	7.654.262,00	7.292.165,00	0,00
		00S6	BENEFICIO ESPECIAL E DEMAIS COMPLEMENTACOES DE APOSENTADORIA	1.000,00	1.000,00		
		0181	APOSENTADORIAS E PENSOES CIVIS DA UNIAO	66.120.022,00	88.023.507,00	21.903.485,00	0,00
		2004	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPR	2.297.694,00	2.297.694,00		
		20TP	ATIVOS CIVIS DA UNIAO	23.856.725,00	100.562.205,00	71.570.177,00	0,00
		212B	BENEFICIOS OBRIGATORIOS AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MI	4.201.184,00	8.907.505,00	4.201.181,00	0,00
		Total		96.477.625,00	207.446.173,00	104.967.008,00	0,00
2	PRIMARIO DISCRICIONARIO	2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	35.046.233,00	76.071.821,00	41.050.444,00	0,00
		20ZH	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	8.226.435,00	17.751.260,00	9.524.825,00	0,00
		211F	FUNCIONAMENTO DE ESPACOS E EQUIPAMENTOS CULTURAI	2.055.378,00	4.518.805,00	2.463.427,00	0,00
		216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	97.243,00	238.648,00	116.549,00	0,00
		4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	309.411,00	75.719,00	370.837,00	0,00
		5538	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL DAS CIDADES HISTORICAS	19.589.692,00	19.589.692,00		
		Total		65.324.392,00	118.245.945,00	53.526.082,00	0,00

Resultado Primário Lei		Unidade Orçamentária		54206		93424	
				INST. DO PATRIM. HIST. E ARTÍSTICO NACIONAL		REC. SOB SUP. INST. PATRIM. HIST. ART. NAC.	
		Ação Governo		9	13	9	13
				DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA	DOTACAO INICIAL	DOTACAO ATUALIZADA
6	DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL	20ZH	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	6.424.823,00	5.623.331,00		
		Total		6.424.823,00	5.623.331,00		
		Total		187.076.840,00	350.297.755,00	158.493.090,00	0,00

Além dos créditos originariamente previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2021, supracitada, acrescenta-se o montante de R\$ 22.701.395,05 (vinte e dois milhões, setecentos e um mil, trezentos e noventa e cinco reais e cinco centavos), relativo a recursos recebidos através de repasses das outras Unidades Orçamentárias (UOs):

- I. Ministério do Turismo: R\$ 12.524.740,77 (doze milhões, quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos e quarenta reais e setenta e sete centavos);
- II. Fundo de Defesa dos Direitos Difusos: R\$ 4.894.205,92 (quatro milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos e cinco reais e noventa e dois centavos);
- III. Fundação Biblioteca Nacional: R\$ 1.975.467,68 (um milhão, novecentos e setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e sessenta e oito centavos);
- IV. Fundação Nacional das Artes: R\$ 1.929.620,64 (um milhão, novecentos e vinte e nove mil, seiscentos e vinte reais e sessenta e quatro centavos);
- V. Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes: R\$ 659.602,42 (seiscentos e cinquenta e nove mil, seiscentos e dois reais e quarenta e dois centavos);
- VI. Fundação Cultural Palmares: R\$ 453.000,16 (quatrocentos e cinquenta e três mil e dezesseis centavos);
- VII. Instituto Brasileiro de Museus: R\$ 136.757,46 (cento e trinta e seis mil, setecentos e cinquenta e sete reais e quarenta e seis centavos);
- VIII. Fundo Nacional de Cultura: 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

Cumpra salientar que, por constituírem orçamentos de outros órgãos e entidades, o detalhamento financeiro-orçamentário dos valores informados no parágrafo anterior será realizado nas prestações de contas anuais de seus respectivos responsáveis.

Ressalta-se que os valores constantes da LOA (dotação atual), somados aos créditos recebidos por meio dos destaques acima descritos, perfazem o montante de R\$ 372.999.150,05 (trezentos e setenta e dois milhões, novecentos e noventa e nove mil, cento e cinquenta reais e cinco centavos).

No que concerne à execução do orçamento próprio autorizado em lei, no exercício de 2021 foi empenhado o total de R\$ 344.081.577,41 (trezentos e quarenta e quatro milhões, oitenta e um mil, quinhentos e setenta e sete reais e quarenta e um centavos), liquidado o montante de R\$ 307.978.840,26 (trezentos e sete milhões, novecentos e setenta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e vinte e seis centavos),

e pagas as despesas no valor de R\$ 292.276.965,49 (duzentos e noventa e dois milhões, duzentos e setenta e seis mil, novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta e nove centavos).

Tabela 4.4.2 Despesas empenhadas, liquidadas e pagas 2021

Unidade Orçamentária		23	25	28
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
54206	INST. DO PATRIM. HIST. E ARTISTICO NACIONAL	344.081.577,41	307.978.840,26	292.276.965,49
93424	REC. SOB SUP. INST. PATRIM. HIST. ART. NAC.	0,00	0,00	0,00
Total		344.081.577,41	307.978.840,26	292.276.965,49

Os recursos ora mencionados foram direcionados ao pagamento de despesas de pessoal e encargos sociais, benefícios aos servidores, manutenção administrativa institucional e atividades finalísticas.

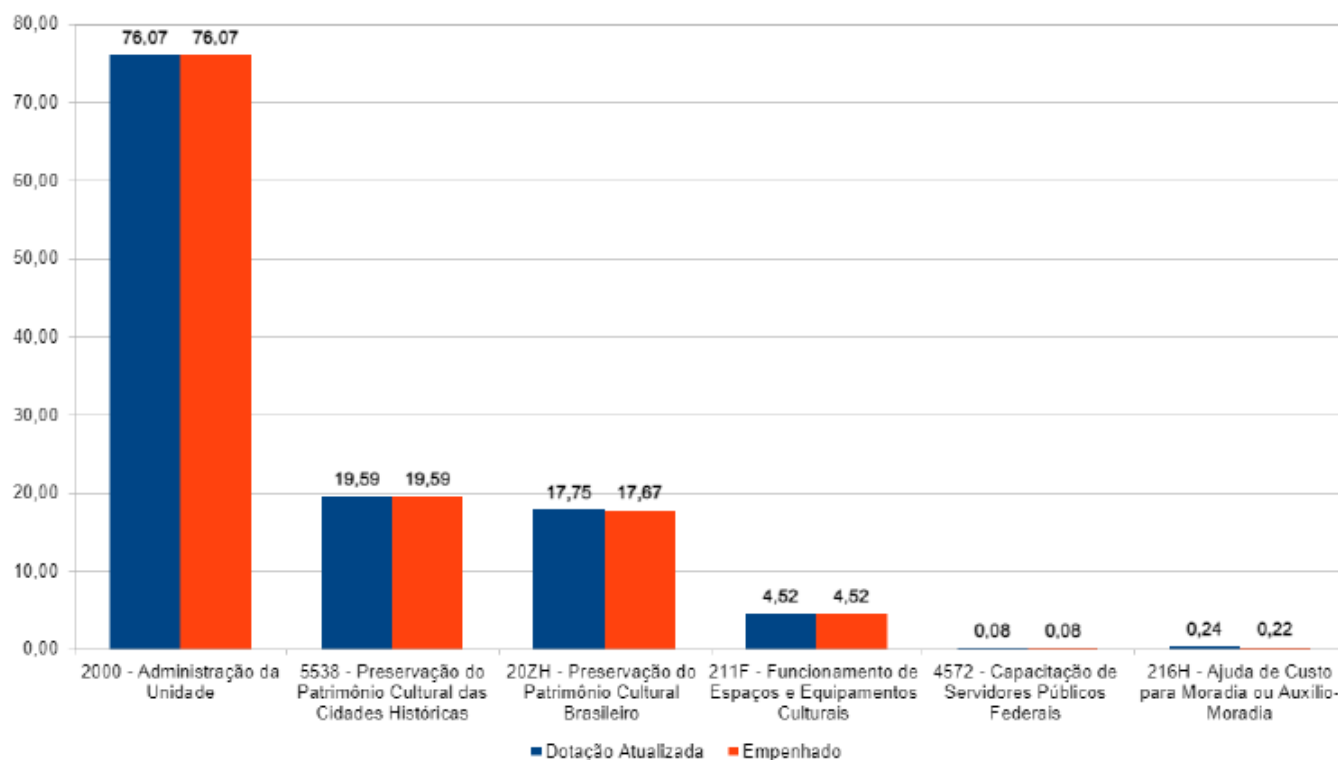
Ao analisarmos os dados orçamentários, observa-se que houve redução nos valores empenhados em investimentos, comparando-se os dois últimos exercícios financeiros. Todavia, como é perceptível no gráfico Execução 2021, as dotações autorizadas para o órgão no ano passado também foram menores.

Cumpra destacar que, em que pese o contexto da pandemia mundial ainda em curso no exercício de 2021, o Instituto obteve êxito em empenhar aproximadamente 100% das 4 (quatro) principais ações discricionárias, são elas:

- 5538 - Preservação do Patrimônio Cultural das Cidades Históricas: 100%
- 20ZH (RP2) - Preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro: 100%
- 2000 - Administração da Unidade: 100%
- 211F - Funcionamento de Espaços e Equipamentos Culturais: 100%

Tabela 4.4.3 Porcentagem (%) empenhado das ações discricionárias 2021

Unidade Orçamentária		54206		% Empenhado
		INST. DO PATRIM. HIST. E ARTISTICO NACIONAL		
Resultado Primário Lei		2		
		PRIMARIO DISCRICIONARIO		
Ação Governo		13	23	
		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
2000	ADMINISTRACAO DA UNIDADE	76.071.821,00	76.071.815,34	100,00%
20ZH	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL BRASILEIRO	17.751.260,00	17.673.377,45	99,56%
211F	FUNCIONAMENTO DE ESPACOS E EQUIPAMENTOS CULTURAI	4.518.805,00	4.518.217,80	99,99%
216H	AJUDA DE CUSTO PARA MORADIA OU AUXILIO-MORADIA A AGENTES PUB	238.648,00	220.042,40	92,20%
4572	CAPACITACAO DE SERVIDORES PUBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE Q	75.719,00	75.719,00	100,00%
5538	PRESERVACAO DO PATRIMONIO CULTURAL DAS CIDADES HISTORICAS	19.589.692,00	19.589.692,00	100,00%
Total		118.245.945,00	118.148.863,99	99,92%

Gráfico U - 4.4.1 Execução 2021 (Despesas Discricionárias)


É relevante destacar que foi destinado a esta autarquia, em 2021, o montante de R\$ 5.623.331,00 (cinco milhões, seiscentos e vinte e três mil e trezentos e trinta e um reais) (dotação atual) relativos a Emendas Parlamentares Individuais. Deste valor, foram empenhados R\$ 5.506.606,86 (cinco milhões, quinhentos e seis mil, seiscentos e seis reais e oitenta e seis centavos), o que representa aproximadamente 98% do montante destinado ao órgão no Resultado Primário 6.

Tabela 4.4.4 Emendas Individuais 2021

Resultado Primário Lei		6		% Empenhado
		DESPESA DISCRICIONARIA DECORRENTE DE EMENDA INDIVIDUAL		
Unidade Orçamentária		13	23	
		DOTACAO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
54206	INST. DO PATRIM. HIST. E ARTISTICO NACIONAL	5.623.331,00	5.506.606,86	97,92%
Total		5.623.331,00	5.506.606,86	97,92%

Maiores detalhes e informações acerca do orçamento público destinado a esta Autarquia, e aos demais órgãos do Governo Federal, podem ser obtidos pelos sítios eletrônicos abaixo e sem a necessidade de cadastramento prévio:

<https://www1.siop.planejamento.gov.br/acessopublico/?pp=acessopublico>

<http://www.portaltransparencia.gov.br/orcamento>

<https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>

Gráfico V - 4.4.2 Custeio 2021

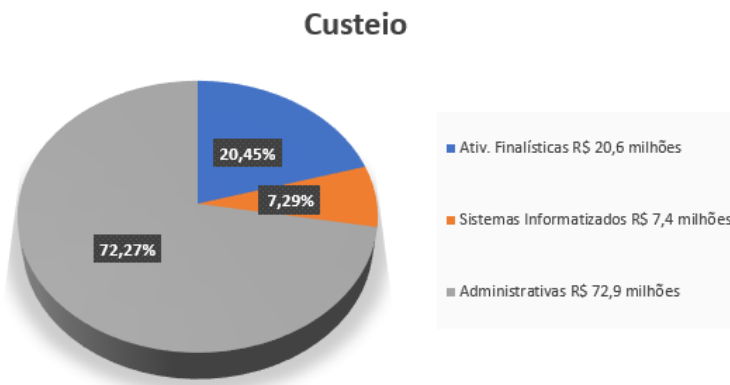


Gráfico W - 4.4.3 Gastos com Pessoal 2021

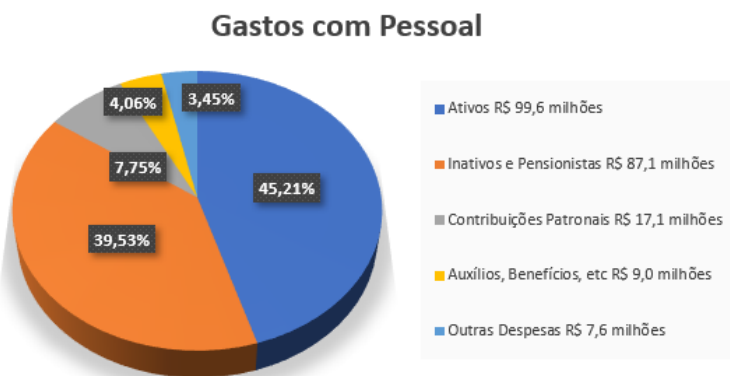


Gráfico X - 4.4.4 Investimentos 2021

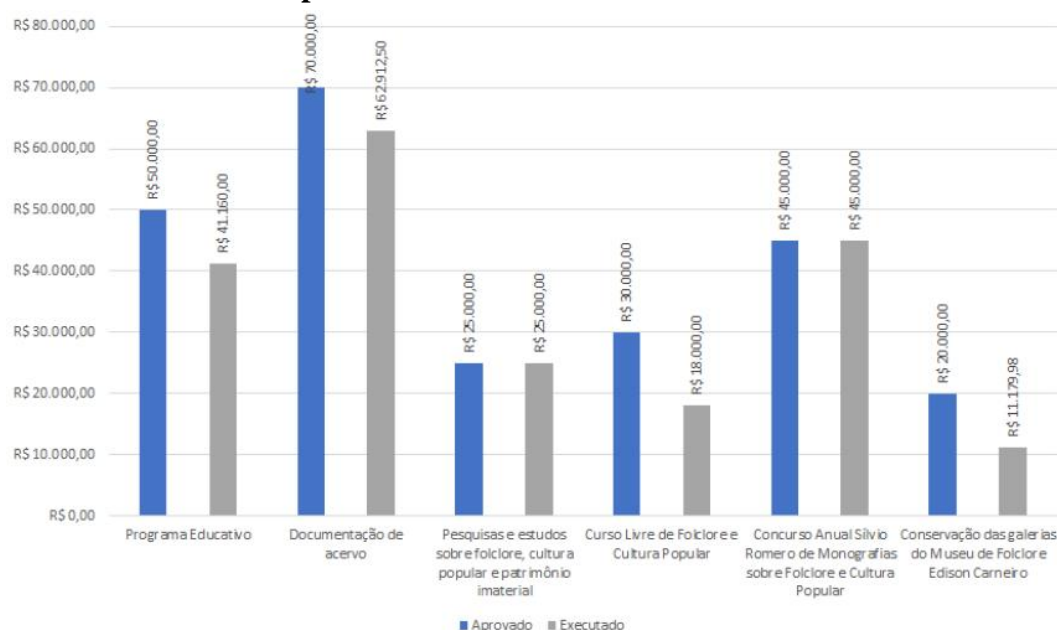


4.4.1 - Gestão Financeira do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular

Tabela 4.4.1.1 Gestão de Projetos do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular 2021

CNFCP - 2021			
Projeto	%	Aprovado	Executado
		2021	
Programa Educativo	82%	R\$ 50.000,00	R\$ 41.160,00
Documentação de acervo	90%	R\$ 70.000,00	R\$ 62.912,50
Pesquisas e estudos sobre folclore, cultura popular e patrimônio imaterial	100%	R\$ 25.000,00	R\$ 25.000,00
Curso Livre de Folclore e Cultura Popular	60%	R\$ 30.000,00	R\$ 18.000,00
Concurso Anual Silvío Romero de Monografias sobre Folclore e Cultura Popular	100%	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00
Conservação das galerias do Museu de Folclore Edison Carneiro	56%	R\$ 20.000,00	R\$ 11.179,98
Orçamento	84,7%	R\$ 240.000,00	R\$ 203.252,48

Gráfico Y - 4.4.1.1 Demonstração de Projetos Aprovados x Empenhado do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular 2021



Fontes: Como fontes para redação deste documento, foram utilizados os Relatórios Anuais e as Planilhas de Monitoramento 2021, confeccionadas pelo CNFCP, bem como o Sistema Integrado de Gestão do Iphan (SIG-IPHAN) e o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), para consulta dos dados orçamentários.

4.4.2 - Gestão Orçamentária e Financeira do Centro Lúcio Costa

Execução orçamentário-financeira 2021

Mestrado Profissional Patrimônio Cultural

Janeiro a março de 2021 - R\$ 115.603,22, referente a restos a pagar do exercício de 2020;

Abril a dezembro de 2021 - R\$ 520.700,00 (total disponibilizado) Execução: R\$ 333.110,90; e

Inscrição em restos a pagar de 2021 - R\$ 187.589,10, a ser executado em 2022.

Formação e Pesquisa

Por se tratar de nova ação institucional, ainda em desenvolvimento de metas físicas e financeiras, não houve execução de recursos.

Centro Regional de Formação em Gestão do Patrimônio – Centro Lucio Costa (CLC/CC2)

R\$ 57.000,00 – trata-se recursos disponibilizados à UNESCO-Brasil, por conta do Acordo de Cooperação Internacional citado na apresentação do CLC/CC2.

Tabela 4.4.2.1 Gestão Financeira do Centro Lucio Costa 2021

CENTRO LUCIO COSTA	
Manutenção Administrativa - Financeiro – 2021	
Serviços	Valor Jan a Dez
Apoio Administrativo - Empresa Graal	R\$ 360.747,01
Apoio Administrativo - Empresa MGS	R\$ 108.120,48
Telefonia Fixa - Empresa OI/Telemar	R\$ 45.633,65
Telefonia Móvel - Empresa Claro	R\$ 1.568,59
Telefonia Longa Distância - Empresa Claro	R\$ 25,86
Correspondências - Empresa Correios	R\$ 961,38
Consumo - Empresa Brsupply	R\$ 1.174,69
Consumo - Água Mineral	R\$ 509,92
Total	R\$ 518.741,58
Restos a Pagar - Orçamentário – 2022	
Total	R\$ 540.237,02

4.5 - Gestão de Pessoas

4.5.1 - Ações de Capacitação/Desenvolvimento

Cumprir informar que 362 (trezentos e sessenta e dois) servidores foram capacitados em pelo menos uma das 78 (setenta e oito) ações de capacitação/desenvolvimento registradas por esse Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan no ano de 2021, atendendo a várias necessidades levantadas pelos servidores que são compatíveis com o Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) aprovado para o ano de 2021. Nesse cenário, destaca-se o curso "O que muda com a Nova Lei de Licitações" desenvolvido pela empresa Zênite - destinada a capacitar servidores, líderes, gestores e tomadores de decisão no que tange às mudanças implementadas pela Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021. A ação foi realizada entre os dias 02 e 06 de agosto de 2021 com a participação de 130 (cento e trinta) servidores.

4.5.2 - Afastamentos para cursar Pós-Graduação Stricto Sensu

Em 2021, 04 (quatro) servidores estiveram afastados para participar de Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* no Brasil e no exterior, em conformidade com os artigos 95 e 96-A da Lei nº 8.112/1990. Cabe ressaltar que todos foram afastados para cursar curso de Pós-Graduação em nível de Doutorado.

4.5.3 - Licença para Capacitação

No ano de 2021, 04 (quatro) servidores se afastaram do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até 3 (três) meses, para participação de curso ou conjunto de cursos de capacitação profissional na modalidade a distância, em consonância com o artigo 87 da Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019 e a Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME n.º 21/2021.

As ações de desenvolvimento ocorreram nas seguintes áreas:

Tabela 4.5.3 Licença Capacitação 2021

Curso	Modalidade	Área	Instituição
Certificação Avançada em Políticas de Infraestrutura	Ead	Meio	Escola Nacional de Administração Pública (ENAP)
Desafios Ambientais no Brasil Atual	Ead	Finalística	Unieducar Inteligência Educacional
Gestão Orçamentária e Financeira do Setor Público	Ead	Meio	Centro de Ensino em Gestão Pública (CEGESP)
Normas Gerais de Auditoria Governamental	Ead	Meio	Unieducar Inteligência Educacional

4.5.4 - Afastamento do País

Em 2021, 1 (uma) servidora teve seu afastamento alterado para a modalidade "afastamento do país com ônus limitado" para o Iphan, com vistas à participação no Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 1º de setembro de 2021 a 28 de fevereiro de 2022. A servidora em tela teve o seu afastamento autorizado por meio do Despacho de 18 de maio de 2021, publicado no Diário Oficial da União - DOU nº 93 de 19 de maio de 2021, para cursar parte de seu doutorado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade de São Paulo, em Paris, República Francesa.

4.5.5 - Gratificação por encargo de Curso ou Concurso

Não foram concedidas, no ano de 2021, gratificações por encargo de curso ou concurso.

4.5.6 - Aspectos importantes relacionados ao quadro de servidores

Estágio Probatório: Foram avaliados, no ano de 2021, 492 (quatrocentos e noventa e dois) servidores (1ª e 2ª fases do estágio probatório).

Gratificação de Desempenho (GDAC, GDPGPE, GDACE E GDAIE): Em 2021, foi realizado o 11º Ciclo de Avaliação de Desempenho da GDAC e GDPGPE, e o 9º Ciclo da GDACE e GDAIE. O período de avaliação iniciou-se em 11 de janeiro de 2021, com o objetivo de cumprir os prazos estabelecidos pela Portaria nº 50/2012 e atender ao cronograma definido pelo Sistema SIAPE.

O Iphan alcançou o índice de 100% (cem por cento) referente às metas institucionais da GDAC/GDPGPE/GDACE/GDAIE do Ciclo de Avaliação constante na Portaria Iphan nº 09, de 20 de janeiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU), em 22 de janeiro de 2021.

Os resultados da Avaliação de Desempenho Individual dos servidores do Iphan referente ao período avaliativo de 1º de março de 2020 a 1º de março de 2021 foram publicados na Portaria de Pessoal GAB-IPHAN/IPHAN n.º 90, de 19 de março de 2021, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico (BAE) do Iphan n.º 1.577 – Edição Semanal de 19 de março de 2021. Seguem tabelas relativas à quantidade de servidores avaliados e respectivas notas recebidas em 2021:

Tabela 4.5.6.1 Servidores do Quadro Ativo Permanente

Quantidade de Servidores	
Servidores efetivos	956
Servidores avaliados semanalmente	928
Receberam 20 pontos	867
Receberam 19 pontos	44
Receberam 18 pontos	12
Receberam 17 pontos	4
Receberam 16 pontos	1

Tabela 4.5.6.2 Servidores Efetivos Cedidos

Quantitativo de Servidores	
Servidores cedidos	46
Servidores cedidos avaliados	42
Receberam 20 pontos	39
Receberam 19 pontos	2
Receberam 18 pontos	1
Total de servidores cedidos avaliados	42

Progressão Funcional: Em 1º de julho de 2021, iniciou-se o processo da progressão pelo sistema SIAPE que informa quais servidores serão avaliados e os que irão progredir automaticamente. Foram avaliados 471 (quatrocentos e setenta e um) servidores, dentre os quais 378 (trezentos e setenta e oito) progrediram na 1ª fase (setembro 2021) e 219 (duzentos e dezenove) tiveram progressão automática por causa do(a) DAS/FG ou por estarem cedidos a outros órgãos. O resultado da 1ª fase foi publicado na Portaria

de Pessoal DPA/IPHAN nº 06, de 25 de agosto de 2021, publicada no Boletim Administrativo Eletrônico BAE do Iphan nº 1.618 – Edição Semanal de 27 de agosto de 2021.

Qualidade de Vida no Trabalho: Em 2021, foram realizadas 22 (vinte e duas) atividades de Qualidade de Vida no Trabalho. Dentre estas, enfatiza-se as aulas de ioga e de ginástica laboral que foram desenvolvidas de maneira contínua no exercício e, também, as semanas do servidor e da saúde nas quais ocorreram diversas palestras e atividades com o objetivo principal de promover ações de prevenção ao adoecimento ocupacional e de disseminar práticas de bem-estar físico, psicológico e social no trabalho.

Processo Seletivo: Para o exercício de 2021 foram publicados 26 (vinte e seis) editais no Boletim Administrativo Eletrônico (BAE), referentes aos processos seletivos para ocupação de cargos comissionados e gratificações disponíveis nesta Autarquia Federal. Os processos buscaram garantir uma maior igualdade de oportunidade a todos que aspiram ocupar cargos em comissão e gratificações; valorizar os talentos dentro e fora da instituição; profissionalizar a força de trabalho interno; aperfeiçoar o desempenho institucional; gerar mais transparência nos processos de nomeação; e garantir a legitimidade na escolha de novos gestores públicos.

Programa de Estágio: A contratação de estagiários tem respaldo na Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Instrução Normativa n.º 213, de 17 de dezembro de 2019, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia.

Em 2021, foi firmado o Contrato n.º 10/2021 (UASG 343026 - Iphan), celebrado entre a Agência de Estágios (AGIEL) e o Iphan no valor global anual estimado de R\$ 6.130,80 (seis mil, cento e trinta reais e oitenta centavos) para o quantitativo de 130 (cento e trinta) estagiários, ou seja, valor unitário (taxa de administração) de R\$ 3,93 por estudante. Neste valor, estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

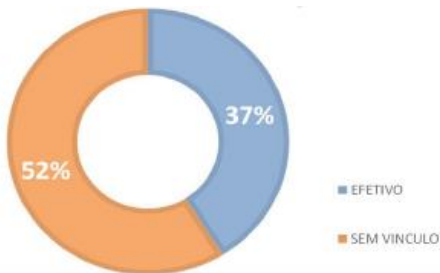
Nesta Autarquia Federal, a função do agente de integração é intermediar o recrutamento, a pré-seleção, o encaminhamento e o acompanhamento de estudantes de nível médio e superior, candidatos a vagas de estágio no Iphan Sede e demais 27 (vinte e sete) Superintendências.

No ano de 2021, o Iphan contratou 61 (sessenta e um) novos estagiários.

De acordo com o Decreto nº 9.021 de 31 de março de 2017, a tabela seguinte apresenta o Demonstrativo de ocupação de Cargo em Comissão em 2021.

Tabela 4.5.6.3 Demonstrativo de ocupação de cargo em comissão

DEMONSTRATIVO DE OCUPAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO Lei nº 14.204/2021						
Cód. Cargo	Qtd. Prevista para Nomeação	Vago	Ocupação Efetivo	%	Ocupação Sem Vínculo	%
DAS-6	1	0	1	100%	0	0%
DAS-5	5	0	3	60%	2	40%
DAS-4	22	2	9	41%	11	50%
DAS-3	60	9	16	27%	35	58%
DAS-2	60	5	25	42%	30	50%
DAS-1	35	4	13	37%	18	51%
TOTAL	183	20	67	37%	96	52%

Gráfico Z - 4.5.6.1 Demonstrativo de ocupação de cargo em comissão

Tabela 4.5.6.4 Situação funcional dos servidores

POR SITUAÇÃO FUNCIONAL	
ANISTIADO	28
ATIVO PERMANENTE	880
EXERCICIO DESCENTRALIZADO	34
REQUISITADO	24
SEM VINCULO	98
EXERC. 7 ART93 8112	22
Total Geral	1084

CEDIDO	44
---------------	-----------

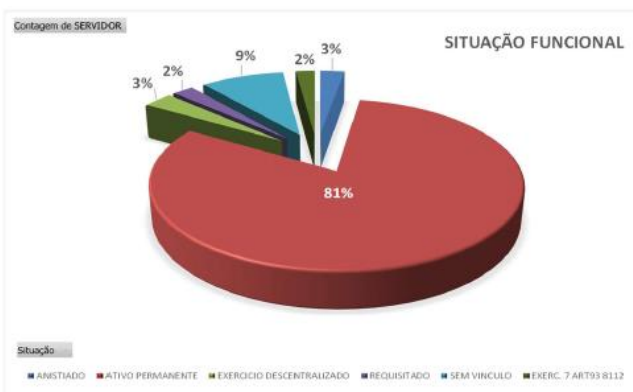
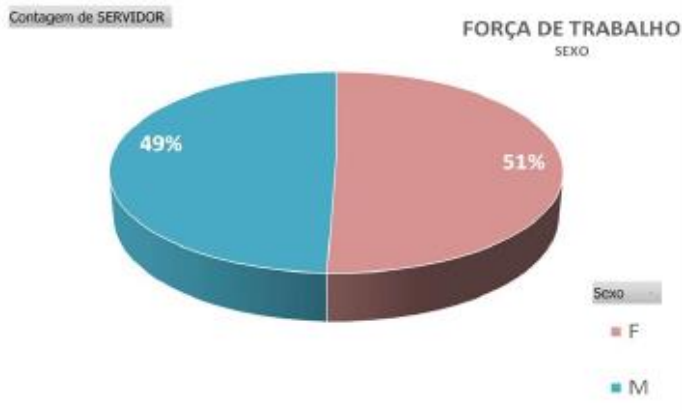
Gráfico AA - 4.5.6.2 Situação funcional dos servidores


Tabela 4.5.6.5 Força de trabalho

FORÇA DE TRABALHO		%
FEMININO	548	51%
MASCULINO	536	49%
Total Geral	1084	

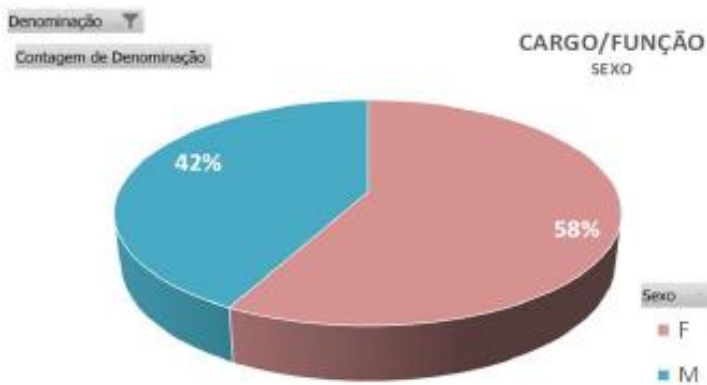
Gráfico BB - 4.5.6.3 Força de trabalho

Tabela 4.5.6.6 Área de trabalho

ÁREA	Total
FIM	830
MEIO	254
Total Geral	1084

Gráfico CC - 4.5.6.4 Área de trabalho

Tabela 4.5.6.7 Cargo em Comissão – Função Comissionada

CARGO EM COMISSAO FUNÇÃO COMISSIONADA	%	
FEMININO	109	58%
MASCULINO	80	42%
Total Geral	189	

Gráfico DD - 4.5.6.5 Cargo em Comissão – Função Comissionada

4.5.7 - Gastos com pessoal
Tabela 4.5.7.1 Demonstrativo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais Iphan 2021

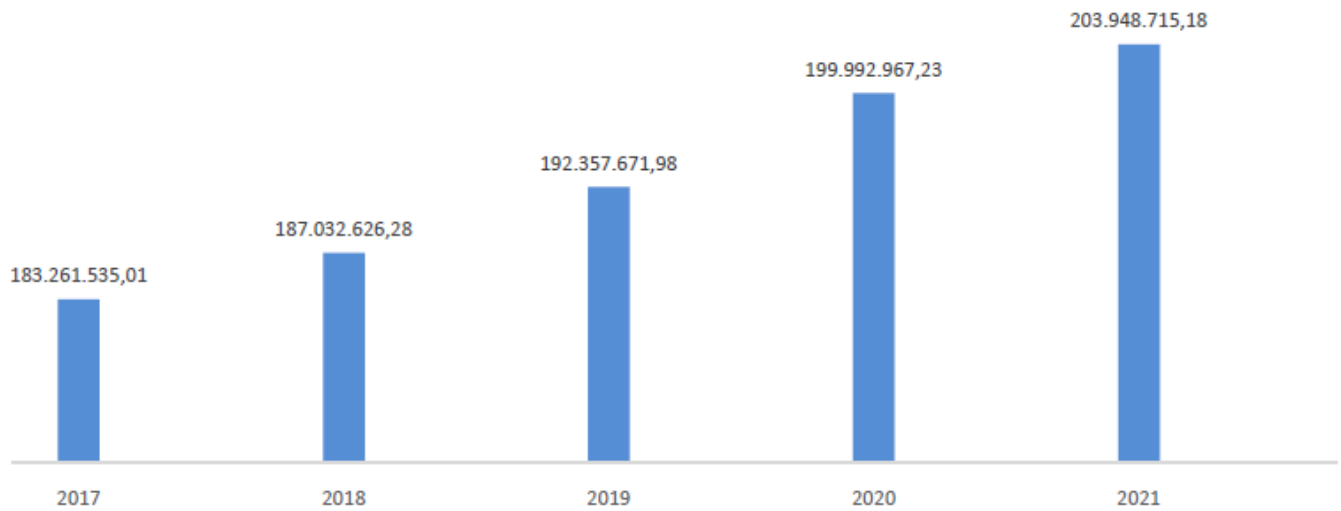
Demonstrativo de Despesas com Pessoal e Encargos Sociais - Iphan 2021	Ativo	Inativo	Pensionistas
Aposentadorias do RPPS	-	71.712.454,20	-
Pensões do PRRS	-	-	14.944.772,19
Vencimentos e Vantagens Fixas	90.096.046,54	-	-
Outras Despesas Variáveis	1.492.942,92	-	-
Sentenças Judiciais	66.900,30	89.680,92	-
Despesas de Exercícios Anteriores	227.943,30	227.712,21	274.644,57
Pessoal requisitado	6.208.467,69	-	-
Obrigações Patronais	18 607 150 34	-	-
Total	116.699.451,09	72.029.847,33	15.219.416,76
Total Geral	203.948.715,18		

No que se refere às despesas com pessoal, em 2021 foram executados R\$ 203,9 milhões.

Tabela 4.5.7.2 Evolução dos Gastos com Pessoal

Evolução dos Gastos com Pessoal				
2017	2018	2019	2020	2021
183.261.535,01	187.032.626,28	192.357.671,98	199.992.967,23	203.948.715,18

Gráfico EE - 4.5.7.1 Evolução dos Gastos com Pessoal (Valores Empenhados)



Em relação ao ano de 2020, houve um acréscimo substancial nas despesas com pessoal ainda em virtude do ingresso de novos servidores do concurso público/2018, cujas nomeações ocorreram no decorrer de 2020 e que tiveram seu primeiro ciclo de avaliação de desempenho com percepção da parte individual da GDAC a partir de março/2021. Outra despesa que aumentou em virtude dessas nomeações foi o adicional de 1/3 constitucional decorrente do primeiro período aquisitivo das férias e gratificação natalina que passou a ser integral a partir de 2021.

4.6 - Gestão de Licitações e Contratos

Para atender às demandas administrativas de funcionamento do Iphan é necessário uma variedade de contratos nas mais diversas áreas. Diante disto, ao longo do exercício de 2021, foram licitados, firmados e publicados vários contratos. Abaixo demonstramos um resumo das contratações por modalidade, o detalhamento do funcionamento administrativo e principais contratações diretas.

Contratações 2021 Iphan

Na tabela abaixo detalhamos as contratações por modalidade do Iphan no exercício de 2021.

Tabela 4.6 Contratações por modalidade do Iphan 2021

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Convite	1	108.800,00	0,37%
Dispensa	25	1.834.226,38	6,19%
Pregão	57	25.209.323,97	85,03%
Tomada de Preços	14	2.496.887,07	8,42%
Total	97	29.649.237,42	100,00%

4.6.1 - Contratações Iphan Sede

Na tabela abaixo detalhamos as contratações por modalidade do Iphan-Sede no exercício de 2021.

Tabela 4.6.1.1 Contratações por modalidade do Iphan-Sede 2021

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Dispensa	3	30.750,00	0,23%
Pregão	9	13.568.535,74	99,77%
Total	12	13.599.285,74	100,00%

Contratações 2021 Iphan Superintendências

Na tabela abaixo detalhamos as contratações por modalidade das superintendências do Iphan no exercício de 2021.

Tabela 4.6.1.2 Contratações por modalidade das Superintendências do Iphan 2021

Modalidade	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Convite	1	108.800,00	0,68%
Dispensa	22	1.803.476,38	11,24%

Pregão	48	11.640.788,23	72,53%
Tomada de Preços	14	2.496.887,07	15,56%
Total	85	16.049.951,68	100,00%

4.6.2 - Gestão de Licitações

Funcionamento Administrativo - Detalhamento

Na tabela abaixo detalhamos as principais contratações do ano de 2021, que tem objetivo de apoiar o funcionamento Administrativo do Iphan.

Tabela 4.6.2 Principais contratações do Iphan 2021

Tipo de Serviço	Quantidade de Contratos	Valor (R\$)	Porcentagem (%)
Água e Energia	3	262.718,12	1,03%
Apoio Técnico-Administrativo	16	14.429.784,49	56,83%
Carregadores	1	167.215,20	0,66%
Licenças de software	1	4.466.500,34	17,59%
Limpeza	10	969.658,30	3,82%
Manutenção de Bens Móveis e Imóveis	3	594.904,00	2,34%
Motorista	6	500.007,36	1,97%
Transporte rodoviário de mudança	7	1.191.639,20	4,69%
Vigilância e Brigada	8	2.600.856,32	10,24%
Outros (Telecomunicações, Material de Consumo e Demais Serviços)	15	209.512,75	0,83%
Total Geral	70	25.392.796,08	100,00%

4.6.3 - Principais contratações diretas

Principais contratações diretas Iphan-Sede e Superintendências

Na tabela abaixo é demonstrado as principais contratações diretas do ano de 2021 acima de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), classificadas em ordem decrescente de valor.

Tabela 4.6.3 Principais contratações diretas do Iphan 2021

Finalidade	Objeto	Contratada	Valor
Obras	Obra de proteção e recuperação	Domo arquitetura engenharia e projetos culturais Ltda	824.323,10

Serviços de Engenharia	Obra de socialização do sítio arqueológico serra branca	Planeng engenharia LTDA	450.012,92
Obras	Reforma e restauração	Trieng engenharia LTDA	444.506,77
Serviços de Engenharia	Instalações elétricas	Clm engenharia LTDA	328.773,61
Mão de Obra	Apoio administrativo	Mgs clean soluções e serviços	278.668,32
Serviços	Fornecimento de energia elétrica	Companhia energetica de Pernambuco	227.793,12
Serviços	Serviços de arqueologia	Santos e veiga consultoria, pesquisa e desenvolvimento	200.000,00
Serviços de Engenharia	Restauração de edificações	F2 administracao e construcao LTDA	196.580,93
Serviços	Apoio administrativo	Shine rio serviços eireli	165.295,68
Serviços	Salvamento arqueológico do sítio arqueológico carne seca	Anx engenharia e arqueologia LTDA	152.000,00
Obras	Estabilização de painéis de azulejos do século XVIII	J e I tinoco restauração	128.000,00
Serviços de Engenharia	Restauração de cobertura da casa reinke	Peifer engenharia consultoria e projetos LTDA	117.817,57
Serviços de Engenharia	Reforma da cobertura do Iphan/ba	Mb engenharia LTDA	108.800,00

Registramos que nas informações detalhadas acima contêm a totalização dos valores das contratações realizadas em 2021 no âmbito do Iphan.

As contratações diretas dizem respeito principalmente às pequenas aquisições de materiais por Cotação Eletrônica, assim como serviços pontuais que estejam dentro dos limites de dispensa de licitação permitidos em lei.

Existem as contratações diretas realizadas no escopo dos incisos III e seguintes do artigo 24 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, conforme o caso, mas destacam-se as contratações emergenciais amparadas no Inc IV do Art. 24 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, relacionadas principalmente às medidas emergenciais protetivas aos bens acautelados pelo Iphan, que estejam em risco de desmoroamento. Estas dispensas emergenciais são realizadas principalmente pelas Unidades Descentralizadas, às quais compete acompanhar os bens protegidos pelo Iphan nos Estados e no Distrito Federal.

Há casos pontuais de inexigibilidades de licitação para as situações onde comprovadamente há inviabilidade de competição, dentro das hipóteses do artigo 25 e incisos. As Unidades Descentralizadas do Iphan nos Estados e no Distrito Federal fazem maior uso de contratações diretas, sobretudo amparadas nos incisos I e II do Artigo 24 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente as pequenas Unidades Gestoras, em razão dos valores pequenos das contratações.

Esses dados foram extraídos e podem ser consultados no portal compras do governo federal: [Transparência Compras.gov.br](http://Transparência.Compras.gov.br) - Contratos.

4.6.4 - Informações relativas às transparências voluntárias de recursos
Tabela 4.6.4.1 Resumo dos instrumentos celebrados e dos montantes transferidos nos últimos três exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)						
UG/GESTÃO: 343026/40401						
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados			Montantes Repassados no exercício (em R\$ 1,00)		
	2021	2020	2019	2021	2019	2018
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Colaboração	0	2	3	138.798,00	1.340.390,06	483.061,90
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Execução Descentralizada	0	0	4	0,00	0,00	2.411.146,43
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	0	2	7	138.798,00	1.340.390,06	2.894.208,33
Fonte: CCONV/CGLOG/DPA						

Tabela 4.6.4.2 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)					
UG/GESTÃO: 343026/40401					
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação/TED	Termo de Colaboração
Exercício do Relatório de Gestão	Contas Prestadas	Quantidade	2	2	2
		Montante Repassado	R\$ 700.000,00	R\$ 1.675.132,88	R\$ 298.998,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	1
		Montante Repassado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 320.000,00
Exercícios anteriores	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Fonte: SICONV/SIAFI					

Tabela 4.6.4.3 Situação da análise das contas prestadas no exercício de referência do relatório de gestão

Unidade Concedente ou Contratante

Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)					
UG/GESTÃO: 343026/40401					
Contas apresentadas ao repassador no exercício de referência do relatório de gestão			Instrumentos		
			Convênios	Termo de Execução Descentralizada / Termo de Cooperação	Termo de Colaboração
2021	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	4	2	1
		Quantidade Reprovada	0	0	0
		Quantidade de TCE instauradas	0	0	0
		Montante repassado	R\$1.649.842,00	R\$491.999,60	R\$100.000,00
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	1	1
		Montante repassado (R\$)	R\$ 0,00	R\$ 1.472.132,88	R\$ 198.998,00

Tabela 4.6.4.4 Perfil dos atrasos na análise das contas prestadas por recebedores de recursos

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)					
UG/GESTÃO: 343026/40401					
Instrumento de Transferência	Quantidade de dias de atraso na análise das contas				
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	De 91 a 120 dias	Mais de 120 dias
Convênios	0	0	0	0	0
Termo de Cooperação	0	0	0	0	0
Termo de Execução Descentralizada	0	0	0	0	0
Totais	0	0	0	0	0

Análise Crítica

A análise crítica sobre a situação da gestão das transferências vigentes no exercício e seus efeitos a médio e longo prazo é obrigatória e aplicável a todas as Unidades Prestadoras de Contas (UPC) que descentralizarem recursos.

Nesse contexto, e sem prejuízo de outras abordagens que a unidade considere relevante fazer, importa que a UPC informe sobre:

Medidas adotadas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), por intermédio da Coordenação de Convênios e Prestação de Contas (CCONV), adota as seguintes medidas com o intuito de sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente, são elas: envio de ofícios de cobrança da prestação de contas, notificações, contatos via e-mail e telefone. Além disso, solicitamos o apoio dos

fiscais/gestores, designados para o acompanhamento e fiscalização dos convênios/congêneres, a fim de solucionar as pendências e auxiliar o Conveniente na conclusão das prestações de contas.

Ademais, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 82 da Portaria Interministerial n.º 507, de 24 de novembro de 2011, § 1º do art. 70 da PI n.º 424/2016, além do § 1º e § 2º do art. 70 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, a Divisão de Prestação de Contas de Convênios (DICONT) busca esgotar todas as providências cabíveis para regularização das pendências antes de se instaurar uma Tomada de Contas Especial (TCE) ou acionar a Procuradoria Federal junto ao Iphan para cobrança executiva de forma judicial, nos casos em que o dano ao erário não atinja o limite pré-estabelecido.

Razões para eventuais oscilações significativas na quantidade e no volume de recursos transferidos nos três últimos exercícios

Os montantes repassados nos exercícios de 2019, 2020 e 2021 foram de R\$ 2.894.208,33 (dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), R\$ 1.340.390,06 (um milhão, trezentos e quarenta mil, trezentos e noventa reais e seis centavos) e R\$ 138.798,00 (cento e trinta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais), respectivamente.

No exercício de 2019, houve um aumento de 79% no volume de recursos transferidos em relação aos anos anteriores. Isso se deve à celebração de um Termo de Execução Descentralizada no valor de R\$ 1.472.132,88 (um milhão, quatrocentos e setenta e dois mil, cento e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos), valor superior à média dos instrumentos celebrados no Iphan-Sede. Outros 3 (três) Termos de Execução Descentralizada foram celebrados para execução de objetos em assuntos diversos, tais como: Diversidade Linguística, Integração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) e Ações de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Brasileiro. Esses instrumentos totalizaram 83% dos valores transferidos no exercício. Além disso, os Termos de Colaboração pactuados representaram os demais 17% dos recursos federais repassados.

Já no exercício de 2020, houve uma nova queda nos valores de repasses federais, que demonstraram uma redução de 54% em relação ao exercício anterior, no qual foram repassados o montante de R\$ 2.894.208,33 (dois milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, duzentos e oito reais e trinta e três centavos), o que equivale a uma diminuição de R\$ 1.553.818,27 (um milhão, quinhentos e cinquenta e três mil, oitocentos e dezoito reais e vinte e sete centavos). Foram celebrados apenas dois instrumentos, sendo os dois Termos de Colaboração. Cabe ressaltar que a Pandemia da Covid-19 impactou a economia no ano de 2020.

No exercício de 2021 também houve queda nos valores, já que a pandemia perdura até o momento atual, o que prejudica a execução dos instrumentos de transferências voluntárias vigentes e, ainda, a celebração de novos instrumentos de transferências de recursos da União.

Além disso, destacamos que a pandemia afeta principalmente os eventos culturais e artísticos, que são peças fundamentais para a execução das atividades finalísticas do Iphan.

Por fim, cabe ressaltar que há uma tendência de baixa no volume de celebrações de novas parcerias nos últimos 3 (três) exercícios, devido ao contingenciamento das transferências dos recursos financeiros por parte do Governo Federal.

Análise do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos exercícios

A alegação da maioria dos convenientes no que se refere ao descumprimento dos prazos para apresentação de prestação de contas se trata da dificuldade na utilização da Plataforma +Brasil. As dificuldades advêm, dentre outros motivos, da falta de conhecimento sobre o sistema e, por vezes, da instabilidade da própria Plataforma. Isso traz consequências diretas no trabalho da Divisão de Prestação de Contas, que deve prestar auxílio por telefone, e-mail e presencialmente. Dessa forma, segue o resumo do comportamento das prestações de contas frente aos prazos regulamentares no decorrer dos últimos 3 (três) exercícios:

Exercício de 2019

Em 2019, existiam 11 (onze) Instrumentos a prestar contas, sendo cinco Convênios e seis Termos de Execução Descentralizada. Desses Instrumentos, informamos que:

- Todos os Instrumentos prestaram contas no exercício previsto;
- 6 (seis) instrumentos foram analisados:
 - um Convênio foi aprovado;
 - cinco Termos de Execução Descentralizada foram aprovados;
- 5 (cinco) instrumentos não foram analisados no exercício;
- A Divisão de Prestação de Contas efetua as análises priorizando os Instrumentos mais antigos, na busca de eliminar os passivos, além de obter uma coerência de ordem cronológica.

Exercício de 2020

Em 2020, existia um Instrumento a prestar contas, sendo um Termo de Execução Descentralizada. Dessa forma, informamos que:

- Todos os Instrumentos prestaram contas no exercício previsto;
- Todos os instrumentos foram analisados;
- A Divisão de Prestação de Contas efetua as análises priorizando os Instrumentos mais antigos, na busca de eliminar os passivos, além de obter uma coerência de ordem cronológica.

Exercício de 2021

No ano de 2021, existiam 9 (nove) instrumentos a prestar contas, sendo 2 (dois) Convênios, 4 (quatro) Termos de Colaboração e 3 (três) Termos de Execução Descentralizada. Dessa forma, informamos que:

- 6 (seis) instrumentos prestaram contas;

- 4 (quatro) instrumentos foram analisados;
- 1 (um) instrumento não prestou contas;
- 2 (dois) instrumentos ainda estão no prazo para prestar contas.

Demonstração da evolução das análises das prestações de contas referentes às transferências nos últimos exercícios, comparando o universo a ser analisado, com as análises efetivamente feitas e demonstrando a eficiência e eficácia dos procedimentos adotados, bem como a disponibilidade adequada de pessoal e de materiais para tanto

Em 2021, a DICONT analisou a prestação de contas de 7 (sete) convênios/congêneres, o que resultou em 2 (dois) diligências e 7 (sete) aprovações de prestação de contas.

Por meio de estudos e observações, constatou-se que, para aprovar a prestação de contas da maioria dos instrumentos do Iphan, levou-se em média 2,4 anos, considerando o último triênio. Isso se deve ao fato de o conveniente ter apresentado documentações incompletas, o que resultou em diligências para complementação documental, estendendo o tempo médio para aprovação.

No entanto, a Divisão de Prestação de Contas, em conjunto com a Coordenação de Convênios, vem buscando aperfeiçoar os mecanismos de controle, adaptando os limites de prazos para conclusão dos trâmites administrativos de maneira mais efetiva, em atendimento ao disposto no § 1º do art. 76 da Portaria interministerial n.º 507, de 24 de novembro de 2011, § 1º do art. 70 da Portaria interministerial n.º 424, de 30 de dezembro de 2016, além do § 1º e § 2º do art. 70 da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

Em virtude disso, constatou-se que, no decorrer dos exercícios de 2020 e 2021, a média do tempo de análise diminuiu consideravelmente, conforme demonstra a tabela abaixo:

Tabela 4.6.4.5 Média do tempo de análise de Prestação de Contas

2019	2020	2021
3,02 anos	2,5 anos	1,7 ano

A redução do tempo de análise demonstrado no quadro acima entre o exercício de 2020 e 2021, que levou em consideração o tempo despendido para análise dos instrumentos desde a apresentação da Prestação de Contas, deu-se em virtude da padronização dos procedimentos de análise da Prestação de Contas e do estreitamento da comunicação entre as partes que integram o processo. Além disso, um dos impactos que a pandemia de COVID-19 desencadeou foi a clara diminuição de instrumentos celebrados em 2020 e 2021, o que resultou em uma menor quantidade de instrumentos na fase de Prestação de Contas.

Já no exercício de 2019, o aumento da média do tempo de análise foi influenciado pela grande quantidade de aprovações de convênios mais antigos, que exigiam uma complementação maior por parte dos Convenientes e demandavam mais tempo na elaboração dos pareceres. Essas lacunas foram atenuadas com o estreitamento da comunicação e com o advento dos dispositivos mais recentes que possibilitaram uma diminuição no tempo de análise. Ademais, a análise das prestações de contas ainda foi influenciada por mais dois importantes fatores: a dificuldade por parte dos convenientes na inserção de documentação na

Plataforma +Brasil e a qualidade e conformidade das informações dos documentos encaminhados por eles, demandando sucessivas solicitações de documentações complementares para conclusão das análises.

Vale ressaltar, ainda, que a dinâmica de análise da documentação financeira buscou atender às determinações dos Acórdãos emanados pelo Tribunal de Contas da União, além do atendimento aos dispositivos legais que regeram cada Instrumento, a saber, as Portaria Interministerial n.º 127, de 29 de maio de 2008, Portaria Interministerial n.º 507, de 24 de novembro de 2011 e Portaria interministerial n.º 424, de 30 de dezembro de 2016 além dos arcabouços legais auxiliares. A análise, tendo como base os dispositivos elencados, é mais criteriosa, o que acarretou grande dispêndio de tempo.

A Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, juntamente com seu Decreto n.º 8.726, de 27 de abril de 2016, foi utilizada e a expectativa, em médio prazo, é que os novos Instrumentos, regidos por ela, tenham uma análise mais célere, já que os dispositivos citados permitem a análise de Prestação de Contas de maneira simplificada, não deixando de atentar, no entanto, aos casos em que se observarem inconsistências ou qualquer tipo de irregularidade, prescrevendo dessa forma uma análise mais acurada, com a exigência de documentação complementar para comprovação das contas.

Estruturas de controle definidas para o gerenciamento das transferências, informando, inclusive, a capacidade de fiscalização in loco da execução dos planos de trabalho contratados

A Coordenação de Convênios e Prestação de Contas (CCONV) deste Instituto é responsável pelo gerenciamento e monitoramento das atividades de transferências de recursos, alterações de planos de trabalho, alteração de vigência, disponibilização de OBTV para Conveniente, utilização de rendimento de aplicação financeira, prorrogação de ofício e análise da prestação de contas financeira. Todas essas atividades são gerenciadas por meio de planilhas e informações de controle da Plataforma +Brasil.

Com relação à fiscalização *in loco*, o Iphan, além de sua sede em Brasília, conta com uma Superintendência em cada Estado do Brasil para atuar no acompanhamento e fiscalização dos convênios/congêneres celebrados. Desde o ano de 2010, as Superintendências Regionais têm celebrado, executado, fiscalizado e analisado as prestações de contas de convênios/congêneres que são firmados em cada Unidade.

A atribuição de realizar a fiscalização *in loco* da execução do objeto pactuado é do Fiscal e/ou Gestor de cada instrumento na sua área de execução. Os fiscais/gestores são designados por meio de Portaria publicada no Boletim Administrativo Eletrônico (BAE), assinada e aprovada pela Autoridade Máxima do Órgão. Com o intuito de alinhar os procedimentos entre os servidores e as Superintendências envolvidas na gestão dos convênios/congêneres, o Iphan regulamentou, por meio da Portaria n.º 542, de 14 de novembro de 2014, a Norma Interna de Gestão de Convênios. Este documento estabelece os procedimentos e responsabilidades de cada unidade envolvida na celebração, execução, acompanhamento e fiscalização e prestação de contas dos instrumentos sob a égide da Portaria Interministerial n.º 507, de 24 de novembro de 2011. Além disso, mensagens informativas relativas à temática dos convênios/congêneres aos servidores, convenientes e demais envolvidos direta ou indiretamente no contexto, são encaminhadas semanalmente, criando, assim, um canal de comunicação entre atores do processo.

Ainda, no final do exercício de 2016, mais precisamente em 30 de dezembro, passou a vigorar a Portaria interministerial n.º 424, de 30 de dezembro de 2016, que estabelece as normas relativas às

transferências voluntárias, revogando, assim, a Portaria Interministerial n.º 507, de 24 de novembro de 2011. Tendo em vista a referida revogação, houve a necessidade de criação de outra norma, visando atender as peculiaridades da PI 424/2016. Neste contexto, elaborou-se a Portaria n.º 199, de 25 de julho de 2019, que “*Dispõe sobre o estabelecimento de procedimentos e fluxo do processo de gestão de convênios a serem observados no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)*”, que pode ser acessada por meio do endereço eletrônico: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/FLUXO_ATUAL_Portaria_199-2019Fluxo_de_Gestao_de_Convenios_PI_424-2016.pdf.

Por outro lado, com advento da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece procedimentos para as parcerias firmadas com as Organizações da Sociedade Civil, e com intuito de melhorar o acompanhamento e fiscalização desses instrumentos, passou-se a realizar, mensalmente, encontros por meio de videoconferências entre os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação, Gestores e demais interessados, a fim de padronizar o comportamento dos envolvidos nas ações. Na mesma linha, o IPHAN realiza visitas técnicas junto aos Parceiros, com o intuito de compartilhar e dirimir eventuais dúvidas quanto à execução, acompanhamento, fiscalização e prestação de contas dos instrumentos pactuados. Além disso, a Coordenação de Convênios e Prestação de Contas elaborou a Norma Interna para Gestão de Termos de Colaboração e Fomento, a Portaria n.º 217, de 12 de agosto de 2019, que “*Dispõe sobre o estabelecimento de procedimentos e fluxo do processo de gerir Termo de colaboração e Termo de Fomento a serem observados no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)*”, que pode ser acessada por meio do endereço eletrônico http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Portaria_217_2019_FluxoTermoColaboracaoFomento.pdf.

Em relação aos Termos de Execução Descentralizada, após a publicação do Decreto n.º 10.426, de 16 de julho de 2020, que dispõe sobre a descentralização de créditos entre órgãos e entidades da administração pública federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, por meio da celebração de termo de execução descentralizada, a Coordenação de Convênios e Prestação de Contas publicou a Instrução Normativa Iphan n.º 02, de 18 de dezembro de 2020, que “*Padroniza os processos vinculados à gestão do Termo de Execução Descentralizada (TED) no âmbito do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan)*”, que está disponível por meio do endereço eletrônico <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/InstrucaoNormativa-Iphan-2de2020.pdf>.

Análise da efetividade das transferências como instrumento de execução descentralizada das políticas públicas a cargo da UPC

As transferências voluntárias realizadas pelo Iphan têm como objetivo a Preservação dos Patrimônios Material e Imaterial Brasileiro. A efetividade dessas transferências pode ser verificada nos produtos apresentados ao final da execução de cada projeto.

Preservar o Patrimônio Cultural é um ato de grande importância no que se refere ao crescimento social e cultural de um povo. Por meio da execução desses projetos, o Iphan e seus parceiros garantem a preservação, a difusão e a apropriação dos patrimônios material e imaterial. Nesse sentido, o maior beneficiado é o cidadão brasileiro.

Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

No ano de 2021 a DICONTE, área responsável pela análise das contas dos instrumentos de transferências voluntárias celebrados por este Instituto, contou com um quadro composto por 2 (dois) servidores.

Além disso, todas as atividades realizadas na análise das prestações de contas são gerenciadas por meio de planilhas e informações de controle da Plataforma +Brasil e SIAFI.

Convênios registrados na Plataforma +Brasil com prazo de prestação de contas expirado

Instrumentos que estavam pendentes de conclusão dos procedimentos de análise e aprovação das contas:

- Das análises de prestações de contas referentes ao exercício de 2021, informamos que, dos 7 (sete) instrumentos analisados, 1 (um) era referente a exercícios anteriores. Dos 7 (sete) instrumentos analisados, 6 (seis) encontram-se na situação de “Prestação de Contas Aprovada” e 1 (um) encontra-se na situação “Prestação de Contas Aprovada com Ressalvas”;
- Ressalta-se que o instrumento que não prestou contas está com problemas para resgatar o saldo da aplicação financeira e está com chamado aberto junto ao banco e à Plataforma +Brasil para resolução da demanda; e
- Além dos instrumentos analisados, 1 (um) instrumento não foi analisado no exercício em questão, sendo 1 (um) Termo de Colaboração, que já se encontra em análise.

Execução descentralizada com transferência de recursos

O Instituto possui setor específico para realizar a Auditoria Interna de todos os atos e procedimentos realizados no âmbito do Órgão. Entretanto, por se tratar de áreas distintas, a CCONV não possui informações acerca de como é realizado o controle interno.

O Iphan disponibiliza as informações referentes às suas parcerias por meio do endereço eletrônico: <https://www.gov.br/iphan/pt-br>, com vistas a facilitar o acesso ao público externo das ações executadas pelo Iphan, com informações completas, atualizadas e padronizadas, dando maior transparência às políticas públicas praticadas por este órgão.

4.7 - Gestão Patrimonial e Infraestrutura

A gestão patrimonial do Iphan busca racionalizar a utilização dos espaços ocupados pela Sede, Escritórios Técnicos, Unidades Especiais e Superintendências. Dessa forma, está sendo feito um trabalho no sentido de racionalizar as despesas com locação de imóveis por meio do compartilhamento de espaços. Nesse sentido, cabe destacar a parceria que está sendo feita com o IPEA para a utilização conjunta com o Iphan de um edifício no Setor Comercial Sul, em Brasília, que deve implicar em uma economia da ordem de 8 milhões ao ano do orçamento do Iphan. A mudança para a nova sede se já iniciou e a previsão de término do processo é março de 2022.

No âmbito do TransformaGov também estão sendo realizados levantamentos e estudos no sentido de otimizar a ocupação dos espaços das Superintendências Estaduais. Em várias capitais o Iphan já ocupa imóveis cedidos gratuitamente pela SPU e Prefeituras, implicando em enorme economia de recursos públicos.

Tabela 4.7 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ		
		EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2021
BRASIL	AC			
	Rio Branco	1	1	1
	AP			
	Amapá	1	1	1
	DF			
	IPHAN SEDE	1	1	1
	MA			
	São Luís			1
	PA			
	Belém			1
	RO			
	Porto Velho			1
	RJ			
	Rio de Janeiro	2	2	1
	RR			
	Boa vista	1	1	
	RS			
	Porto Alegre			1
	SC			
	Florianópolis	1	1	2
SP				
São Paulo	2	2		
TO				
Palmas	1	1	1	
Subtotal Brasil		10	10	11

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS DELA UJ		
		EXERCÍCIO 2020	EXERCÍCIO 2021	EXERCÍCIO 2021
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0	0
	cidade 1			
	cidade 2			
	cidade "n"			
	PAÍS "n"	0	0	
	cidade 1			
	cidade 2			
	cidade "n"			
Subtotal Exterior		0	0	0
Total (Brasil + Exterior)		10	10	11
Fonte: Superintendências do Iphan				

Em complementação às informações sobre imóveis locados de terceiros informamos que os gastos com manutenção e conservação do Edifício onde abriga a Sede deste Instituto são arcados integralmente pelo Iphan, tais como: limpeza e Conservação, Manutenção de Ar condicionado, Sistema Alarme Contra Incêndio, CFTV, Bombas de hidrantes, Água, Luz e demais serviços correlatos a conservação e manutenção, não sendo deduzidos do valor mensal de aluguel pago ao locador.

4.8 - Gestão da Tecnologia da Informação

4.8.1 - Modelo de governança de TI e conformidade legal

O Modelo de governança de TI do Iphan tem como principal instância o Comitê Gestor dos Recursos de Tecnologia da Informação e comunicação (COGESTI), instituído pela Portaria n.º 235, de 20 de julho de 2010.

O COGESTI é presidido pelo Diretor do Departamento de Planejamento e Administração (DPA) e é composto pelos titulares do Gabinete da Presidência (GAB PRESI), do Departamento de Cooperação e Fomento (DECOF), do Departamento de Patrimônio Imaterial (DPI), Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) e do Departamento de Projetos Especiais (DPE).

As ações de TIC são priorizadas pelo COGESTI em consonância com o Plano Diretor de TI (PDTIC) 2021-2022.

4.8.2 - Contratações mais relevantes de recursos de TI

Os principais contratos em volume financeiro têm como foco a sustentação da infraestrutura de TIC e apoio ao usuário de TI, sustentação e desenvolvimento de software para área finalística.

Tabela 4.8.2 Contratos mais relevantes de recursos de TI

Contrato	Serviço
30/2019	Sustentação de infraestrutura e apoio ao usuário de TI
04/2019	Sustentação e desenvolvimento de software
12/2020	Serviços de Rede WAN em rede nacional do Iphan
14/2019	Link de Internet
22/2017	Serviços de Impressão Corporativa

4.8.3 - Principais iniciativas (sistemas e projetos) e resultados na área de TI por cadeia de valor

Tabela 4.8.3.1 Desenvolvimento do módulo de julgamento do Sistema de Fiscalização e Automação (Fiscalis)

Cadeia de Valor	Macroprocessos Finalísticos	Principais Iniciativas na Área de TI	Desenvolvimento do módulo de julgamento do Sistema de Fiscalização e Automação (Fiscalis)

Principais Resultados	O módulo Julgamento foi implantado em produção. Trata-se de um conjunto de funcionalidades que permite a automatização do procedimento previsto na Portaria n.º 187, de 11 de junho de 2010, o qual versa sobre a apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao patrimônio cultural edificado, a imposição de sanções, os meios de defesa, o sistema recursal e a forma de cobrança dos débitos decorrentes das infrações. Este módulo é um salto institucional considerando que este procedimento é um dos mais sensíveis, considerando a sua natureza de interação com o interessado (proprietários de bens tombados e responsáveis por danos a estes bens protegidos), bem como por sua complexidade.
------------------------------	---

Tabela 4.8.3.2 Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP)

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TI	Desenvolvimento do Sistema de Avaliação de Impacto ao Patrimônio (SAIP)
Principais Resultados	O sistema foi implantado em produção. Trata-se da nova ferramenta desenvolvida pelo Iphan para modernizar o processo de licenciamento ambiental, utilizando a tecnologia de georreferenciamento para analisar automaticamente projetos de infraestrutura e detectar possíveis interferências em bens culturais. Com o novo sistema, o processo de análise das Fichas de Caracterização das Atividades ou Empreendimentos (FCAs) passa a ser mais ágil, pois os Termos de Referência Específicos (TREs) passam a ser emitidos automaticamente para os empreendimentos em processo de licenciamento ambiental junto ao Instituto.		

Tabela 4.8.3.3 Evolução do Sistema (inscrições)

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TI	Evolução do Sistema INSCRIÇÕES
Principais Resultados	Novas necessidades, para permitir: lançamento, acompanhamento e análise do processo de inscrições foram implementados para atender o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, na versão 2021.		

Tabela 4.8.3.4 Contratação/renovação de Licenças Microsoft

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TI	Contratação/renovação de Licenças Microsoft
Principais Resultados	Foram adquiridas licenças de uso da plataforma Microsoft Office 365 com o intuito de aumentar a colaboração entre as unidades do órgão, além de aprimorar a comunicação de informações no âmbito do Instituto.		

Tabela 4.8.3.5 Renovação/contratação do serviço de emissão de certificado digital A3 para Pessoa Física

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TI	Renovação/contratação do serviço de emissão de certificado digital A3 para Pessoa Física
Principais Resultados	Aprimorou e garantiu a segurança da informação quanto à identificação, autenticação e autorização de pessoas físicas no acesso aos dados.		

Tabela 4.8.3.6 Aquisição/Renovação de solução de backup e recovery de dados

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TI	Aquisição/Renovação de solução de backup e recovery de dados
Principais Resultados	Aprimorou o processo de salvaguarda das informações permitindo reestabelecimento tempestivo dos serviços que suportam os processos finalísticos do Iphan.		

Tabela 4.8.3.7 Aquisição de Estações de Trabalho, Desktop e/ou Notebook, e equipamentos ou software de infraestrutura para os Serviços de TIC do Iphan

Cadeia de Valor	Macroprocessos da Gestão Interna	Principais Iniciativas na Área de TI	Aquisição de Estações de Trabalho, Desktop e/ou Notebook, e equipamentos ou software de infraestrutura para os Serviços de TIC do Iphan
Principais Resultados	Aprimorou e ampliou o parque tecnológico que suporta os processos finalísticos do Iphan aumentando a sua eficiência operacional, otimizando a infraestrutura de tecnologia da informação.		

4.9 - Sustentabilidade Ambiental
4.9.1 - Aspectos sobre a gestão ambiental
Tabela 4.9.1 Gestão ambiental e sustentabilidade

Aspectos sobre a gestão ambiental		Avaliação	
		Sim	Não
1	A unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		x
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006?	x	
3	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012?	x	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012?	x	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG10, de 12 novembro de 2012?	x	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	x	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet.		x
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na Internet, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? Caso positivo, indicar o endereço na Internet no qual os resultados podem ser acessados.		x
Ações realizadas pelo Iphan			
1	Consumo de papel A4		
	- Configuração das impressoras para padrão de impressão frente e verso;	x	
	- Planejamento de compra de material que utilizem arvore de reflorestamento		x
2	Eficiência energética		
	- Instalação de interruptores nos ambientes;	x	
	- Substituição de lâmpadas incandescentes por lâmpadas econômicas;	x	
	- Instalação de sensor de presença nas escadas de emergência;	x	
	- Configuração das impressoras instaladas em modo de economia de energia;	x	
	- Grupo gerador (em análise de custos).		x
3	Eficiência em consumo de água		
	- Vasos sanitários com duas fases;	x	
	- Substituição das torneiras manuais por torneiras com fechamento automático nos banheiros;	x	
4	Coleta Seletiva de Resíduos		
	- Instalação de coletores específicos para resíduos recicláveis;	x	
	- Levantamento de bens/materiais inservíveis.	x	
5	Qualidade de vida no trabalho – COREL/COGEP		
	- Avaliação periódica e permanente dos ambientes e condições físicas do trabalho;	x	
	- Realização de ações anuais de prevenção em saúde;	x	
	- Implantação de ações que valorizem e estimulem os servidores;	x	
6	Serviços de limpeza e conservação		
	- Revisão das especificações técnicas e do escopo dos contratos de terceirização de serviços de limpeza e conservação	x	
7	Comunicação interna		
	- Implementação do Plano de Comunicação Interna sobre:	x	

- Uso consciente de papel;	X	
- Uso consciente de copos descartáveis;	X	
- Coleta seletiva de resíduos;	X	
- Consumo consciente de água;	X	
- Consumo consciente de energia elétrica	X	

4.9.2 - Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

O Iphan em seus processos de contratações e aquisições adota os critérios de sustentabilidade em atendimento à Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010 e ao Decreto n.º 7.746, de 5 de junho de 2012, que regulamentou o artigo 3, “caput”, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e a legislação e normas ambientais. Essas legislações preveem que as Contratadas deverão atender a todos os critérios de sustentabilidade ambiental na prestação de serviços e no fornecimento de materiais. Além disso, as contratadas nas prestações de serviços e no fornecimento de materiais adotam nas práticas diárias as boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e redução da poluição, tais como:

- Racionalização/economia no consumo de energia elétrica e água;
- Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdício e poluição;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços;
- Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades exercidas.

5. CAPÍTULO 4 - INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E CONTÁBEIS
5.1 - Informações Orçamentárias, Financeiras e Contábeis
Tabela 5.1.1 Atendimento Finalísticos

Ação Governo		Unidade Orçamentária		54206		
				INST. DO PATRIM. HIST. E ARTÍSTICO NACIONAL		
		Mês Lançamento		DEZ/2021		
				23	25	28
Natureza Despesa		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS		
		20ZH	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO	333041	CONTRIBUICOES	473.331,00
334041	CONTRIBUICOES			700.000,00		
335039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA			100.000,00		
335041	CONTRIBUICOES			609.500,00	447.500,00	66.500,00
338041	CONTRIBUICOES			22.693,32		
339014	DIARIAS - PESSOAL CIVIL			139.610,02	139.610,02	139.610,02
339018	AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTES			490.700,00	310.610,90	310.610,90
339030	MATERIAL DE CONSUMO			4.891,98	3.499,98	3.499,98
339031	PREMIACOES CULT., ART., CIENT., DESP. E OUTR.			304.000,00	259.000,00	259.000,00
339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO			56.696,00	296,00	296,00
339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA			91.292,60	26.312,60	26.312,60
339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA			17.280.268,41	7.372.049,45	7.316.049,45
339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ			13.089,24	8.889,24	8.889,24
339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES			304.578,03	303.252,47	303.252,47
339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES			44.642,56	44.642,56	44.642,56
339147	OBRIG. TRIBUT. E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS			11.496,00		
443041	CONTRIBUICOES			750.000,00		
445041	CONTRIBUICOES			522.000,00	27.000,00	
449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA			1.012.515,18		
449051	OBRAS E INSTALACOES			248.679,97		
		Total	23.179.984,31	8.942.663,22	8.478.663,22	
5538	PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DAS CIDADES HISTÓRICAS	444041	CONTRIBUICOES	14.551.368,76	13.049.061,95	13.049.061,95
		449039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS- PESSOA JURIDICA	272.659,16		
		449051	OBRAS E INSTALACOES	4.762.034,16	3.415.221,68	3.241.439,70
		449092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	3.629,92	3.629,92	3.629,92
				Total	19.589.692,00	16.467.913,55
		Total	42.769.676,31	25.410.576,77	24.772.794,79	

Tabela 5.1.2 Funcionamento das Unidades

Ação Governo		Unidade Orçamentária		54206		
				INST. DO PATRIM. HIST. E ARTÍSTICO NACIONAL		
		Mês Lançamento		DEZ/2021		
		Natureza Despesa		23	25	28
				DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
2000	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	339030	MATERIAL DE CONSUMO	454.538,13	228.195,86	227.951,06
		339033	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	23.900,20	9.785,94	9.247,94
		339036	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	1.301.838,48	1.257.328,19	1.172.563,39
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	50.999.019,30	42.136.341,23	42.069.278,85
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	14.765.381,22	9.759.094,84	9.751.009,36
		339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	7.337.996,65	3.935.323,83	3.890.812,03
		339047	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	130.929,49	103.103,78	103.103,78
		339092	DESPESAS DE EXERCICIOS ANTERIORES	99.157,49	99.157,49	99.157,49
		339093	INDENIZACOES E RESTITUICOES	297.639,02	297.639,02	297.639,02
		339139	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA (INTRA)	36.000,00	26.132,38	26.132,38
		339147	OBRIG.TRIBUT.E CONTRIB-OP.INTRA-ORCAMENTARIAS	5.415,36	5.415,36	5.415,36
		449040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	23.178,76		
		449052	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	596.821,24	54.302,37	39.526,37
				Total	76.071.815,34	57.911.820,29
211F	FUNCIONAMENTO DE ESPACOS E EQUIPAMENTOS CULTURAIS	339030	MATERIAL DE CONSUMO	12.046,86	10.151,16	10.151,16
		339037	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	4.187.626,65	3.640.263,84	3.639.159,61
		339039	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	316.787,76	282.545,22	280.953,07
		339040	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ	1.756,53	1.615,02	1.615,02
				Total	4.518.217,80	3.934.575,24
		Total	80.590.033,14	61.846.395,53	61.623.715,89	

5.1.1 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesas
Tabela 5.1.1.1 Despesas Correntes

GRUPOS DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Paga	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
1. Despesas de Pessoal	199.992.967,23	203.869.832,98	199.992.967,23	203.869.832,98	186.983.038,79	189.836.983,33
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	88.021.427,71	89.624.693,99	88.021.427,71	89.624.693,99	82.331.875,21	83.887.204,16
01 - Aposent. RPPS, Reser. Remuner. e Refor. Militar	72.707.339,65	71.647.939,22	72.707.339,65	71.647.939,22	67.133.883,53	66.183.582,82
13 - Obrigações Patronais	16.705.374,12	18.634.493,13	16.705.374,12	18.634.493,13	16.704.388,84	18.634.493,13
Demais elementos do grupo	22.558.825,75	23.962.706,64	22.558.825,75	23.962.706,64	20.812.891,21	21.131.703,22
3. Outras Despesas Correntes	127.032.909,46	126.789.890,79	127.032.909,46	95.196.801,39	91.745.761,45	93.799.334,25
37 - Locação de Mão de Obra	52.689.744,59	56.753.626,48	52.689.744,59	47.035.344,63	44.862.170,00	46.967.178,02
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	49.352.989,93	47.917.356,38	49.352.989,93	31.482.958,37	29.192.552,22	31.473.280,74
40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	7.702.134,53	7.352.842,42	7.702.134,53	3.945.828,09	5.439.285,79	3.901.316,29
Demais elementos do grupo	17.288.040,41	14.766.065,51	17.288.040,41	12.732.670,30	12.251.753,44	11.457.559,20
Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA						

Tabela 5.1.1.2 Despesas de Capital

GRUPOS DE DESPESA	Empenhada		Liquidada		Paga	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
4. Investimentos	51.537.069,33	28.296.695,49	20.062.374,85	19.423.118,30	18.565.021,89	18.897.771,94
51 - Obras e Instalações	31.483.128,28	9.847.536,05	8.414.947,20	6.289.124,06	7.238.038,66	5.805.553,70
41 - Contribuições	17.963.785,64	15.823.368,76	10.409.475,40	13.076.061,95	10.102.961,30	13.049.061,95
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	169.500,00	1.944.776,76	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais elementos do grupo	1.920.655,41	681.013,92	1.237.952,25	57.932,29	1.224.021,93	43.156,29
Fonte: COFIN/CGPLAN/DPA						

5.1.2 - Informações Contábeis

Desde 2019, a Macrofunção 020318 - Encerramento de Exercício, bem como a Macrofunção 020315 - Conformidade Contábil determinam a exigência do Relatório de Inconsistências Contábeis ao invés da Declaração sobre a Conformidade Contábil no que tange à prestação de contas anual das unidades jurisdicionadas. Nesse sentido, são apresentadas as Notas Explicativas.

Balanco Patrimonial

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE	46.394.250,08	46.031.924,47	PASSIVO CIRCULANTE	93.431.194,78	108.839.744,83
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.192.394,07	17.346.847,09	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	17.706.986,87	20.180.536,81
Créditos a Curto Prazo	28.823.321,53	28.256.013,04	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	28.823.321,53	28.256.013,04	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	4.198.381,34	5.628.291,15
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	-	-
Estoques	378.534,48	429.064,34	Obrigações de Repartição a Outros Entes	4.524.623,78	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Provisões a Curto Prazo	-	-
VPDs Pagas Antecipadamente	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	67.001.202,79	83.030.916,87
ATIVO NÃO CIRCULANTE	833.318.723,67	764.934.467,29	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-	-
Ativo Realizável a Longo Prazo	277.001,75	15.156,50	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	-	-
Créditos a Longo Prazo	277.001,75	15.156,50	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	277.001,75	15.156,50	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Participações Permanentes	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL	93.431.194,78	108.839.744,83
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Lucros	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Demais Reservas	-	-
Imobilizado	828.685.582,93	761.041.889,62	Resultados Acumulados	786.281.778,97	702.126.646,93
Bens Móveis	55.283.549,58	55.004.776,15	Resultado do Exercício	81.664.258,89	79.395.454,75
Bens Móveis	55.500.531,00	55.221.757,57	Resultados de Exercícios Anteriores	702.126.646,93	623.903.704,89
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-216.981,42	-216.981,42	Ajustes de Exercícios Anteriores	2.490.873,15	-1.172.512,71
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	(-) Ações / Cotas em Tesouraria	-	-
Bens Imóveis	773.402.033,35	706.037.113,47	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	786.281.778,97	702.126.646,93
Bens Imóveis	781.209.157,38	713.562.350,96			
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-7.807.124,03	-7.525.237,49			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
Intangível	4.356.138,99	3.877.421,17			
Softwares	4.314.321,82	3.835.604,00			
Softwares	4.314.321,82	3.835.604,00			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.817,17	41.817,17			

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	41.817,17	41.817,17			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	879.712.973,75	810.966.391,76	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	879.712.973,75	810.966.391,76

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
ATIVO PERMANENTE	862.516.782,60	793.619.544,67	PASSIVO PERMANENTE	69.970.194,64	87.284.272,43
			SALDO PATRIMONIAL	673.642.762,35	524.547.936,50

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	37.352.620,66	78.397.449,26	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	296.382.226,66	323.964.688,47
Atos Potenciais Ativos	37.352.620,66	78.397.449,26	Atos Potenciais Passivos	296.382.226,66	323.964.688,47
Garantias e Contragarantias Recebidas	84.108,17	75.507,27	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	37.268.512,49	78.321.941,99	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	152.466.646,44	170.172.120,99
Direitos Contratuais	-	-	Obrigações Contratuais	143.915.580,22	153.792.567,48
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL	37.352.620,66	78.397.449,26	TOTAL	296.382.226,66	323.964.688,47

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO	
Recursos Ordinários			-97.110.005,06
Recursos Vinculados			-21.793.820,55
Previdência Social (RPPS)			-
Dívida Pública			-1.585.100,73
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog			-20.208.719,82
TOTAL			-118.903.825,61

Balanço Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
Ordinárias	-	-	Ordinárias	285.460.953,40	226.611.811,48
Vinculadas	776.093,59	504.365,93	Vinculadas	73.495.465,86	151.951.134,54
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	33.540.980,46	17.025.517,40
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	776.093,59	504.365,93	Previdência Social (RPPS)	33.820.923,03	83.188.814,27
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-117.240,70	-	Dívida Pública	58.998.312,73	58.998.312,73
			Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	6.124.562,37	12.738.490,14
Transferências Financeiras Recebidas	827.109.710,02	862.190.255,37	Transferências Financeiras Concedidas	422.229.961,45	445.156.472,32
Resultantes da Execução Orçamentária	635.482.738,23	621.327.422,27	Resultantes da Execução Orçamentária	319.651.875,55	312.600.858,56
Repasse Recebido	316.575.880,37	308.842.796,15	Repasse Concedido	60.700,00	116.032,44
Sub-repasse Recebido	318.886.848,86	312.484.626,12	Sub-repasse Concedido	318.886.848,86	312.484.626,12
Independentes da Execução Orçamentária	191.646.971,79	240.862.833,10	Repasse Devolvido	704.328,69	-
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	191.344.594,24	240.849.989,39	Independentes da Execução Orçamentária	102.578.085,91	132.555.813,76
Demais Transferências Recebidas	232.481,23	2.447,08	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	97.951.544,34	130.551.384,82
Movimentação de Saldos Patrimoniais	69.898,32	10.398,63	Demais Transferências Concedidas	802.408,14	67.635,82
Aporte ao RPPS	-	-	Movimento de Saldos Patrimoniais	4.024.135,43	1.946.913,12
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
			Aporte ao RGPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários	62.452.208,73	83.853.821,81	Pagamentos Extraorçamentários	109.188.843,94	135.393.050,68
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	15.955.063,15	17.399.108,05	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	19.343.337,09	18.731.907,16
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	40.496.060,59	63.870.015,84	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	87.560.529,00	115.788.206,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.290.490,41	855.188,67	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.281.179,57	872.921,36
Outros Recebimentos Extraorçamentários	3.739.388,58	1.729.529,25	Outros Pagamentos Extraorçamentários	3.797,08	256,12
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.715,07	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	3.797,08	256,12
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	415,27	Valores Compensados	-	-
Arrecadação de Outra Unidade	3.725.519,92	1.728.936,25			
Demais Recebimentos	12.153,59	177,73			
Saldo do Exercício Anterior	17.346.847,09	29.910.873,00	Saldo para o Exercício Seguinte	17.192.394,07	17.346.847,09
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.346.847,09	29.910.873,00	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.192.394,07	17.346.847,09
TOTAL	907.567.618,73	976.459.316,11	TOTAL	907.567.618,73	976.459.316,11

Balanco Orçamentário

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
RECEITAS CORRENTES	639.023,00	639.023,00	658.852,89	19.829,89	
Receitas Tributárias	-	-	-	-	
Impostos	-	-	-	-	
Taxas	-	-	-	-	
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-	
Receitas de Contribuições	-	-	-	-	
Contribuições Sociais	-	-	-	-	
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-	
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-	
Receita Patrimonial	82.042,00	82.042,00	15.130,07	-66.911,93	
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	82.042,00	82.042,00	15.130,07	-66.911,93	
Valores Mobiliários	-	-	-	-	
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-	
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-	
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-	
Cessão de Direitos	-	-	-	-	
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	
Receita Agropecuária	-	-	-	-	
Receita Industrial	-	-	-	-	
Receitas de Serviços	407.371,00	407.371,00	159.758,21	-247.612,79	
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	407.371,00	407.371,00	159.758,21	-247.612,79	
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-	
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-	
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-	
Outros Serviços	-	-	-	-	
Transferências Correntes	-	-	-	-	
Outras Receitas Correntes	149.610,00	149.610,00	483.964,61	334.354,61	
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	149.610,00	149.610,00	412.012,43	282.402,43	
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	71.952,18	71.952,18	
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-	
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	
RECEITAS DE CAPITAL	158.493.090,00	158.493.090,00	-	-158.493.090,00	
Operações de Crédito	158.493.090,00	158.493.090,00	-	-158.493.090,00	
Operações de Crédito Internas	158.493.090,00	158.493.090,00	-	-158.493.090,00	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	
Alienação de Bens	-	-	-	-	
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-	
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-	
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-	
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	
Transferências de Capital	-	-	-	-	
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	

RECEITA					
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO	
Integralização do Capital Social	-	-	-	-	
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-	
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-	
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-	
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-	
SUBTOTAL DE RECEITAS	159.132.113,00	159.132.113,00	658.852,89	-158.473.260,11	
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	
Mobiliária	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	
Mobiliária	-	-	-	-	
Contratual	-	-	-	-	
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	159.132.113,00	159.132.113,00	658.852,89	-158.473.260,11	
DEFICIT	-	-	358.297.568,37	358.297.568,37	
TOTAL	159.132.113,00	159.132.113,00	358.956.419,26	199.824.306,26	
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	4.727.825,00	-	-4.727.825,00	
Superavit Financeiro	-	-	-	-	
Excesso de Arrecadação	-	-	-	-	
Créditos Cancelados	-	4.727.825,00	-	-	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	323.692.132,00	327.516.063,00	330.659.723,77	299.066.634,37	283.636.317,58	-3.143.660,77
Pessoal e Encargos Sociais	209.594.574,00	215.223.280,00	203.869.832,98	203.869.832,98	189.836.983,33	11.353.447,02
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	114.097.558,00	112.292.783,00	126.789.890,79	95.196.801,39	93.799.334,25	-14.497.107,79
DESPESAS DE CAPITAL	21.877.798,00	22.781.692,00	28.296.695,49	19.423.118,30	18.897.771,94	-5.515.003,49
Investimentos	21.877.798,00	22.781.692,00	28.296.695,49	19.423.118,30	18.897.771,94	-5.515.003,49
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	345.569.930,00	350.297.755,00	358.956.419,26	318.489.752,67	302.534.089,52	-8.658.664,26
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO	345.569.930,00	350.297.755,00	358.956.419,26	318.489.752,67	302.534.089,52	-8.658.664,26
TOTAL	345.569.930,00	350.297.755,00	358.956.419,26	318.489.752,67	302.534.089,52	-8.658.664,26

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	26.201.274,10	32.395.321,36	34.391.652,24	31.321.105,61	9.930.269,64	17.345.220,21
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	26.201.274,10	32.395.321,36	34.391.652,24	31.321.105,61	9.930.269,64	17.345.220,21
DESPESAS DE CAPITAL	87.507.420,49	31.474.694,48	58.588.885,43	56.239.423,99	2.495.553,09	60.247.137,89
Investimentos	87.507.420,49	31.474.694,48	58.588.885,43	56.239.423,99	2.495.553,09	60.247.137,89
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	113.708.694,59	63.870.015,84	92.980.537,67	87.560.529,60	12.425.822,73	77.592.358,10

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	1.131.205,41	16.562.635,19	16.112.009,64	149.985,29	1.431.845,67
Pessoal e Encargos Sociais	-	13.009.928,44	13.008.943,16	-	985,28
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.131.205,41	3.552.706,75	3.103.066,48	149.985,29	1.430.860,39
DESPESAS DE CAPITAL	362.501,82	3.466.168,00	3.231.328,05	-	597.341,77
Investimentos	362.501,82	3.466.168,00	3.231.328,05	-	597.341,77
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	1.493.707,23	20.028.803,19	19.343.337,69	149.985,29	2.029.187,44

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

	2021	2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	60.686.815,34	67.769.341,74
INGRESSOS	833.796.726,83	865.279.319,22
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	15.130,07	56.184,63
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	159.758,21	234.646,64
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	483.964,61	213.534,66
Transferências Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Recebidas	-	-
Outros Ingressos Operacionais	833.137.873,94	864.774.953,29
Ingressos Extraorçamentários	2.290.490,41	855.168,87
Cancelamento de Obrigações do Exercício Anterior	-	415,27
Transferências Financeiras Recebidas	827.109.710,02	862.190.255,37
Arrecadação de Outra Unidade	3.725.519,92	1.728.938,25
Demais Recebimentos	12.153,59	177,73
DESEMBOLSOS	-773.109.911,49	-797.509.977,48
Pessoal e Demais Despesas	-310.074.307,77	-303.170.431,76
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-382.848,48	-4.258.443,49
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-16.023,05
Previdência Social	-86.724.473,97	-87.327.730,91
Saúde	-	-2.840,00
Trabalho	-	-
Educação	-	-6.988,50
Cultura	-208.093.438,95	-207.508.831,81
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habituação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-4.084,61
Agricultura	-	-

	2021	2020
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-14.896.460,44	-4.046.035,27
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	1.715,07	-256,12
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-38.520.665,61	-48.310.452,04
Intergovernamentais	-18.818.849,62	-28.942.188,54
A Estados e/ou Distrito Federal	-18.818,81	-2.925.000,00
A Municípios	-18.802.031,01	-24.017.188,54
Intragovernamentais	-18.877.923,99	-17.278.468,00
Outras Transferências Concedidas	-1.224.092,00	-4.089.817,50
Outros Desembolsos Operacionais	-424.514.938,11	-446.029.093,68
Dispêndios Extraorçamentários	-2.281.176,57	-872.821,38
Transferências Financeiras Concedidas	-422.229.981,48	-445.156.472,32
Valores Compensados	-3.797,08	-
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-60.841.268,36	-80.333.367,65
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-60.841.268,36	-80.333.367,65
Aquisição de Ativo Não Circulante	-60.235.835,52	-78.888.648,56
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-605.432,84	-1.444.719,09
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Dependentes	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-154.453,02	-12.564.025,91
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	17.346.847,09	29.910.873,00
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	17.192.394,07	17.346.847,09

Demonstrações das Variações Patrimoniais

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	906.100.942,11	922.790.676,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	174.888,28	290.831,27
Venda de Mercadorias	29.435,08	30.882,64
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	145.453,20	260.188,63
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	66.404,91	9.669,20
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	66.404,91	9.669,20
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	839.150.915,73	872.882.479,48
Transferências Intragovernamentais	827.949.800,89	882.626.351,08
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	11.201.105,84	10.256.127,50
Valorização e Ganhos ou Ativos e Desincorporação de Passivos	62.362.475,01	43.267.985,96
Reavaliação de Ativos	618.191,80	3.381.859,87
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	3.810.710,10	2.743.505,15
Ganhos com Desincorporação de Passivos	58.133.573,11	37.142.820,04
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	4.346.258,18	6.339.710,17
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	4.346.258,18	6.339.710,17
VARIÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	824.436.683,22	843.395.221,33
Pessoal e Encargos	124.989.701,13	132.682.741,44
Remuneração a Pessoal	92.678.928,97	102.789.384,46
Encargos Patronais	18.607.977,16	18.728.104,95
Benefícios a Pessoal	7.019.982,18	7.138.318,93
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	6.682.812,83	6.026.953,10
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	93.201.871,19	84.601.582,76
Aposentadorias e Reformas	71.544.185,22	67.883.320,18
Pensões	19.446.881,00	14.506.067,35
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	2.210.824,07	2.232.195,23
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	114.271.047,84	111.064.711,93
Uso de Material de Consumo	583.114,38	570.555,97
Serviços	113.406.046,94	110.012.520,13
Depreciação, Amortização e Exaustão	281.888,54	481.635,83
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	43.104,40	294,97
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	43.104,40	294,97
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	-	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	451.527.355,58	486.658.986,28
Transferências Intragovernamentais	423.070.061,33	445.592.391,20
Transferências Intergovernamentais	22.332.767,47	28.921.306,33
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	1.254.781,27
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	6.124.526,78	9.890.507,48
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	38.965.343,85	27.357.330,17
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	197.520,79
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	37.898.884,20	24.722.405,00
Desincorporação de Ativos	1.268.478,65	2.437.404,38

VARIÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Tributárias	122.321,96	110.280,17
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	55.090,21	35.375,39
Contribuições	66.831,75	74.904,78
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.315.937,27	919.293,61
Premiações	250.000,00	384.000,00
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	499.403,22	467.100,00
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	557.534,05	88.193,61
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	81.664.258,89	79.395.454,75

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2020	-	-	-	-	-	623.903.704,89	-	-	623.903.704,89
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	1.460.923,05	-	-	1.460.923,05
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-2.633.435,76	-	-	-2.633.435,76
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	79.395.454,75	-	-	79.395.454,75
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2020	-	-	-	-	-	702.126.646,93	-	-	702.126.646,93

Especificação	Patrimônio/ Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ajustes de Avaliação	Ações/Cotas em Tesouraria	Total
Saldo Inicial do Exercício 2021	-	-	-	-	-	702.126.646,93	-	-	702.126.646,93
Varição Cambial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	2.490.873,15	-	-	2.490.873,15
Aumento/Redução de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resgate/Reemissão de Ações e Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Const./Realiz. da Reserva de Reavaliação de Ativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	81.664.258,89	-	-	81.664.258,89
Constituição/Reversão de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão Tributária - IR/CS s/ Res. de Reavaliação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Fusão, Cisão e Incorporação	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final do Exercício 2021	-	-	-	-	-	788.281.778,97	-	-	788.281.778,97

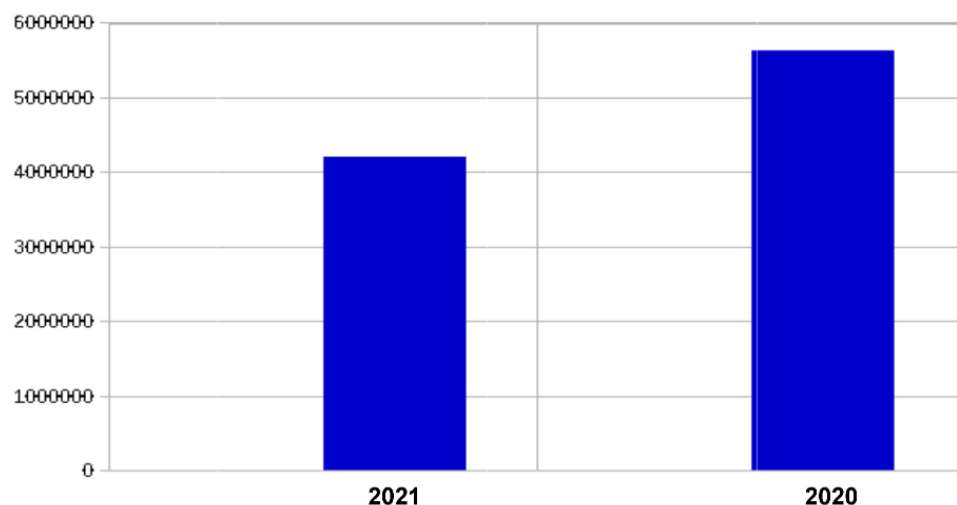
Tabela 5.1.2.1 Fornecedores e Contas a Pagar
R\$

	31/12/21	31/12/20	AH
Circulante			
Nacionais	4.198.381,34	5.628.291,15	-25,41
Estrangeiros	-	-	
Não Circulante			
Nacionais	-	-	
Estrangeiros	-	-	
TOTAL	4.198.381,34	5.628.297,15	-25,41

Fonte: SIAFI

Atualmente todo o montante com fornecedores e demais obrigações em aberto se refere a credores nacionais e classificadas em contas de curto prazo, em especial, as despesas com manutenção administrativa e obras de preservação ao patrimônio histórico cultural.

Observa-se que houve uma variação horizontal de -25,41% oriundas de contingenciamento de recursos orçamentários durante todo o exercício de 2021.

Gráfico FF - 5.1.2.1 Contingenciamento de recursos orçamentários durante todo o exercício de 2021

Tabela 5.1.2.2 Fornecedores e Contas a Pagar – Por Unidade Gestora Contratante

R\$

UNIDADE GESTORA		31/12/21	AV
343001	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN AMAZONAS, IPHAN-AM	117.599,29	2,801%
343002	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARA, IPHAN-PA	16.068,94	0,383%
343003	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN MARANHAO, IPHAN-MA	215.932,80	5,143%
343005	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN PERNAMBUCO, IPHAN-PE	343.555,28	8,183%
343006	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN RIO DE JANEIRO-RJ	86.644,56	2,064%
343007	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA, IPHAN-BA	518.541,07	12,351%
343008	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SERGIPE, IPHAN-SE	2.189,98	0,052%
343009	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN SAO PAULO, IPHAN-SP	2.108,72	0,050%
343011	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN S. CATARINA, IPHAN-SC	2.065.008,32	49,186%
343012	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN R. G. DO SUL, IPHAN-RS	97.489,82	2,322%
343013	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN M. GERAIS, IPHAN-MG	14.946,10	0,356%
343023	CENTRO CULTURAL PACO IMPERIAL-RJ	13.927,64	0,332%
343024	CENTRO CULTURAL SÍTIO ROBERTO BURLE MARX-RJ	6.156,79	0,147%
343026	IPHAN - EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA E FINANCEIRA	48.957,78	1,166%
343028	CENTRO LUCIO COSTA - CLC	765,67	0,018%
343029	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN D. FEDERAL, IPHAN-DF	57,22	0,001%
343030	CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR	32.163,19	0,766%
343032	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PARAIBA, IPHAN-PB	74.270,51	1,769%
343033	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO E. SANTO, IPHAN-ES	2.000,00	0,048%
343035	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM ALAGOAS, IPHAN-AL	321.589,28	7,660%
343036	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PIAUI, IPHAN-PI	3.307,62	0,079%
343037	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN RONDONIA, IPHAN-RO	462,40	0,011%
343038	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RORAIMA - RR	637,34	0,015%
343039	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO G. NORTE/RN	181,47	0,004%
343040	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ACRE-AC	5.160,49	0,123%
343042	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MATO GROSSO - MT	894,02	0,021%
343043	SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM TOCANTINS - TO	16.433,62	0,391%
343046	CONDOMÍNIO DO PALACIO GUSTAVO CAPANEMA	191.331,42	4,557%
TOTAL		4.198.381,34	100,00%

As Superintendências Estaduais localizadas em: Pernambuco, Bahia, Santa Catarina e Alagoas são responsáveis por mais de 70% do total a ser pago, sendo as obras de restauração nas cidades de Laguna e Florianópolis as mais relevantes com 49,18%.

Registra-se abaixo, os fornecedores mais significativos e o saldo em aberto, na data base de 31/12/2021.

Tabela 5.1.2.3 Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

	FORNECEDOR	31/12/21	AV
25078452000117	CONSTRUTORA BIAPO LTDA	1.842.683,53	43,89%
33829938000178	MEHLEN CONSTRUÇÕES LTDA	358.066,16	8,53%
01953758000107	MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA	329.337,06	7,84%
35631449000132	A QUATRO ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA	276.546,69	6,59%
40786519000161	PS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	148.617,66	3,54%
09060537000111	LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA	146.578,04	3,49%
09654059000178	FERREIRA JUNIOR ENGENHARIA LTDA	128.551,44	3,06%
54897400000170	PIRES GIOVANETTI GUARDIA ENGENHARIA ARQUITETURA EIRELI	125.183,69	2,98%
06939632000100	ARQUIUM - CONSTRUÇÕES E RESTAURO LTDA.	97.489,82	2,32%
16814143000177	MCP DA COSTA DESIGN EDITORIAL	74.400,30	1,77%
08968848000110	GREENBRAZIL ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA	69.509,62	1,66%
29994423000156	CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A	69.203,92	1,65%
00000000000000	DEMAIS FORNECEDORES	532.213,41	12,68%
TOTAL		4.198.381,34	100,00%

Tabela 5.1.2.4 Fornecedores e Contas a Pagar – Por Fornecedor

FORNECEDOR	OBJETOS PRINCIPAIS
CONSTRUTORA BIAPO LTDA	Restauração das Fortalezas de Santo Antonio de Ratonés, São José da Ponta Grossa em Florianópolis/SC e no Teatro Amazonas em Manaus/AM.
MEHLEN CONSTRUÇÕES LTDA	Restauração dos Convento de São Francisco, Biblioteca Anósio Teixeira, Igreja de Nossa Senhora da Saúde e Gloria e Blioteca Juracy Magalhães Junior na Bahia.
MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA	Restauração do Complexo Ferroviário e Agenciamento do Entono em Laguna/SC.
A QUATRO ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA	Restauração da Igreja de Bom Jesus dos Martíros em Macéio/AL.
PS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA	Restauração de Bens Integrados e do Arcaz da Sacristia do Seminário de Olinda em Pernambuco.
LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA	Serviços de Terceirização de atividades de apoio administrativo nas unidades do IPHAN localizadas no Rio de Janeiro.
ARQUIUM - CONSTRUÇÕES E RESTAURO LTDA.	Restauração da Cobertura e dos Torrões de Climatização do Museu de Arte Aldo Malagoli em Porto Alegre/RS.
MCP DA COSTA DESIGN EDITORIAL	Serviços de Concepção, Programação Visual e Produção Editorial para o Centro Nacional do Folclore e Cultura Popular.
CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A	Restauração e Modernização da Sede da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

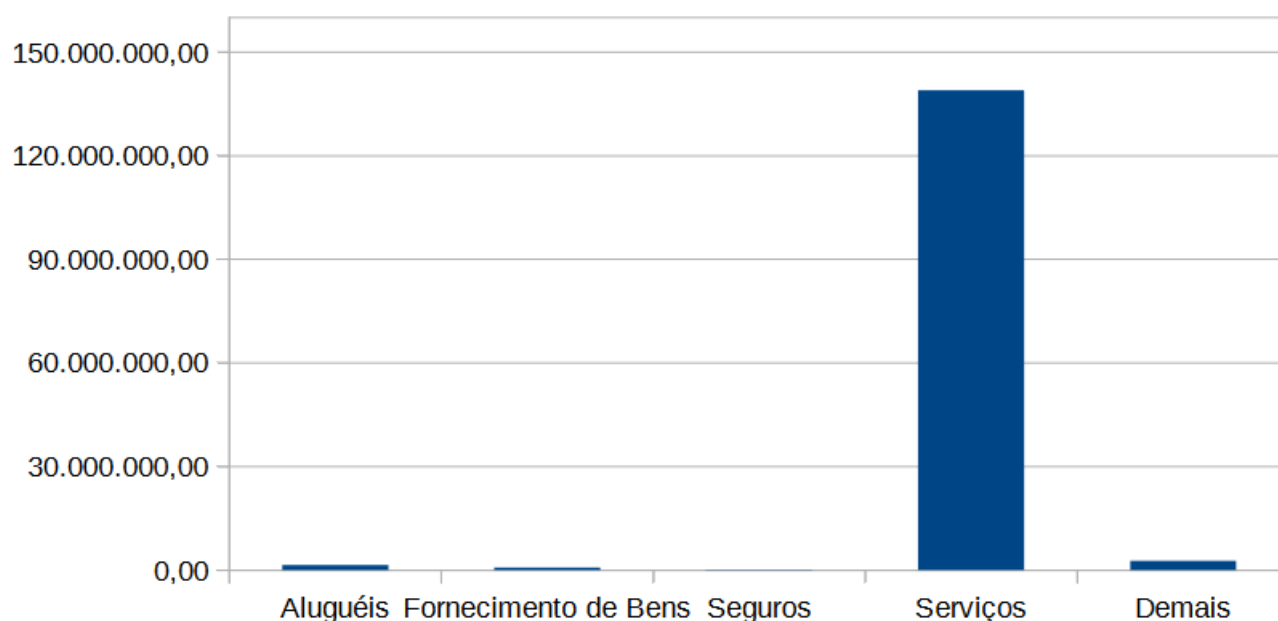
Tabela 5.1.2.5 Obrigações Contratuais – Por Tipo de Objeto
R\$

	31/12/21	31/12/20	AH
Aluguéis	1.472.163,60	918.106,94	60,35
Fornecimento de Bens	735.552,84	725.492,87	1,39
Seguros	118.113,04	119.110,04	-0,84
Serviços	138.908.291,74	149.348.398,63	-6,99
Demais	2.681.459,00	2.681.459,00	0,00
TOTAL	143.915.580,22	153.792.567,48	-6,42

Fonte: SIAFI

As obrigações contratuais relacionadas com a prestação de serviços representam a maioria das obrigações do Iphan. Esses valores correspondem a cerca de 96% e estão distribuídos especialmente nos contratos de obras em imóveis tombados, prestação de serviços continuados (terceirização) e demais custos essenciais voltados a manutenção administrativa.

Outrossim, os valores com aluguéis sofreram um aumento de 60,35% em função de reforma nas sedes de várias Superintendências e dos índices elevados de reajuste de aluguel em 2021, em especial, o IGP-M. Destaca-se ainda que muitas obras já deveriam ter sido finalizadas, todavia em decorrência da Pandemia do COVID-19 tiveram que ser paralisadas, o que acarretou a prorrogação de vários contratos de aluguéis, inclusive, o da nova sede do Iphan em Brasília (DF).

Gráfico GG - 5.1.2.2 Aluguéis/Reforma nas sedes de várias Superintendências do Iphan


A tabela abaixo demonstra os percentuais de obrigações na data base de 31/12/2021, o que evidencia principalmente os passivos registrados pela: Superintendência do IPHAN na Bahia, Superintendência do IPHAN em Pernambuco e Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira.

Salienta-se que a Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira é responsável tanto pelas despesas da sede desta entidade em Brasília quanto por alguns contratos de prestação de serviço de âmbito nacional, como os relacionados a tecnologia da informação e comunicação.

Tabela 5.1.2.6 Obrigações Contratuais – Por Órgão (Unidade Gestora) Contratante

UNIDADE GESTORA	31/12/21	AV
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN AMAZONAS, IPHAN-AM	689.891,46	0,48%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARA, IPHAN-PA	10.331.476,73	7,18%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO CEARA, IPHAN-CE	185.575,15	0,13%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN PERNAMBUCO, IPHAN-PE	22.598.255,16	15,70%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN RIO DE JANEIRO-RJ	8.139.366,80	5,66%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA BAHIA, IPHAN-BA	40.775.169,07	28,33%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM SERGIPE, IPHAN-SE	326.665,02	0,23%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN SAO PAULO, IPHAN-SP	1.750.686,74	1,22%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PARANA, IPHAN-PR	303,03	0,00%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN S. CATARINA, IPHAN-SC	10.655.704,20	7,40%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN R.G. DO SUL, IPHAN-RS	365.110,34	0,25%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN M. GERAIS, IPHAN-MG	3.847.979,81	2,67%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM GOIAS, IPHAN-GO	3.555.739,25	2,47%
CENTRO CULTURAL PACO IMPERIAL-RJ	2.543.135,44	1,77%
CENTRO CULTURAL SITIO ROBERTO BURLE MARX-RJ	2.880.475,88	2,00%
IPHAN - EXECUCAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA	14.920.705,06	10,37%
CENTRO LUCIO COSTA - CLC	1.929.041,99	1,34%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN D. FEDERAL, IPHAN-DF	746.689,63	0,52%
CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR	2.253.842,35	1,57%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NA PARAIBA, IPHAN-PB	1.706.078,81	1,19%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO E. SANTO, IPHAN-ES	70.206,75	0,05%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN M.G. DO SUL, IPHAN-MS	471.288,85	0,33%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO PIAUI, IPHAN-PI	1.534.802,14	1,07%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN RONDONIA, IPHAN-RO	638.147,03	0,44%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM RORAIMA - RR	105.331,91	0,07%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO RIO G. NORTE/RN	363.296,74	0,25%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO ACRE-AC	455.114,14	0,32%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO AMAPA-AP	192.236,03	0,13%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN NO MATO GROSSO - MT	240.029,57	0,17%
SUPERINTENDÊNCIA DO IPHAN EM TOCANTINS - TO	664.474,26	0,46%
PROGRAMA MONUMENTA	2.796.219,33	1,94%
CONDOMINIO DO PALACIO GUSTAVO CAPANEMA	6.182.541,55	4,30%
TOTAL	143.915.580,22	100,00%

Fonte: SIAFI

Por fim, a tabela abaixo representa os principais contratos no âmbito das unidades gestoras do IPHAN, destacando-se novamente, as empresas de obras de engenharia, arquitetura e projetos culturais, o que reforça o compromisso do IPHAN na execução de sua atividade fim.

Tabela 5.1.2.7 Obrigações Contratuais – Por Contratado

CONTRATADO		31/12/21
5489740000170	PIRES GIOVANETTI GUARDIA ENGENHARIA ARQUITETURA EIRELI	20.999.446,14
33829938000178	MEHLEN CONSTRUÇÕES LTDA	14.519.571,88
01278335000139	MARSOU ENGENHARIA EIRELI	13.049.018,15
42271429000163	FUNDAÇÃO VALE DO RIO DOCE DE SEGURIDADE SOCIAL VALIA	11.198.272,48
29994423000156	CONCREJATO SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A	7.215.180,06
04550406000107	CONSTRUTORA HABITARE EIRELI	4.525.310,07
34392951000175	CLM ENGENHARIA LTDA	4.014.929,58
01746007000110	ARCHAIOS ENGENHARIA CONSULTORIA PROJETO E RESTAURAÇÃO L	2.871.960,35
02999652000107	DOMO ARQUITETURA ENGENHARIA E PROJETOS CULTURAIS LTDA	2.868.434,61
34145847000186	CONSTRUTORA PENTAGONO LTDA	2.447.832,55
11914229000158	JOIN TECNOLOGIA DA INFORMÁTICA LTDA	2.418.906,19
EX9806800	BID	1.919.587,14
15239616000197	STRAHL ENGENHARIA EIRELI	1.825.681,06
01953758000107	MAGAPAVI CONSTRUTORA TERRAPLANAGEM E PAVIMENTADORA LTDA	1.506.286,47
04269711000117	TEMPO REAL PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA	1.407.976,80
12130013000164	GLOBALWEB OUTSOURCING DO BRASIL LTDA	1.340.210,18
02650833000123	POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA EIRELI	1.188.768,14
06298743000176	GRILLO E WERNECK PROJETOS E CONSULTORIA EIRELI	1.171.567,78
60444437000146	LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S A	1.161.464,28
09060537000111	LAPA TERCEIRIZAÇÕES E PLANEJAMENTO LTDA	1.095.276,01
00000000000000	DEMAIS CONTRATADOS	45.169.900,30
TOTAL		143.915.580,22

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção.

No que tange especificamente o Iphan é possível identificar também o reconhecimento de bens voltado a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural, em especial, os oriundos do processo de tombamento.

Registra-se ainda que as contas referentes a itens com valor histórico e cultural, inclusive benfeitorias em bens de terceiros (restauração) não possuem metodologias de mensuração estruturadas, uma vez que tal procedimento é prerrogativa exclusiva do Iphan na esfera federal e portanto, pretende-se nos próximos meses, encaminhar consulta formal ao órgão central do Sistema de Contabilidade Federal.

Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação por cotas constantes, amortização (quando tiverem vida útil definida) e/ou exaustão, bem como redução ao valor recuperável e reavaliação.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

No entanto, grande parte dos procedimentos contábeis citados acima não foram devidamente implantados e executados no Iphan, porém desde julho de 2021, a entidade tem adotado vários procedimentos com o intuito de sanar essas inconsistências, tais como:

- 1) elaboração de inventários físicos patrimoniais, visando a implantação do SIADS, e por conseguinte, a regularização dos bens móveis (depreciação) e intangíveis (amortização);
- 2) a reavaliação de bens imóveis registrados no SPIUNET;
- 3) análise das contas que compõem os demais bens imóveis, a fim de separar as obras executadas em bens pertencentes ao Iphan (uso especial) e aquelas voltadas unicamente a política de preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural (bens tombados, mas pertencentes a terceiros).

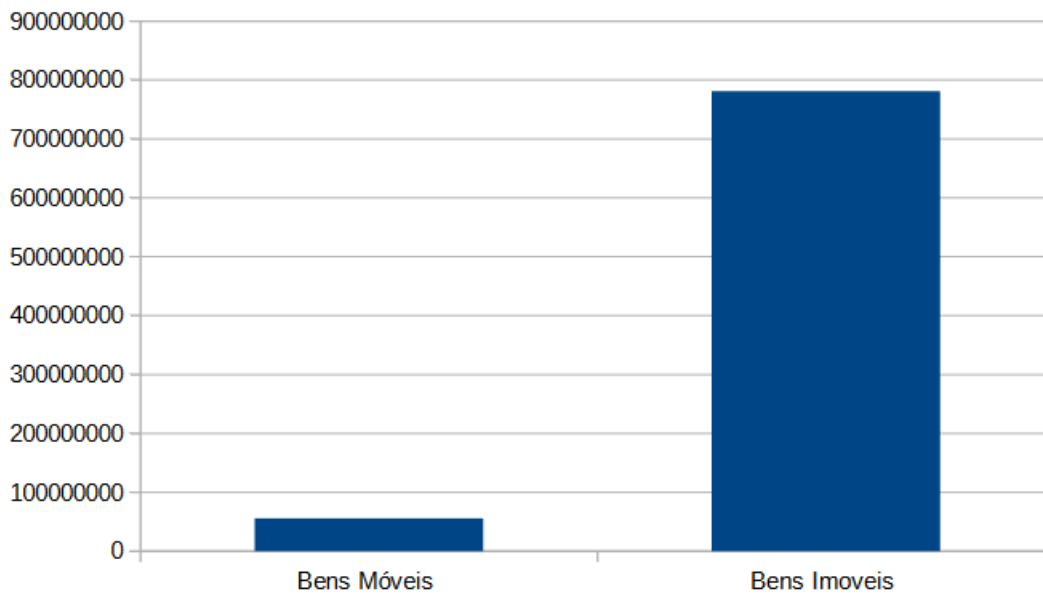
Na data de 31/12/2021, o imobilizado do Iphan era composto do valor total de R\$ 811.438.076,06, o impacto de 8,89% no total refere-se a elevação de valores com bens imóveis, conforme tabela e gráfico abaixo:

Tabela 5.1.2.8 Imobilizado Total

R\$

	31/12/21	31/12/20	AH
Bens Móveis			
(+) Valor Bruto Contábil	55.500.531,00	55.221.757,57	0,50
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	216.981,42	216.981,42	0,00
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	
Bens Imóveis			
(+) Valor Bruto Contábil	781.209.157,38	713.562.350,96	9,48
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	7.807.124,03	7.525.237,49	3,05
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis			-
Total	828.685.582,93	761.041.889,62	8,89

Fonte: SIAFI

Gráfico HH - 5.1.2.3 Imobilizado Total

BENS MÓVEIS

Os bens móveis do Órgão IPHAN em 31/12/2021 totalizavam R\$ 55.500.531,00 milhões e estão distribuídos em várias contas contábeis conforme detalhado na tabela a seguir.

Tabela 5.1.2.9 Composição dos Bens Móveis

R\$

	31/12/2021	31/12/2020	AH
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	4.459.080,09	4.433.144,11	0,59
Bens de Informática	17.833.219,87	17.736.114,21	0,55
Móveis e Utensílios	16.573.769,51	16.495.979,78	0,47
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	4.394.552,47	4.225.416,42	4,00
Veículos	11.863.857,64	11.956.376,63	-0,77
Demais Bens Móveis	376.051,42	374.726,42	0,35
Depreciação / Amortização Acumulada	-216.981,42	-216.981,42	0,00
Total Líquido	55.283.549,58	55.004.776,15	0,51

Fonte: SIAFI

Os Bens Móveis registrados no Órgão 20411 – IPHAN refere-se principalmente a Equipamento de Informática, Móveis, Utensílios e Veículos em 31/12/2021, conforme demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 5.1.2.10 Distribuição dos Bens Móveis

R\$

	31/12/21	AV
APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	475.225,15	0,0086
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	820.312,73	0,0148
EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS	158.711,31	0,0029
EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA	402.084,94	0,0072
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	13.018,56	0,0002
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	1.345.410,26	0,0242
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	115.334,54	0,0021
MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	190.228,12	0,0034
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS P/AUTOMÓVEIS	29.237,72	0,0005
EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS MARÍTIMOS	3.869,00	0,0001
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	73.666,88	0,0013
EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	51.742,35	0,0009
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ELETRO-ELETRÔNICOS	48.438,79	0,0009
MÁQUINAS, UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS	728.647,32	0,0131
OUTRAS MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FE	3.152,42	0,0001
EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	17.833.219,87	0,3213
APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	1.777.052,76	0,0320
MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIOS	259.470,97	0,0047
MOBILIÁRIO EM GERAL	14.536.925,49	0,2619
UTENSÍLIOS EM GERAL	320,29	0,0000
COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	17.709,46	0,0003
INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	6,57	0,0000
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTOGRAFIA	3.405.789,20	0,0614
OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	971.047,24	0,0175
VEÍCULOS EM GERAL	132.874,82	0,0024
VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA	11.721.336,82	0,2112
AERONAVES	9.646,00	0,0002
BENS MÓVEIS EM TRÂNSITO	0,00	0,0000
PEÇAS NÃO INCORPORÁVEIS A IMÓVEIS	55.363,91	0,0010
MATERIAL DE USO DURADOURO	317.497,93	0,0057
OUTROS BENS MÓVEIS	3.189,58	0,0001
TOTAL	55.500.531,00	100,00%

Como relatado anteriormente, o Iphan está trabalhando ativamente na regularização dos Bens Móveis, principalmente no que tange os procedimentos de depreciação, reavaliação e implantação do SIADS, a fim de atender as Normas de Contabilidade e legislações vigentes para administração autárquica federal.

Tabela 5.1.2.11 Composição dos Bens Imóveis

R\$

	31/12/21	31/12/20	AH (%)
Bens de Uso Especial	191.155.448,07	183.769.450,53	4,02
Bens Imóveis em Andamento	548.497.405,43	490.700.158,92	11,78
Instalações	16.734.141,37	14.661.779,50	14,13
Demais Bens Imóveis	11.393.440,81	11.002.240,31	3,56
Benefitorias em Propriedade de Terceiros	13.428.721,70	13.428.721,70	0,00
Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00	0,00
Depreciação / Amortização Acumulada	-7.807.124,03	-7.525.237,49	3,75
Total	773.402.033,35	706.037.113,47	9,54

Fonte: SIAFI

De acordo com a tabela anterior, os Bens Imóveis em Andamento correspondem a 70% de todos os bens imóveis reconhecidos contabilmente no Balanço Patrimonial do Iphan e são em sua maioria de obras voltadas a Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural Brasileiro. É possível inclusive observar uma análise horizontal de 8,51% neste terceiro trimestre de 2021.

Além disso, os Bens de Uso Especial mais relevantes na composição do patrimônio do Iphan são constituídos por Museus e Palácios, em especial, as propriedades que constituem o Sítio Roberto Burle Marx, localizado na cidade do Rio de Janeiro e que recentemente foi escolhido como Patrimônio Mundial pela UNESCO.

Tabela 5.1.2.12 Bens de Uso Especial

R\$

	31/12/21	31/12/20	AH
Imóveis Residenciais e Comerciais	26.604.642,05	26.553.369,30	0,19
Edifícios	32.711.457,63	27.859.945,34	17,41
Terrenos, Glebas	51.562.140,60	51.562.140,60	0,00
Armazens/Galpões	5.218.701,05	5.218.701,05	0,00
Aquartelamentos	4.644.653,86	6.897.453,86	-32,66
Aeroportos, Estações e Aeródromos	1.363.002,94	1.363.002,94	0,00
Imóveis de Uso Educacional	298.611,89	298.611,89	0,00
Fazendas, Parques e Reservas	1.043.007,75	2.779.132,75	-62,47
Imóveis de Uso Recreativo	1.625.600,00	1.625.600,00	0,00
Museus/Palácios	56.649.465,81	51.235.041,29	10,57
Complexos, Fábricas e Usinas	783.439,21	783.439,21	0,00
Salas	0,00	229.349,03	-100,00
Autarquias/Fundações	8.650.725,28	7.271.663,27	18,96
Outros Bens Imóveis Registrados no SPIUN	0,00	92.000,00	-100,00
Total	191.155.448,07	183.769.450,53	4,02

Tabela 5.1.2.13 Bens Imóveis sem Registro no SPIUNET

R\$

	31/12/21	31/12/20	AH
Imóveis Residenciais e Comerciais	303.964,47	11.053,94	2649,83
Edifícios	661.409,70	661.409,70	0,00
Museus/Palácios	11.745,00	11.745,00	0,00
Salas	50.780,15	50.780,15	0,00
Outros Bens Imóveis Não Registrados no SPIUNET	10.365.541,49	10.267.251,52	0,96
TOTAL	11.393.440,81	11.002.240,31	3,56

Os bens imóveis sem registros no SPIUNET correspondem a bens em processo de intervenção e restauração dos projetos firmados através de Termos de Compromissos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) das Cidades Históricas.

O valor mais expressivo classificado como outros bens imóveis não registrados no SPIUNET pertence a Superintendência Estadual do Iphan em São Paulo e a unidade está analisando a melhor forma de regularizá-lo, uma vez que o saldo se encontra alongado e não individualizado.

Tabela 5.1.2.14 Demais Bens Imóveis

	31/12/21	31/12/20	AH
Obras em Andamento	511.680.854,71	454.271.859,40	12,64
Estudos e Projetos	36.815.550,72	36.428.299,51	1,06
Instalações	16.734.141,37	14.661.779,50	14,13
Benfeitorias em Propriedades de Terceiros	13.428.721,70	13.428.721,70	0,00
TOTAL	548.497.405,43	518.790.660,12	5,73

Os Demais Bens Imóveis compreendem em sua maioria de projetos e obras em andamento em imóveis de propriedade do Iphan, inclusive os imóveis ocupados pelas Superintendências e Escritórios Técnicos, assim como as obras de intervenção e restauração de bens tombados.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da atividade pública ou exercidos com essa finalidade são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido do saldo da respectiva conta de amortização acumulada (quando tiverem vida útil definida) e do montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Os ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizados, sendo reconhecidos como variação patrimonial diminutiva em que foram incorridos, exceto nos gastos com desenvolvimento que atendam aos critérios de reconhecimento relacionados à conclusão e uso dos ativos, geração de benefícios econômicos futuros, identificáveis, controláveis, dentre outros.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

O Plano Interno de Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIP-CP) definiu que o reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável terão o prazo para implantação desses procedimentos até 31/12/2018, sendo a obrigatoriedade dos registros a partir de 01/01/2019.

Tabela 5.1.2.15 Intangível

	31/12/21	31/12/20	AH
Software com Vida Útil Definida	0,00	0,00	0
Software com Vida Útil Indefinida	4.314.321,82	3.835.604,00	12,48
Marcas Direitos e Patentes – Vida Útil Indefinida	41.817,17	41.817,17	0,00
Amortização Acumulada			0,00
Redução ao Valor Recuperável de Intangível			0,00
TOTAL	4.314.321,82	3.877.421,17	11,27

Fonte: SIAFI

No grupo intangível, destaca-se o item de softwares com vida útil indefinida, sendo que a totalidade de seu reconhecimento está registrado em projetos de tecnologia da informação na Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira (sede do Iphan) e no Centro Cultural Sítio Burle Marx.

Os valores com Marcas Direitos e Patentes referem-se a linhas telefônicas adquiridas antes da privatização do Sistema de Telecomunicações e que deverão ser reclassificadas para contas de investimento durante o exercício de 2022.

As informações referentes a este item estão no sítio do Iphan. O acesso é possível por meio do *link*: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/demonstracoes-contabeis-1/exercicio-anteriores/exercicio-2021>.